

Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil



Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Semíramis Biasoli
Evandro Albiach Branco
Marcos Sorrentino
(Org.)



© dos autores

Revisão: Tereza Moreira
Diagramação: Ana Paula Zaguetto

Esta publicação é fruto do processo participativo de construção da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, realizado pela Secretaria Executiva da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) que é composta pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP); Laboratório de Análises e Desenvolvimento de Indicadores de Sustentabilidade do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (LADIS/CCST/INPE) e Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA).



Teve apoio financeiro do FunBEA e Ministério do Meio Ambiente (MMA).



Catálogo na Publicação DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP

Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis [recurso eletrônico] / organização de Maria Henriqueta Andrade Raymundo ... [et al.]. - Piracicaba : MH-Ambiente Natural, 2019.

480 p. : il.

ISBN: 978-85-54939-03-8

1. Avaliação ambiental 2. Educação ambiental - Brasil 3. Indicadores ambientais 4. Monitoramento ambiental 5. Políticas públicas 6. Sociedades sustentáveis I. Raymundo, M. H. A., org. II. Biasoli, S., org. III. Branco, E. A., org. IV. Sorrentino, M., org. V. Título

CDD 333.707

Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil



Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Semíramis Biasoli
Evandro Albiach Branco
Marcos Sorrentino
(Org.)

Conselho Científico

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto
NUPEEA - Núcleo de Pesquisa e Extensão
Universitária em Educação Ambiental
da Universidade Federal do Sul da Bahia
(UFSB)

Cláudia Coelho Santos
Laboratório de Ecologia. Grupo de
Estudos e Pesquisa em EA para Sociedades
Sustentáveis da Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia (UESB)

Eda Tassara
Grupo de Estudos em Política Ambiental
do Instituto de Estudos Avançados da
USP e do LAPSI-Laboratório de Psicologia
Socioambiental e Intervenção (PST/
IPUSP)

Gustavo Felipe Balué Arcoverde
Laboratório de Desenvolvimento e Análises
de Indicadores de Sustentabilidade do
Centro de Ciência do Sistema Terrestre do
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
(LADIS/CCST/INPE)

Heitor Queiroz de Medeiros
Programa de Pós-Graduação em Educação
(Mestrado e Doutorado) da Universidade
Católica Dom Bosco (UCDB) - Campo
Grande - MS

Irineu Tamaio
Universidade de Brasília - UnB - Campus
Planaltina

Isabela Kojin Peres
Oca - Laboratório de Educação e Política
Ambiental da Escola Superior de Agricultura
Luiz de Queiroz, da Universidade de São
Paulo (Oca/ESALQ/USP)

José Matarezzi
Laboratório de Educação Ambiental
(LEA) da Universidade do Vale do Itajaí
(UNIVALI)

Maria Inês Gasparetto Higuchi
Laboratório de Psicologia e Educação
Ambiental do Instituto Nacional de
Pesquisas da Amazônia (LAPSEA – INPA)

Mariana Gutierrez Arteiro da Paz
Laboratório de Desenvolvimento e Análises
de Indicadores de Sustentabilidade do
Centro de Ciência do Sistema Terrestre do
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
(LADIS/CCST/INPE)

Nadja Janke
Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Pedro Roberto Jacobi
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Ambientais. Instituto de Energia e Meio
Ambiente da Universidade de São Paulo
(USP)

Rachel Trovarelli
Oca - Laboratório de Educação e Política
Ambiental da Escola Superior de Agricultura
Luiz de Queiroz, da Universidade de São
Paulo (Oca/ESALQ/USP)

Simone Portugal
Oca - Laboratório de Educação e Política
Ambiental da Escola Superior de Agricultura
Luiz de Queiroz, da Universidade de São
Paulo (Oca/ESALQ/USP)

Tereza Moreira
Consultora Técnica

Vivian Battaini
Oca - Laboratório de Educação e Política
Ambiental da Escola Superior de Agricultura
Luiz de Queiroz, da Universidade de São
Paulo (Oca/ESALQ/USP)

Zysman Neiman
Unifesp – Universidade Federal de São
Paulo

<u>Prefácio</u>	
Moema Viezzer	15

<u>Apresentação</u>	
Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Evandro Albiach Branco; Semíramis Albuquerque Biasoli; Marcos Sorrentino	21

Parte I

Análises e reflexões a partir dos indicadores e controle social de políticas públicas de Educação Ambiental

<u>MonitoraEA: Processo Participativo para a Construção do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental</u>	
Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Evandro Albiach Branco; Semíramis Albuquerque Biasoli; Marcos Sorrentino	27

<u>A Política Nacional de Educação Ambiental e os Indicadores para sua Avaliação</u>	
Marcos Sorrentino; Renata Maranhão; Nilo Diniz	43

<u>Pensar Fora da Caixa: Transição Sustentável e Resiliente</u>	
Rachel Trajber	55

<u>Indicadores de Avaliação da Educação Ambiental em Escolas</u>	
Solange Reiguel Vieira; Marília Andrade Torales Campos; Josmaria Lopes de Moraes	69

<u>Educação Ambiental à luz das Dimensões e dos Indicadores Propostos pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental: as Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente (CIJMA) na Amazônia Paraense</u>	
Elana Gracielle Santos Almeida; Marilena Loureiro da Silva	87

<u>Considerações sobre Leis de Política de Educação Ambiental</u>	
Daniel Fonseca de Andrade	105

<u>Reflexões sobre as Políticas Públicas de Educação Ambiental de São Carlos (SP): Aproximações com os Indicadores da ANPPEA</u> Ariane Di Tullio; Liane Biehl Printes; Flávia Torreão Thiemann	121
<u>Política Municipal de Educação Ambiental de Vitória (ES) à luz das Dimensões e dos Indicadores de Educação Ambiental da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA)</u> Idelvon da Silva Poubel; Juliana Sardinha Silvestre Donato	139
<u>Políticas Públicas de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul à luz das Oito Dimensões e dos 27 Indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA</u> Sabrina Dinorá Santos do Amaral	163
<u>Políticas Públicas de Educação Ambiental do Paraná à luz das Oito Dimensões e dos 27 Indicadores da ANPPEA</u> Wanderléia Aparecida Coelho; Ana Carolina Rubini Trovão; Maria Arlete Rosa	177
<u>Reflexões sobre Ações na Política Pública de Educação Ambiental em Santa Catarina</u> Antonio Fernando S. Guerra; Eliane Renata Steuck; Raquel Fabiane Mafra Orsi; Helia Del Carmen Farias Espinoza	191
<u>Desafios e Perspectivas de Monitoramento das Políticas Públicas em Educação Ambiental no Mato Grosso do Sul</u> Simone Mamede; Maristela Benites; José Flávio Rodrigues Siqueira; Marcos Vinícius Campelo Junior	209
<u>Política Pública de Educação Ambiental Do Estado da Bahia à Luz das Dimensões e Indicadores da ANPPEA</u> Amélia dos Santos Cerqueira; Fábio Fernandes Barbosa; Jamile Patrícia Barbosa Trindade; Silvana Neuza Pereira Canário; Zanna Maria Rodrigues de Matos	225

<u>Alguns Olhares e Reflexões sobre as Políticas Públicas de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte a partir das Dimensões e dos Indicadores da Plataforma Brasileira MonitoraEA</u> Iracly Wanderley Filha; Ana Célia Baía Araújo; Hiramisis Paiva de Paula	237
<u>Reflexões e Práticas da Educação Ambiental do IBAMA à luz das Dimensões e dos Indicadores do Sistema Brasileiro de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de EA</u> Isis Akemi Morimoto; Jakeline Borges de Souza; José Maria Barbosa da Silva; Manoel Alessandro Machado de Araújo; Maria José Colaço Rocha	249
<u>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Caminhos para uma Estratégia de Monitoramento e Avaliação de Processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação da Natureza</u> Karina Jorge Dino; Mariele B Mucciatto Xavier; Paulo Roberto Russo	271
<u>Contribuições da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) ao Fortalecimento e Controle Social das Políticas Públicas em Educação Ambiental</u> Jacqueline Guerreiro; Patricia Martin Alves; Fidelis Paixão; Alexandre de Gusmão Pedrini; Tadeu Ribeiro; Antonio Vitor Rosa; José Janielson da Silva Sousa	285
<u>Reflexões sobre Indicadores de Projetos Socioambientais: a Experiência do FunBEA no Fomento a Projetos Estruturantes</u> FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental	303
<u>Para não Dizer que não Falamos das Flores</u> Michèle Sato; Herman de Oliveira; Armando Tafner Júnior; Inácio Werner	315

Parte II

Relatos resumidos de experiências como parte da formação de formadores em indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental

Introdução

Sistematização de Experiências e Ressignificação de Práticas na Educação Ambiental

Rachel Andriollo Trovarelli

333

Região Norte

Oficina de Indicadores de Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Processo de Socialização e Debates na CIEA/PA e SEMAS

Adriele de Fátima de Lima Barbosa; Denise Cristina Torres Costa; Doraci Marinho Souza Lopes; Emilly Hanna Souza da Silva; Hilma Alessandra Rodrigues do Couto; Ivanete Ferreira Alves Lopes; Haydeé Márcia de Souza Marinho; Márcia Sueli Castelo Branco Bastos; Maria da Glória Gomes Cristino; Maria das Graças da Silva; Sineide do Socorro Vasconcelos Wu

341

Monitoramento de Políticas Públicas em Educação Ambiental: uma Experiência com o Instituto de Inclusão Social Sol Nascente/Projeto Reciclêia

Eliton Janio Araújo Ferreira; Ana Rosa Ferreira Oliveira; Denis Rodrigo Oliveira Leal; Diogo Lima Corrêa; Fábio José Silva e Silva; Jorgilene Nazaré Pantoja de Lima Dantas; Maria Lindalva Oliveira Fernandes; Valdinei Mendes da Silva

345

Um Olhar nas Práticas Ambientais da Escola Joaquim Viana: a Com-Vida como Política Pública Transformando o Ambiente Escolar

Emilly Hanna Souza da Silva; Gisely de Nazaré Freitas da Silva; Luciana Baleixo da Silva; Luzia Cristina Izidia Arruda; Rejane Costa dos Reis; Rosa Maria Alexandre da Silva.

351

Região Nordeste

Nós Somos o Ambiente e o Ambiente Somos Nós:
Trilhando um Caminho para a Educação Ambiental no
Instituto Federal da Bahia

Adriana Vieira dos Santos

355

Compreendendo, Refletindo e Vivenciando a
Plataforma MonitoraEA: Experiência no Estado da
Bahia

Amélia dos Santos Cerqueira; Fabio Fernandes Barbosa;
Idalécio dos Santos; Jamile Patrícia Barbosa Trindade;
Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho; Maria Alice
Cintra; Maria Cristina Nascimento Vieira; Renato
Almeida; Renato Pêgas Paes da Cunha; Rosalvo de Oliveira
Junior; Silvana Neuza Pereira Canário; Simone Maria
de Figueiredo Souza Araújo; Zanna Maria Rodrigues de
Matos

361

I Oficina de Monitoramento das Políticas Públicas de
Educação Ambiental no Município de Paulo Afonso,
Bahia

Dajana Gabriella Nóbrega Santos da Silva; Alexandro
Fabiano da Silva; Joserlando Lacerda Rosa; Nayra Graziella
Nóbrega Santos da Silva; Pedro Victor Nóbrega dos Santos;
Clauber Alessandro Japiasu Campos; Marlon Vieira Araujo
Reis

367

Sergipe: Processo Local sobre os Indicadores das
Políticas Públicas de Educação Ambiental

Isabelle Aparecida Dellela Blengini;
Maria Helena Filha

373

Socializando o Sistema MonitoraEA em Oficina de
Educação Ambiental em São Francisco do Conde -
Bahia

Joselisa Maria Chaves; Rejane Maria Lira da Silva; Angélica
Santos da Paixão; Joisilene Jesus dos Santos

377

A Educação Ambiental na APA Joanes Ipitanga à luz de Indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA
Maria Cristina Nascimento Vieira; Adalcira Santos Bezerra;
Maria Aparecida Meirelles; Maria do Rosário Maciel;
Matilde Pereira Gonçalves 383

Relatos de Experiências sobre as Oficinas de Indicadores de Educação Ambiental no Estado da Paraíba
Terezinha Domiciano Dantas Martins; Vênia Camelo de Souza; Catarina de Medeiros Bandeira 389

Região Centro-Oeste

Oficina de Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Experiência no Pantanal, Mato Grosso do Sul
Cláudio Soares de Sousa; Fátima Ale El Seher; Grasiela Edith de Oliveira Porfírio; Juliana de Siqueira Gusmão Pereira da Rosa; Wanda Faleiros 395

Oficina de Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental - Coletivo Educador do CONISUL
Edina Brindarol; Miléia Martins Piassa Dondoni; José Aparecido Teodoro de Menezes; Carla Cabral Magalhães; Marcelo Gonçalves Ramos; Marcos Coelho Cardoso 399

Oficina de Monitoramento: Olhares sobre as Políticas Públicas de Educação Ambiental em Dourados - MS
Shirley da Silva Matias 403

Desdobramentos da Oficina de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental no Âmbito da Comissão Interinstitucional de EA do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS)
Simone Mamede; Maristela Benites; José Flavio Rodrigues Siqueira; Marcos Vinícius Campelo Junior; Auristela Silva dos Santos; Heloísa Pincela Vasconcelos; Sara de Souza Maciel Nogueira; Sandra Batistoti; Synara Olendzki Broch; Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen; Dilan Hugo 407

Região Sudeste

Articula SP: o Estado de São Paulo, a Participação e o Controle Social nas Políticas Públicas de Educação Ambiental

Adriana Neves; Aline Fernanda Santos Guarizo; Clayton Belchior; Cynthia Ranieri; Isis Akemi Morimoto; Juliana Coutinho; Jéssica Nogueira Marques; Maria Paula Pires de Oliveira; Michele Cristina Martins; Patricia Martin Alves; Rodrigo Machado

411

Indicadores da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental: uma Experiência na Cidade de Leopoldina do Estado de Minas Gerais

Débora Valentim Junqueira Duarte

417

Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro

Jacqueline Guerreiro Aguiar; Ana Maria Ferreira Lopes; Vera Martins; Luis César Modesto do Rosário; Markus Budzynkz Steplan; Bruno Waldman

421

Socialização dos Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais

Maria Aparecida Salles Franco; Débora Valentim Duarte Junqueira

427

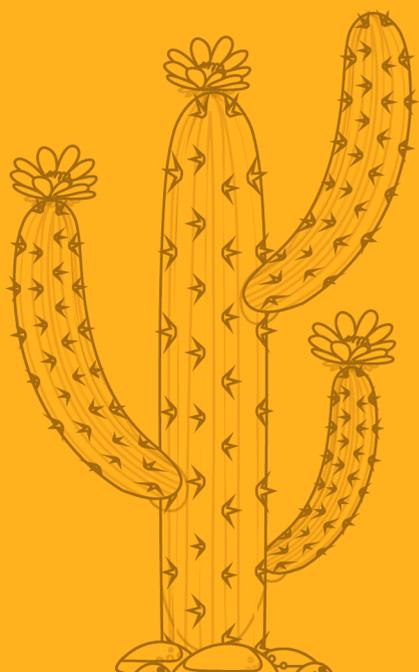
Região Sul

Educação Ambiental no Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da Região Hidrográfica 03 de Santa Catarina a partir dos Indicadores da ANPPEA

Adalberto Marcon; Andrea Tozzo Marafon; Ênio Sonego

431

<u>Políticas Públicas de Educação Ambiental da Teoria à Prática: um Relato de Experiência do Coletivo Educador de Foz do Iguaçu - Paraná</u> Ana Cristina Ferreira Neta; João Paulo Angeli; Roseli Bernardete Dahlem Pacheco; Roseli Barquez Alves de Assis; Rosani Borba	435
<u>Oficina sobre Indicadores de Educação Ambiental e a Plataforma MonitoraEA junto à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina</u> Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim	439
<u>Oficina de Apresentação e Aplicação dos Indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA com Base no Plano Regional de Educação Ambiental com Enfoque em Saneamento Básico</u> Sabrina Dinorá Santos do Amaral; Lício Piovesan	443
<u>Oficina de Indicadores de Monitoramento em Educação Ambiental: Reflexões sobre as Dimensões Diagnóstica e da Participação e Construção Coletiva</u> Solange Reiguel Vieira; Wanderléia Coelho; Maurielle Felix da Silva; Mariele B. Mucciato Xavier; Thais Michele Fernandes; Fábio Adriano Almeida	447
Posfácio <u>Bacurau e a Educação: Se For, Vá na Paz</u> Isabel Cristina de Moura Carvalho	455
<u>Relação das autoras e dos autores</u>	461





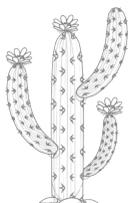
PREFÁCIO

Moema Viezzer

Quando recebi o convite para escrever o prefácio desta publicação, não tinha ideia de que a mesma incluiria 60 autores e autoras de 21 artigos, mais 116 autores e autoras responsáveis por relatar oficinas da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) realizadas em 2019 ao longo do território nacional, em localidades diferentes das cinco regiões do País. Ao fazer contato com este riquíssimo material, minha primeira reação foi perguntar-me se não seria suficiente e oportuno simplesmente parabenizar a organização e os(as) participantes desta magnífica iniciativa, desejando boa leitura e boa utilização deste e-book e da Plataforma de Políticas Públicas de Educação Ambiental (MonitoraEA).

Decidi, no entanto, escrever este prefácio por considerar a criação da ANPPEA como um dos grandes acontecimentos destes últimos anos para a Educação Ambiental em nosso país. Desde o seu início, essa nova articulação está em interface com redes, coletivos e instituições não governamentais e governamentais que trabalham este tema, trazendo maior visibilidade para a Educação Ambiental como uma das mais importantes trilhas a serem percorridas no trânsito para ‘Sociedades Sustentáveis’, como preconizam o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra, dois grandes pilares da Educação para a Sustentabilidade.

A ANPPEA, como descrevem as páginas que seguem, emergiu como um ‘caldo cultural’ de vários anos de propostas e práticas de políticas de Educação Ambiental para a sustentabilidade que ocorreram no Brasil nos âmbitos local, regional e nacional, particularmente no fim do século XX e inícios do século XXI. Foram seis anos contínuos de trabalho coletivo, dedicados à construção de



um novo patamar para políticas públicas participativas de Educação Ambiental, buscando responder a demandas formuladas por educadoras e educadores de todo o País.

ANPPEA e MonitoraEA são, assim, muito mais do que duas siglas que passam a figurar no glossário da Educação Ambiental. Ambas as iniciativas representam um novo momento deste longo caminho que vem sendo percorrido por milhares e milhares de educadoras e educadores ambientais e chegam como novos instrumentos destinados a orientar uma nova ‘Jornada de Educação Ambiental’. Chegam também como instrumentos de uma proposta criativa de ‘resiliência e resistência’, indispensáveis na situação atual de desmonte das políticas nacionais, que inviabilizam o alinhamento da Educação Ambiental à política governamental atual em âmbito nacional. Afinal, é na contracorrente que se situam os(as) que pensam e praticam a Educação Ambiental em termos de políticas públicas multicêntricas e multiescalares, que transcendem gestões governamentais e envolvem todos os atores sociais que interferem no meio ambiente.

Frente ao quadro vivenciado no País em 2019, a ANPPEA e a Plataforma MonitoraEA são amostras da necessidade premente de manter as propostas e iniciativas existentes e, ao mesmo tempo, criar novas formas de atuação em políticas de Educação Ambiental, entendida como “um direito de tod@s...” sempre “individual e coletiva”, como diz o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (princípios 1 e 3).

A teoria-na-prática

Os 27 indicadores formulados pela ANPPEA a partir das oito dimensões escolhidas constituem uma resposta às demandas de educadores e educadoras que participaram dos processos desencadeados anteriormente à sua criação.

Um dos aspectos subjacentes à proposta deste livro e da Plataforma, tanto em seu conteúdo como em sua metodologia



de construção, é a importância de evitar a dicotomia entre conhecimento e ação, o que não é exceção nas práticas sociais, inclusive na Educação Ambiental. Teoria e prática correm o risco de andar dissociadas, deixando vazios entre ‘o que se fala e o que se faz’. Mas, como lembra um ditado: “O que vale não é o que você sabe; é o que você faz com o que sabe”. Em outras palavras: é o fazer que revela o saber.

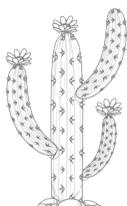
Assim, os indicadores são propostos como pistas destinadas a avaliar qual é a teoria-na-prática das ações socioeducativas. Além de permitir visualizar como se desenvolve a Educação Ambiental no cotidiano das ações estrategicamente empreendidas, estes indicadores levantam questões básicas sobre a importância de avaliar – no monitoramento e nos resultados – que valores e que princípios teóricos e metodológicos são revelados por nossas práticas de Educação Ambiental.

Um símbolo, muitas lições

Em entrevista dada ao jornal da FunBEA (julho 2019), Maria Henriqueta Andrade Raymundo, afirmou que “os indicadores são o coração da Plataforma”. Esta imagem é muito significativa para a ANPPEA e a MonitoraEA, que formam um conjunto sistêmico no interior da grande proposta holística da Educação Ambiental “em trânsito para sociedades sustentáveis”.

A imagem do coração nos remete automaticamente ao sistema circulatório do organismo humano. Nesse sistema, o coração é veículo prioritário de recepção e de partilha, inclusive no diálogo com os demais sistemas do corpo humano (respiratório, digestivo, neurológico, sensorial, endócrino, linfático). Como ‘coração’ da MonitoraEA, os indicadores podem ser vistos como veículos das políticas públicas de educação socioambiental “em trânsito para sociedades sustentáveis”, entendida como um sistema que, por sua vez, se articula com outros sistemas que trilham o mesmo caminho.

O coração tem duas necessidades principais para exercer suas funções e contribuir para um organismo saudável: sangue limpo e



boa circulação, para sua renovação permanente. Da mesma forma, o coração das políticas públicas de Educação Ambiental, representado pelos indicadores da Plataforma MonitoraEA, necessita, em primeiro lugar, do sangue bom, contido nos princípios, valores, teorias e metodologias que circulam nas políticas públicas de Educação Ambiental e poderiam ser resumidos em três ideias-chave de um novo paradigma: **Ecologia Integral, Ética do Cuidado; Buen Vivir (vida em plenitude)**.

A **Ecologia Integral** incorpora as dimensões ambiental, social, mental e espiritual. A **Ética do Cuidado** é o lócus de uma aprendizagem transformadora ao longo da vida, que abarca as várias dimensões da Ecologia Integral. E na filosofia milenar do **Buen Vivir**, a Ecologia Integral e a Ética do Cuidado se encontram no caminho oposto ao da contradição do sistema capitalista, no qual o ‘viver melhor’ de alguns poucos resulta em que milhões e milhões tenham de viver mal.

Nessa trilogia encontramos as respostas para a nova aprendizagem de convivência com toda a comunidade de vida: seres humanos e não humanos – todos filhos da Mãe Terra. Nessa trilogia está contido o sangue novo de que necessita um movimento educador ambiental em transição para sociedades sustentáveis que elabora e aplica políticas públicas de Educação Ambiental multicêntricas e multiescalares, envolvendo todos os atores sociais que interferem nas questões socioambientais.

Um movimento educador ambiental

Conforme artigo sobre Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil (Raymundo et al., 2017), a aplicação dos indicadores de Educação Ambiental “em trânsito para sociedades sustentáveis” só se torna efetiva num movimento social de educação ambiental que utiliza, mas transcende questões meramente técnicas.

Voltando à imagem dos indicadores como ‘coração’ da Plataforma MonitoraEA: vale lembrar que o funcionamento



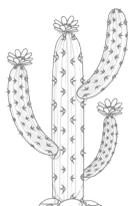
do sistema circulatório não é assegurado só por veias e artérias, que também têm sua função primordial. São os milhões de vasos capilares espalhados pelo corpo humano que garantem o diálogo do coração com os vários sistemas do organismo.

A imagem dos vasos capilares traz à lembrança duas palavras muito utilizadas em gestões anteriores do governo nacional nas políticas públicas de Educação Ambiental: ‘capilaridade e enraizamento’. Este livro constitui, por si mesmo, uma pequena amostra da capilaridade que alimentou o Órgão Gestor de Educação Ambiental (hoje extinto) com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Na perspectiva das políticas públicas multicêntricas e multiescalares, essa capilaridade e esse enraizamento permitiram a aplicação de políticas públicas participativas de órgãos de governo nos âmbitos federal, estadual e municipal, em escolas e universidades, em bacias hidrográficas, em unidades de conservação e em muitos outros espaços estruturantes, com milhares de educadoras e educadores organizados em grupos, associações, coletivos educadores, organizações não governamentais e outros, apoiados por centenas de instituições governamentais e não governamentais e por grupos articuladores, como as diferentes redes de Educação Ambiental. A ladainha é longa e diversificada.

Os artigos e os relatórios que compõem esta publicação evocam de maneira muito expressiva o que significou o exercício da capilaridade nas políticas públicas de Educação Ambiental multicêntricas e multiescalares que hoje necessitam ainda mais ser compreendidas, aplicadas e reorientadas neste momento de falta de participação imposto no governo federal.

Só um **Movimento Educador Ambiental** em transição para Sociedades Sustentáveis com Responsabilidade Global pode assegurar a continuidade, o avanço e o aprimoramento das políticas públicas de Educação Ambiental, alcançando o maior número possível de cidadãs e cidadãos mediante diversos tipos de diagnóstico-informação-formação-mobilização-comunicação-gestão que os 27 indicadores mencionam.



Exatamente por serem o coração da Plataforma MonitoraEA, os indicadores adquirem seu significado pleno na medida em que educadores e educadoras investem energia e recursos para assegurar a capilaridade das políticas públicas em processos acompanhados da circulação e do diálogo permanente de ideias e práticas de Educação Ambiental.

Este livro é, nos temas abordados nos artigos e nas ações registradas nos relatórios, uma nova fonte para reflexões e análises, trabalhos individuais e coletivos de novas aprendizagens que serão expressas em diferentes níveis de abstração teórica, em diferentes formas de expressão e em diferentes linguagens, de acordo com a realidade socioambiental vivida pelos atores que interferem na qualidade do ambiente e de vida.

Aos leitores e leitoras publicação e frequentadores(as) da Plataforma MonitoraEA só me resta desejar o melhor proveito na utilização de ambos neste novo momento da Educação Ambiental para sociedades sustentáveis. Aproveito a oportunidade para trazer lembrete do Tratado de Educação Ambiental em relação à ‘responsabilidade global’ neste mundo globalizado, que Frei Betto costuma chamar de ‘globocolonizado’, como é, de fato. Os tempos atuais de crise civilizatória e de mudanças climáticas, com suas graves consequências sociais e ambientais, demonstram diariamente como tudo está interconectado e assim precisa ser tratado também nas políticas públicas de Educação Ambiental.





APRESENTAÇÃO

Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Semíramis Biasoli
Evandro Albiach Branco
Marcos Sorrentino

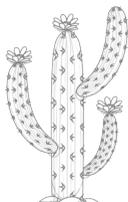
Esta publicação foi concebida na perspectiva da Educação Ambiental - Mandacaru, aquela que insiste, resiste, que se espalha, alimenta e tem energia reservada para suportar longos períodos de seca.

Os mandacarus descortinam as intrínsecas relações entre os humanos e não humanos, entre a alimentação, a terra, a água, a educação, a cultura e a sabedoria de um povo que resiste a um sistema que a cada dia implode a natureza, a integridade e a dignidade humana, ameaçando cada vez mais as diversas dimensões da vida no Planeta.

Aqui são reveladas histórias, análises, intervenções, utopias, necessidades, expectativas, diversidade, caminhadas longas ou iniciantes, - que avançaram ou ainda avançam na formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental-, demonstrando o quanto nós educadores e educadoras ambientais, o quanto as ações e políticas públicas desenvolvidas neste país são ‘mandacarus’ neste sistema opressor, injusto e desigual.

A partir da materialidade e da complexidade dos indicadores encontramos no Brasil muitos ‘mandacarus’, alguns estão presentes nesta publicação, transparecendo seus espinhos e sua suculência, suas forças e suas flores, suas terras rasas e áridas à espera de regadores e nutrientes que lhes permitam continuar de pé e existir.

Trazemos nesta publicação a complexidade e a simplicidade, a beleza e a aspereza dos mandacarus, que nos mostram, também, que os indicadores estão em nosso dia a dia, assim como cantado e



poetizado por Luiz Gonzaga: “mandacaru quando fulora na seca é o sinal que a chuva chega no sertão”.

Os indicadores, como os mandacarus floridos na seca, são os sinais que esperamos encontrar, evidenciando que a natureza segue seu fluxo; que plantas, animais e outros seres vivos continuam existindo, são os sinais para nos alertar o que precisamos aprimorar em nossas práticas educadoras ambientais pela transformação que possibilite uma sociedade justa, livre, solidária, democrática, inclusiva, plural e em convivência com outras formas de vida e de existência na Terra.

O que se apresenta nessa publicação é parte do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental (MonitoraEA), formado por oito dimensões, 27 indicadores compostos, ferramentas tecnológicas de análises espaciais e processos educadores que permitam diálogos, reflexões, acolhimento, criatividade, movimento, registros, sistematização e comunicação sobre a Educação Ambiental no País.

Desse modo, o Sistema MonitoraEA intenciona transparecer as flores dos mandacarus que estão escondidas, a terra – seca ou fértil – onde esses mandacarus resistem e políticas públicas de Educação Ambiental se espalham pelo Brasil, sabendo-se de suas carências, demandas e potencialidades.

Aberta por um prefácio profundo e esperançoso de Moema Viezzer e encerrado por Isabel Carvalho num posfácio artístico e provocador, essas autoras nos dão o deleite da leitura em metáforas, nos encorajando a seguir nas utopias das políticas públicas de Educação Ambiental, fazendo-nos acreditar que o monitoramento, a avaliação e os indicadores podem contribuir para regar e nutrir o solo que nós, educadoras e educadores, encontramos e no qual nos encontramos com as demais manifestações não humanas de vida.

A publicação, que está dividida em duas partes, pode ser caracterizada como uma fotografia dos matizes da resistência no campo da Educação Ambiental (EA).

A primeira parte traz 19 artigos escritos por autores e autoras

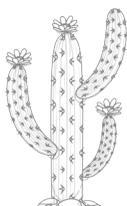


convidadas a refletir sobre monitoramento e avaliação de projetos ou políticas de Educação Ambiental em seus vários aspectos e inter-relações a partir dos indicadores construídos pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). Destaca-se que a ANPPEA, criada em 2015, é também fruto de um processo de resistência do campo da EA, que buscou inovar em arranjos institucionais para contribuir para o fortalecimento do ciclo de políticas públicas multicêntricas e multiescalares, valorizando a pluralidade de atores, territórios, fazeres e pensares.

Na primeira parte encontramos artigos sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas de EA do nacional ao local, das escolas às unidades de conservação, com análises enriquecedoras e inovadoras sobre leis, riscos e desastres socioambientais, arranjos político-pedagógicos, registros históricos da Educação Ambiental de norte a sul do Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apresentam suas trajetórias e estratégias que avançam em políticas de EA no país. Destaca-se ainda a importância de movimentos socioambientais, como o Observatório da Educação Ambiental (Observare) e da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), que fazem análises da conjuntura nacional e global em narrativas sobre o exercício do controle social, que é ou deveria ser parte de qualquer política pública.

Além disso, a primeira parte da publicação tem em seu artigo inicial a descrição e a reflexão sobre o processo participativo de construção do Sistema MonitoraEA, possibilitando aos leitores e leitoras a compreensão do conjunto da obra, o entendimento das partes 1 e 2 como uma estrutura de capilaridade de mandacarus por este país de tantas realidades.

Abrimos a segunda parte desta publicação com um artigo sobre a relevância do registro e da sistematização de experiências para os processos educadores ambientais, necessários ao monitoramento e à avaliação, com ação-reflexão-ação.



Após este artigo introdutório, temos os relatos resumidos de 23 experiências desenvolvidas pelos participantes das cinco oficinas de indicadores de políticas públicas de EA realizadas pela ANPPEA nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul com o propósito de formação de formadores e de construção do banco de dados piloto da Plataforma MonitoraEA. As experiências sistematizadas e registradas compõem a carga horária da formação realizada, num processo pedagógico da práxis, integrando esta publicação.

Os relatos demonstram a capilaridade alcançada no Brasil, dando voz e visibilidade não apenas aqui nesta publicação, mas, principalmente, nos territórios de atuação desses educadores e educadoras ambientais.

Desse modo, a presente publicação tem sua riqueza pelo envolvimento de 162 autoras e autores, de 17 membros do Conselho Científico, de toda a equipe da Secretaria Executiva da ANPPEA e de instituições articuladoras locais das cinco regiões do País, que contribuíram para essa materialização.

Assim, convidamos você, leitora e leitor, a mergulhar no mundo do monitoramento, da avaliação e dos indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental, sabendo que aqui você vai encontrar uma variedade de mandacarus como um sinal de encantamento, como um indicador de que o campo da EA existe e resiste.



Parte I

Análises e reflexões a partir dos indicadores
e controle social de políticas públicas de
Educação Ambiental





MonitoraEA: Processo Participativo para a Construção do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental

Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Evandro Albiach Branco
Semíramis Albuquerque Biasoli
Marcos Sorrentino

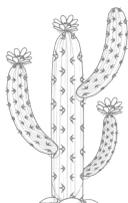
Monitorar e resistir com práticas pedagógicas

A Educação Ambiental (EA) que anima o Sistema MonitoraEA tem suas raízes fincadas na indignação e na esperança, na inquietude e na paz, na criticidade e na criatividade, na ação e na reflexão que nos movimenta pelas utopias de um mundo justo, livre, solidário, sustentável, com igualdade e respeito às diversidades.

Uma caminhada pela utopia que, ao ser anunciada e denunciada, potencializa educadoras e educadores ambientais num universo criativo de práticas que se sustentam pela criticidade da realidade e da esperança de transformação.

Em diálogo com Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos reconhecemos que a MonitoraEA está no campo das utopias “como exploração de novas possibilidades” (SOUZA SANTOS, 2000, p.323), “sabendo que é difícil mudar, mas é possível e tão fundamental ao educador que progressista, se engaja na prática de uma pedagogia crítica, numa luta que não é vã” (FREIRE, 2000, p. 52).

Freire (2000, p. 53), em sua obra da Pedagogia da Indignação, refletindo sobre educação e esperança nos diz: “não posso aceitar calado e ‘bem comportado’ que um bilhão de desempregados com quem encerra o século sejam considerados uma pura fatalidade deste momento”.



Precisamos analisar o hoje, vasculhar as possibilidades e as opções do presente, correremos os riscos da ação, do movimento, da inovação, da ousadia, da teimosia que nos possibilite ao menos pensar e propor um futuro passível de se viver com dignidade.

É neste espírito que emerge o Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental (MonitoraEA) para o centro do diálogo como um processo de moviment-Ação que une, que fomenta sinergias e transparece as nossas práticas para que sejam reconhecidas, aprimoradas e fortalecidas em seus propósitos de transição para sociedades sustentáveis.

Foi no ano de 2015, período de pré-consumação da ruptura institucional induzida no tecido sociopolítico brasileiro, em várias dimensões e com impactos ainda não totalmente compreendidos, que a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) foi criada. Esta articulação se colocou como ator social de resistência no âmbito das políticas públicas de Educação Ambiental, buscando encontrar sinergias com os instituídos e o movimento cotidiano da realidade das forças instituintes. A ANPPEA surgiu como fruto de processos históricos de resistência do campo da EA, firmando-se e autoafirmando-se como política pública capaz de contribuir para a emancipação, a autonomia e a transformação do status quo, que se desvai pelo sistema de sociedade dominante.

Com a missão inicial de desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação das políticas públicas de EA, a ANPPEA foi lançada num ato político-pedagógico demarcando o protagonismo da diversidade de atores no ciclo das políticas públicas de Educação Ambiental, dentro de uma abordagem de políticas multicêntricas, nas quais nem sempre o governo é o ator central nas suas formulações ou execuções.

As políticas públicas multicêntricas, que têm atores e segmentos diversificados na tomada de decisão são, segundo Secchi (2013), propícias para a existência de estruturas articuladas em rede com a busca de objetivos em comum e trabalhos compartilhados,



otimizando conhecimentos e recursos, além de facilitar processos de governança democrática e participativa.

Portanto, o Sistema MonitoraEA tem como foco as políticas públicas de EA desenvolvidas não apenas por governos, mas também por organizações não governamentais, instituições de educação superior, escolas, movimentos sociais, colegiados, redes, coletivos educadores, entre outros possíveis.

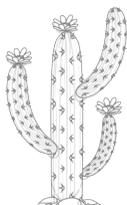
Muitos podem perguntar como um Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental contribuirá para fortalecer o campo da EA, como contribuirá para o engajamento na luta socioambiental ou para uma prática social transformadora. Longe de querer dar respostas, a MonitoraEA traz muitas perguntas, muitas dúvidas e inquietações para nos mobilizar, nos provocar em olhares profundos sobre os nossos fazeres de Educação Ambiental como política pública.

Jannuzzi (2011, p.9) diz que um sistema de monitoramento e avaliação pode ser descrito como o “conjunto de processos articulados de levantamento, organização e disseminação de informação para o ciclo de gestão de políticas e programas públicos, dirigidos a subsidiar o seu aprimoramento, garantindo mais transparência da ação e produzindo conhecimentos sobre os impactos das políticas”.

O Sistema MonitoraEA é formado por oito dimensões e 27 indicadores compostos de monitoramento e avaliação; ferramentas tecnológicas de análises espaciais multiescalares; além de processos político-pedagógicos que buscarão dialogar gradativamente com instituintes e instituídos.

Um pedaço do começo das coisas

Chegar ao MonitoraEA foi um processo de maturação histórica de longa data, que nos remete aos movimentos socioambientais, redes de Educação Ambiental, instituições de ensino superior, escolas, organizações não governamentais, gestão pública em suas diferentes esferas de poder e outros atores que



direta ou indiretamente influenciaram na institucionalização da EA no País, levando-a para o campo das políticas públicas.

Podemos afirmar que a importância do monitoramento e da avaliação sempre esteve presente no âmbito da EA, sendo destacada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), documento que é uma referência mundial, na lei Federal nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), bem como no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) desde sua edição de 2004 até a mais recente versão (2018).

É possível constatar vários esforços, a partir da instalação do Órgão Gestor (OG) da PNEA, em 2003, que alavancaram processos críticos, democráticos e participativos de formulação, execução e acompanhamento das políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. Entre esses processos cabe destacar a criação do Comitê Assessor do OG da PNEA; a criação e o fortalecimento das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) e o empoderamento da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) com sua malha de mais de 40 redes.

Ressalte-se, ainda, o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA), idealizado pela antiga Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) durante a gestão de 2003 a 2008, que embora não tenha prosperado por motivos diversos, constituiu-se como portal de comunicação e informações que permitiriam o acompanhamento, a integração e o fortalecimento de ações.

Consideramos os esforços mencionados, que foram efetivados pelo MMA e pelo Ministério da Educação (MEC), como ações estruturantes necessárias para deflagrar um sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental no País, trazendo para o seu cerne o controle social, a capilaridade das ações, a descentralização do poder, a democratização das políticas em processos educadores de emancipação.

Apesar de o OG da PNEA reconhecer a importância do



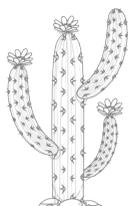
monitoramento e da avaliação das políticas públicas de EA e, mais que isso, desenvolver diversas ações para avançar nessa perspectiva, ainda não havia a propositura de um sistema.

Em 2014, o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), com o foco no fortalecimento de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental, deflagrou um processo de construção do Observatório Brasileiro de Educação Ambiental (ObservaEA), no qual planejou o delineamento de uma plataforma digital para integrar e compartilhar informações.

O processo do ObservaEA teve como fundamentos a elaboração participativa de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que, entre outras coisas, identificou os desafios das políticas públicas de EA no País, constatando-se que a ausência de indicadores de monitoramento e de avaliação dificultavam o aprimoramento e a consolidação das referidas políticas.

No mesmo ano de 2014, a Oca (Laboratório de Educação e Política Ambiental) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), realizou o Simpósio de Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis – Municípios, Escolas e Instituições de Educação Superior (IES) que Educam para a Sustentabilidade Socioambiental (SPPEA). O evento contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Superintendência de Gestão Ambiental da USP, da Itaipu Binacional, do MMA e do MEC. Como parte do Simpósio foi elaborado um diagnóstico participativo sobre a formulação e a implementação de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil.

Os resultados do Simpósio apontaram para um “déficit quanto à formação no campo das políticas públicas de EA, trazendo obstáculos para o ciclo dessas políticas, desde a formulação até o seu monitoramento, sendo evidenciada a urgência de criação de indicadores” (OCA, 2015, p.23). Outro resultado do diagnóstico que merece destaque é o desejo de 98% dos participantes do Simpósio em estabelecer sinergias entre as políticas públicas de



Educação Ambiental a partir de uma articulação nacional.

Com as análises do diagnóstico e do ObservaEA, a Oca/ESALQ/USP e o FunBEA convidaram o Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST/INPE) para delinearem juntos uma plataforma digital de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental.

Para tanto, a Oca organizou um novo encontro, chamando, em especial, os participantes do Simpósio, além de todas as pessoas interessadas, com objetivos de dialogar sobre os resultados do Simpósio e apresentar a proposta da plataforma que se delineava. Nesse encontro, ocorrido em agosto de 2015 no município de Piracicaba, São Paulo, com a participação de 100 pessoas das cinco regiões do País, se deu o lançamento da ANPPEA. No próprio lançamento, criou-se a secretaria executiva da entidade, formada naquele momento pelo MMA, MEC, Oca/ESALQ/USP, FunBEA e CCST/INPE, que assumiu a continuidade da construção da plataforma brasileira de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental.

Construindo as bases da estrutura do sistema brasileiro de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental

No período de 2016 a 2018, a secretaria executiva da ANPPEA desenvolveu um processo de construção de indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental com vistas a dar sustentação para a plataforma que se pretendia.

Desde o lançamento da ANPPEA havia a determinação de que a construção da Plataforma deveria ser um processo educador, seguindo os princípios e valores da Educação Ambiental, o que levou a secretaria executiva a estruturar uma metodologia participativa e dialógica. Nesse caminho, os indicadores foram construídos por meio de três grandes componentes metodológicos desenvolvidos de forma articulada e integrada:



i. Coordenação Científica

A Coordenação Científica era o grupo composto pelas equipes do CCST/INPE; FunBEA e Oca/ESALQ/USP, responsável pela coordenação geral de construção dos indicadores, com funções diversas, desde definir os recortes teórico-metodológicos até o desenvolvimento de processos educadores ambientais.

Neste processo, foram ratificadas as políticas públicas de abordagem multicêntrica, nas quais governos e sociedade colocam-se como parceiros para a formulação, a implementação e o monitoramento das políticas, considerando-se a diversidade de atores protagonistas. Foi escolhida também a abordagem multiescalar, que identifica o universo de atores-proponentes, que extrapolam a esfera pública, observando-se suas diversas áreas e escalas de influência espacial.

Optou-se pela definição do marco referencial, partindo das “dimensões definidas no PPP do MMA como necessárias para monitorar e avaliar as políticas públicas socioambientais que tenham EA de forma transversal” (RAYMUNDO; DINIZ; MARANHÃO; JANKE, 2015). As dimensões definidas no PPP do MMA são frutos de um processo participativo realizado pelo DEA/MMA entre 2014 e 2015 junto aos gestores públicos e analistas ambientais do Ministério e de suas instituições vinculadas: Agência Nacional de Águas (ANA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O processo contou também com as contribuições do Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA.

ii. Diálogos e Encontros

Foram realizadas oficinas, rodas de conversa, encontros, palestras e mesa-redonda com o objetivo de promover diálogos e reflexões que contribuíssem para a construção dos indicadores de monitoramento e avaliação das políticas públicas de Educação Ambiental. Mais de 700 pessoas puderam participar do processo



que envolveu atores diversificados das cinco regiões do País, entre educadores ambientais, gestores públicos, técnicos, lideranças, professores, estudantes e outros representantes do poder público, da sociedade civil, do setor empresarial, dos movimentos sociais, das redes, dos coletivos educadores, das escolas, das universidades, das CIEAs, etc.

iii. Método Delphi

A partir dos resultados dos processos participativos, a Coordenação Científica conduziu a sistematização das dimensões e dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental. O resultado final da sistematização foi a proposição de 27 indicadores, distribuídos em oito dimensões articuladas e integradas de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental.

Com este resultado geral, a equipe pôde construir, para cada indicador, uma ficha metodológica composta de objetivos, justificativas, conceitos, perguntas descritoras de coleta de dados, bem como métricas e critérios utilizados para a atribuição de pesos.

A partir das fichas metodológicas foi organizado e aplicado o método Delphi para aprofundar, aprimorar e validar os indicadores construídos coletivamente. “A técnica ou método Delphi, como é denominada, baseia-se na seleção de um grupo de informantes socializados com o tema ou com o contexto a ser investigado” (ANTUNES, 2014), e “é umas das técnicas utilizadas para a construção de indicadores qualitativos” (MINAYO, 2009), sendo importante para validar instrumentos e resultados de pesquisa a partir de especialistas no assunto.

Aplicou-se o método Delphi com um grupo de 34 especialistas, distribuídos por todas as regiões do País, além de Portugal e Espanha, e com histórico de envolvimento na Educação Ambiental, políticas públicas e/ou indicadores. Os especialistas são provenientes de diversificadas áreas de atuação, como instituições de educação superior, escolas públicas, prefeituras, governos federal e estadual, unidades de conservação, redes de Educação Ambiental,



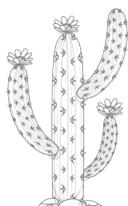
coletivos educadores, coletivos jovens de meio ambiente, CIEAs, comitês de bacia, organização não governamental, setor privado, entre outros. Dos 34 especialistas consultados, 26 além de representar segmentos ou instituições específicos, atuam em redes ou coletivos de Educação Ambiental, articulados por todo o País. Após as devolutivas dos especialistas, a Coordenação Científica realizou a sistematização analítica que resultou no aprimoramento das fichas metodológicas e de validação dos indicadores.

Com a definição dos referenciais teóricos de monitoramento e de políticas públicas e com os indicadores construídos e validados tornou-se possível avançar no detalhamento conceitual da Plataforma. Foram definidas as suas ferramentas tecnológicas, que permitirão o cadastro colaborativo de políticas públicas de EA, o mapeamento interativo, considerando a multiescalaridade como uma propriedade essencial ao sistema, além da visualização de conteúdos produzidos pela diversidade de atores atuantes no campo da EA no País.



Figura 1: Dimensões e respectivos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental.

Fonte: Elaboração própria



Desse modo, em dezembro de 2018, a ANPPEA lançou os 27 indicadores e suas respectivas dimensões de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental (Figura 1), demarcando a conclusão de mais uma etapa do processo participativo de construção do Sistema MonitoraEA.

Processo pedagógico a partir dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental

A proposta do Sistema MonitoraEA não constitui um ato burocrático e gerencial. Ao contrário, ela está imbuída da perspectiva pedagógica de construção de sociedades sustentáveis. Desde o seu delineamento traz, portanto, processos de formação mediados pela dialogicidade que busca o comprometimento com a emancipação e a transformação anunciada pelas utopias de um mundo melhor para se viver.

Neste sentido, ainda como parte da construção do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental, a secretaria executiva da ANPPEA realizou, no período de março a julho de 2019, um processo formativo com o desenvolvimento de cinco oficinas, sendo uma em cada região do País, conforme quadro a seguir:

Região	Articuladores e parceiros locais da ANPPEA	Datas
Região Nordeste: Praia do Forte, Mata de São João, Bahia	Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA/BA), Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA), Projeto TAMAR	25 a 27/março 2019
Região Sul: Foz do Iguaçu, Paraná	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Coletivo Educador de Foz do Iguaçu, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), campus Foz do Iguaçu	22 a 24/abril 2019



Região Centro Oeste: Campo Grande, Mato Grosso do Sul	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do MS (CIEA), Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso do Sul, Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), Instituto Mamede, Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN), Museu de Culturas Dom Bosco, Coletivo Jovem MS, TVE Cultura e IBAMA	21 a 23/maio 2019
Região Sudeste: Vitória, Espírito Santo	Prefeitura Municipal de Vitória; Projeto Baleia Jubarte	28 a 30/maio 2019
Região Norte: Belém, Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA); Grupo de Estudo de Educação, Cultura e Meio Ambiente (GEAM/UFPA); Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA); Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS); Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Pará (CIEA/PA); Rede Paraense de Educação Ambiental (RedePAEA); Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SETEC) e a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.	5 a 7/junho 2019

Quadro 1: Oficinas realizadas nas 5 regiões do País e suas respectivas Instituições Articuladoras da ANPPEA

As cinco oficinas tiveram os objetivos de contribuir para a formação de formadores, propiciando diálogos, reflexões e construção de conhecimentos sobre monitoramento, avaliação e indicadores de políticas públicas de EA de transição para sociedades sustentáveis a partir dos 27 indicadores, bem como criar um banco de dados nacional piloto.

O processo formativo das cinco oficinas desenvolveu-se com três estratégias pedagógicas bem demarcadas para o ensino-aprendizagem:

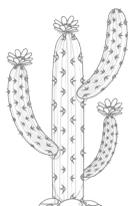




Figura 2: Estratégias pedagógicas da formação de formadores do Sistema MonitoraEA

Tempo e Espaço Fixo referia-se ao momento do ensino-aprendizagem com local, data e carga horária pré-determinadas; presença de um ou mais mediadores da secretaria executiva da ANPPEA.

Tempo e Espaços Territoriais caracterizou-se em ações realizadas pelos participantes das cinco oficinas nos seus respectivos territórios. Este momento do ensino-aprendizagem teve como objetivos a socialização dos conteúdos do Tempo e Espaço Fixo, capilarizando as informações no País, subsidiando a criação do banco de dados piloto da MonitoraEA em processos de construção de conhecimentos dos próprios participantes, que articulavam as ações em seus territórios e da diversidade de atores que envolviam.

Registros das Atividades trazia a importância da documentação das práticas realizadas, como forma de guardar uma memória e oportunidade de refletir sobre a ação. Com este momento pedagógico de aprendizagem a Oficina de Formação de Formadores era considerada concluída.

As três estratégias pedagógicas do processo formativo sobre a MonitoraEA fundamentaram-se pela pedagogia da práxis com a teoria-prática-teoria, ação-reflexão-ação, “que não esconde o conflito, que assume o risco do engajamento e sem neutralidade



busca intervir e aprender com a realidade em processo” (GADOTTI, 1998, p.30).

A metodologia desenvolvida também se inspirou na pedagogia da alternância, que se realiza em tempos e espaços diferentes numa interação entre o formal, a família, o trabalho e a comunidade. Segundo Gimonet (1999, p. 44), pedagogia da alternância significa “outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, é aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos de experiências”.

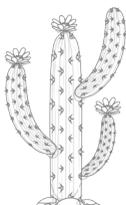
Desse modo, o processo formativo da ANPPEA para a formação de formadores quanto aos indicadores de políticas públicas de EA considerou a relevância dos diversos espaços e tempos para a construção de conhecimentos, oportunizando que as relações vividas nos territórios dos participantes das oficinas fossem foco de observação, diálogos e análises, gerando aprendizagens e protagonismo dos mesmos.

Por meio das três estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem com ação-reflexão-ação, propostas na práxis e na alternância, os participantes puderam problematizar suas realidades em busca de aprimoramentos e transformação.

Algumas considerações

A MonitoraEA foi construída a partir de um processo educador ambiental inspirado em diálogo, democracia, participação, diversidade, criticidade, transparência, tecnologias e ciência. Um processo artesanal feito a várias mãos, com a flexibilidade do tecido socioambiental, que constitui os territórios brasileiros em movimentos dinâmicos que emergem dos aspectos políticos, econômicos, históricos, sociais, históricos, culturais e naturais.

Monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Ambiental requer o aprofundamento de perspectivas pedagógicas de transformação, de comprometimento do poder público com o bem comum e de diálogo de saberes.



Neste ano de 2019, a ANPPEA, como uma estrutura de natureza institucional plural, baseada em ciência e autônoma, pôde garantir a continuidade do amplo processo de construção do sistema, possibilitando que a diversidade de atores da EA de todas as regiões do País se colocasse num processo de formação, autoformação e autoavaliação, articulando-se e refletindo sobre suas práticas pedagógicas.

Entre os vários resultados das oficinas, alguns apontam para a capilarização dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas que se caracterizam como oportunidade de tomadas de decisão precedidas de aprendizados e pelo fortalecimento da Educação Ambiental no Brasil.

Embora complexo e desafiador, o processo narrado é apenas o primeiro passo para o pleno estabelecimento tanto da articulação (ANPPEA) como do sistema (MonitoraEA), que por sua natureza, deverá se manter vivo e orgânico, fomentador contínuo de reflexividades, inclusive internamente, e sempre atento às utopias, sonhos e expectativas que nos movem.

Referências

ANTUNES, M. M. **Técnica Delphi**: metodologia para pesquisas em educação no **Brasil. Rev. Educ.** PUC-Camp., 19(1), 2014. p. 63-71.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, M. **Pedagogia da praxis**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. 1998

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de educação e orientação. In: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento, 1., 1999, Salvador. **Anais...** Salvador: Unefab, 1999. p. 39-48.



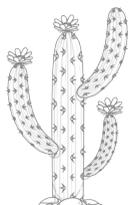
JANNUZZI, P.M. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. In: **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação nº. 5, jan-jun 2013. p. 4-27.

MINAYO, M. C. S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica** - Fundação Oswaldo Cruz, 33 (Supl. 1), 2009, p. 83-92.

RAYMUNDO, M. H. A.; DINIZ, N.; MARANHÃO, R.; JANKE, N. Projeto político pedagógico como estratégia para inclusão da educação ambiental nas políticas públicas brasileiras. **Ambientalmente Sustentável**, II (20), 2015. p.150-165. Disponível em: <<https://doi.org/10.17979/ams.2015.2.20.1608>> Acesso em 02/10/2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises – casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013. 168 p.

SOUSA SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento. 1994.





A Política Nacional de Educação Ambiental e os Indicadores para sua Avaliação

Marcos Sorrentino
Renata Maranhão
Nilo Diniz

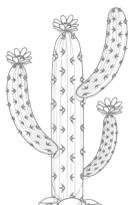
Avaliar compreende necessariamente o saber para onde e como caminhar, num diálogo entre conceito e experiência. Objetivos e metodologia a direcionarem os passos e sendo por eles redefinidos. Pode-se dizer que avaliar exige planejamento e estratégia revisitados e redefinidos de forma incremental e articulada com as experiências vivenciadas.

Avaliar não é tarefa simples. Exige criticidade e desapego, inclusive com referência à base teórica. É ouvir o outro e a si próprio, dialogar com os acontecimentos e com as distintas interpretações sobre os mesmos, confrontando, se preciso, com base conceitual inspiradora.

Avaliar a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é tarefa ainda mais complexa diante de um campo polissêmico, de múltiplos atores sociais e disputas políticas, mas é tarefa cada vez mais relevante diante do contexto global e local de crise ambiental.

Nas poucas páginas e tempo destinados a este artigo não há condições de analisar cada um dos conceitos associados ao título – política, nação, educação, ambiente e ambientalismo, avaliação e indicadores, mas seu estudo aprofundado é importante, tendo em vista a diversidade de compreensões que os animam. A questão ambiental, como exemplo, pode não se circunscrever à conservação dos recursos naturais, como alguns acreditam, assim como política não se limita a partidos políticos e nação não é sinônimo de Estado, nem educação ocorre apenas com crianças ou adultos em escolas.

No diálogo sobre os conceitos torna-se evidente e necessário



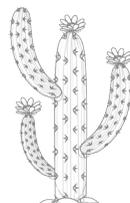
o consórcio entre ideologia, epistemologia e filosofia a orientar definições e pressupostos dos objetivos, metodologias, técnicas, conteúdos e avaliação, sejam eles assumidos individual ou coletivamente. Quando essa orientação é coletiva envolve o fazer político, porque deriva de acordos, pactos ou articulações voltadas à compreensão comum e, no contexto da educação e do meio ambiente, também ao bem comum.

Avaliar pressupõe a definição de indicadores, que traz um horizonte e elementos para alinhar caminhos; pactuar conceitos, utopias, estratégias e propósitos; estabelecer os componentes que devem integrar uma política pública de Educação Ambiental, apresentando pistas sobre onde apostar energias; e contribuir com uma reflexão sobre as práticas realizadas, indicando o que pode ser aprimorado para potencializar os resultados esperados. Com isso, a forma de se pensar e fazer Educação Ambiental se potencializa e passa a ativar processos estruturantes, inovadores e transformadores em busca do almejado.

Na experiência de gestão pública realizada pelas pessoas que assinam o presente artigo há a compreensão sobre uma das lacunas da PNEA ser a ausência de um instrumento de avaliação de políticas públicas, amplamente validado pelos atores do campo e pela sociedade brasileira em geral¹.

Certamente nos 20 anos da lei que instituiu a PNEA, muitas ausências e equívocos podem ser apontados, dentre eles a própria demora de quase quatro anos para a criação do seu Órgão Gestor e a ausência de um instrumento construído participativamente para avaliar as políticas públicas; o orçamento sempre bem inferior à expectativa e à necessidade da área; a descontinuidade de programas

¹ No entanto, torna-se obrigatória uma avaliação para iniciar o presente artigo - a indignação e repúdio dos ambientalistas e educadores ambientais em relação ao desmonte da PNEA, promovido pelos atuais gestores que atuam no governo federal. Não só repúdio ao desprezo a ela destinado pelo mandatário empossado e por seus ministros nomeados em 2019, ignorando a existência do Órgão Gestor e do Comitê Assessor, previstos na Lei de 1999 que a instituiu, e no decreto de 2002 que a regulamentou, mas também pelo desmonte das equipes do Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente e da Coordenação de Educação Ambiental e Temas Transversais, ex Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA), do Ministério da Educação. Arcabouço institucional duramente construído desde os anos 1970, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), foi formalizado no organograma dos Ministérios quando, em junho de 2003, a Ministra do Meio Ambiente e o Ministro da Educação se reuniram e nomearam seus auxiliares para a articulação da EA em todo o governo federal e com a sociedade.

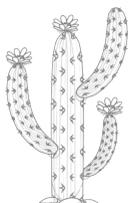


e projetos em função da mudança de mandatários maiores ou menores.

No entanto, um rápido balanço do realizado até 2018 permite comemorar, pelo menos, a sobrevivência da EA nos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, compondo o Órgão Gestor da PNEA dentro da estrutura do governo federal; conquistas no âmbito institucional e na elaboração e implementação de políticas públicas estruturantes de EA; a compreensão que animou seus diferentes gestores sobre a importância do diálogo com a rede de ensino, professores, estudantes e gestores, com a sociedade civil organizada, especialmente com a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e a malha de mais de 40 redes por ela articuladas; a continuidade do apoio a iniciativas da sociedade, como a criação do Fundo Brasileiro de EA (FunBEA) e da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), responsáveis pela presente publicação e pelo projeto de criação dos indicadores de monitoramento e avaliação da EA, bem como da plataforma que permite o seu georreferenciamento e acesso público e democrático; as mobilizações e debates com a sociedade, educadoras e educadores, estudantes e ambientalistas nos processos de conferências públicas.

Cabe destacar ainda, a instituição e o funcionamento do Comitê Assessor, com representantes do governo e da sociedade civil; a constituição e o fortalecimento de 27 Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs); e inúmeras pessoas e instituições desenvolvendo ações nos territórios e municípios, a exemplo dos coletivos educadores, coletivos de juventude, salas verdes, câmaras técnicas de Educação Ambiental de comitês de bacias e grupos de pesquisa.

Além de políticas que fomentaram a constituição dessa rede de instituições mencionada, avançou-se no entendimento de que a EA pode ser um importante campo de apoio estratégico à implementação de políticas públicas. Nesse contexto foram estruturados programas e estratégias em que a PNEA teve um olhar específico para políticas temáticas, como, por exemplo, saneamento, unidades de conservação, bacias hidrográficas, resíduos sólidos,



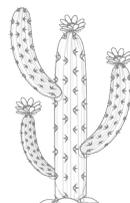
licenciamento, agricultura familiar e juventudes.

No entanto, desenvolver ações de EA em uma perspectiva crítica e transformadora, conforme preconizado pela PNEA, não é tarefa fácil e não existe um manual nem um passo a passo a ser seguido. Com isso, a PNEA se implementa de diferentes formas, tornando-se uma política com alto potencial de discricionariedade, uma vez que não há consenso sobre seus conceitos e ela se desenha de acordo com as percepções, os objetivos e as habilidades da pessoa, instituição ou grupo que a implementa.

Matland (1995) encara ambiguidade e conflito como elementos existentes no processo de avaliação da implementação das políticas públicas, caracterizando, de acordo com esses dois critérios, quatro tipos de implementação: (i) implementação administrativa, (ii) implementação política, (iii) implementação experimental e (iv) implementação simbólica (Quadro 1).

De acordo com os tipos de implementação propostos por Matland (1995), em uma análise preliminar, que merece estudos aprofundados, pode-se inferir que nos 20 anos de implementação da PNEA ocorreram predominantemente características de implementação discricionária, com baixos níveis de conflito e alta ambiguidade. Baixo conflito por não ter sido prioridade na pauta do contexto político, e alta ambiguidade por ser uma política compreendida conceitualmente de diferentes formas pelos diversos públicos, fato que se representa pela diversidade de conceitos, nomenclaturas e práticas de Educação Ambiental existentes no Brasil e no mundo.

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2019 e em âmbito nacional, a Educação Ambiental e todos os processos de participação e formação associados, passaram a sofrer influência da esfera central, apresentando um nível de conflito alto em relação aos meios/recursos (humanos, estruturais, tecnológicos e financeiros) para o cumprimento das diretrizes da política. Esse fato se traduziu em uma perda institucional e estratégica do Órgão Gestor da PNEA e, indiretamente, de outras áreas, políticas e ações em que a EA se inseria de forma transversal. Dessa forma, a implementação da



PNEA passa a obter uma implementação simbólica, com falta de espaço institucional definido, o que implica na ausência de uma política pública estruturante e um espaço da não ação, o que, no médio e longo prazo, pode ter reflexos em âmbito estadual e municipal.

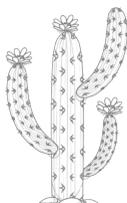
	Baixo conflito	Alto conflito
Baixa Ambiguidade	Implementação administrativa Recursos = Resultados Sistemas fechados e tecnocráticos	Implementação Política Poder determina coercitivo
Alta Ambiguidade	Implementação experiencial Contexto determina os processos	Implementação Simbólica Novos valores Não Ação

Quadro 1: Modelo ambiguidade-conflito como elementos existentes no processo de implementação das políticas públicas.

Fonte: Adaptado a partir de Matland (1995: 161)

Mesmo diante de uma conjuntura que traz indutores e ativadores de processos educativos por colocar na pauta a emergência pelo enfrentamento das problemáticas socioambientais, a percepção sobre esse sentido de urgência ainda não está refletida nas soluções buscadas e na estrutura para implementação das ações necessárias. São diversas barreiras no âmbito da política pública de Educação Ambiental nas três esferas governamentais e nas organizações da sociedade civil, tais como: retrocessos institucionais; diminuições orçamentárias refletidas no PPA; corpo técnico reduzido; remoção de equipes para outras áreas consideradas prioritárias; e demanda majoritária por ações pontuais.

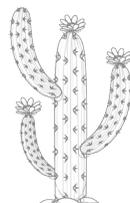
Avaliar a EA que se realiza é uma tarefa constante e imprescindível à sua eficiência, eficácia e efetividade, à minimização das barreiras encontradas e ao desenvolvimento de políticas públicas integradas e sinérgicas, que se somam, alcançando resultados mais



expressivos, continuados e estruturantes. Porém, a ausência de uma sistematização amplamente acessível e continuada, especialmente em relação às políticas públicas, pode e deve ser enfrentada por meio da definição de indicadores e da construção de uma plataforma nacional como a que vem sendo promovida pela ANPPEA. No entanto, é necessário dialogar com profundidade sobre a EA desejada e necessária neste panorama degradado e degradante que se aprofunda no Brasil e no Planeta.

Vivemos uma realidade que afoga sonhos e utopias; apaga identidades; que desinventa culturas; desestabiliza alianças; desalinha certezas; enterra a potência de ação; desencadeia a não ação; invisibiliza pessoas; exclui as maiorias ditas minorias; convence-nos de que a mudança não é possível; desvaloriza o ser e o valor da vida; ofusca e nega os impactos socioambientais; padroniza o conceito de sucesso, força e felicidade; iguala as diferenças; aterra trajetórias, falas, lendas e estórias; apressa e rouba o tempo; nos tira do que importa; transforma o ouvir e o diálogo em falas unilaterais; acaba com os sentidos e o sentir; transforma povos em indivíduos sem elos e identidade; amedronta; acaba com o sentido de comunidade, de estar junto, do bem comum; simplifica a complexidade; cria verdades únicas e padroniza o belo, ofuscando as diversas belezas; apaga brilhos e minimiza a poesia, a música, a dança, a arte e tudo que nos energiza e nos fortalece como seres humanos singulares dentro de um plural mágico e sinérgico; enfraquece nossas raízes, prejudicando o poder da capilaridade; normaliza a barbárie e as injustiças socioambientais; anula sabores e saberes; silencia ideias, palavras e pensamentos; transforma o questionar em obedecer; oprime a alma e o ser; desestrutura, desacredita e questiona o valor da vida, os valores mais preciosos e humanitários; vela e veda o sentimento de urgência da transformação da relação entre sociedade e natureza; abala estruturas direitos e liberdades; mata oportunidades e sonhos.

Nesse cenário é preciso avaliar e refletir sobre as crenças e os valores que se perpetuam, seus impactos nas sociedades e nas políticas públicas e qual é o papel da Educação Ambiental no

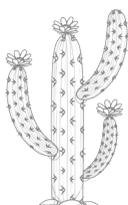


tempo histórico atual. Demandam-se processos que incorporem os valores que se tornam cada vez mais complexos e que chamam para identificar quais perspectivas se abrem e com quais atores e instrumentos se pode contar.

Recentemente a Fundação Progresso e o Circo Voador, nos Arcos da Lapa, Rio de Janeiro, realizaram a quarta edição do Plante Rio com o apoio de diversas pessoas e entidades. Neste evento ocorreu uma mesa redonda com o tema ‘ideias para adiar o fim do mundo’, nome de livro homônimo de Ailton Krenak. Aqui reside uma trilha a ser seguida no presente artigo – quais poderiam ser os indicadores para avaliar a efetividade das políticas públicas (e de seus programas, projetos, atividades e ações) na promoção e no apoio ao diálogo sobre o destino, a direção e o sentido dessa caminhada educativa e ambientalista? Qual sociedade ou quais sociedades a EA pretende contribuir para construir? Quais objetivos, métodos, técnicas e conteúdos podem e devem ser mobilizados para que a EA consiga promover o diálogo sobre ideias capazes de prorrogar ou transformar a expectativa de ‘fim do mundo’?

Indicadores para avaliar a EA que se quer, ou melhor, para avaliar se a EA está conseguindo promover o diálogo entre as pessoas e com a natureza e com os propósitos existenciais de cada sujeito. Indicadores para avaliar se a EA conseguiu promover uma arqueologia virtual do presente, como sobre isto já escreveu Boaventura de Sousa Santos e o Programa Nacional de EA (ProNEA). Indicadores sobre a capacidade da EA de promover reflexões e diálogos sobre os caminhos que se deseja trilhar como pessoa, grupo social e humanidade. Para onde se deseja caminhar? Quais são os objetivos existenciais? O que significa caminhar fazendo um caminho coletivamente, em busca do bem viver?

Fim do mundo? Fim da vida? Finalidade do mundo e da vida? Adiar o fim do mundo ou o da espécie humana? O fim do indivíduo ou o fim da pele que habito durante esta tão breve jornada pela Terra? Quando acaba a vida neste corpo, acaba o mundo? Fim do mundo será o fim do pensamento, do sentimento, da história?



Materialistas e espiritualistas possivelmente concordem com a hipótese de que o mundo não acaba com o advento da morte, da pessoa ou da humanidade. Talvez algo acabe ou se transforme aqui na Terra e quem sabe no além. Talvez apenas para quem morre.

A questão que então se coloca é a de adiar ou modificar a noção de fim do mundo para que se torne para cada pessoa, durante o período que nele se vive, repleto de vivências, aprendizados, frustrações e felicidades. Adiar, no sentido de postergar a oportunidade de existir nas condições favoráveis à vida. De bem existir, de bem viver. Modificar, no sentido de repensar e reconstruir as relações humanas, que compreendem também a relação com o ambiente e com as diferentes espécies, ante a ameaça do 'fim do mundo'.

Adiar a deterioração das condições de existência e melhorar a vida, a compreensão, a humanidade e o mundo. Os aprendizados de cada pessoa podem servir de base para verificar se os indicadores propostos pela ANPPEA para avaliar políticas públicas de EA são suficientes.

Uma pergunta pode ser útil para o exercício de avaliação, com a formulação e monitoramento de indicadores. A EA realizada e as políticas públicas que a apoiam, conseguem:

1. Promover a inclusão radical da diversidade?

Inclusão de toda a diversidade de humanos, humanidades e espécies que habitam o Planeta, incluindo a proteção dos sistemas naturais e elementares, que trabalham na manutenção da vida, criando condições para o (des)envolvimento integral. Aqui não se trata apenas de inclusão ao direito de consumir, direito de ser igual aos demais, por meio do consumo. É também o direito à diferença e à livre opção, direito à cidadania, à florestania.

Nenhum a menos! Gente é para brilhar! Podem ser sugestões poéticas para três tríades de reivindicações por inclusão radical, que podem realizar a sonhada democracia popular enunciada por utopias políticas, religiosas e científicas ao longo da História:



- Terra, teto e trabalho;
- Educação, saúde e natureza;
- Comunicação, participação e espiritualidade.

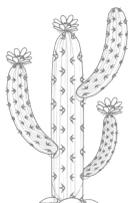
Sem a possibilidade de pleno acesso a eles para todos, hoje e sempre, não há condições de sustentabilidade socioambiental, nem de liberdade ou emancipação.

2. Promover iniciativas educadoras rumo a Sociedades Sustentáveis? Mudanças culturais rimam com processos educadores permanentes, continuados, articulados e com a totalidade, como enunciado pelo ProNEA em sua busca por uma EA popular.

Transições educadoras necessitam de (r)evoluções culturais que podem ser “armadas” por potentes instrumentos do bem viver – amizade, generosidade, gratuidade, economia circular, permacultura, agroecologia, sistemas agroflorestais, mutirões, bombas de sementes, atenção, cuidado, escuta sensível, dentre tantos outros recursos de construção de novos modos de ser e estar na Terra, na terra, na cidade e nos territórios.

É preciso toda uma aldeia para educar uma criança e, portanto, é preciso educar toda a aldeia, sendo importantes e necessários os Projetos Políticos Pedagógicos Participativos Territoriais (município, microbacia, bacia hidrográfica, unidade de conservação, escola, movimentos sociais, tribos de convivencialidade, dentre outros possíveis recortes territoriais). Projetos criados por coletivos educadores ambientalistas, que promovam o questionamento das necessidades materiais e simbólicas, e que auxiliem a emergência de uma Nova Cultura da Terra, da terra e do território.

3. Promover a incidência de seus atores em processos que vão da pedagogia às políticas públicas, passando por saberes, conhecimentos e aprendizados de conteúdos técnicos/científicos e tradicionais? A aquisição incremental de repertórios que possibilitem atuar na formação de formadoras e formadores, ou na educação de educadoras e educadores potentes para agir dialogicamente em suas comunidades, promovendo caminhadas individuais e coletivas em busca de felicidade, bem viver e plena



realização existencial, deve ser objeto de avaliação permanente e continuada da EA.

Tais repertórios devem habilitar a educadora e o educador ambientalista a incidir em um amplo espectro de iniciativas, que vão da dimensão pedagógica de cada atividade às políticas públicas locais, regionais, nacionais e planetárias.

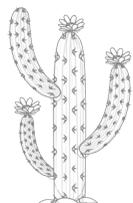
Educadoras e educadores pautados por um ideário ambientalista, que incentive a autogestão e a auto-análise, o autoconhecimento e que contribua na definição de identidades e sentimentos de pertença.

4. Promover articulações e organização que possibilitem a emergência de uma inteligência estratégica – os ‘think tanks’ da sustentabilidade socioambiental, comprometidos com o bem viver e a superação das causas de vulnerabilidades, que se desdobram nas migrações em massa e nas situações dramáticas dos refugiados em diferentes partes do Planeta?

No Brasil e em vários locais da Terra, presencia-se a chegada aos governos centrais e regionais de forças conservadoras do obscurantismo, intolerância e violência, individualismo competitivo, consumismo, concentração de poder e retrocessos à irracionalidade selvagem do capital.

Resistir é preciso! E mais do que isto, existir e navegar também é preciso. Não devolver o bilhete de entrada e por uma questão de dignidade continuar a continuar, promovendo a união de pessoas e forças comprometidas com o meio ambiente, a democracia e os direitos sociais é papel das pessoas que educam(se) ambientalmente e de todas as políticas públicas comprometidas com a EA.

Para não antecipar o fim da vida humana na Terra, nem a vida de cada humano na Terra e para continuar na eterna atuação pela melhoria das condições existenciais de todos, em solidariedade sincrônica e diacrônica com a nossa espécie e com as demais, com as quais convivemos e conviveremos neste pequeno e belo planeta, como enunciado pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado



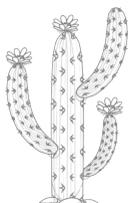
a inúmeras mãos no processo preparatório e durante a Rio92, e referendado na Rio+20, sempre com o protagonismo das educadoras e dos educadores ambientais do Brasil, é necessário que a vida seja repleta de oportunidades de aprendizados, desafios e felicidades para todas as pessoas. E tanto melhor ela será para cada pessoa, quanto melhor ela for para a outra pessoa ou espécie, ser com os quais se compartilha a oportunidade de viver na Terra.

Na busca de soluções em períodos de crise foram muitos os avanços obtidos por meio de processos de mobilização, educação e participação social. Essa percepção pode reforçar a potência de ação. É possível resistir e promover uma educação que contribua para um projeto de sociedade que integre os saberes nas dimensões ambiental, ética, cultural, espiritual, social, política e econômica, impulsionando a dignidade, o cuidado, o bem viver e a valorização de toda forma de vida no Planeta, conforme missão apresentada pelo ProNEA.

As políticas públicas de EA se posicionam ao lado das diversas políticas que almejam transformações socioambientais. O desafio se amplia a cada dia, os problemas são cada vez mais complexos e a desesperança pode gerar um sentimento de impotência. Educadoras e educadores podem desenvolver políticas públicas que alimentem o potencial de ação e de indignar-se buscando:

desvelar, enraizar, conectar, integrar, diagnosticar, emocionar, encontrar, se empoderar, iluminar, diversificar, transformar, refletir, problematizar, resistir, se indignar, lutar, questionar o óbvio, resgatar histórias e trajetórias, acolher, democratizar, libertar, facilitar, educar, territorializar, moderar conflitos, intervir, poetizar, engrandecer, ouvir, compreender, desconstruir, reconstruir, reafirmar identidades e valores, sonhar, amplificar vozes, incluir, humanizar, protagonizar, rebelar, pulsar, reflorestar, esperarçar.

Tornar-se livre das amarras da globalização mercantil, colocando a vida e a dignidade humana no espaço central das decisões de sociedades que pretendem bem viver na Terra.



Referências

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo : Companhia das Letras, 2019. 64 p.

MATLAND, Richard E. **Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation**. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 5, n. 2, p. 145–174, 1 abr. 1995.





Pensar Fora da Caixa: Transição Sustentável e Resiliente

Rachel Trajber

“Car je montrais aux hommes comment ils faisoient leurs malheurs eux-mêmes, et par conséquent comment ils les pouvoient éviter.”

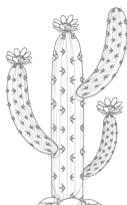
Jean Jacques Rousseau¹

Em 1756, Jean Jacques Rousseau (1712-1778) escreveu a Carta sobre a Providência dirigida a Voltaire, em que criticava seu poema sobre o terremoto de Lisboa por ter uma visão maniqueísta da providência divina. Rousseau afirmava:

(...) a natureza não havia absolutamente ajuntado ali vinte mil casas de seis andares, e se os habitantes dessa grande cidade estivessem espalhados mais igualmente em casas mais simples, o estrago teria sido muito menor e, talvez, nulo. Todos teriam fugido ao primeiro abalo, no dia seguinte teriam sido vistos (...) como se nada tivesse acontecido; mas foi preciso ficar, teimar em permanecer nas casas, se expor a novos tremores, porque o que se deixa vale mais do que aquilo que se pode carregar. Quantos infelizes pereceram neste desastre para querer tirar, um de suas roupas, o outro de seus documentos, o outro seu dinheiro? (WIKISOURCE, 2019).

Rousseau percebe que um evento extremo, mesmo que gerado por forças naturais, se torna um desastre socioambiental quando impacta e gera danos para a sociedade e os ecossistemas. Os desastres não são naturais (WISNER et al., 2011), nem da providência divina, mas uma produção social; além disso, o filósofo iluminista critica o modelo em surgimento, que prioriza os bens individuais em detrimento da vida e do bem comum. Vigente ainda hoje, o modelo de desenvolvimento que então começava, ganhou

¹ “Porque mostrei aos homens como eles faziam suas próprias desgraças e, conseqüentemente, como poderiam evitá-las”. Trecho extraído de: <https://fr.wikisource.org/wiki/Lettre_à_Voltaire_sur_la_Providence> Acesso em 12.09.2019.



proporções capazes de afetar o sistema terrestre, produzindo e reproduzindo “sociedades de risco” (BECK, GIDDENS e LASH, 1997), mudança climática e insustentabilidade sistêmica.

Paul Crutzen, um dos proponentes do polêmico conceito de Antropoceno, a Era Humana, demarca seu início no século XVIII, em 1784, por considerar essa data um ponto de inflexão da curva do efeito estufa, que representa a ruptura decisiva com o passado (MCNEILL, 2016). Justamente a época de Rousseau, quando as atividades humanas começaram a ter impacto global significativo no clima da Terra e no funcionamento dos seus ecossistemas. Para a escritora e ativista Naomi Klein (2014), o Antropoceno deveria se chamar Capitaloceno, pois o capitalismo se tornou um sistema dominante, hegemônico e excludente no mundo. A crise das mudanças climáticas não se deve apenas a substâncias como o carbono na atmosfera – nem à humanidade como um todo – mas a questões socioeconômicas complexas, decisões políticas e práticas, envolvendo classes e mercadorias, imperialismos e impérios, biotecnologias e militarismo (KLEIN, 2014).

Alterações na frequência e na magnitude de eventos extremos (IPCC 2007, 2013, 2014) têm provocado efeitos desastrosos nas comunidades pobres das periferias urbanas que se concentram em áreas de risco e nas fragilizadas que dependem da terra, ambas mais vulneráveis às mudanças climáticas. No entanto, a maioria dos estudos na área restringe-se aos efeitos da degradação, sem dialogar com as causas de fundo que originaram os desastres, o que dificulta a identificação de responsabilidades, cria obstáculos para as transformações sociopolíticas, jurídicas (MOORE, 2018) e têm impacto na educação, ao naturalizar o desastre.

Compreender o meio ambiente tornou-se uma dimensão da vida, sobre a qual precisamos tomar decisões políticas, práticas e éticas. E, especialmente na Educação Ambiental, tratar da urgência de se colocar em prática o conhecimento que já se tem, ao mesmo tempo em que se desenvolvem outros, para a construção de sociedades sustentáveis e resilientes.

Neste cenário, a Articulação Nacional de Políticas Públicas



de Educação Ambiental (ANPPEA), com a implantação do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental, desempenha papel estratégico, ao apontar caminhos de forma democrática e participativa de ampliação do campo de ação da Educação Ambiental em diferentes escalas e dimensões. A plataforma funciona como um espelho onde se refletem políticas, projetos, programas e ações, que podem ser monitorados, analisados e avaliados com indicadores de base ética, permitindo que sejam modificados e fortalecidos e, principalmente, fazerem emergir novos saberes e práticas socioambientais transformadores.

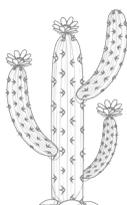
‘Pensar fora da caixa’ é fundamental (ARDANS e TASSARA, 2004).

Risco de desastre, vulnerabilidade e resiliência: alguns conceitos

Os desastres socioambientais dos anos recentes mobilizaram uma nova agenda política e científica e resultam de um processo social de uso e ocupação do território que gera vulnerabilidades a eventos naturais, tecnológicos ou da combinação de diferentes eventos em cadeia, intensificados pela influência antrópica. Em outras palavras, os desastres e seus impactos remetem a uma situação de insustentabilidade e risco já instalada no local (WISNER et al., 2011; MARCHEZINI et al., 2017).

Os riscos são situações complexas, fenômenos multifatoriais que podem ser definidos a partir da relação entre ameaça, vulnerabilidade e capacidade de enfrentamento (WISNER et al., 2011). A ameaça pode ser de origem física (como terremotos, furacões, tsunamis, secas ou chuvas), biológica (epidemias virais) ou tecnológica (irradiação radioativa, rompimento de barragens, entre outras).

O conceito de riscos de desastre se amplia o tempo todo. Recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC/ONU) constatou que o uso da terra contribui



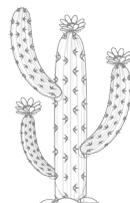
para as mudanças climáticas e as alterações climáticas afetam a terra. Uma das medidas propostas para evitar o desastre iminente é gerenciar riscos e reduzir vulnerabilidades na terra e “compatibilizar o aumento da produção de alimentos com a sustentabilidade ambiental.” (AGÊNCIA FAPESP, 2019)².

No Brasil, historicamente, os desastres advêm de processos sociais que levaram à situação de risco, mantendo uma condição de discriminação, tal qual a sociedade discrimina as pessoas e grupos sociais mais fragilizados (VIDILI, 2018). Mulheres, idosos, pessoas com deficiências e crianças, e mesmo grupos étnicos, especialmente se vivem na pobreza, são mais vulneráveis aos efeitos dos desastres e da mudança climática (VIDILI, 2018). A vulnerabilidade de uma comunidade aos desastres é proporcional à sua vulnerabilidade cultural e social e exerce influência na intensidade dos riscos (WISNER, GAILLARD e KELMAN, 2011).

Resiliência é uma ideia que surgiu ligada à engenharia dos materiais e à física e foi adotada pela ecologia e pela psicologia de traumas. No campo de desastres, o conceito tem sido utilizado de forma acrítica e tecnicista, como uma adaptação às ‘externalidades’ do desenvolvimento da sociedade moderna e não uma transformação frente às causas produtoras do risco, mantendo a ‘inquestionabilidade do risco’ (SULAIMAN; ALEDO 2016:15, aspas no original). De fato, a apropriação de termos como resiliência, sustentabilidade, vulnerabilidade, resistência, riscos, entre outros, pode servir para encobrir as contradições e as injustiças sociais e ambientais subjacentes ao modelo socioeconômico globalizado (MACIAS, 2015).

Conforme pondera Mark Pelling (2011), há várias formas de se entender o termo resiliência quando se trata de mudança social relacionada a desastres. A mais comum é a da resiliência como retorno à estabilidade e assim voltar à situação anterior ao desastre (mas se aconteceu o desastre, já era insustentável). A outra forma é a transição, quando ocorrem as mudanças sociais incrementais sob o

² ALISSON, Elton, É preciso mudar a forma como se produz alimento no mundo, alerta IPCC. Agência FAPESP. 08.08.2019. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/-preciso-mudar-a-maneira-como-se-produz-alimento-no-mundo-alerta-ipcc/31178/>> Acesso em 12.09.2019.



exercício dos direitos e da lei. E a forma mais complexa de resiliência é a transformação, fundamentada na consciência crítica e que demanda novos direitos, mudanças no regime político e no sistema econômico. A educação pode fortalecer as comunidades por meio de uma resiliência transformadora, que depende da compreensão crítica dos fatores sociais de risco, que produzem a vulnerabilidade aos desastres, bem como da busca de modos de vida sustentáveis.

O tema requer do Estado e da sociedade a responsabilidade de conhecer, compreender e promover políticas públicas capazes de evitar ou reduzir os diversos fatores que se traduzem em ameaças, riscos e condições de vulnerabilidade. No campo das forças políticas que atuam nas definições de ações, Eda Tassara e Omar Ardans (2004) distinguem as forças progressistas e conservadoras. Enquanto as progressistas são comprometidas com metas de transformação e mudança social, as conservadoras são comprometidas com o aprimoramento do funcionamento de um modelo estabelecido para a manutenção dos modos de vida social.

Com base nessa distinção propomos o diagrama a seguir (Figuras 1 e 2), em que a prevalência de ciclos conservadores tendem a manter sociedades de riscos, enquanto ciclos progressistas aproximam-se de sociedades sustentáveis.

EA para melhorar os efeitos da insustentabilidade sistêmica.

Mudança climática, desastre. Vulnerabilidade

Danos, desgaste social, adaptação

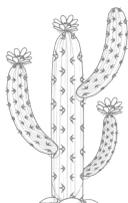
Figura 1: Ciclos de sociedades de riscos. Políticas públicas de EA e ERRD desconexas e apenas comportamentais. Foco na preparação e resposta ao desastre, considerado como inevitável.

EA na transição para a sustentabilidade.

Mudança climática, desastre. Resiliência

Transformação e sustentabilidade

Figura 2: Ciclos de sociedades sustentáveis. Políticas públicas de EA e ERRD articuladas. Foco em uma cultura preventiva para a redução de riscos e vulnerabilidades.



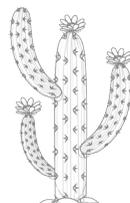
A formulação de políticas públicas articuladas de Educação Ambiental (EA) e Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD) deve considerar um ideal de futuro coletivo capaz de produzir a construção do bem comum rumo à sustentabilidade.

EA e ERRD no Brasil: do avanço ao desastre

Em 2012, o Unicef, a Unesco e a Estratégia Internacional para Redução de Desastres (UNISDR) publicaram um manual sobre adaptação à mudança climática e redução de risco de desastres no setor educacional. Deste documento consta um estudo de caso sobre o País intitulado Brasil: um líder em envolvimento dos jovens com foco nos excluídos, que destaca os avanços da educação brasileira na incorporação das questões ambientais e das mudanças climáticas com base na Política Nacional de Educação Ambiental. O estudo aborda em detalhes a força da parceria entre os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente em defesa do direito dos jovens à participação (UNICEF 2012, p. 169-178).

Ainda em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), que vêm sofrendo um processo de esvaziamento, apontavam para a importância de “contribuir para [...] o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e a proteção das comunidades”. (DCNEA - Resolução CNE nº 02/2012).

O cenário brasileiro das políticas públicas na área da Educação vem passando por mudanças nefastas. Desde 2017 observam-se retrocessos com graves consequências para o avanço das políticas de educação, principalmente as relacionadas à EA e à ERRD. Entre tantos recuos está a revogação do parágrafo da Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que tratava da “inclusão dos princípios da proteção e defesa civil e a Educação Ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios, nos currículos dos ensinos fundamental e médio”. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018 quase ignora as temáticas e propõe “incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e



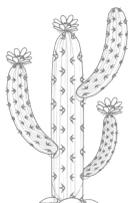
pesquisas envolvendo os temas transversais”.

Embora existam esforços na Educação relativos às mudanças climáticas e à prevenção de riscos de desastres nas Universidades, nas ONGs e na Defesa Civil, os dados apontam para um universo institucional ainda bastante frágil e descoordenado. A maior parte dos projetos não se articula com a EA e focaliza a gestão da informação técnico-científica sobre desastres, voltado para a adaptação e a convivência com os riscos (SULAIMAN; ALEDO, 2016).

Nesse sentido, uma análise da produção acadêmica no Brasil sobre Educação Ambiental e redução de riscos de desastres no período entre 1981 e 2018 encontrou um número reduzido de estudos (apenas 26). A análise aponta para lacunas e oportunidades para a pesquisa e a atuação da ERRD mais articulada com a EA, particularmente no que se refere à formação, participação, comunicação e fatores geradores de risco (Matsuo et al., 2019, no prelo).

Rede de escolas e comunidades na prevenção de desastres

A urgência em se tratar do tema no contexto educacional no Brasil não é apenas porque as mudanças climáticas provocam o aumento de ocorrência de desastres. O fato é que, em todas as regiões do País existem escolas em áreas de risco. A pesquisa de Marchezini, Muñoz e Trajber (2018) sobrepôs os dados do censo do INEP/MEC aos polígonos de áreas de risco dos 958 municípios monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) no Brasil e identificou 2.438 escolas em áreas de risco hidrológico e/ou geológico (Figura 3).



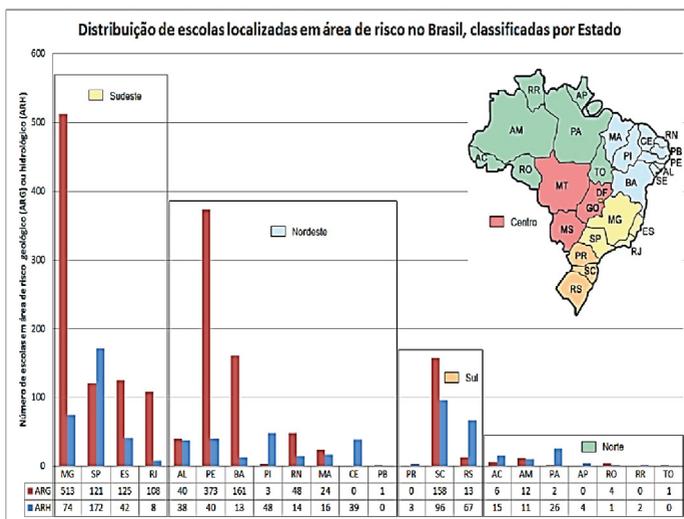
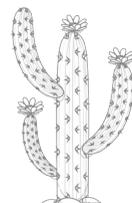


Figura 3: Gráfico de distribuição de escolas localizadas em área de risco geológico (em vermelho) e hidrológico (em azul)
 Fonte: Marchezini V., Muñoz V.A. e Trajber R. 2018

Desse total, 74% são escolas públicas e mais de três milhões de pessoas estão ligadas a essas áreas.

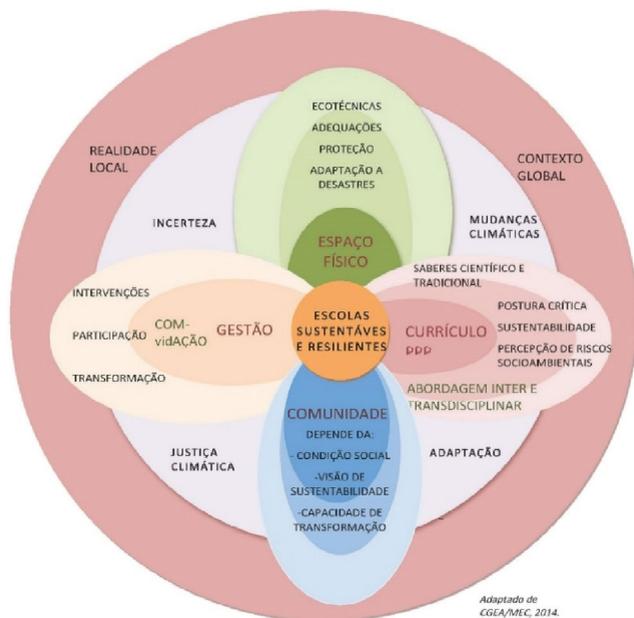
Em razão dessa realidade, o Cemaden, órgão vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), criou o Cemaden na Sociedade, programa que visa desenvolver políticas públicas de interação com a sociedade, envolvendo educação, comunicação e mobilização para a redução de vulnerabilidades a desastres. Esses esforços, coincidentemente, contemplam os três eixos da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA): político institucional, educador pedagógico e técnico científico.

O Cemaden na Sociedade integrou o Cemaden Educação, que promove, desde 2014, uma rede de escolas e comunidades para a prevenção de riscos de desastres, com a finalidade de reduzir as barreiras existentes entre a ciência, os conhecimentos tradicionais e as experiências locais. O programa visa gerar conhecimento e metodologias para uma cultura da percepção de riscos de desastres, no amplo contexto da educação científica e ambiental para a construção de sociedades sustentáveis e resilientes.



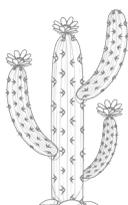
A fase piloto teve início com três escolas públicas dos municípios de Cunha, São Luiz do Paraitinga e Ubatuba, no Estado de São Paulo. Hoje envolve mais de uma centena de escolas. É destinado ao ensino médio, embora professores adaptem e apliquem as atividades para o ensino fundamental e mesmo na educação infantil.

Cada escola se torna o lugar para se pesquisar, diagnosticar a bacia hidrográfica, monitorar o clima, compartilhar conhecimentos, entender e emitir alertas de desastres, como se fosse um Cemaden microlocal. A ilustração mostra aonde se quer chegar: escolas sustentáveis e resilientes.



Características das escolas sustentáveis e resilientes:

- Espaço escolar – Incorpora aos itens de sustentabilidade uma infraestrutura capaz de proteger as pessoas dos riscos de desastres, com adequações da edificação para reduzir a situação de vulnerabilidade. Ressaltando que escolas e hospitais são definidos pela ONU como possíveis abrigos da comunidade



em situação de desastres.

- Gestão democrática – Um modo da comunidade escolar se organizar em processos democráticos, com participação e colaboração. Incentivo aos coletivos organizados na promoção de ações transformadoras da realidade local.
- Currículo – Ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a reflexão e a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, na esfera individual e pública. Diálogo de saberes para gerar ações criativas e integradoras. Desenvolvimento de ações e projetos pedagógicos trans e interdisciplinares. Incentivo à produção de conhecimentos científicos e tradicionais para o cuidado e a proteção das comunidades.
- Relação escola-comunidade – Escola aberta à sociedade, com canais de diálogo, participação e formação ao longo da vida. Busca de soluções conjuntas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida e que contribuam para a conquista da justiça socioambiental e climática (TRAJBER e OLIVATO, 2017).

Cemaden Educação e a Plataforma MonitoraEA

Confrontando-se o programa Cemaden Educação com a Plataforma MonitoraEA (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018) é possível constatar várias aderências.

Com referência à participação e à construção coletiva, por exemplo, a equipe do Cemaden Educação realizou pesquisa-ação-participante que gerou atividades de produção de conhecimento ao invés da mera reprodução de informações. Um dos desdobramentos foi um forte engajamento dos jovens em ações políticas em seus municípios (TRAJBER et al. 2019).

O trabalho contribuiu para a expansão de atividades pedagógicas com o uso de tecnologias de informação e comunicação (aplicativos, site e redes sociais do programa) e ajuda no processo de aprender a aprender (coleta e análise de dados socioambientais,



ameaças, vulnerabilidades locais). Com base na Ciência Cidadã, se abre a ciência para a escola e a participação das escolas na ciência. Ela propicia a descoberta do mundo como parte de uma comunidade de aprendizagem na qual as pessoas compartilham seus conhecimentos entre as escolas e os pesquisadores do Cemaden, entre outros.

Com referência à intervenção socioambiental e de comunicação. A organização da Comissão de Prevenção de Desastres e Proteção da Vida (Com-Vidação), inspirada na Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida/MEC), envolve a escola, a comunidade e a Defesa Civil entre outros atores sociais na gestão participativa de riscos e em intervenções transformadoras nas comunidades. A Com-Vidação é um espaço para mudar aquilo que foi pesquisado e atuar criticamente sobre a realidade. Há um incentivo para que a comunidade escolar compartilhe suas conquistas com as demais escolas da rede, motivando a troca de experiências e aprendizagens num processo de educomunicação.

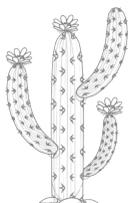
Considerações

Devemos pensar na formulação de um sistema de EA articulado às mudanças climáticas e à redução de riscos de desastres. Um sistema integrado e inclusivo, que oriente processos continuados de educação formal, informal e não formal.

Apesar de todas as dificuldades políticas que enfrentamos neste momento, devemos apoiar iniciativas que atuem na transversalidade entre os conhecimentos e pesquisas em EA e mudanças climáticas, considerando a emergência de se fazer frente a uma situação que, em última instância, diz respeito à sobrevivência de muitos. Ou de todos.

Com base nos conceitos originados no Programa Município Educador Sustentável, que cria uma unidade municipal – área urbana e rural integradas – de vida educadora e sustentável (Brandão, 2005), é importante viabilizar territórios e espaços educadores sustentáveis e resilientes. Ambos que têm a intencionalidade pedagógica de serem referências inovadoras em sustentabilidade e resiliência socioambiental.

> sumário



Referências

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BRANDÃO, Carlos R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Brasília, MMA, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE Nº 02 /2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 12/09/2019.

KLEIN, Naomi. **This changes everything**: capitalism vs the climate. Penguin Books, 2014.

MACÍAS M., Jesús Manuel. Crítica de la noción de resiliencia en el campo de estudios de desastres. **Revista Geográfica Venezolana**, Vol. 56(2) 2015, 309-325. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347743079009>> Acesso em 12/09/2019.

MATSUO, P. M.; SOUZA, S. A. O.; SILVA, R. L. F.; TRAJBER, R. **Educação ambiental e redução de riscos de desastres**: um panorama das pesquisas no Brasil. Pesquisa em Educação Ambiental (no prelo).

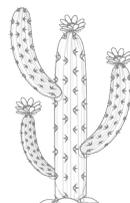
MCNEILL, J. R. **Introductory remarks**: the Anthropocene and the eighteenth century. *Eighteenth-Century Studies*, vol. 49, no. 2 (2016) pp. 117–28. Disponível em: <<https://warwick.ac.uk/fac/arts/history/ghcc/event/events/18thcstudies2015.pdf>> Acesso em 12/09/2019.

MOORE, Jason W., **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History, and the Crisis of Capitalism. (2016). Sociology Faculty Scholarship Binghamton University The Open Repository @ Binghamton (The ORB). Disponível: <https://orb.binghamton.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=sociology_fac> Acesso em 12/09/2019.

PELLING, Mark. **Adaptation to climate change**: from resilience to transformation. London, Routledge, 2011.

RAYMUNDO, Maria H.; BRANCO, Evandro; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, Número Especial, 2018, p.337-358.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR, Antônio L. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 31(2), 285-299.



SULAIMAN, Samia Nascimento, ALEDO, Antonio. Desastres Naturais: convivência com o risco. **Estudos Avançados** 30 (88), 2016.

TRAJBER, Rachel; OLIVATO, Débora. A escola e a comunidade: ciência cidadã e tecnologias digitais na prevenção de desastres. In: MARCHEZINI, Victor; WISNER, Ben; SAITO, Sílvia M.; LONDE, Luciana R. (Eds.). **Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action**. São Carlos: Rima Editora, 2017.

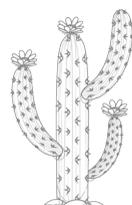
TRAJBER, Rachel; WALKER, Catherine; MARCHEZINI, Victor Peter Kraftl; OLIVATO, Débora; Hadfield-Hill, sSophie; ZARA, Cristiana; MONTEIRO, Shirley Fernandes. Promoting climate change transformation with young people in Brazil: participatory action research through a looping approach. **Action Research**, 2019, Vol. 17(1) 87–107.

UNESCO. UNEP. Climate change starter's guidebook: an issues guide for education planners and practitioners. Selby D. e Kagawa. Paris, UNESCO/ UNEP. 2011

UNICEF. **Climate change adaptation and disaster risk reduction in the educator sector**: resource manual. United Nations Children's Fund - November 2012. Disponível em: <<https://www.unicef.org/cfs/files/UNICEF-ClimateChange-ResourceManual-lores-c.pdf>> Acesso em 12/09/2019.

VIDILI, Monica. **Why we must engage women and children in disaster risk management**. Sustainable Cities. 03/07/2018. Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/sustainablecities/why-engaging-women-and-children-disaster-risk-management-matters-and-how-it-makes-difference>> Acesso em 12/09/2019.

WISNER, Ben, GAILLARD, J. C.; KELMAN, Ilan. Framing disaster: theories and stories seeking to understand hazards, vulnerability and risk. **The Routledge Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction Routledge**. Disponível em: <<https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9780203844236.ch3>> Acesso em 12/09/2019.





Indicadores de Avaliação da Educação Ambiental em Escolas

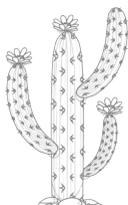
Solange Reiguel Vieira
Marília Andrade Torales Campos
Josmaria Lopes de Moraes

Contextualização

Os desafios contemporâneos postos à educação e a toda a sociedade têm demandado novas agendas de políticas públicas, dentre elas, as que se referem a questões socioambientais. Mais de vinte anos se passaram desde a aprovação da Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Desde então, a Educação Ambiental (EA) está inserida nas políticas públicas do Estado brasileiro como um componente permanente da educação, presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 1999).

Neste contexto, necessário se faz um processo de avaliação e acompanhamento das ações que decorrem da PNEA ou que se inserem nas lutas históricas dos educadores ambientais. A publicação intitulada “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?”, da série Avaliação (BRASIL, 2007), foi uma primeira iniciativa institucional para avaliar a EA nas escolas brasileiras em grande escala, porém, não se tem notícias de estudos que continuaram a proposta. Há poucos registros de processos avaliativos nos últimos anos nesta perspectiva.

Em nossos achados, destacamos os relatórios publicados nos anos de 2003, 2006, 2009, 2013 e 2018 com os dados das Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA), uma iniciativa do Órgão Gestor da PNEA, constituído pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2019). Estes eventos, mesmo com periodicidade irregular, uma vez que a proposta inicial para ocorrência das Conferências seria a cada dois anos, como ocorreu com as primeiras



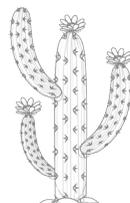
Conferências, foi um importante revelador de projetos escolares no cenário nacional brasileiro. Entretanto, essa periodicidade não foi mantida nas edições seguintes, entre a III e a IV edição da CNIJMA o intervalo de tempo subiu para quatro anos e da IV para V CNIJMA foi de cinco anos.

Na busca sistemática de literatura por metodologias e instrumentos avaliativos adequados para a educação, encontramos pesquisas que apontam a relevância de indicadores como ferramenta de avaliação da EA (MAYER, 2000; RAYMUNDO et al. ,2017; LOUREIRO, 2013). Os indicadores, tal como as fotografias, retratam aspectos da realidade social e são utilizados tanto para fins de pesquisa acadêmica, quanto para a formulação e aprimoramento de políticas públicas (JANNUZZI, 2017). No campo da EA, os indicadores são uma forma de ver e avaliar as ações desenvolvidas em projetos, programas e políticas públicas (LOUREIRO, 2013).

Nesse contexto, em busca de caminhos para contribuir na formação de escolas sustentáveis, na realização de diagnóstico, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações de EA, surgiu a ideia de construirmos um instrumento de avaliação coletivo por meio de metodologias participativas para escolas. Com a participação de diversas escolas públicas, no período de 2014 a 2016, se fez um esforço de compor uma Matriz de Indicadores para avaliar as ações de EA no contexto escolar. Tecemos este trabalho a partir dos conhecimentos no campo da EA e do debate com os professores/as, funcionários/as, estudantes, equipe pedagógica e diretiva das escolas públicas localizadas no município de Curitiba. Por meio de um processo participativo e com vistas à materialização de uma Matriz de Indicadores de EA com comunidades escolares propusemos uma série de ações para estimular uma reflexão sobre a avaliação de políticas educacionais no campo da EA.

O processo de construção da matriz de indicadores de EA

Nossos referenciais principais para a construção de indicadores são a PNEA e a Política Estadual de Educação Ambiental do

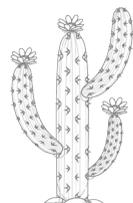


Paraná. Como empírico da pesquisa selecionamos nove escolas estaduais do município de Curitiba, Paraná, com os seguintes critérios: desenvolver oficinas do Programa Federal Mais Educação no macrocampo EA; distribuição geográfica de bairros diferentes; e maior número de matrículas.

Os sujeitos da pesquisa foram professores/as, funcionários/as, estudantes, equipe pedagógica e diretiva, selecionados de forma livre e voluntária, considerando a vivência com o tema a ser discutido e suas experiências cotidianas. Num total de oitenta e quatro participantes.

A pesquisa se delineou em duas fases, sendo a primeira para a construção coletiva da Matriz de Indicadores e a segunda fase para aplicação e validação da Matriz construída. O processo ocorreu pelas etapas metodológicas seguintes: 1) definição de dimensões e indicadores pelas pesquisadoras; 2) construção coletiva da Matriz de Indicadores com uma comunidade escolar; 3) aplicação e validação da Matriz de Indicadores por oito comunidades escolares; 4) análise do trabalho realizado pelas pesquisadoras; 5) adequação da Matriz de Indicadores e orientações para uso do instrumento de avaliação.

A Matriz desenvolvida apresenta dez indicadores, organizados nas três dimensões da EA (Gestão, Currículo e Espaço Físico), definidas com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), a Deliberação 04/13 (PARANÁ, 2013b) e o documento Escolas Sustentáveis. Cada indicador possui cinco questões descritoras, totalizando cinquenta questões. A Matriz propicia uma análise por indicador ou dimensão, sendo possível estabelecer inter-relações entre as dimensões (Figura 1).



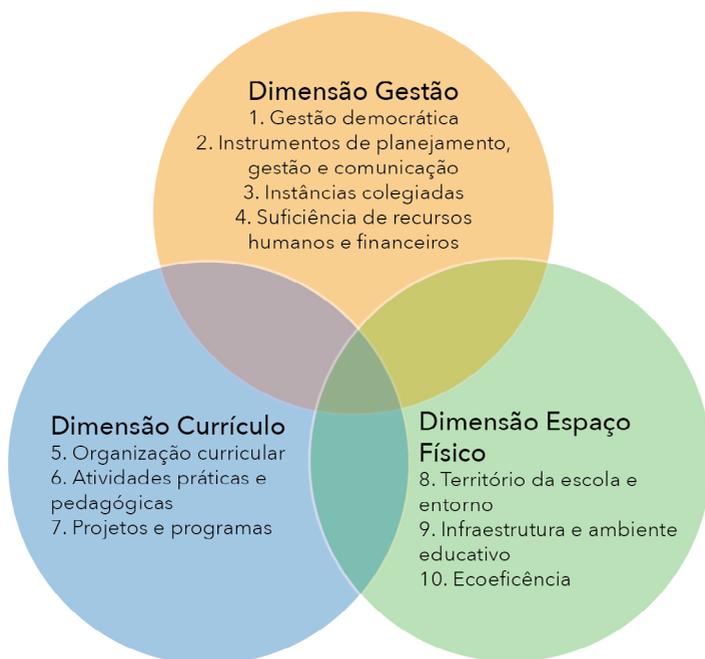
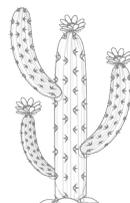


Figura 1: Estrutura da proposta de Matriz de Indicadores de Educação Ambiental Escolar
 Fonte: Autoras

A **Dimensão Gestão** considera a participação dos diversos sujeitos da escola nas suas diferentes atuações e os princípios da gestão democrática e transparência. Possui os seguintes indicadores: 1. gestão democrática; 2. instrumentos de planejamento, gestão e comunicação; 3. instâncias colegiadas; 4. suficiência de recursos humanos e financeiros (Quadro 1).

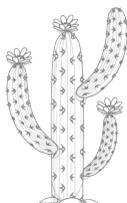


DIMENSÃO GESTÃO	
Indicadores	Definições dos indicadores e questões descritoras
1.Gestão democrática	“A gestão democrática consiste na participação como princípio de gestão” (PARANÁ, 2013b). A gestão deve atuar na mobilização da comunidade escolar para o fortalecimento da participação cidadã e a promoção de ações visando à construção coletiva de sociedades sustentáveis (LOUREIRO, 2006)
2.Instrumentos de planejamento, gestão e comunicação	A gestão democrática é reafirmada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e concretizada nos Planos de Trabalho Docente, devendo contemplar as ações previstas para Educação Ambiental em todas as etapas, modalidades e níveis de ensino (PARANÁ, 2013b). A Agenda 21 na escola deve ser um dos instrumentos de implementação da EA a ser inserida no PPP dos estabelecimentos de ensino, bem como a utilização de outros documentos como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, entre outros. Também devem garantir o acesso democrático à produção e à difusão de informação por meio de programas de educomunicação socioambiental (PARANÁ, 2013a)
3.Instâncias colegiadas	A gestão democrática deve contar com “a mediação dos órgãos colegiados, como Conselhos Escolares, Conselhos Municipais e Estaduais” (PARANÁ, 2013b). Trata da atuação das diversas instâncias colegiadas como a Associação de Pais Mestres e Funcionários (APMF ou APPF), o Grêmio Estudantil, o Conselho Escolar e o Comitê Escolar de Educação Ambiental
4.Suficiência de recursos humanos e financeiros	“As instituições de ensino da educação básica e superior devem promover a formação continuada dos docentes, relacionada à Educação Ambiental, reafirmando os princípios da gestão democrática, de participação e transparência” (PARANÁ, 2013b). A institucionalização e a universalização da EA nas escolas dependem “de políticas públicas e de recursos (financeiros e humanos), sem os quais não se garante sua efetiva incorporação ao currículo e à gestão escolar” (LAMOSA; LOUREIRO, 2011, p. 282)

Quadro 1: Quadro teórico dos indicadores da Dimensão Gestão.

Fonte: autoras

A **Dimensão Currículo** leva em conta as ações pedagógicas propostas pela escola para o desenvolvimento e a potencialização da EA. Os indicadores desta dimensão são: 5. organização curricular; 6. atividades e práticas pedagógicas; 7. projetos e programas (Quadro 2).



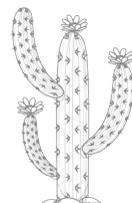
DIMENSÃO CURRÍCULO

Indicadores	Definições dos indicadores e questões descritoras
5. Organização curricular	<p>“A organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da educação básica [...]. A proposta curricular é constitutiva do PPP e dos Projetos e Planos de Cursos das instituições de educação básica [...] O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos [...] bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais. [...] O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente” (PARANÁ, 2013b)</p>
6. Atividades e práticas pedagógicas	<p>A inserção dos conhecimentos da EA nos currículos da educação básica e da educação superior pode ocorrer: “I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares” (PARANÁ, 2013b)</p>
7. Projetos e programas	<p>A promoção de “projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais [...] estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania; experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra; trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade” (BRASIL, 2012)</p>

Quadro 2: Quadro teórico dos indicadores da Dimensão Currículo.

Fonte: Autoras

Por fim, a **Dimensão Espaço Físico** abrange o espaço da escola, entorno e outros ambientes para a promoção da aprendizagem e da ambiência. Os indicadores desta dimensão



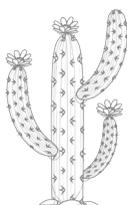
são: 8. território da escola e entorno; 9. infraestrutura e ambientes educativos; 10. Ecoeficiência, apresentados no Quadro 3.

DIMENSÃO ESPAÇO FÍSICO	
Indicadores	Definições dos indicadores e questões descritoras
8.Território da escola e entorno	Abrange as condições locais, bioma e cultura, conforto térmico e acústico, áreas verdes, respeito ao patrimônio cultural e aos ecossistemas locais, bem como as ações de Educação Ambiental no território da bacia hidrográfica em que a escola está inserida (PARANÁ, 2013b)
9.Infraestrutura e ambiente educativo	Contempla a acessibilidade, mobilidade sustentável e áreas verdes (PARANÁ, 2013b). Também contempla a utilização do ambiente escolar como espaço de participação, desenvolvimento de práticas pedagógicas, vivências e aprendizagens relacionadas com o pertencimento do coletivo escolar ou topofilia – afeto com ambiente físico (LOUREIRO, 2007; TUAN, 1990; DAYRELL, 1996)
10. Ecoeficiência	Ecoeficiência consiste em produzir mais com menos recursos, reduzindo o consumo de materiais, energia e a geração de resíduos que poluem o ambiente (DIAS, 2011). Envolve a “eficiência de água e energia, saneamento e destinação adequada de resíduos” (PARANÁ, 2013b)

Quadro 3: Quadro teórico dos indicadores da Dimensão Espaço Físico.
Fonte:Autoras

Contudo, ao fazermos uma reflexão crítica sobre o caminho percorrido no processo de pesquisa de mestrado, percebemos que o tempo foi um fator limitante, pois não nos permitiu sua aplicação ao longo do ano letivo, em diversos contextos escolares, nem a apreciação por especialistas do campo de estudo. Partindo do desejo de prosseguir no desenvolvimento da Matriz de Indicadores, é que a primeira autora está desenvolvendo a pesquisa doutoral em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) com previsão de defesa no ano de 2020.

O projeto de Tese está organizado nas seguintes etapas: 1) revisão de literatura para a construção epistemológica da pesquisa e aprofundamento das dimensões e indicadores; 2) seleção do campo

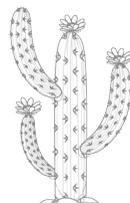


empírico, com prioridade às escolas com práticas integrais de EA; 3) validação dos indicadores por comunidades escolares com a intenção de promover diálogos e reflexões que contribuíssem para a reconstrução dos indicadores; 4) validação Delphi da Matriz de Indicadores por especialistas em Educação de âmbito nacional e internacional, que desenvolvem pesquisas correlatas ao tema desse estudo; 5) aplicação dos indicadores nas escolas colaboradoras. A análise dos resultados será feita ao longo do processo de pesquisa.

O campo empírico da pesquisa é a Rede Pública Municipal de Curitiba, Paraná. A escolha se justifica primeiramente pela descontinuidade das oficinas de EA do Programa Federal Mais Educação nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, e por contemplar outro contexto para o aprimoramento do instrumento de pesquisa. Os critérios de escolha das escolas foram: Centro de Educação Integral (CEI); mais ativas nas práticas integrais de EA; localização geográfica de diferentes regionais; e contexto de vulnerabilidade socioambiental. A partir desses critérios, foram indicadas seis escolas por um informante-chave, responsável pelo acompanhamento do trabalho da EA nas escolas do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba. Para a etapa da pesquisa dedicada à validação por representantes das comunidades escolares, foram selecionadas três escolas, pertencentes às regionais Boa Vista, Boqueirão e Portão.

A validação dos indicadores por comunidades escolares foi realizada em dois momentos. O primeiro momento ocorreu no 4º Encontro do Ciclo de Palestras sobre Educação Ambiental, intitulado Indicadores de Avaliação da Educação Ambiental Escolar. Este evento, caracterizado como um curso de Extensão Universitária, fez parte de uma proposta interinstitucional entre a UFPR e a Prefeitura Municipal de Curitiba e teve a participação de treze professores da educação integral de diversas escolas. A intenção desse encontro foi promover diálogos e reflexões que contribuíssem para a reconstrução dos indicadores de EA para o contexto escolar.

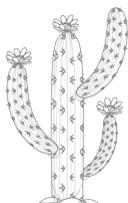
O encontro ocorreu em novembro de 2017 em forma de oficina, envolvendo teoria e prática. Foi explicado o processo de



construção da Matriz de Indicadores de EA e suas potencialidades. Na prática, foi realizada uma atividade envolvendo o estudo e sugestões de adaptações da Matriz em grupos. A turma dividiu-se em três grupos, cada um deles encarregado de avaliar as perguntas de uma dimensão. Todas as equipes discutiram as questões. O grupo deveria avaliar se as perguntas eram pertinentes e deveriam ser mantidas no questionário, se tinham que ser removidas ou ainda reescritas para a hipótese de o instrumento ser adaptado para a Rede Municipal de Ensino. Além disso, os grupos poderiam fazer anotações e observações considerando os desafios e as possibilidades de cada descritor do indicador.

Depois deste exercício, cada grupo compartilhou com a turma suas reflexões, com apontamentos sobre as dificuldades e potencialidades de cada aspecto dos indicadores. Após o trabalho em equipe, cada grupo fez a socialização em plenária, a qual também pôde contribuir nas questões dos indicadores. Consensuou-se que nenhuma questão seria retirada e que haveria apenas adequações ao trabalho, considerando as especificidades do contexto escolar da rede municipal. Este foi um momento riquíssimo de diálogo e de reflexão sobre os desafios e potencialidades da EA nas escolas, principalmente nos dados que podem ser gerados a partir das respostas das questões da Matriz de Indicadores, que se constitui em ferramenta que pode contribuir para a qualidade da educação. Os resultados foram analisados e contribuíram para o aprimoramento da ficha metodológica dos indicadores para a segunda parte de validação.

Nas observações dos participantes ficaram evidentes as inter-relações entre as dimensões da EA (Gestão, Currículo e Espaço Físico). Trajber e Sato (2013) fazem uma metáfora com as ‘peles’, segundo o artista austríaco Hundertwasser. Estas três dimensões são intrínsecas e inseparáveis, pois constituem partes de um tecido coletivo e, se isoladas, perdem o sentido político da proposta. A primeira pele é a derme, referente ao Currículo, a segunda pele é o vestuário, correspondente à Gestão, e a terceira pele é a casa, materializada no Espaço Físico.



O segundo momento de validação ocorreu no início do ano letivo de 2019 e contou com a participação de onze representantes das três comunidades escolares selecionadas (estudantes, professoras, gestoras, pedagogas e articuladoras) com o objetivo de aprimorar os indicadores de EA. Os trabalhos das duas etapas foram mediados pela pesquisadora. A priorização da participação da comunidade interessada e da ação coletiva de políticas públicas promove o fortalecimento da mesma e a continuidade dos processos que busquem efeitos duradouros e justos (BIASOLI e SORRENTINO, 2018).

As avaliações dos representantes das comunidades escolares, denominadas de E1, E2 e E3, foram analisadas de forma quantitativa e qualitativa, com a tabulação das respostas coletivas por indicador, conforme a viabilidade e a relevância da classificação de item Likert (5-concordo totalmente, 4-concordo parcialmente, 3-indiferente, 2-discordo parcialmente, 1- discordo totalmente) e a sistematização dos comentários, sugestões e críticas recebidos.

As sugestões de adequação das questões descritoras dos indicadores, avaliadas pelas comunidades escolares, foram consideradas pela pesquisadora na revisão do instrumento. Estas serão utilizadas na validação por pesquisadores especialistas do contexto nacional e internacional com experiências nas áreas de políticas públicas, EA, monitoramento, avaliação e indicadores.

No campo ‘comentários, críticas ou sugestões’, os grupos registraram suas impressões da Matriz. Os participantes do grupo da E1 relataram que o encontro de validação foi um momento rico para a reflexão e que o instrumento de pesquisa, ao ser aplicado, propiciará um feedback do que está ocorrendo na escola. O grupo da E2 registrou que a ferramenta é boa para fazer com que o grupo pare para pensar no que está sendo feito na EA e o que precisa avançar. O grupo da E3 comentou que o instrumento é pertinente para ser respondido pela escola, promovendo a reflexão sobre a prática da EA na sua aplicação, contribuindo com a escola e a comunidade.

Ao analisarmos as reflexões das comunidades escolares e

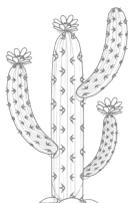


buscarmos entender o cenário atual das políticas públicas de EA, percebemos as decorrências das alterações nos ministérios do novo governo após 2016 e em suas políticas, nas quais muitos programas foram alterados ou até mesmo revogados desde então. A exemplo, o Programa Novo Mais Educação, que não ofertou a temática EA (FRIZZO e CARVALHO, 2018). Conforme Biasoli e Sorrentino (2018), para que a EA seja exercida como política pública estruturante, precisa superar as medidas pontuais e descontinuadas, de projetos fragmentados, para um processo educador ambientalista estruturante.

Ademais, há de se considerar que a agenda política em geral ocorre em processo não linear, sujeito a vicissitudes e condicionamentos institucionais (JANNUZZI, 2017). Assim, precisaria dar atenção à condição histórica que estamos vivendo e a complexidade do processo de implantação de uma política, que ao se aproximar do campo prático e dos sujeitos da política, sofre mudanças. Convém compreender quais são as permanências observadas nas políticas educacionais em EA, bem como os desafios que se apresentam após as mudanças em curso.

Nesse sentido, ao discorreremos sobre avaliação de projetos, programas e políticas públicas de EA, é crucial a definição de indicadores que possam ser úteis para analisar as diversas dimensões do contexto. Em se tratando de indicadores qualitativos, é recomendável o consenso entre os participantes na análise. “Isto se torna especialmente importante quando consideramos os desafios políticos e epistemológicos envolvidos com a captação da complexidade de significados e do dinamismo das mudanças existentes na realidade social” (LOUREIRO, 2013).

Os próximos passos do desenvolvimento da Matriz de Indicadores de EA são: validação com especialistas, revisão do instrumento de pesquisa e aplicação nas escolas. Enfim, a análise do processo atestará a pertinência da Matriz de Indicadores em relação à avaliação das políticas públicas de EA no contexto escolar.



Indicadores da MonitoraEA: aproximações e diferenças

A construção do conjunto de indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil, organizado pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA)¹ representa uma importante contribuição para o fortalecimento das políticas de EA de transição rumo a sociedades sustentáveis no País. Estes indicadores avaliam as políticas públicas de maneira geral, enquanto a presente pesquisa está voltada para as políticas públicas de EA direcionadas aos contextos escolares, suas especificidades e grupos de formação.

O caminho metodológico da construção dos indicadores se assemelha, na revisão de literatura para a definição das dimensões e dos indicadores, recorte conceitual e metodológico de construção coletiva, por meio de metodologias participativas e formativas, de diálogos e reflexões propiciados em encontros, oficinas, rodas de conversas e validação por especialistas do campo da EA. O processo de construção dos Indicadores da MonitoraEA mobilizou educadores ambientais das cinco regiões do País, enquanto a formulação dos Indicadores de EA Escolar teve uma abrangência local, no contexto do estado do Paraná; ambos, porém, com foco nas políticas públicas de EA. Certamente, a aprendizagem gerada pela participação neste processo nacional contribuirá para o amadurecimento dos indicadores em desenvolvimento, na intenção de que futuramente se torne uma ferramenta de avaliação para as escolas brasileiras.

Ao fazer o exercício de identificar as possíveis relações entre as oito dimensões e vinte e sete Indicadores da MonitoraEA, consideramos os seguintes resultados de convergências com as três dimensões dos dez indicadores escolares: As Dimensões Diagnóstica, Participação e Construção Coletiva, Formação

¹ Trabalho realizado sob a coordenação científica do Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP); do Centro de Ciência do Sistema Terrestre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST/INPE) e do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA).

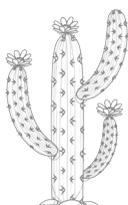


Dialógica, Subjetividade e Indivíduo, Comunicação e Institucional da MonitoraEA estão relacionadas com os indicadores escolares da Dimensão Gestão; as Dimensões Intervenção Socioambiental e Complexidade se relacionam com a Dimensão Currículo; a Dimensão Institucional possui indicadores que se relacionam com a Dimensão Espaço Físico. Os indicadores escolares estão em sintonia com os Indicadores da MonitoraEA, que possuem um detalhamento maior, estes também contemplam indicadores específicos de avaliação: Indicador 8 - Avaliação de processos (Dimensão da Formação Dialógica) e 24- Monitoramento e avaliação da PPEA (Dimensão Institucional), não priorizados nos indicadores escolares, porém entendemos que são relevantes para o processo de avaliação de políticas públicas.

De certo, os Indicadores da MonitoraEA que compõem o Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de EA possibilitarão “reflexões e análises sobre a realidade da política pública de EA específica, cadastrada por seus próprios proponentes e protagonistas, e estimularão o monitoramento e a avaliação local e ampliada” (RAYMUNDO, BRANCO e BIASOLI, 2018, p. 355). As informações geradas pelo banco de dados colaborativo, alimentado pela diversidade de atores do País constituirão referências para os gestores públicos. Da mesma maneira, a Matriz de Indicadores de EA Escolar é direcionada para as comunidades escolares utilizarem de forma coletiva no diagnóstico, planejamento e avaliação das ações pedagógicas de Políticas Públicas de EA. Se adequadas para um banco de dados, também servirão como ferramenta de gestão educacional e pesquisa no campo da EA. Felizmente, ambos propiciam a necessária discussão sobre políticas públicas de EA.

Algumas considerações

Com base nas leituras e análises realizadas até o momento, tecemos algumas considerações, que certamente marcam o começo de uma ampla reflexão, dada a complexidade da avaliação de políticas públicas no âmbito da EA, que não se encerra neste

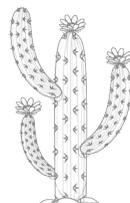


trabalho.

Nas circunstâncias apresentadas de que a EA deve ser desenvolvida de forma contínua e permanente nos contextos escolares, e aproveitando as experiências e disposições dos sujeitos sociais implementadores em relação à política sob avaliação, é que se definiu o campo empírico, que serão determinantes para o amadurecimento do instrumento de pesquisa. Conforme Ball, Maguire e Braun (2016, p. 12) as escolas são espaços únicos de atuação de políticas (micropolítica), “onde as políticas se tornam ‘vivas’ e atuantes (ou não)”. Segundo Jannuzzi (2017, p. 184-185), “a implementação das políticas está sujeita ao papel crucial desempenhado pelos agentes encarregados de colocá-las em ação, os quais podem potencializar ou criar barreiras adicionais à efetivação delas”.

A Matriz de Indicadores de EA constitui um instrumento de pesquisa e avaliação qualitativa da materialização de políticas públicas de EA no ambiente escolar. A proposta parte do pressuposto de que os indicadores estejam presentes no cotidiano ao longo do ano letivo, especialmente nos momentos que antecedem os planejamentos pedagógicos, para elucidar o retrato mais próximo da realidade por meio dos descritores. Os impactos poderão ser medidos, a partir dos resultados dos indicadores, antes e depois de uma determinada prática de transformação daquela realidade escolar. A nova versão da Matriz de Indicadores de EA está sendo construída de forma participativa com representantes de comunidades escolares e pesquisadores da temática em estudo e se destina a processos de avaliação diagnóstica de forma coletiva pela escola.

A potencialidade principal da Matriz é a relevância (JANNUZZI, 2017), por ser uma ferramenta de pesquisa, gestão, planejamento e avaliação. Permite diagnosticar o contexto, ajudando a pensar em que condições a EA escolar se encontra em relação à sustentabilidade socioambiental nas dimensões Gestão, Currículo e Espaço Físico. O ponto mais importante deste processo consiste no uso dos resultados diagnosticados, cujas evidências fornecerão



informações para instrumentalizar a escola nos planejamentos, bem como subsidiarão os gestores na reformulação de propostas pedagógicas, programas e políticas de EA.

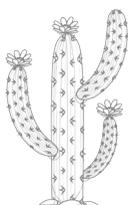
Este instrumento tem um possível limite de uso por comunidades escolares, na periodicidade e cobertura (JANNUZZI, 2017), tentam traduzir a realidade da escola em um determinado momento do ano, conforme a interpretação dos sujeitos envolvidos no processo de avaliação. Os indicadores qualitativos de avaliação são complexos, considerando o contexto social, a dinâmica escolar e as políticas públicas de EA, que são interpretadas e colocadas em ação pelos sujeitos do cotidiano escolar (BALL, MAGUIRE e BRAUN, 2016).

Conforme a metáfora apresentada por Jannuzzi (2017, p. 186), “fotografias bem tiradas ajudam a registrar o presente e recordar o passado. Indicadores sociais bem formulados contribuem para, ao se retratar o presente e cotejá-lo com o passado, construir os caminhos para se alcançar o futuro almejado”.

Nesse sentido, os dois sistemas de indicadores apresentados nasceram da necessidade de desenvolver instrumentos que propiciem o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de EA. Como resultado desse processo participativo serão disponibilizadas duas ferramentas de avaliação de importante contribuição para a EA, em seus diferentes contextos da política, uma específica para a escola e outra para as instituições que colocam as políticas públicas de EA em prática.

A intenção deste processo é que, ao término do estudo do doutorado, a Matriz de Indicadores de EA em desenvolvimento possa ser usada pelas comunidades escolares como um instrumento de diagnóstico e sirva como parâmetro para avaliar os impactos de políticas públicas de EA no ambiente escolar, bem como na geração de conhecimentos e novas pesquisas no campo da EA.

Assim também, o desenvolvimento da Plataforma Brasileira de Avaliação e Monitoramento de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental tem a intenção de construir um banco



de dados colaborativo, alimentado pela diversidade de atores do território nacional, e, portanto, contribuir para o fortalecimento das políticas de transição para sociedades sustentáveis no Brasil.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999.

_____. **Educação na diversidade**: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. M. (Orgs.). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

_____. **Resolução n.º 02**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, Brasília, DF, 15 jun. 2012.

_____. [2019]. **Publicações da V CNIJMA e outras Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/biblioteca-home>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**. [online]. São Paulo, v.21, p. 1-18, 2018.

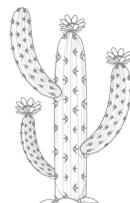
DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRIZZO, T. C. E.; CARVALHO, I. C. M. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 1, p. 115-127, 2018.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.

LAMOSAS, R. A. C.; LOUREIRO, C. F. B. A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.2, p. 279-292, mai./ago. 2011.



LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. p.65-72. In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

_____. Indicadores: meios para avaliação de projetos, programas e políticas públicas em educação ambiental. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.): **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores** – vol, 3. Brasília: MMA/DEA, 2013.

MAYER, M. Indicateurs de qualité pour l'éducation relative à l'environnement: une stratégie évaluative possible? **Revue Éducation relative à l'environnement**. v. 2, p. 97-118, 2000.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental no Brasil. **Revista Ambientamente Sustentável**. Jan./dez., 2017, ano XII, v. I, n. 23-24, p. 25-39.

_____. **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. São José dos Campos: INPE, 2019.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, Número Especial, p. 337-358, 2018.

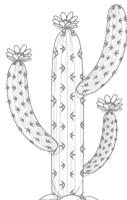
PARANÁ. **Lei n.º 17.505**, de 11 de janeiro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental. Diário Oficial do estado do Paraná, n.º 8875, Curitiba, PR, 11 jan. 2013a.

_____. **Deliberação n.º 04**, de 12 de novembro de 2013. Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Conselho Estadual de Educação, Curitiba, PR, 12 nov. 2013b.

TRAJBER, R; SATO, M. Somos aprendizes de escolas sustentáveis. **Revista Margens**. Dossiê Educação Ambiental. v.7, n.9, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1990.

VIEIRA, S. R.; TORALES-CAMPOS, M. A.; MORAIS, J. L. Proposta de matriz de indicadores de educação ambiental para avaliação da sustentabilidade socioambiental na escola. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. v. 33, n.2, p. 106-123, maio/ago., 2016.





Educação Ambiental à luz das Dimensões e dos Indicadores Propostos pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental: as Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente (CIJMA) na Amazônia Paraense

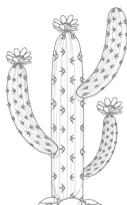
Elana Gracielle Santos Almeida
Marilena Loureiro da Silva

Introdução

A crescente preocupação acerca da necessidade de disseminar na sociedade, de modo mais amplo, as preocupações com a conscientização pública sobre os problemas ambientais tem gerado uma série de iniciativas nos mais diversos cenários nacional e internacional. Essa tendência tem reverberações para a região amazônica, palco de grande parte dos maiores problemas ambientais globais, bem como um dos lugares de maior capacidade de geração de possíveis soluções aos dilemas de nossa contemporaneidade.

A análise do panorama das políticas de Educação Ambiental desenvolvidas na Amazônia Paraense à luz de dimensões e indicadores propostos pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) (RAYMUNDO et al., 2019) foi realizada no presente artigo a partir da análise dos resultados das Conferências Infantojuvenis de Meio Ambiente para escolas de educação básica em suas contradições e dificuldades, e em seus êxitos, trata-se de uma política que marca possivelmente a mais importante tentativa de implantação da Educação Ambiental nas escolas de educação básica no Brasil.

Os problemas de natureza social e ambiental, aprofundados de maneira intensa nos últimos anos, contribuem para o fortalecimento da efetivação de uma política pública como a CIJMA, criada para oportunizar discussão coletiva dos problemas socioambientais vivenciados pela sociedade em esfera local no entorno das unidades escolares de educação básica, para a geração de alternativas viáveis



para a redução desses problemas.

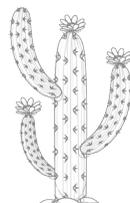
Entre os principais problemas podem-se destacar a relação desequilibrada entre as classes sociais e da sociedade com a natureza, o aumento da proporção de desempregados e miseráveis, o aprofundamento desigual da distribuição de renda entre os povos excluídos do processo produtivo, a crise sem precedentes do sistema hídrico, a erosão de áreas ocupadas desordenadamente pelas populações periféricas, o desmatamento em larga escala, etc.

O acelerado percurso que as mudanças na esfera econômica, social, política e cultural atingem na contemporaneidade constitui-se como reflexo de uma sociedade pautada pelo aprofundamento radical da racionalidade produtiva, no viés da modernização e das inovações tecnológicas constantes. Esses fatores colaboram para o acirramento dos problemas sociais e ambientais da atualidade

A produtividade e sua aliada, a máquina, encarnaram o mito do progresso, e as sociedades começaram a competir mais por sua capacidade produtiva do que por sua qualidade cultural e social. Para produzir sempre mais era necessário ignorar os ciclos de reposição da natureza e também as vicissitudes humanas (PESCI, 2003, p. 137).

Essas percepções ampliam o interesse em discutir a capacidade de uma política pública se dirigir à mudança da realidade socioambiental em cenários de vulnerabilidade social, como aqueles vivenciados por alunos, tanto de escolas da periferia de grandes centros urbanos quanto de escolas ribeirinhas da Ilha do Marajó, na Amazônia Paraense, para se aproximar da compreensão de como eventos como as CIJMA se efetivam nos espaços educacionais e, conseqüentemente, na sua comunidade escolar, na perspectiva de construção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensionalidades.

O presente estudo parte da discussão da questão problema: como a participação nas conferências potencializa as práticas de Educação Ambiental na proposta pedagógica das escolas que as realizaram, em diferentes cenários da Amazônia paraense, a exemplo



da escola rural/ribeirinha e da urbana.

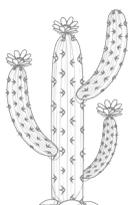
Desse modo, teve-se por objetivo geral analisar as possíveis contribuições das CIJMA para a consolidação de ações socioeducativas de Educação Ambiental no cenário escolar amazônico; e por objetivos específicos: analisar como as ações educativas com ênfase na Educação Ambiental se revelam no cotidiano da escola; analisar como as possíveis ações, resultantes da CIJMA, e implementadas na escola urbana e rural/ribeirinha propiciam a consolidação de projetos de Educação Ambiental, bem como evidenciar os atores sociais que participam de forma relevante dessas experiências.

Os resultados da pesquisa são analisados à luz das dimensões e dos indicadores das políticas públicas de Educação Ambiental desenvolvidos pela ANPPEA numa tentativa de aproximar e criar um mosaico das feições tentativas de EA no País, considerando o quadro teórico da Educação Ambiental brasileira e seu trânsito entre perspectivas conservadoras, baseadas no tratamento fragmentado das questões ecológico-preservacionistas e perspectivas críticas, voltadas ao tratamento crítico-analítico da realidade socioambiental, com vistas à emancipação social.

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: concepção, fundamentos e trajetória de consolidação

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente surge no cenário nacional como um dos mecanismos oriundos da Política Nacional de Educação Ambiental, conduzida pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC) a fim de propiciar discussões e debates amplos, referente à dimensão política do meio ambiente.

Em termos teóricos, observa-se na construção das etapas da conferência o enunciado da perspectiva crítica de Educação Ambiental e sua necessária indissociabilidade da Educação em



sentido amplo, vista, portanto, como uma dimensão da Educação. Dimensão esta que aproxima, no universo escolar, as questões ambientais locais e globais como elementos integrantes da mesma conjuntura dos problemas socioambientais.

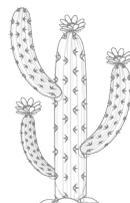
O caráter interdisciplinar da Educação Ambiental passa a se materializar por meio de projetos organizados coletivamente e que não se limitam à categorização sistemática das disciplinas pertencentes à grade curricular das instituições de ensino, transcendente a esse reducionismo.

O sujeito, ao se relacionar com tal perspectiva, desenvolve maior autonomia e criticidade para atuar em processos de construção de conhecimentos, pesquisa e projetos de intervenção social. Pois seus princípios, ações e práticas voltam-se para o fomento da Educação Ambiental nos sistemas de ensino.

No Estado do Pará, as conferências estaduais ocorreram no intervalo de momentos políticos distintos, ou seja, momentos que foram gerenciados por políticas de governo representadas por perspectivas políticas divergentes na sua forma de compreender e empreender a Educação Ambiental no estado.

A transição dos governos gerou mudanças reveladas por meio da modificação das equipes, de seus líderes e parceiros; da estrutura organizacional; de objetivos e de abrangência geográfica, a fim de atender a critérios políticos. Tal fato é um dos pressupostos básicos da alternância de poder que a rotina democrática requer e que, conseqüentemente, interfere na continuidade de algumas ações. (NOGUEIRA, 2006).

Considerando que o Pará é o segundo estado brasileiro de maior extensão territorial, isto é, reúne uma superfície de aproximadamente 1.248.042 km² e situa-se na região central do norte do País e com uma população diversificada, optou-se por discutir as experiências de comunidades rurais/ribeirinhas e urbanas referentes às ações desencadeadas em seus espaços educativos através da participação nas CIJMA (PARÁ, 2015).



Ações socioeducativas de Educação Ambiental e as CIJMA nas escolas estudadas

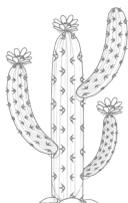
As escolas tratadas nesta pesquisa são: uma escola pública estadual de ensino fundamental e médio situada no município de Ananindeua, Pará, a representar o lócus urbano; e uma escola pública municipal de ensino infantil, fundamental e de educação de jovens e adultos, localizada no município de Portel, Pará, que constitui uma unidade rural/ribeirinha.

Para a realização da pesquisa, optou-se pela metodologia qualitativa, com a realização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com a realização de entrevistas. Na escola urbana foram realizadas 15 entrevistas, junto a três professores, um coordenador pedagógico, um gestor escolar, nove alunos de diferentes turnos atuantes na Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida), e uma liderança comunitária. Na escola ribeirinha também foram realizadas 15 entrevistas, junto a três professores, um coordenador pedagógico, um gestor escolar, sete alunos de diferentes turnos atuantes na Com-Vida e três lideranças comunitárias.

A Educação Ambiental na escola urbana estudada

As ações implementadas na escola urbana, a partir das CIJMA, são frutos da participação e do envolvimento de gestores, professores e alunos a partir de 2011 nos processos de mobilização da Conferência. Segundo as informações divulgadas nos documentos da escola, a intencionalidade da equipe pedagógica e da comunidade escolar é materializar na escola a Educação Ambiental por meio de mudanças significativas no seu espaço, com vistas a promover a responsabilidade socioambiental e o protagonismo infantojuvenil. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011).

O referido projeto contempla ações com foco na Educação Ambiental existente no espaço escolar, em articulação com o propósito da instituição de se transformar em espaço educador sustentável, como aponta o seu PPP. As ações empreendidas na escola



observada são: implantação da horta escolar; implantação da coleta seletiva; implantação da casa verde, com telhado de garrafa PET; implantação da Com-Vida na escola com encontros permanentes; oficina de compostagem para os alunos da Com-Vida; implantação do comitê científico para alunos do ensino médio e formação continuada para a comunidade escolar sobre temas relevantes.

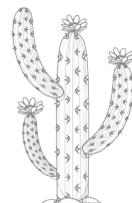
Neste item se apresentam as respostas dos entrevistados acerca das ações de Educação Ambiental desenvolvidas no espaço escolar urbano e sua possível relação com a participação da escola nas CIJMA, a fim de verificar a percepção desses sujeitos quanto às práticas e conceitos de Educação Ambiental. Os resultados são apresentados a seguir.

A participação nas CIJMA e a inserção da EA no currículo

A Educação Ambiental se insere no currículo escolar desta unidade de ensino através do projeto “Nossa Escola Sustentável” como um recurso pedagógico extracurricular, que inserido no PPP da instituição procura contemplar as ações socioeducativas aqui analisadas. Tais ações ocorrem sob a responsabilidade da Com-Vida, em parceria com o programa Mais Educação, um programa do MEC de financiamento de projetos extracurriculares, realizados no contraturno das atividades escolares para melhorar o rendimento dos alunos e retirá-los de situação de vulnerabilidade social, por meio da educação integral.

As ações com foco na dimensão ambiental, de acordo com os relatos dos entrevistados, ocorrem com mais intensidade nas atividades desenvolvidas pela Com-Vida em três dias da semana (segunda-feira, quarta-feira e sábado) em horários alternados, a fim de englobar os alunos dos três turnos de estudos. E em menor intensidade essas ações são continuadas nas salas de aulas.

Segundo os alunos entrevistados, há o predomínio da área de conhecimento das Ciências Naturais norteando as ações implementadas em sala de aula por meio das disciplinas Biologia,



Física e Química, as quais atuam no estímulo à construção de projetos científicos voltados à Educação Ambiental.

Este fato pode ser analisado em relação às afirmações de Guimarães (2012), quando ressalta a fragilidade das práticas de Educação Ambiental vistas atualmente, em âmbito formal, as quais se assumem fragmentadas, particularizadas entre professores de disciplinas distintas, descontextualizadas e não propícias ao estímulo do senso crítico dos que nela interagem. Este fato torna-se um empecilho no entendimento dos problemas ambientais, em nível global, que nos atingem.

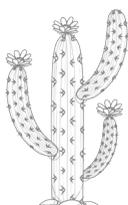
A continuidade das práticas de Educação Ambiental e seus efeitos no contexto escolar

Aqui se busca analisar com que frequência as práticas e ações se materializam na prática escolar, e de que forma o envolvimento dos professores, dos alunos e da coordenação se dá na construção e na execução das atividades planejadas, bem como quais as dificuldades e/ou avanços são observados na consecução das ações propostas.

Nesse sentido foi perguntado aos funcionários da instituição quais categorias pertencentes à comunidade escolar estão inseridas nas ações planejadas e qual o momento em que se realizam. Todos disseram estar satisfeitos e incluídos nas diversas propostas pedagógicas organizadas no decorrer do ano letivo. Segundo relata o gestor do espaço sobre este assunto, o momento se constitui em um processo desafiador, pois são muitas pessoas que circulam no espaço, porém nem todas demonstram o propósito de fazer da escola um ambiente diferente. Para tanto, o trabalho coletivo torna-se essencial.

As falas dos sujeitos sinalizam que as atividades de EA no currículo escolar ocorrem de maneira contínua e de formas diversificadas. Por isso, torna-se perceptível ao olhar deles os momentos em que a Com-Vida se assume.

Pelas atividades apresentadas na referida escola e pelos relatos



dos sujeitos compreende-se uma tentativa de inserção transversal da EA na ação curricular, principalmente através do instrumento mediador das situações de aprendizagem, com ênfase nas questões ambientais. Enquanto que as demais disciplinas da matriz curricular dos alunos pertencentes ao ensino fundamental até o ensino médio e a EJA atuam como suporte complementar das ações evidenciadas, o que nos leva a perceber que essas ações citadas se concentram fora das salas de aula, através da Com-Vida apenas.

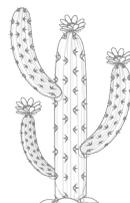
O protagonismo juvenil e sua contribuição na formulação da questão social, política e ambiental

Em relação aos conhecimentos dos alunos a respeito dos projetos e das ações direcionados ao meio ambiente, sete alunos sinalizaram que conhecem as atividades e dois demonstraram incerteza sobre as mesmas. O segundo questionamento pedia para que apontassem as atividades e/ou ações de EA em que estivessem envolvidos e todos falaram da horta, da coleta seletiva, da composteira e das construções com garrafa pet, atividades ocorridas em âmbito escolar.

Vale mencionar que tanto as atividades desenvolvidas quanto os temas abordados com a comunidade escolar (resíduos sólidos, coleta seletiva, destinação do lixo, queimadas, entre outros) buscam estabelecer conexão com os problemas ambientais e sociais percebidos naquele entorno como alternativa de superação dos problemas.

A Educação Ambiental na escola ribeirinha estudada

As ações socioeducativas realizadas na escola ribeirinha, no contexto das CIJMA, são frutos da participação e do envolvimento de gestores, professores e alunos a partir do ano de 2013 nos processos de mobilização da CIJMA. Segundo as informações divulgadas nos documentos da escola, a intencionalidade que a equipe pedagógica e a comunidade escolar buscam são contribuir para o empoderamento e o fortalecimento da juventude e da



comunidade em geral, e mostrar a importância de ações e projetos voltados para a sustentabilidade local de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

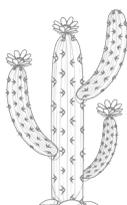
No que se refere aos desdobramentos oriundos da imersão da escola através da II Conferência Estadual e da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente destacam-se algumas ações existentes atualmente, com foco na Educação Ambiental e na sustentabilidade, pois estão voltadas para a realização de ações e de projetos explorando como eixo central os efeitos da poluição e da contaminação da água para a população ribeirinha dessas áreas, que já sofreram com determinado problema. Para isso foram empreendidas: palestras e reuniões nas comunidades; mutirões nas comunidades; projeto coleta do lixo; oficina de artesanato; agricultura familiar; reflorestamento de áreas na comunidade e emplacamento dos rios.

Neste tópico iremos buscar compreender as respostas dos entrevistados acerca das ações de Educação Ambiental desenvolvidas e sua possível relação com a participação da escola nas CIJMA.

A participação nas CIJMA e a inserção da EA no currículo

Nesta primeira questão, os sujeitos participantes da entrevista buscaram responder como se dão as atividades com foco na EA, após CIJMA, enfatizando as ações desencadeadas e inseridas no planejamento escolar. Segundo as respostas obtidas, todas sinalizam que existem ações pontuais de EA desenvolvidas no contexto escolar e que atualmente elas acontecem de maneira menos intensa e atrelada ao Programa Mais Educação. Todavia também é explícita, nos depoimentos, a relação de reciprocidade entre aspectos sociais e naturais, o que tende a gerar a construção de uma base sólida na articulação entre as ações propostas e os conhecimentos teóricos acerca da EA.

Para os entrevistados, tais ações e/ou projetos se caracterizam principalmente pela horta escolar e pela agricultura familiar, que



representam estratégias para a sobrevivência e o sustento próprio da comunidade. As demais ações não foram enfatizadas.

Sobre o conceito de Educação Ambiental entendido pelos sujeitos dessa comunidade fica claro que se sobressai em seus depoimentos uma preocupação que as atividades realizadas possam desencadear uma modificação de posturas com o propósito de estimular a preservação e a conservação dos recursos naturais ali disponíveis, em especial do elemento água, por ser a fonte de sobrevivência dos moradores da comunidade São Benedito.

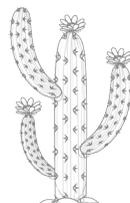
A descontinuidade das práticas de Educação Ambiental e seus efeitos no contexto escolar

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, as ações socioeducativas ganham força quando a unidade escolar consegue participar de processos mobilizadores, como a CIJMA, capaz de mobilizar a comunidade para os problemas que a afetam, bem como estabelecer aproximação escola-comunidade, de forma a promover conquistas coletivas.

Além disso, a participação de um membro da comunidade em várias seleções até chegar à esfera nacional e, sobretudo, apresentando um projeto construído a partir dos problemas socioambientais da própria comunidade é algo significativo e até certo ponto, inimaginável, sob o ponto de vista de seus moradores.

Uma dificuldade encontrada é que as mudanças no espaço escolar não caminharam tal qual o planejado. Um dos problemas apontados pelos entrevistados foi a descontinuidade de muitos projetos iniciados. Um dos elementos dessa descontinuidade se relaciona com as mudanças frequentes no quadro de docentes das comunidades rurais, o que compromete o bom desempenho de atividades que foram construídas sob contextos, olhares e sujeitos diversos.

Conforme as análises dos aspectos concernentes à prática pedagógica dos professores da comunidade em questão pode-se observar que atualmente as metodologias didáticas em evidência



e execução são limitadas, isto é, pautam-se em trabalhos como a formação de grupos de estudos para explorar os conteúdos escolares, perguntas, exercícios, fragmentos de textos diversos com a construção de murais, painéis e cartazes sobre a temática proposta. E que os projetos de EA e as demais ações socioeducativas não são mais percebidos de forma intensa, somente restando o projeto da horta escolar e da agricultura familiar, por estar vinculado ao Programa Mais Educação.

Parceria escola e comunidade

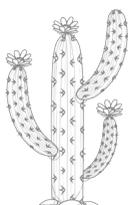
A relação entre a escola e a comunidade surge com bastante frequência nos depoimentos coletados, isto porque os entrevistados, em sua maioria, conseguem visualizar nas conquistas empreendidas a parceria satisfatória entre os membros que fazem a comunidade e a força da escola enquanto espaço propício à formação de saberes indispensáveis à vida. A escola, além de transmitir conhecimentos, deve atuar na formação integral dos seus alunos, aproximando, através de suas práticas pedagógicas, o conhecer do intervir no real (GADOTTI 2001).

A forte influência da parceria escola e comunidade nas diversas ações empreendidas se assemelha às análises de Guimarães (2012) quando ressalta que o ambiente escolar não se limita ao seu espaço físico e geográfico, mas é amplo e dinâmico.

A Análise dos resultados da pesquisa à luz das dimensões e dos indicadores da ANPPEA

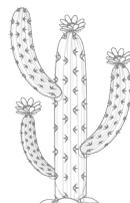
A análise da trajetória da Educação Ambiental nas escolas de educação básica do Estado do Pará, tomando por base as experiências desenvolvidas nas escolas estudadas nesta pesquisa em suas possibilidades de visualização como política pública, vão indicar um quadro ainda precário nos aspectos relacionados à efetividade das políticas e das diretrizes da Educação Ambiental no cenário estadual.

A seguir apresentaremos um quadro panorâmico das

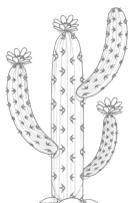


dimensões da PPEA e seus indicadores evidenciados a partir do estudo realizado. Para a construção do quadro analítico da política pública de Educação Ambiental em âmbito estadual, a partir dos resultados das conferências e sua aplicação nas escolas estudadas, observou-se a seguinte metodologia: num primeiro momento, foi feito o agrupamento das dimensões da política pública de Educação Ambiental e seus respectivos indicadores, para, no segundo momento, realizar a análise da presença e ou da aplicação daquelas dimensões e de seus indicadores, no caso específico da política em questão, a CIJMA. Seus resultados juntam escolas ribeirinhas e urbanas no estado do Pará.

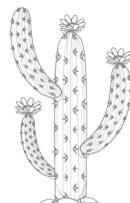
Dimensão	Indicadores	Análise situacional
Diagnóstica	Diagnóstico para construção da PPEA	Observou-se, nas experiências estudadas, a ausência de elaboração de diagnóstico acerca das práticas de EA já desenvolvidas pelas unidades escolares, como fomento às novas práticas surgidas da organização da CJMA. Não se verificou preocupação com um levantamento das ações desenvolvidas pelas conferências anteriores e suas consequências para a organização escolar
Participação e construção coletiva	Mobilização Social	A realização da CNIJMA conseguiu construir um processo de mobilização dos sujeitos sociais envolvidos em sua realização, movimentando setores da sociedade e comunidades locais, tornando-os mais articulados em torno das temáticas socioambientais
	Existência de espaço coletivo (colegiado) para construir e implementar a PPEA	A exigência da composição das Comissões Organizadoras Executivas (COE) locais deu ao processo de construção das CIJMA um caráter de colegialidade e integração das equipes de trabalho de órgãos e setores diversos, o que facilitou o desenvolvimento das etapas do evento



Formação dialógica	Desenvolvimento de processo formador para a construção e a implementação da PPEA	Esse indicador de pouca visibilidade na construção da CNIJMA, no caso específico do Pará, observou-se sua realização de modo informal, inerente ao processo de organização dos coletivos responsáveis pela realização das conferências. Foram realizados estudos sobre as metodologias para a realização das conferências nas escolas, o seu Passo a Passo, no âmbito interno as COEs e reuniões e oficinas para o tratamento da metodologia de modo setorizado e por polos regionais em todas as versões da CNIJMA
Formação dialógica	Articulação entre teoria e prática do processo formativo/ pedagógico	Indicador presente, mas de modo frágil, dada a insistência do tratamento dicotomizado das questões socioambientais, e a adesão a um discurso teórico crítico, sem a necessária coerência com a dimensão prática, em geral alicerçada em perspectivas instrumentais, com foco nas mudanças de atitudes e comportamentos, típicas de uma abordagem reducionista de EA
	Diversidade de público envolvido	Baixa diversidade de público envolvido, praticamente restrito à comunidade escolar, leia-se professores e alunos
Formação dialógica	Avaliação dos processos formativos	Sem a presença de instrumentos de avaliação dos processos formativos
Intervenção socioambiental	Intervenções socioambientais geradas a partir da execução da PPEA	Pouca visibilidade de intervenções socioambientais de escopo amplo ou estruturante; maior visibilidade de ações de dimensões e consequências pontuais para a vida da comunidade
Subjetividade – indivíduo	Elevação da autoestima dos envolvidos Laços e vínculos comunitários / sociais Valorização da cultura associada às atividades ambientais	Os três indicadores desta dimensão serão tratados de modo integrado dadas as suas relações de profunda integração, no caso específico do estudo. Nas duas experiências estudadas verificou-se que a participação nos processos desencadeados pela CNIJMA foram importantes para a elevação da autoestima de alunos e professores e dos coletivos escolares, o que necessariamente se deu a partir da constituição de laços e vínculos comunitários e sociais, e isso num processo de reconstrução e de redescoberta das identidades culturais revalorizadas



Complexidade	Articulação temática	Observou-se, nos casos estudados, um bom nível de articulação temática, vinculando aspectos da realidade global às questões locais, o que deu riqueza aos processos de construção das discussões nas CNIJMA
	Articulação de redes, movimentos socioambientais e coletivos educadores	Este indicador se apresenta muito visível na construção da CNIJMA no Pará; a articulação da COE envolve diversos coletivos, que, ao se integrarem, ampliam suas possibilidades de ação e se fortalecem
	Conexão e articulação com referências e documentos internacionais	A leitura das indicações dos processos formativos orientados nacionalmente para a realização da CNIJMA conseguiu construir boa sinergia e dar bom direcionamento às ações, ocasionando também maior acesso público aos documentos provenientes da política ambiental internacional, seus tratados, convenções e protocolos
	Apoio à ações afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações	A trajetória das CNIJMA, desde suas origens, esteve imbuída das preocupações com o apoio a ações afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações, e isso foi muito bem evidenciado em suas edições no Pará
Institucional	Instrumento legal da PPEA Instrumento pedagógico participativo de base	Em esfera estadual, a chamada para a realização da CNIJMA e sua Comissão Organizadora Local se dá por meio de decreto governamental, com base nos dispositivos legais e orientações da PNEA, posto que até os dias atuais o estado ainda não dispõe da Política Estadual de Educação Ambiental criada por lei, estando a mesma em fase de discussão na Assembleia Legislativa Do ponto de vista pedagógico, observam-se as orientações presentes nos materiais disponibilizados em esfera nacional e se compõem as adequações locais

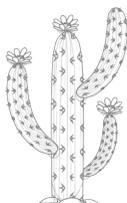


	<p>Gestão racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos</p> <p>Suporte orçamentário</p> <p>Infraestrutura física</p> <p>Estrutura organizacional</p>	<p>Estes quatro indicadores serão tratados conjuntamente em razão de sua imbricada relação em termos infraestruturais. Do ponto de vista da gestão racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos, não se observou de modo regular e sistemático a adesão por parte dos sistemas de novos processos de gestão a partir dos resultados da CNIJMA. O suporte orçamentário se deu predominantemente por força dos repasses de recursos do MEC para as secretarias estaduais, em alguns casos contando com a contrapartida do estado, principalmente na condução da etapa estadual</p> <p>A infraestrutura física e a infraestrutura organizacional se deram predominantemente por conta do sistema estadual e dos municípios onde se realizaram etapas locais e regionais</p>
Comunicação	<p>Plano e ferramentas de comunicação</p> <p>Interlocutores do processo de comunicação</p> <p>Educomunicação e/ou Comunicação social</p>	<p>A comunicação como dimensão fundamental do processo de construção da CNJMA não conseguiu ser desenvolvida de modo a considerar seus indicadores. O processo organizativo não observou a necessidade da constituição de planos de comunicação específicos com ferramentas específicas; foram utilizados os sistemas próprios de cada esfera de governo e dos movimentos envolvidos na organização para o desenvolvimento da comunicação. Os interlocutores privilegiados foram sempre e predominantemente os integrantes das comunidades escolares. Não tendo sido observado o uso de estratégias de educomunicação expressivas</p>

Quadro 1: Análise da PEEA (CNJMA) à luz das dimensões e dos indicadores da ANPPEA.
 Fonte: Elaboração própria, com base nas dimensões e indicadores da ANPPEA

Aproximações conclusivas

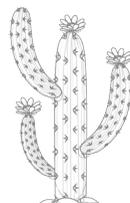
Os resultados da pesquisa realizada indicaram a percepção de que, em ambos os espaços escolares estudados, a materialização das ações e/ou projetos de Educação Ambiental, oriundos da CIJMA, se consolidou na proposta pedagógica e no cotidiano dos sujeitos envolvidos de maneira diversificada, embora com visíveis diferenças entre ritmos e possibilidades de tratamento regular e sistemático.



Entretanto, na escola de contexto urbano, apesar de existir uma melhor estruturação das ações a partir da Com-Vida e demais recursos utilizados para tornar o espaço educador sustentável, a perspectiva conservadora de EA ainda está fortemente presente nas práticas e nas falas dos sujeitos envolvidos. Esse fato indica que a escola necessita rever e redimensionar tais práticas, com vistas ao estímulo de um saber ambiental crítico e emancipatório.

A Educação Ambiental crítica e emancipatória assume essa multiplicidade de possibilidades de aproximação e diálogo com relações diversas, com os saberes e práticas distintas, estejam elas concentradas em localidades urbanas ou em regiões afastadas das metrópoles, como das comunidades rurais e ribeirinhas. Essas práticas se relacionam necessariamente com a realidade histórico-social e cultural dos sujeitos amazônicos e ressignificá-las por meio de processos educativos como a CNIJMA implica a compreensão da importância das políticas públicas de Educação Ambiental para a região.

Com base nos estudos desenvolvidos sobre Educação Ambiental e as práticas pedagógicas empreendidas nas escolas que participaram das CIJMA, bem como a utilização das dimensões e dos indicadores produzidos pela ANPPEA para a análise das políticas de Educação Ambiental vão demonstrar que essas políticas ainda se encontram um tanto distantes de sua efetividade prática, ainda que se esteja falando de realidades as mais diversas, como aquelas vivenciadas por escolas tão diferentes entre si, pertencentes ao cenário amazônico. Escolas que carregam experiências e práticas pedagógicas diversas e que compartilham do desafio diário, que se impõe à educação escolar, para implementar um trabalho efetivo em torno da Educação Ambiental em comunidades urbanas e comunidades rurais/ribeirinhas.



Referências

BRASIL. **Relatório final da II edição**: vivendo a diversidade na escola. 20 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br>>. Acesso: 20/12/2015.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. 8. ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação ambiental com compromisso social**: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza de, (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**, São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária, In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais**: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. Dissertação (Mestrado), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

PARÁ. **Portal do Governo do Estado do Pará**. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/>>. Acesso em: 10/07/2015.

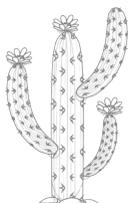
_____. **Relatório da II Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente**, Belém: SEDUC, 2013.

PESCI, Rubem. A pedagogia da cultura ambiental: do Titanic ao veleiro. In: LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTEL. Prefeitura Municipal. SEMED. **Sistema de Gestão da Educação Ribeirinha Portelense - SIGERP**. Portaria n. 8, de 7 out. 2014.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Serviço de Informação e Documentação (SESID) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2019.

SILVA, Marilena Loureiro da. **Educação ambiental e cooperação internacional na Amazônia**. Belém: NUMA; UFPÁ, 2008.





Considerações sobre Leis de Política de Educação Ambiental

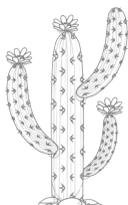
Daniel Fonseca de Andrade

Introdução

O delineamento de políticas públicas de Educação Ambiental (EA) é tarefa complexa. O documento Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental, produzido pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) (RAYMUNDO et al., 2019) explicita essa complexidade e, ao mesmo tempo, a encerra e a organiza em oito dimensões e vinte e sete indicadores. O presente texto lidará com uma questão inserida em uma dessas dimensões, a dimensão institucional. Apesar de transitar por alguns indicadores, terá como foco o indicador 17, que versa sobre o instrumento legal da política pública de EA, compreendido aqui como uma lei.

De maneira mais específica, este artigo primeiramente caminhará pela dimensão institucional dos indicadores da ANPPEA, costurando alguns deles que, juntos, compõem os conteúdos da política pública. Os conteúdos da política pública, como leis, planos e programas, são os materiais concretos produzidos como uma resultante de forças (ANDRADE e SORRENTINO, 2013) dos processos políticos e institucionais que envolvem o delineamento e a implementação das políticas públicas (FREY, 2000). Em outras palavras, são os resultados das interações entre os delineadores da política pública. Em um segundo momento, o texto abordará especificamente o instrumento legal, as leis, justificando as vantagens de sua criação para a EA de um território e explicitando algumas seções importantes de estarem presentes nesse documento.

Por fim, este ensaio tratará de questões bem específicas que precisam ser consideradas em um processo de delineamento



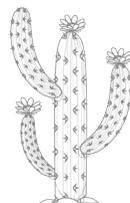
de um texto de lei de política pública de EA, questões que serão destacadas por terem sido vivenciadas em um processo do tipo e que, posteriormente, foram investigadas a partir da análise de alguns textos de leis de políticas existentes. Com isso, espera-se colaborar com novos processos de criação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental no País.

O conteúdo das políticas públicas

Conforme indica a teoria (FREY, 2000; DYE, 2008) e explicita de maneira bem visível o documento Indicadores de Monitoramento e Avaliação de PPEA produzido pela ANPPEA, o delineamento de uma política pública é um campo complexo, composto por grande número de variáveis relacionadas a diversas dimensões da realidade. Em outras palavras, é grande o número de conhecimentos que os delineadores da política pública precisam idealmente dominar para conseguirem construir uma estratégia de ação coerente e capaz de reunir os recursos necessários para que a ação desejada por meio da política seja implantada com sucesso.

Um conjunto desses conhecimentos precisa estar relacionado ao conteúdo das políticas. O conteúdo das políticas representa suas manifestações concretas, ou seja, os resultados dos processos de delineamento executados pelos envolvidos (FREY, 2000). Trata-se da parte ‘visível’ das políticas públicas, e para Andrade e Sorrentino (2013, p. 219), “são meios criados com o objetivo de garantir ou aumentar as garantias de implementação plena da política, e orquestrar a sua consecução”. Nesse sentido, ainda segundo os autores, uma política pública completa para um determinado território, capaz de “explicitar motivos, propor ações e implantá-las” (IBID) deve conter uma lei, um programa e uma dotação orçamentária. A lei é um instrumento legal, o programa, um instrumento administrativo (ou de gestão), e a dotação orçamentária, um instrumento financeiro. No documento da ANPPEA esses instrumentos estão relacionados aos indicadores 17, 18 e 20, contidos na dimensão institucional.

O foco do presente trabalho é o instrumento legal,

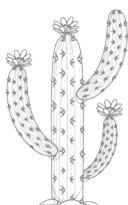


compreendido aqui como uma lei (medidas provisórias e decretos são também exemplos de instrumentos legais, mas não serão considerados). Em sentido amplo, uma lei é “uma norma geral de conduta, que disciplina as relações de fato incidentes no direito e cuja observância é imposta pelo poder estatal” (DINIZ, 2008, p. 92).

Leis de políticas públicas de EA são comuns no Brasil. Há uma lei federal, a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), e várias estaduais, como, por exemplo, as leis de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2005), de São Paulo (SÃO PAULO, 2007) e do Paraná (PARANÁ, 2013). Embora existam também leis de EA específicas em municípios, elas são em muito menor número proporcionalmente ao número de municípios existentes no País. Petrópolis (PETRÓPOLIS, 2012), no estado do Rio de Janeiro, Ribeirão Preto (RIBEIRÃO PRETO, 2014), São Paulo, Sobral (SOBRAL, 2018), no Ceará e Teixeira de Freitas (TEIXEIRA DE FREITAS, 2018), na Bahia, são apenas alguns municípios que já possuem suas leis de política de EA implantadas. De certa maneira, os municípios brasileiros constituem o grande campo para a criação de políticas públicas de EA.

Este texto considera o conceito de políticas públicas a partir de um recorte geral. Apesar de reconhecer a sua polissemia (HEIDEMANN, 2009), trabalha a partir da perspectiva de que as políticas públicas são “intenções de construção do bem comum que são transformadas em uma ação ou um conjunto de ações” (ANDRADE e SORRENTINO, 2013, p. 217). Ou seja, as políticas públicas têm o papel de convergir recursos e de organizar uma estratégia para implantação de uma ação em um determinado território (ANDRADE e BARBOSA, 2015).

Uma razão pela qual é relevante o esforço de se criarem políticas públicas de EA é que elas atribuem legitimidade (obrigatoriedade legal), universalidade (alcance de todos os cidadãos) e capacidade coercitiva (possibilidade de punição a violadores) perante a sociedade (DYE, 2009). Dito de outra forma, a transformação de uma demanda local em política pública demonstra que o Estado

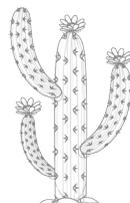


reconheceu e legitimou aquela demanda como algo que deve ser lido em nome do bem comum daquele local. Nesse contexto, o instrumento legal tem um papel fundamental, já que é ele que respalda, segundo Diniz (2008), por possibilidade de imposição pelo Estado, a consecução da ação.

Essa é uma questão importante que foi levantada por Andrade (2000; 2003) em pesquisa com educadores brasileiros acerca da sanção da PNEA. Para os entrevistados, a lei da política de EA brasileira ratificou e deu mais credibilidade às práticas de EA já existentes e ainda por vir, e permitiu que pressão fosse (e ainda seja) exercida sobre instituições implicadas no seu escopo que se neguem a trabalhar com a EA (o que pode ser estendido, inclusive, ao próprio poder público). Assim, apesar de uma política pública não poder ser reduzida a uma lei, e sequer aos seus conteúdos (DYE, 2008), a lei tem um papel que é insubstituível e central, pois respalda aqueles que reivindicam a consecução da ação (ANDRADE e SORRENTINO, 2013).

Entretanto, a composição de um texto de lei de política pública de EA pode ser uma tarefa muito difícil. Caso ela seja realizada de forma participativa, como recomendam documentos direcionadores da EA no País (BRASIL, 2005), essa empreita pode ser ainda mais complexa (ANDRADE et al., 2014). Uma primeira questão que precisa ser conhecida é que, embora não exista obrigatoriedade sobre os conteúdos presentes em um texto de lei, do ponto de vista de organização de uma estratégia de ação é pertinente que ela traga, minimamente, esclarecimentos conceituais, princípios, objetivos, atores e instrumentos.

O esclarecimento conceitual visa à demarcação das terminologias utilizadas em meio à sua polissemia, ou seja, explícita a compreensão do documento acerca de determinado conceito em meio a várias possibilidades. Os princípios indicam os fundamentos sobre os quais a lei é erigida, quer dizer, de onde ela parte. Os objetivos, o que se deseja que seja feito. Os atores, por quem será feito, e os instrumentos, os caminhos elencados para tal, ou melhor, o 'como' será feito. É importante de ser ressaltado que



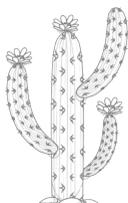
essas diferentes seções da lei, em nome da coerência, precisam estar finamente alinhadas umas com as outras, já que a lei precisa ter uma unidade.

Além disso, é importante que outras questões relativas a uma lei de EA sejam de domínio consciente de seus elaboradores. Algumas delas emergiram como relevantes para processos de delineamento de políticas públicas em uma experiência prática real vivenciada pelo autor deste artigo. Por conta da sua importância ao longo do processo, tais questões foram depois investigadas a partir de textos de leis de EA já existentes. É sobre essas questões que a sequência do texto lidará, com a expectativa de se colaborar com iniciativas de composição de textos de leis que ainda ocorrerão, ou mesmo com a avaliação de outros já existentes. O contexto dessa experiência prática real, bem como as questões levantadas por ela serão abordados na seção abaixo.

Algumas questões específicas sobre o delineamento de textos de lei

O contexto que culminou em análises de alguns textos de lei de EA brasileiros foi um convite, pela Promotoria Pública do município de Ribeirão Preto, São Paulo, para colaborar em um processo participativo de elaboração de minuta de texto de lei de política pública de EA para aquele município. Na ocasião, o ponto de partida foi a minuta resultante de processos incompletos anteriores, mas que já davam algum corpo e organização para o novo texto. Tal minuta, por sua vez, fora baseada em outros textos de lei de EA e em outros documentos que servem como diretrizes para a EA no País.

Com o início do processo, entretanto, questões que se relacionavam com a coerência e, portanto, com a qualidade do texto para o seu fim, que era o de estruturar uma ação, começaram a ser levantadas e não respondidas pelo grupo. Com isso, a ideia de investigar tais questões para melhor desvelá-las emergiu e culminou na análise de três textos de lei, dos quais dois com resultados já publicados (ANDRADE e BARBOSA, 2015; BARBOSA

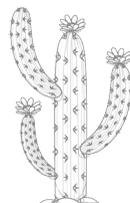


e ANDRADE, 2016). Nessas análises, algumas questões que prejudicavam a compreensão dos textos começaram a se mostrar recorrentes. Embora as análises não tenham sido exaustivas, os resultados encontrados e o conhecimento sobre a forma como políticas públicas são realizadas, muitas vezes por meio de cópias adaptadas de outros textos (ANDRADE 2013 E ANDRADE et al., 2014), trouxeram o indício de que elas possam ser comuns. Algumas questões são fundamentais para os propósitos do texto de lei, dentre as quais se destacam: a confusão entre o papel ‘operacional’ de uma política pública de EA e o seu papel pedagógico; a competência do texto da lei; e a questão dos instrumentos.

O papel operacional e o papel pedagógico do texto de lei

Uma das questões recorrentes nas análises feitas diz respeito à confusão ou ao intercambiamento entre o fim operacional do texto de lei de EA e o seu fim pedagógico. Segundo Andrade e Barbosa (2015), o fim operacional do texto de lei se refere ao seu papel como componente de uma política pública, de organizador de uma estratégia de ação. Ou seja, da sua condição de delineador de uma estratégia de ação e vislumbrador e mobilizador de recursos para que a ação proposta seja executada conforme planejado. Assim, o fim operacional constitui os objetivos da política que a lei está instituindo, que podem ser compreendidos como os resultados desejados após a política ser implantada (SECCHI, 2013). Todo texto de lei de política pública, independentemente a qual setor se destina, contém o fim operacional, já que operacionalizar uma ação é a razão de ser de uma política pública e do texto de lei que a institui.

Em uma lei de política de EA, no entanto, os objetivos da política (operacionais) coexistem com os objetivos pedagógicos (BARBOSA E ANDRADE, 2016). Os objetivos pedagógicos de uma lei de EA estão relacionados à demarcação de objetivos da EA que se deseja implantar em um determinado território por meio daquela lei. É bastante conhecido que o campo da EA não é

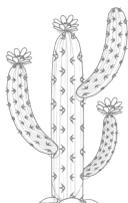


homogêneo, mas constituído por uma “nebulosa” (CARVALHO, 1998, p. 114) de valores e interesses que configuram, portanto, educações ambientais com identidades diversas (LAYRARGUES, 2004). Faz-se necessário, portanto, que a lei de EA se situe dentro dessa diversidade e enuncie coerentemente ‘qual’ EA propõe para aquele território. E isso se dá por meio dos objetivos pedagógicos.

Do ponto de vista analítico, tanto os objetivos operacionais quanto os pedagógicos são objetivos da lei da política de EA. E como, no âmbito da Educação, os fins importam tanto quanto os meios, essas duas categorias podem se sobrepor. Mas eles precisam ser compreendidos de maneira separada e enunciados de maneira clara para que possam colaborar com a definição de estratégias de ação que sejam precisas (BARBOSA E ANDRADE, 2016).

O que foi observado nas análises dos textos de lei é que esses dois papéis, embora intimamente relacionados, precisam ser compreendidos e enunciados em suas funções específicas. Como, em geral, estão misturados, isso posteriormente poderá causar prejuízos aos agentes responsáveis pela implementação da política (ANDRADE E BARBOSA, 2015). Segundo os autores, uma explicação para tal é o fato de ambos tratarem de ‘objetivos’. Por exemplo, tanto a PNEA quanto a Política de EA do Estado de São Paulo incluem esses objetivos sob ‘Objetivos da EA’ e não possuem uma seção específica sobre os objetivos da política. Já a lei da Política Municipal de Ribeirão Preto os inclui todos sob o tópico ‘Objetivos da Política de EA’.

Uma das consequências dessa falta de clareza do que são os objetivos operacionais (os objetivos da política) e o que são os objetivos pedagógicos (os objetivos da EA) é que se o texto da lei considera os objetivos pedagógicos como operacionais, então a lei terá objetivos abstratos, já que eles se referirão ao que se deseja como resultados dos processos educativos e não à estruturação da estratégia de ação para fazer com que esses processos ocorram. Em outras palavras, a lei não definirá objetivos para a consecução da ação, o que é, no final das contas, a sua razão de ser (ANDRADE E BARBOSA, 2015). Assim, a lei enunciará as intenções finais (os



objetivos pedagógicos), mas deixará de fora as ações necessárias para o seu alcance (BARBOSA E ANDRADE, 2016).

Assim, sugere-se aqui, à luz de Barbosa e Andrade (2016), que no delineamento de um texto de lei de EA, em nome da clareza e da colaboração com o posterior processo de implantação, que objetivos operacionais (objetivos da política de EA) e pedagógicos (objetivos da EA) sejam pensados considerando-se seus papéis específicos, que eles sejam enunciados separadamente e que, reconhecidas as suas diferenças, eles estejam finamente alinhados.

A questão das competências

Outra questão constatada como comum nas análises realizadas relaciona-se às competências atribuídas à União, aos Estados e aos Municípios. Essa atribuição está prevista na Constituição Federal, no seu Título III, que dispõe sobre a Organização Político-Administrativa do Estado (BRASIL, 1988). No que se refere à educação formal, especificamente, a atribuição de competências aos diferentes entes federativos se dá na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), em seu título IV, que versa sobre a “Organização da Educação Nacional”. Nessa seção, os artigos 16, 17 e 18 preveem, respectivamente, os Sistemas Federal, Estadual e do Distrito Federal, e Municipal de ensino, deixando claro que a cada um desses sistemas compreende um conjunto específico de instituições que, por sua vez, são de competência do respectivo ente federativo.

O que se tem encontrado nas análises realizadas são textos de lei de EA em que há conflitos claros de competência entre os diferentes entes federativos, ou seja, quando se atribui a um ente federativo responsabilidades que são, na realidade, de outro. Um exemplo disso, disposto em Andrade e Barbosa (2015), é o do texto da Lei da Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo (SÃO PAULO, 2007). A minuta do texto da lei havia sido elaborada participativamente com fomento da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA). Depois de uma série de encontros, uma minuta foi preparada e enviada para sanção. Essa sanção

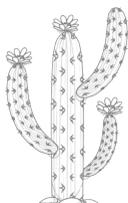


ocorreu, no entanto, não sem que vetos fossem aplicados a vários artigos, alguns deles por conta de o texto ferir a competência de municípios (SERRA, 2007).

Outro conflito de competência localizado nas análises relacionou-se com a lei da Política Municipal de Educação Ambiental de Ribeirão Preto. Esse texto, conforme indicado por Andrade e Barbosa (2015), apresenta alguns trechos “praticamente reproduzidos da PNEA” (p. 9). Como os autores colocam, a ocorrência, em textos de lei de hierarquia inferior (por exemplo, municipais), de conteúdo extraído de leis ‘superiores’ (estadual ou federal) não pode ser visto a priori como um problema. Essa inclusão pode significar uma tentativa de diálogo da lei municipal com a lei federal e o pensamento da EA consolidado no País. No entanto, isso deve ser feito com cuidado, já que a lei em âmbito federal tem competências diferentes das municipais, competências essas que não podem ser transferidas para os municípios. Ou seja, nesse caso, estar-se-ia incorrendo em uma inconstitucionalidade.

Na lei de Ribeirão Preto (RIBEIRÃO PRETO, 2014), um dos parágrafos reconhecidos pelos autores como ‘inspirados’ na lei federal dispõe que (Art. 3º) “§ 1º - A Educação Ambiental formal será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. A questão que emerge desse conteúdo é que o município, à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), não tem competência para legislar sobre “todos os níveis e modalidades do ensino formal”. De acordo com a lei, cabe ao município zelar sobre “as instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público Municipal; [e] as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada”. Assim, o conteúdo do texto da lei de EA de Ribeirão Preto é, do ponto de vista legal, inconstitucional. Mas, pior do que isso, é que do ponto de vista da estruturação da ação no município, que é o papel da política pública criada, o texto é inócuo, porque ele prevê para o município atribuições que ele não poderá cumprir.

Assim, o exercício da composição de um texto de lei não pode



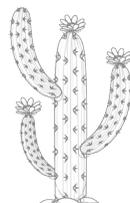
perder de vista que a nova lei não será criada em um vazio legal, mas em uma constelação de outras leis com as quais a nova se relacionará, de forma hierárquica ou horizontal. Nesse sentido, esforços precisam ser feitos para se compreender essa constelação de forma a não se gerar conteúdos que serão contestados posteriormente, como o foram os da Lei da Política Estadual de São Paulo, que teve artigos vetados, ou que apenas reproduzirão, sem efeitos práticos, previsões legais de outras leis existentes (BARBOSA E ANDRADE, 2016).

Consequentemente, como contribuição dos estudos realizados sobre esse tema até o momento, recomenda-se que os formuladores de minutas de textos de lei de EA municipais, ao invés de se aterem ao conteúdo das leis maiores, no sentido de replicá-las total ou parcialmente, que reflitam sobre qual é o papel desejável e possível de ação do Estado dentro das atribuições municipais. Ou seja, o que a lei pode estruturar de ação dentro das competências que são atribuídas especificamente aos municípios pela Constituição Federal sem que as atenções sejam desviadas para textos de âmbito maior. A partir da constitucionalidade, que esse olhar leve a estratégias que sejam capazes de educar ambientalmente a população daquele determinado município com qualidade.

Os instrumentos

Por fim, o último tema abordado aqui acerca da composição de textos de lei de EA concerne aos instrumentos da política. De forma geral, os instrumentos das políticas públicas são os meios institucionalizados por meio dos quais os objetivos da política são buscados (SALAMON, 2000; TREASURY BOARD OF CANADA SECRETARIAT, 2007). Assim, os instrumentos estruturam e operacionalizam as ações propostas, canalizando os recursos para o alcance dos objetivos.

Conforme Salomon (2000), instrumentos de políticas públicas são multidimensionais, ou seja, podem ser pensados em diferentes níveis de abstração. Além disso, eles revelam as lógicas e os valores dos formuladores da política, bem como os diferentes interesses envolvidos no processo de elaboração. Também, como



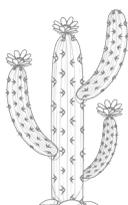
eles definem parcialmente os recursos que serão usados e por quem, as escolhas feitas nunca são técnicas, mas políticas (SALAMON, 2000; AMORIN E BOULLOSA, 2013). De qualquer maneira, os instrumentos escolhidos em uma política deveriam permitir o melhor alcance dos seus objetivos (VEDUNG, 1998).

Por fim, instrumentos não são apenas meios, mas possuem fins neles mesmos (VEDUNG, 1998). Essa afirmação é muito válida para o campo da educação, em que os fins importam tanto quanto os meios através dos quais são alcançados. Nesses casos, os instrumentos conectam os objetivos operacionais e os pedagógicos da política, e devem ser pensados em combinação (ANDRADE E BARBOSA, 2015).

Como são os instrumentos que operacionalizam as ações definidas na política, eles precisam ser pensados em sintonia fina com os seus objetivos (BARBOSA E ANDRADE, 2016). De forma prática, cada objetivo delineado precisa ter ao menos um instrumento que o implemente, e cada instrumento ao menos um objetivo que o direcione.

Não é isso que foi observado nas análises realizadas. Em alguns casos, como no da lei da Política Nacional de EA (BRASIL, 1999), instrumentos sequer foram listados explicitamente (BARBOSA; EANDRADE, 2016). Barbosa e Andrade (2016) argumentam que a inexistência de instrumentos claros na Lei da PNEA pode ter propiciado mais liberdade e agilidade ao seu processo de implementação, por outro lado deixou a política como um todo mais sujeita aos atores envolvidos nos processos posteriores (de criação de um programa, por exemplo) por não garantir, com força de lei, sequer alguns poucos instrumentos.

Em outro caso analisado (ANDRADE E BARBOSA, 2015), embora a seção dos instrumentos esteja presente no corpo da lei, alguns desses instrumentos não se remetem a nenhum dos objetivos operacionais instituídos, ou seja, não há alinhamento entre o que a lei se propõe a fazer (por meio dos objetivos) e ‘o como’ ela se propõe a fazer (os instrumentos). Isso, mais uma vez, coloca a consecução dos objetivos sujeita aos atores presentes nas demais

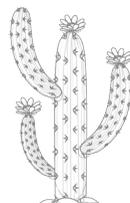


etapas de delineamento da política pública como um todo, como a criação de um programa, já que serão esses atores que vão definir como aquele determinado objetivo, destituído de instrumentos respectivos, poderá ser buscado. Esse caso analisado por Andrade e Barbosa (2015) permite, também, o questionamento se a falta de sintonia entre os objetivos operacionais e os instrumentos decorre de uma falta de clareza por parte dos delineadores quanto ao papel de cada uma dessas duas seções da lei. Nesse sentido, é importante que delineadores de textos de lei de políticas públicas de EA tenham claro os papéis dessas duas seções e estabeleçam finamente a relação entre elas.

Considerações finais

A composição de uma política pública é tarefa complexa. São muitas variáveis envolvidas, presentes em várias dimensões da realidade, que precisam ser levadas em conta para que o processo e o resultado da implementação sejam bem-sucedidos. O presente texto abordou três dessas questões, incluídas em uma dimensão dos indicadores propostos pela ANPPEA, o instrumento legal da política pública. Para tal, considerou aspectos observados na experiência prática e recorrentes em análises de alguns textos de lei existentes.

As questões levantadas relacionaram-se ao papel operacional e ao papel pedagógico do texto de lei, à questão das competências e dos instrumentos das políticas. Confusões nessas questões podem prejudicar o texto da lei e dificultar a própria implementação da política pública. É importante, portanto, que delineadores de textos de lei considerem essas questões e reflitam sobre como incorporá-las na minuta em preparo, de forma que o produto final seja não apenas legalmente válido, mas também delineie uma estratégia de ação que seja viável para a localidade à qual se destina.



Referências

AMORIM, S.; BOULLOSA, R. de F. O estudo dos instrumentos de políticas públicas: uma agenda em aberto para experiências de migração de escala. Amazônia, **Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n.1, p. 59-69, jan./jun. 2013.

ANDRADE, D. F. Alguns aspectos da lei de Política Nacional de Educação Ambiental do ponto de vista de educadores. In: II Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, 2003, São Carlos. **Anais....** São Carlos: UFSCar, 2003.

_____. **Problems and promises in the implementation of the National Policy of Environmental Education in brazilian's formal education system: 2000.** 97p. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental e Desenvolvimento) – Faculdade de Humanidades e Ciência Social, Universidade de South Bank, 2000.

ANDRADE, D. F.; SORRENTINO, M. Aproximando educadores ambientais de políticas públicas. In: SORRENTINO, M. et al. **Educação Ambiental e Políticas Públicas: conceitos, fundamentos e vivências.** Curitiba: Appris, 2013a, p. 215-223.

ANDRADE, D. F. de. et al. Da pedagogia à política e da política à pedagogia: uma abordagem sobre a construção de políticas públicas em Educação Ambiental no Brasil. **Ciência e Educação.** 2014.p. 817-832.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental.** Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral da Educação Ambiental. 3. ed. Brasília: MMA, 2005.

_____. Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 28 de abril de 1999.

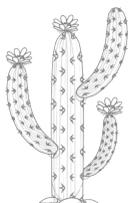
_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988.

CARVALHO, I. C. de M. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: NOAL, F. O. et al. (Orgs.). **Tendências da educação ambiental brasileira.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998. p. 113-126.

DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: UNB, 2009. p. 99-129.



_____. **Understanding public policy**. 12 ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. n. 21, jun. 2000.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009. p. 23-39.

LAYRARGUES, P. P. (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

PARANÁ. Lei nº 17.505 de 11 de janeiro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 11 de jan. 2013.

PETRÓPOLIS. Lei nº 7.034 de 28 de dezembro de 2012. Institui os princípios e diretrizes para a Política Municipal de Educação Ambiental no município de Petrópolis. **Diário Oficial do Poder Executivo**, Ano XXII, nº. 4.132, 29 de dezembro de 2012, p. 6 – 8.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental: processo de construção participativa e fichas metodológicas**. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.

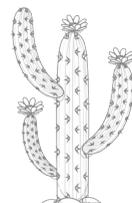
RIBEIRÃO PRETO. Lei nº 13.385 de 31 de outubro de 2014. Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto**, 03 de nov. 2014.

SALAMON, L. M. The new governance and the tools of public action: an introduction. **Fordham Urban Law Journal**, v. 28, n. 5, p. 1611-1674, 2000.

SANTA CATARINA. Lei nº 13.558, de 17 de novembro de 2005. Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental - PEEA - e adota outras providências. **Diário Oficial de Santa Catarina**, Florianópolis, 17 nov. 2005.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 dez. 2007.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2013.



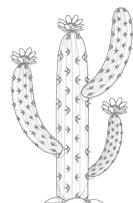
SERRA, J. Veto Parcial ao Projeto de lei Nº 749, de 2007/ **Mensagem nº 167/07 do Sr. Governador do Estado. São Paulo**, 30 de novembro de 2007. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=729750>>. Acesso em 19/08/2019.

SOBRAL. LEI nº 1716 de 08 de março de 2018. Dispõe sobre a Política Educação Ambiental de Sobral e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Sobral**, Ano II -Nº 261, sexta-feira, 09 de março de 2018, p. 2-3. Disponível em: < <http://www.sobral.ce.gov.br/diario/public/files/diario/DOM261.pdf>>. Acesso em 25/08/2019.

TEIXEIRA DE FREITAS. Lei municipal nº 1.002, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a criação da “Política Municipal De Educação Ambiental” no município de Teixeira de Freitas, Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, sexta-feira, 05 de janeiro de 2018, Nº 2878| Caderno 1, p. 4 – 7. Disponível em: <<http://diario.teixeiradefreitas.ba.gov.br/dom/public/files/domtdf002878c105012018.pdf>>. Acesso em 25/08/2019.

TREASURY BOARD OF CANADA SECRETARIAT. **Assessing, selecting and implementing instruments for government action**. 2007. Disponível em < <http://www.tbs-sct.gc.ca>>. Acesso em 15/09/2014.

VEDUNG, E. Policy instruments: typologies and theories. In: BEMELMANS-VIDEC, M. L; RIST, R. C.; VEDUNG, E. (Eds). **Carrots, sticks, and sermons: policy instruments and their evaluation**. Piscataway & London: Transaction Publishers. p. 21-58.





Reflexões sobre as Políticas Públicas de Educação Ambiental de São Carlos (SP): Aproximações com os Indicadores da ANPPEA

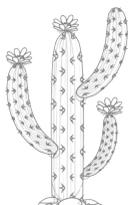
Ariane Di Tullio
Liane Biehl Printes
Flávia Torreão Thiemann

Breve histórico das políticas públicas de Educação Ambiental em São Carlos

O município de São Carlos, São Paulo, possui um importante histórico de envolvimento e mobilização em torno da questão ambiental e, particularmente, da Educação Ambiental. Em 1977 foi criada a primeira organização não governamental (ONG) ambientalista da cidade e uma das primeiras do Brasil, a Associação para Proteção Ambiental de São Carlos (APASC). Em 1996 foi criada a Rede de Educação Ambiental de São Carlos (REA-SC), surgida em um período em que outras redes estavam sendo constituídas, como a Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA) e a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), criada em 1992.

Em 2000, a REA-SC, em parceria com o Núcleo de Educação Ambiental (NEA) Alto Jacaré-Guaçu, organizou a primeira edição do Encontro Municipal de Educação Ambiental (EA 2000), especialmente dirigido a professoras(es) e aberto à comunidade. Esse evento se repetiu anualmente até 2012, oferecendo diversas atividades e promovendo a troca de experiências e a valorização de projetos, ações e atividades em Educação Ambiental realizadas local e regionalmente (REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SÃO CARLOS, 2008).

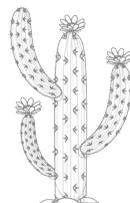
O encontro anual de 2004 foi dedicado ao início de um processo de construção coletiva do Programa Municipal de Educação Ambiental de São Carlos (ProMEA-SC), cuja articulação



coincide com a discussão do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e de uma efervescência em relação ao tema, tanto nas diferentes esferas do governo como na sociedade civil. A partir desse encontro, a proposta passou a ser discutida em reuniões da REA-SC e da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos (COMDEMA-SC). Em junho de 2005, a primeira versão desse documento foi apresentada e discutida durante o EA 2005. Após esse evento, a minuta do ProMEA-SC passou a ser apresentada e discutida em outros espaços e coletivos locais, como no COMDEMA-SC e nas escolas municipais, entre outros, sendo que a versão final do texto, considerando as contribuições desses diferentes grupos, foi consolidada no EA 2007 (REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SÃO CARLOS, 2008). Em 2008, tanto o ProMEA-SC quanto uma minuta de projeto de lei para instituir uma Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) para São Carlos foram aprovadas pelo COMDEMA-SC (Resolução nº 001/08). A PMEa foi sancionada em novembro do mesmo ano (REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SÃO CARLOS, 2008).

No mesmo período foi criada a Sala Verde, inaugurada em outubro de 2005 na Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral. O projeto São Carlos CRIA (Centro de Referência em Informação Ambiental) Sala Verde foi fruto de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo (CDCC/USP) e a APASC, sendo contemplado pelo edital 01/2005 da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) (SÃO CARLOS, 2005). Na mesma época foi criado o Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região (CESCAR).

O estabelecimento de parcerias entre instituições que atuam na mesma região microterritorial com atividades socioambientais de caráter pedagógico, na forma de coletivos educadores, foi a estratégia recomendada pelo Programa de Formação de Educadoras(es)



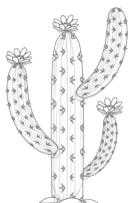
Ambientais (PROFEA) para potencializar processos de formação de educadoras(es) ambientais e conseqüentemente promover o enraizamento da Educação Ambiental no território brasileiro (BRASIL, 2006). Essa estratégia visava valorizar as iniciativas locais, fortalecendo-as e tornando-as mais autônomas em relação às instâncias governamentais (FERRARO JÚNIOR E SORRENTINO, 2005).

O CESCAR¹, coletivo composto por 38 instituições de 10 municípios do interior paulista, implantou, entre os anos de 2005 e 2008, o projeto VIU: Viabilizando a Utopia, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) por meio do edital 05/2005). Com recursos do FNMA foram oferecidos cursos de especialização e extensão em Educação Ambiental que formaram 59 educandas(os) (KUNIEDA et al., 2011). As atividades desenvolvidas ao longo desse processo, assim como os seus resultados constam de três volumes intitulados Cadernos do CESCAR (DOMINGUEZ et al., 2011; OLIVEIRA et al., 2011; SANTOS et al., 2011).

Com a finalização desses cursos, em 2008, o CESCAR reestruturou-se em torno das parceiras locais para a execução de ações em cada um dos seus municípios (KUNIEDA et al., 2011). Observando o mesmo período temporal sob a ótica do governo municipal, entre os anos de 2001 e 2004 a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) dispunha de apoio pedagógico para acompanhar e orientar as ações de Educação Ambiental nas escolas municipais. No período de 2005 a 2008, esse apoio pedagógico adquiriu status de assessoria, cujo objetivo era promover e apoiar o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental na rede escolar municipal e nas comunidades atendidas pelas escolas. A oficialização dessa assessoria dentro do organograma da SMEC possibilitou a criação de uma equipe própria e de um orçamento específico, dando maior visibilidade à dimensão ambiental e fortalecendo as ações de Educação Ambiental dentro da rede municipal de ensino.

Dessa maneira, diversos foram os programas e projetos de

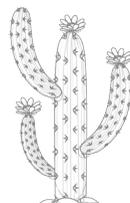
¹ Os municípios que fizeram parte do CESCAR foram: Araraquara, Bebedouro, Dourado, Guariba, Ibaté, Jaboticabal, Monte Alto, Rincão, São Carlos e Taquaritinga.



Educação Ambiental fomentados pela SMEC na rede municipal de ensino nesse período, como por exemplo, as iniciativas Hortas Orgânicas Comunitárias e Pedagógicas e São Carlos de Todos Nós. Esta última, desenvolvida em parceria com a Fundação Pró-Memória, promovia visitas de estudantes do ensino fundamental a diversos espaços educadores do município (DI TULLIO et al., 2009; THIEMANN et al., 2009). As visitas também possibilitavam reflexões a respeito da complexidade da dimensão ambiental, aproximando os assuntos abordados da realidade da comunidade escolar e propiciando que as(os) estudantes refletissem sobre as demandas e os problemas do contexto da escola e de seu entorno, propondo ações de melhoria da qualidade de vida da comunidade (DI TULLIO et al., 2009).

Conforme relatado em outras experiências (BERTINI, 2003; FAGIONATO-RUFFINO, 2003; DI TULLIO, 2005), observamos certa fragilidade dos programas e projetos diante das mudanças de gestão e da estrutura organizacional municipal. Assim, entre 2009-2012, com a mudança da gestão municipal, a referida assessoria de Educação Ambiental foi inserida na chamada Assessoria de Projetos Especiais, que, embora continuasse incumbida da inserção da dimensão ambiental na rede municipal de ensino, acabou incorporando diversas outras temáticas, diluindo assim a visibilidade e a valorização da Educação Ambiental em âmbito institucional.

A partir da experiência adquirida com o CESCAR em termos do fortalecimento das ações individuais e institucionais por meio do trabalho em rede e da construção coletiva, após a finalização do projeto VIU, a Prefeitura Municipal de São Carlos e a REA-SC delinearão outra estratégia para implementar o ProMEA-SC na rede municipal de ensino: o ProMEA na Rede. Esta iniciativa da Assessoria de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Educação (SME), juntamente com a Divisão de Educação Ambiental da Coordenadoria de Meio Ambiente (CMAm), criada nesta gestão, foi implantada em 2011 e 2012, com o objetivo de institucionalizar a Educação Ambiental como política pública, visando ao efetivo enraizamento das suas ações, projetos e programas

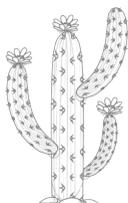


na rede municipal de ensino, bem como a sua permanência mesmo em situações políticas desfavoráveis. O ProMEA na Rede teve seus fundamentos nos princípios e diretrizes do ProMEA-SC, que por sua vez está baseado na PMEa (Lei nº 14.795/08). Ambos são condizentes com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei nº 9.795/99) e com o ProNEA.

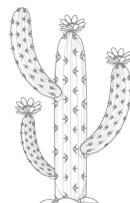
O ProMEA na Rede contava com professoras(es) concursadas(os) atuando como articuladoras(es) da Educação Ambiental entre as escolas e a comunidade no recorte territorial das microbacias municipais. Apesar de toda a articulação, buscando o enraizamento dessas políticas públicas por meio de sua inserção tanto na legislação municipal como na cultura das secretarias municipais envolvidas e da própria rede de ensino, a mudança de orientação político-pedagógica da gestão municipal ocorrida a partir de 2013 fez com que todos esses programas e projetos fossem interrompidos. Além disso, embora o ProMEA-SC tenha sido construído de forma participativa e com grande envolvimento de diversos grupos e indivíduos, ao longo do tempo e com as mudanças ocorridas na gestão municipal, o programa não conseguiu manter sua relevância para o desenvolvimento da Educação Ambiental no município, perspectiva para a qual fora inicialmente concebido e implementado.

Passados dez anos da aprovação da PMEa e após um longo período de descontinuidade de programas e projetos municipais voltados à Educação Ambiental, surgiram questionamentos sobre a falta de ações neste sentido pela sociedade civil organizada. Assim, em 2018, o Fórum Comunitário de Resíduos Sólidos de São Carlos² foi chamado pela Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), comarca de São Carlos, a contribuir para esclarecimentos a respeito da necessidade de ações educativas voltadas à coleta seletiva no município. A partir dessa reunião, a promotoria pública tomou conhecimento do histórico de organizações e instituições envolvidas com Educação

² Movimento organizado para propor, acompanhar e fiscalizar as políticas públicas e ações governamentais de gestão de resíduos sólidos, com prioridade para o contexto municipal de São Carlos.



Ambiental que poderiam contribuir com um processo educativo mais amplo. A pedido do MP-SP, o Fórum elaborou um dossiê contendo informações sobre as principais organizações de São Carlos envolvidas com Educação Ambiental e as ações desenvolvidas. Em seguida, o MP-SP convidou representantes destas organizações para uma audiência referente ao inquérito Civil, de representação do próprio Fórum, que tratava da implementação da PMEAS-SC e do ProMEAS-SC. Nesta audiência, houve uma solicitação de auxílio por parte da promotoria pública para a elaboração da minuta de decreto para instituição do Conselho Gestor para acompanhar a execução do ProMEAS-SC, uma regulamentação da Lei nº 14.795 de 28 de novembro de 2008, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental. Foi constituído um grupo de trabalho para a elaboração desse documento, que tomou como base o Decreto Federal nº 4.281 de 25 de junho de 2002 de regulamentação da PNEA. O Fórum Comunitário de Resíduos Sólidos ficou à frente dessa articulação. A minuta foi escrita coletivamente por meio de ferramentas de internet, e de duas reuniões do Fórum Comunitário de Resíduos para as quais foram convidadas pessoas representantes das organizações e instituições de EA. Além disso, a minuta foi encaminhada para contribuições à lista de e-mails da REAS-SC e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental (GEPEA) da UFSCar, o qual realizou uma reunião presencial com o propósito específico de contribuir para a elaboração da minuta do Decreto. Para a finalização do documento, foi realizada uma última reunião nas dependências do MP-SP, na Comarca de São Carlos, com a participação do Promotor de Justiça e dos representantes da sociedade civil. Finalmente, a versão preliminar da minuta do Decreto foi encaminhada pelo MP-SP em novembro de 2018 à administração municipal. Com a ativa participação e colaboração da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal e após aprovação pelo COMDEMA, o Decreto Municipal nº 19, de regulamentação da PMEAS em São Carlos e que instituiu o Conselho Gestor de Educação Ambiental (CGEAS-SC) foi então publicado em 09 de fevereiro de 2019. Em seguida, em 06 de maio de 2019 foi publicado



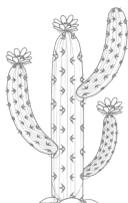
o Decreto Municipal nº 175 dispoendo sobre a composição do CGEA-SC.

O CGEA-SC espelha o Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, sendo composto por representantes de secretarias municipal e estadual de meio ambiente, da secretaria municipal de educação e diretoria regional de ensino, das universidades, do serviço autônomo de água e esgoto, de entidades ambientalistas e de organizações da sociedade civil de interesse socioambiental. Este conselho deverá participar da implantação, monitoramento, avaliação e revisão do ProMEA-SC, dentre outras atribuições, fortalecendo a institucionalização das políticas públicas de Educação Ambiental no município, em direção à retomada de condições de desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental com efetivas possibilidades de transformação da realidade, devidamente integradas com as demais prerrogativas das escolas e sua inserção no conjunto de agentes sociais.

Reflexões sobre a nossa história em relação aos indicadores

As discussões trazidas pelo processo de construção dos indicadores pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) e a recente publicação dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental (RAYMUNDO et al., 2019) nos levaram a direcionar o olhar para a relação entre estes indicadores e as políticas públicas de Educação Ambiental de São Carlos, considerando três recortes temporais.

O primeiro é o momento de gestação do programa e da política municipal de Educação Ambiental, entre os anos de 2004 e 2008. Este é um olhar retrospectivo, mas um exercício interessante, já que muito do processo que trilhamos espelhou e dialogou com o que acontecia tanto no âmbito federal como em outras regiões do País. Sendo assim, é possível constatar que nossas políticas públicas estão em consonância com alguns dos indicadores propostos, conforme será explicitado mais adiante. O segundo momento é o



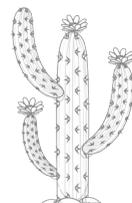
da execução da iniciativa ProMEA na rede. O terceiro momento é o iniciado no fim de 2018, com o convite do Ministério Público para a redação do decreto de regulamentação da PMEA de 2008 e a criação do Conselho Gestor de Educação Ambiental (CGEA). Nossa expectativa é que os indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental possam ajudar na condução do processo a partir de agora.

A análise do período de gestação do programa e da política municipal de Educação Ambiental, entre os anos de 2004 e 2008, do ProMEA na rede e a da criação do decreto e do CGEA em 2018 e 2019 à luz dos indicadores foram realizadas utilizando as fichas metodológicas disponíveis no Caderno de Indicadores (RAYMUNDO et al., 2019).

Em relação aos indicadores da **Dimensão Diagnóstica**, indicador *Diagnóstico para construção da PPEA* (DD 1/1), o processo de construção do ProMEA-SC partiu de diagnósticos de projetos presentes no município, buscando consolidar articulações já existentes. A principal estratégia utilizada foi a realização do encontro anual de Educação Ambiental (EA 2004) com o tema Por um Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA, e a continuidade desse tema nos anos de 2005 e 2006. Nesses encontros foram apresentados trabalhos de diversas escolas e de outras instituições, o que gerou o diagnóstico dos projetos e ações em curso. No EA 2007 o tema foi Agenda 21 local e em 2008 o tema central foi Diagnósticos socioambientais e ações educativas. Os atores envolvidos no diagnóstico foram a equipe da prefeitura municipal, tanto dos setores de educação como de meio ambiente, e representantes de escolas, universidades e ONGs. O processo de criação do CGEA também passou pela elaboração de um dossiê contendo um diagnóstico do histórico de organizações e instituições envolvidas com EA no município.

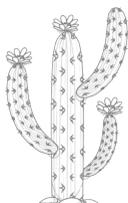
Ainda em se tratando da dimensão diagnóstica, logo no início da implementação do ProMEA na Rede, em 2011, as professoras³

³ No contexto do ProMEA na Rede utilizamos o gênero feminino, pois todas as participantes eram mulheres.



realizaram um mapeamento socioambiental das microbacias e um diagnóstico das iniciativas, projetos e ações em Educação Ambiental existentes nas escolas municipais. O mapeamento socioambiental das microbacias foi realizado por meio de observações (com base em um roteiro elaborado pelo grupo), de fotografias e de dados secundários, como mapas, internet e publicações. O diagnóstico das ações de EA das escolas foi realizado por meio de entrevistas com as(os) dirigentes das unidades escolares municipais. O formulário utilizado para as entrevistas foi construído coletivamente pelo grupo com base em trabalhos anteriores (FAGIONATO-RUFFINO, 2003; RUY, 2006; IARED, LIMA E OLIVEIRA, 2007) e contou com questões abertas e fechadas, apresentando certa flexibilidade em termos da sua sequência e permitindo adaptações por parte das entrevistadoras. Os resultados desse diagnóstico podem ser encontrados em Di Tullio et al. (2015). No ano seguinte, as educadoras realizaram o Marco Zero da Escola, um mapeamento inicial sobre a infraestrutura da escola e seu consumo de água, energia, alimentos, entre outros, permitindo identificar questões prioritárias na busca da sustentabilidade do espaço escolar (BRASIL, 2012). Em ambos os anos, os mapeamentos e diagnósticos visavam possibilitar que as educadoras pudessem (re)conhecer e refletir sobre a qualidade socioambiental das microbacias e das escolas nas quais atuariam e sobre as práticas que já vinham sendo desenvolvidas nas escolas, construindo um corpo de conhecimentos a partir do qual poderiam planejar e articular processos de EA condizentes com sua perspectiva crítica.

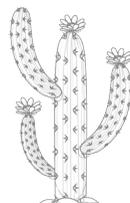
Paralelamente, no CESCAR, formou-se um grupo de trabalho específico, o GT de Diagnóstico Socioambiental, com duas finalidades: realizar uma caracterização socioambiental e identificar ações, projetos e programas de EA que já eram desenvolvidos no território de atuação do CESCAR. Para a caracterização socioambiental foi utilizada a análise documental a partir de um roteiro elaborado participativamente. Também utilizaram-se técnicas para levantamento da percepção ambiental, como o mapa contorno, a representação fotográfica e questionários. O diagnóstico



das ações foi realizado por meio de questionários, elaborados pelo grupo também de forma participativa e enviados para escolas, empresas e ONGs da região (LIMA, 2008).

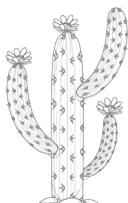
Quanto aos indicadores da **Dimensão da Participação e Construção Coletiva**, o indicador de *Mobilização social* (DPCC 1/2), as estratégias de mobilização utilizadas para a construção do PROMEA -SC foram a realização de reuniões, rodas de conversa e eventos, como os encontros de Educação Ambiental já mencionados. Dessa mobilização resultaram a própria redação coletiva do ProMEA-SC, com forte participação institucional tanto da gestão municipal como da sociedade civil. Esta mesma construção coletiva ocorreu durante a redação do decreto que instituiu o CGEA em 2018. Quanto ao indicador *Existência de espaço coletivo* (colegiado) para construir e implementar a PPEA (DPCC 2/2), a construção do ProMEA-SC deu-se no âmbito da Câmara Técnica de Educação Ambiental do COMDEMA. A câmara já estava prevista no conselho e foi utilizada como espaço específico para a discussão. As reuniões foram abertas à participação de pessoas que não eram membro do COMDEMA. A periodicidade das reuniões da câmara técnica variou em função das demandas do processo. Tanto o texto do ProMEA-SC como a minuta da PPEA foram aprovadas pelo COMDEMA. A redação do decreto que criou o CGEA também ocorreu de forma participativa, por um grupo criado a convite do promotor de meio ambiente e que agregou pessoas ligadas à UFSCar, APASC, PMSC e outros coletivos ligados à questão ambiental no município, inclusive uma empresa e uma cooperativa que atuam na área. O conselho gestor criado a partir deste decreto também conta com uma participação diversa que congrega representantes da sociedade civil organizada e do governo.

Ainda dentro desse mesmo indicador, o grupo gestor do ProMEA na Rede se constituiu em um grupo de trabalho formado por professoras do ensino básico, três gestoras educacionais: duas delas ligadas à SME e a outra à CMAM; e uma pesquisadora no desenvolvimento do seu doutorado junto à UFSCar. Seus encontros eram realizados quinzenalmente, com o objetivo de aprofundar a



compreensão conceitual da EA e planejar coletivamente as ações, envolvendo as unidades escolares e comunidades de entorno. Da mesma maneira, o CESCAR também contemplou esse indicador na medida em que a construção dos cursos de especialização e extensão ocorreu de forma coletiva. Foram organizados grupos de trabalho para atender a demandas específicas, como a elaboração dos cardápios, do Projeto Político-Pedagógico do curso, divulgação e educomunicação e diagnósticos. Os grupos apresentavam suas propostas em reuniões gerais, nas quais elas eram discutidas, modificadas e aprovadas (SANTOS, 2010).

Quanto aos indicadores da **Dimensão da Formação Dialógica**, especificamente aos indicadores *Desenvolvimento de processo formador para a construção e implementação da PPEA* (DFD 1/5) e *Articulação entre teoria e prática do processo formativo/ pedagógico* (DFD 2/5), consideramos que, da maneira como o ProMEA na Rede foi concebido e desenvolvido, com foco na reflexão e no diálogo entre todas as suas participantes sobre as práticas desenvolvidas, ele também constituiu um processo de formação de educadoras ambientais na sua prática (DI TULLIO; EOLIVEIRA, 2014). As perspectivas da troca de experiências, do diálogo e da cooperação entre todas as participantes estiveram presentes em todo o processo por meio de reuniões periódicas com a finalidade de planejamento e avaliação das ações, estudos teóricos, visitas técnicas, oficinas, etc. A cooperação, o diálogo e a reflexão entre as participantes sobre suas práticas e sobre seu papel como educadoras ambientais na escola e na sociedade como um todo foram considerados, pelas próprias participantes, aspectos importantes do processo formativo ambiental. Um dos principais fundamentos dos cursos desenvolvidos no âmbito do CESCAR foi a práxis pedagógica, por meio da qual a formação ocorre na reflexão contínua sobre a ação. Esse princípio se manifestou na configuração dos cursos, divididos em três módulos: 1) conteúdos, conceituais procedimentais e atitudinais; 2) formação de comunidades de aprendizagem, acompanhada de tutoria; e 3) interação educativa (SANTOS, 2010). A autora verificou que essa configuração

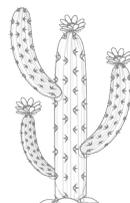


promoveu significativas e mútuas trocas entre os participantes.

O indicador *Diversidade de públicos envolvidos* (DFD 4/5) também esteve contemplado nos cursos oferecidos pelo CESCAR, que possibilitaram formar, ao mesmo tempo, pessoas graduadas e não graduadas, com base no princípio da diversidade, e seguindo as seguintes proporções: 50% líderes comunitários, 25% educadores e professores e 25% representantes de órgãos governamentais e não governamentais (SANTOS, 2010).

O indicador *Avaliação dos processos formativos* (DFD 5/5) também esteve presente no ProMEA na Rede, considerando que o projeto foi avaliado pelas participantes no fim dos dois anos de sua implementação por meio da técnica de grupos focais, que possibilita o diálogo entre as interlocutoras. A avaliação realizada em 2011 trouxe como resultado mudanças substanciais no enfoque do projeto no ano seguinte. No caso do CESCAR, a avaliação foi realizada no fim do processo, também por meio dos grupos focais, para que as questões fossem exploradas com certa profundidade e levando em conta a realidade específica de cada participante (SANTOS, 2010).

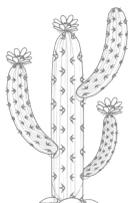
Em relação aos indicadores da **Dimensão da Intervenção Socioambiental**, entre os meses de março de 2007 e julho de 2008, os participantes dos cursos do CESCAR realizaram suas intervenções educativas com outros grupos por meio da metodologia da Pesquisa-Ação-Participante. O número de participantes das interações variou entre 10 e 60 pessoas, sendo que o mais importante não foi necessariamente a quantidade de participantes, mas o quanto o processo tocou e transformou as pessoas e as realidades. Os espaços escolhidos contemplaram várias instituições e grupos sociais, como associações de moradores, unidades de conservação, empresas, órgãos públicos, igrejas, cooperativas, escolas e universidades. Foram trabalhados temas como resíduos, água e meio ambiente, em caráter geral, e também temas mais específicos, como espaços educadores, reflorestamento, diagnósticos ambientais, entre outros. Na maioria dos casos, os temas surgiram de demandas locais, ou seja, mesmo parecendo desgastados, eles representavam uma problemática a ser superada naquele espaço. O registro das interações educativas



realizadas pelos 59 concluintes dos cursos do CESCAR podem ser encontrados em Dominguez et al. (2011).

A **Dimensão da Subjetividade/Indivíduo**, mais especificamente o indicador que trata da Elevação da autoestima dos envolvidos (DSI 1/3) foi contemplado no ProMEA na Rede, pois identificamos que a oficialização da EA na rede de ensino trouxe uma valorização da imagem da professora educadora ambiental, que passou a ter um papel diferenciado na escola. As próprias professoras mencionaram, no momento de avaliação do processo, que se sentiram mais seguras e respeitadas pelo trabalho desenvolvido na escola, sendo que essa valorização contribuiu para a elevação da sua autoestima como educadoras ambientais (DI TULLIO E OLIVEIRA, 2014). A Criação de laços e vínculos sociais (DSI 2/3) também esteve presente na execução do projeto. As professoras consideraram que a cooperação, o compartilhamento de experiências e o apoio mútuo entre elas foi um aspecto importante do processo. Além disso, o grupo manteve uma relação de amizade que se estendeu para além do fim do projeto. Tal indicador também foi verificado por Santos (2010) no âmbito do CESCAR: a importância do sentimento de pertencimento ao grupo como algo que fortalece as ações, dando ânimo e incentivando as(os) educadoras(es) ambientais.

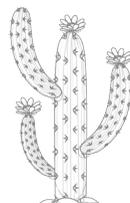
Os indicadores da **Dimensão da Complexidade** podem ser utilizados para avaliar os processos já apresentados até aqui. Em relação ao indicador da Articulação temática (DCX 1/4), nosso trabalho com as políticas públicas pautou-se na busca da organicidade das ações, em superar ações pontuais, fragmentadas e em construir um corpo articulado de programas e projetos no campo da Educação Ambiental no território, considerando a dimensão da sustentabilidade no campo da ecologia, mas também nas esferas social, econômica, política e cultural. Quanto à Articulação de redes, movimentos socioambientais e coletivos educadores (DCX 2/4), tanto o programa quanto a lei municipal de Educação Ambiental de São Carlos foram gestados dentro da rede de Educação Ambiental do município, contando com diversas parcerias com outros



movimentos e instituições, bem como com pessoas interessadas no tema. Além dos atores locais, contamos com forte articulação com os movimentos que ocorreram na mesma época no governo federal, trabalhando em sintonia com as equipes de Educação Ambiental tanto a do Ministério do Meio Ambiente como a do Ministério da Educação. O programa ProMEA-SC e a PMEA foram amplamente discutidos coletivamente, desde as primeiras versões até a redação final. Em relação à Conexão e articulação com referência e documentos internacionais (DCX 3/4), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global foi o texto-base de nosso programa, servindo como uma referência fundamental para nosso trabalho.

Considerando os indicadores da **Dimensão Institucional**, o Instrumento legal da PPEA (DI 1/8), o ProMEA-SC foi aprovado pelo COMDEMA-SC em 2008 e a PMEA promulgada em lei no mesmo ano. O CGEA foi criado por decreto em 2018, também após aprovação pelo COMDEMA-SC. Os demais indicadores seriam mais bem avaliados à luz de outro recorte temporal e, portanto, não constituem objeto da presente análise. Apenas gostaríamos de destacar, em relação ao indicador Recursos humanos empregados na PPEA (DI 7/8), que a criação do cargo de educador ambiental dentro do quadro da SME para viabilizar o ProMEA na Rede, não ocorreu, deixando uma lacuna na institucionalização do programa na rede de ensino.

Finalmente, quanto aos indicadores da **Dimensão da Comunicação**, não tivemos um plano de comunicação formalmente criado ou executado. Contudo, entre as diretrizes do ProMEA-SC estava a da comunicação: “criar mecanismos que viabilizem e intensifiquem a troca de experiências e o acesso à informação ambiental; fortalecimento, democratização e criação de novos centros de referência em informação ambiental, como espaços de interação socioambiental, como as Salas Verdes”. Em suas linhas de ação estava prevista a promoção da “formação de agentes que atuem na educomunicação ambiental, utilizando meios de comunicação de massa (rádio, TV, imprensa) para mobilização e ação ambiental;

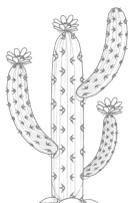


e “Promover a EA de âmbito informal por meio do preparo de material de divulgação (vinhetas educativas de rádio e TV) para veiculação como “serviço de utilidade pública”.

Considerações finais

A reflexão sobre criação, viabilização e continuidade das políticas públicas de Educação Ambiental no município de São Carlos nos parece apontar para algumas direções: o nosso movimento foi mais forte quando ancorado em diversos portos, como a sociedade civil organizada, gestões municipais alinhadas com os mesmos horizontes e, principalmente, com pessoas engajadas com a causa ambientalista. Também é possível avaliar que, apesar de nossos esforços, o respaldo da institucionalização dessas políticas em leis não foi suficiente para assegurar sua continuidade quando houve mudanças na gestão municipal. Por outro lado, foi a garantia da lei que permitiu, ou pelo menos facilitou, a retomada do tema no momento atual. Talvez seja essa mistura, de leis e vontade política, de gente engajada e de momentos propícios, de idas e vindas que vá garantindo, ou pelo menos favorecendo, a criação e consolidação de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil.

Os indicadores propostos pela ANPPEA mostram uma grande contribuição para o fortalecimento das políticas públicas em EA adotadas e em processo de consolidação em São Carlos. Permitem, primeiramente, uma avaliação crítica do processo, possibilitando identificar os aspectos positivos que podem ter contribuído para uma construção efetiva e, assim, favorecido o enraizamento dessas políticas. Por outro lado, os indicadores permitem a constatação de quais aspectos podem ainda ser mais bem trabalhados para a fortalecimento e a apropriação efetiva das mesmas. Como exemplo cita-se o possível fortalecimento das dimensões institucional e de comunicação para uma ampliação da garantia de continuidade de tais políticas, tanto em relação aos processos vivenciados em nosso município como pelo seu potencial de contribuição para a criação e implantação de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil.



Referências

- BERTINI, M. A. **Diagnóstico sobre a educação ambiental nas escolas públicas do ensino fundamental e médio no município de São Carlos, estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.
- BRASIL. **Programa Nacional de Formação de Educadoras/es Ambientais**: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade. Brasília: MMA - Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/CESCAR/Material_Didatico/ProFEA.pdf>. Acesso em: 27/05/2013.
- BRASIL. Resolução CNE nº 2 de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Ambiental**. Brasília, 2012.
- DI TULLIO, A. **A abordagem participativa na construção de uma trilha interpretativa como uma estratégia de educação ambiental em São José do Rio Pardo – SP**. 207p. 2005. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.
- DI TULLIO A. et al. São Carlos de todos nós: avanços e possibilidades na construção de um currículo em educação ambiental para o ensino fundamental da rede municipal de São Carlos – SP. In: EPEA – Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental: configuração do campo de pesquisa em educação ambiental, 5., 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos, SP: UNESP, USP, UFSCar, 2009.
- DI TULLIO, A. *et al.* Limites da educação ambiental escolar e possibilidades para transformar as práticas atuais. **Comunicações**, v. 22, p. 85-110, 2015.
- DI TULLIO, A.; OLIVEIRA, H. T. Sentidos atribuídos por professoras do ensino básico à sua formação no processo de atuação como educadoras ambientais. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 271-291, jul. 2014. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4354>>. Acesso em: 27/08/2019.
- DOMINGUEZ, I. G. P. *et al.* (Orgs.). **Cadernos do Cescar**. Caderno 3: sistematização das interações educativas das pessoas que aprendem participando (2007-2008). São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011.
- FAGIONATO-RUFFINO, S. **A educação ambiental nas escolas municipais de educação infantil de São Carlos- SP**. 2003. 114p. Dissertação (mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.
- FERRARO JÚNIOR, L. A.; SORRENTINO, M. Coletivos Educadores. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.



IARED, V. G.; LIMA, T. T.; OLIVEIRA, H. T. Diagnóstico de ações, projetos e programas de educação ambiental nos sistemas de ensino de Ibaté (SP). In: ENCONTRO DE PÊSQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS: O DEBATE MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE, 4., 2007. Rio Claro, SP. **Anais eletrônico...** Rio Claro, SP: UNESP, USP, UFSCar, 2007.

KUNIEDA, E. *et al.* Histórico do CESCAR: convergência de trajetórias de vida, militância política e educação ambiental. In: OLIVEIRA, H. T. *et al.* (Orgs.) **Cadernos do Cescar**. Caderno 1: Os fundamentos e as políticas públicas de educação ambiental na constituição do Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e região – Projeto Viabilizando a Utopia (VIU) 2005- 2008. São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011.p. 22-36.

LIMA, T. T. **Sistematização do processo participativo de diagnóstico socioambiental**: experiência do CESCAR (Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e região- SP). 85p. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

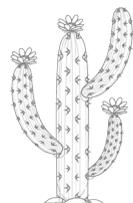
OLIVEIRA, H. T. *et al.* (Orgs.). **Cadernos do Cescar**. Caderno 1: os fundamentos e as políticas públicas de Educação Ambiental na constituição do Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, jaboticabal e região. São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.

REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SÃO CARLOS. REA-SC. **Programa Municipal de Educação Ambiental de São Carlos**. Organização da Rede de Educação Ambiental de São Carlos – REA-SC. São Carlos: SMEC/Sala Verde/UFSCar, 2008.

RUY, R. A. V. **A educação ambiental em escolas de ensino fundamental e médio do município de São Carlos – SP**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Biotecnologias. Universidade Estadual Paulista: Rio Claro, 2006.

SANTOS, S. A. M. **Políticas públicas de formação de educadores ambientais: análise do processo de constituição do coletivo educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e região – CESCAR**. 2010. 217p. Tese (Doutorado). Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo: São Carlos, 2010.



SANTOS, S. A. M. *et al.* (Orgs.). **Cadernos do Cescar**. Caderno 2: metodologias e temas socioambientais na formação de educadoras(es) ambientais (2007-2008). São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal. **Projeto São Carlos CRIA Sala Verde**: consolidando o Centro de Referência em Informação Ambiental. Edital MMA 01/2005. São Carlos, 2005. 17p.

THIEMANN, F. T. *et al.* O ecossistema urbano como fonte de inspiração para projetos e atividades de educação ambiental nas escolas - Projeto São Carlos de Todos Nós. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 5., 2009. São Carlos, SP. **Anais eletrônicos...** São Carlos, SP. UNESP, USP, UFSCar, 2009.





Política Municipal de Educação Ambiental de Vitória (ES) à luz das Dimensões e dos Indicadores de Educação Ambiental da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA)

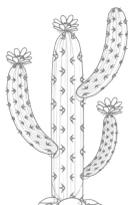
Idelvon da Silva Poubel
Juliana Sardinha Silvestre Donato

Considerações iniciais

Neste breve artigo apresentamos algumas particularidades quanto à institucionalização da Educação Ambiental no município de Vitória, Espírito Santo, e a busca de sua efetivação como política pública capilarizadora de práticas que promovam protagonismo, autonomia e senso de coletividade para boa qualidade socioambiental a todas as formas de vida que compartilham cotidianamente a capital do Espírito Santo.

O texto é dividido em três partes: breve contextualização de Vitória no cenário geossocioambiental; o pioneirismo de Vitória quanto às políticas de Educação Ambiental; e, por fim, e de forma preliminar são realizadas tratativas quanto à aplicação das dimensões e dos indicadores ofertados pela Plataforma MonitoraEA, da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), tomando-a como importante ferramenta que possibilita racionalidades outras para se pensar as dinâmicas socioespaciais e a materialização da Educação Ambiental (EA) como política pública.

Alertamos que esse texto apresenta a compreensão e a análise dos autores na condição de representantes do órgão formulador/gestor da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), portanto, ele é uma forma possível de interpretação que não exclui outros pontos de vista. Logo, diferentes narrativas, consensuais ou dissonantes, também podem se constituírem em possibilidades outras de entendimento desse processo.



Breve contextualização de Vitória no cenário geossocioambiental

Vitória é a capital do Estado do Espírito Santo, um dos quatro estados que compõem a Região Sudeste. Junto com os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha, Fundão e Guarapari, integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), onde vivem aproximadamente 48% da população do estado, quase dois milhões de pessoas, levando-se em consideração que a população espírito-santense é de cerca de quatro milhões de habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2018).

A extensão territorial de Vitória é pequena, 96,76 km² (ATLAS AMBIENTAL: VITÓRIA, ES, 2013) e abriga uma densidade populacional considerável – 3.702,06 hab./Km² – se comparada à de seus vizinhos e às demais capitais brasileiras. Mesmo com essa pequena dimensão, o município possui 40% de sua área constituída em espaços territoriais especialmente protegidos¹.

Todo esse cenário desemboca em pressões diversas sobre os ambientes naturais, quando da construção do discurso da ‘necessidade de expansão urbana’ que impõe flexibilização dos zoneamentos e dos limites das unidades de conservação; sobre as demandas da população por energia, água, transporte, lazer, serviços de saneamento básico, saúde, segurança, educação. Tais necessidades manifestam-se no território, fruto de uma crise civilizatória global, que é reflexo do atual modelo de ‘desenvolvimento’ econômico perverso, materializando-se de diversas formas reescaloadas² e que carecem ser enfrentadas a

1 Estes envolvem os manguezais, a mata atlântica, a restinga, a mata paludosa, os ambientes marinhos e rupestres desta, prescritos na Lei nº 4.438/1997, que institui o Código Municipal de Meio Ambiente. É importante frisar que a constituição dos espaços legalmente protegidos em Vitória e a implantação das unidades de conservação antecedem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

2 Emprestado das discussões que gravitam em torno das ciências econômicas, a governança, o planejamento urbano e a geografia, o conceito de reescaloadamento, a partir de Brenner (2004), nos instiga a pensar as formas plurais de organização institucional e espacial do poder público e suas relações com outras formas de manifestação de poder nas mais variadas dimensões multiescalares, o que implica, também, pensar nas consequências não somente positivas que essas relações podem derivar, como o são as problemáticas socioambientais resultantes das relações predatórias capitaneadas no seio do atual modelo capitalista.



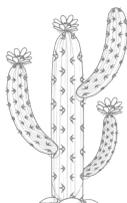
partir de novas racionalidades, como ensina Milton Santos (2003), operadas como possibilidades de construção e constituição de sociedades sustentáveis, vislumbradas no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992).

Esses indicativos, conforme pontuam Poubel et al. (2014), exigem reflexões que levem em consideração as dinâmicas de apropriação, ocupação e uso do solo em Vitória, mas também que considerem os espaços de participação popular sobre as tomadas de decisões, estudos e apontamentos que possam contribuir para equacionar e/ou mitigar as constantes problemáticas que emergem nos contextos social e ambiental com demanda de esforços contínuos para implementação de políticas públicas que garantam o acesso e a inclusão da população, principalmente dos menos favorecidos, aos bens e serviços sem comprometer o que ainda resta dos ambientes naturais e, ainda, promover a qualidade de vida.

Nesse sentido, a adesão de Vitória, por parte do seu órgão Gestor da Política de EA no município, à Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental (MonitoraEA), um instrumental construído de forma participativa pela ANPPEA (RAYMUNDO et al., 2019; RAYMUNDO, BRANCO, BIASOLI, 2018; RAYMUNDO et al., 2017), possibilita estabelecer a avaliação e o monitoramento da política pública de EA que se processa no território³ da capital capixaba.

Ao mesmo tempo, essa adesão vai ao encontro das necessidades de uma gestão participativa, protagonista e antenada com as realidades locais, pois a ferramenta MonitoraEA permite analisar espacialmente a efetividade das políticas públicas de Educação

3 Milton Santos (2007, p. 13) ensina que “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem [entenda-se sociedades humanas] plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Seguindo as reflexões do autor, entendemos também que “o território não é apenas um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, 2007, p. 14)



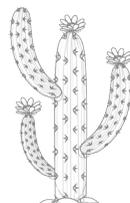
Ambiental ao estabelecer critérios de avaliação e monitoramento que tentam captar os aspectos quantitativos e qualitativos das manifestações dessas políticas no território e favorece o controle social.

Pioneirismo de Vitória em políticas públicas de Educação Ambiental no Espírito Santo: processo de elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental e sua implantação

A Educação Ambiental no município de Vitória é pioneira no Espírito Santo e como apontam Fernandes et al. (2009, p. 25), está fortemente atrelada, dentre tantos fatores, mas principalmente, à criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) em meados dos anos de 1980. Desde então, a SEMMAM protagonizou, junto a outras instâncias do poder público e coletivos populares, as tratativas que culminaram na institucionalização da Política Pública de Educação Ambiental, mas também nos atravessamentos que a Educação Ambiental percorre em diversas políticas públicas municipais, como as de coleta seletiva, saneamento, arborização, defesa civil, diretrizes curriculares municipais, Projetos-Políticos-Pedagógicos, direitos humanos, código municipal de meio ambiente, entre outros. Sendo assim, este breve histórico demonstra que a PMEa de Vitória foi construída de forma participativa, coletiva e tenta mostrar que houve mobilização para a construção.

As ações de Educação Ambiental desenvolvidas pela então Diretoria de Educação Ambiental (DEA), da SEMMAM, buscavam abarcar já nos anos 1990 as comunidades locais e as escolas, principalmente com as temáticas consideradas à época mais significativas ao município. Este é o caso do projeto Manguendo na Educação, que lida com o manguezal, e da campanha Praia Limpa, que recentemente deixou de ser realizada somente nos períodos de verão e foi convertida no projeto Praia Limpa, a ser desenvolvido de forma processual ao longo do ano.

Atravessando alternâncias de gestão municipal ao longo dos anos, a Diretoria tornou-se Departamento e, hoje sob a nomenclatura



de Gerência de Educação Ambiental, compõe o organograma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com quadro técnico que busca descentralizar, articular, realizar e promover a Educação Ambiental no território, dentro das atribuições que lhe são conferidas, mas também com importante papel dentro do Órgão Gestor da Educação Ambiental do município.

Dentro desse contexto, a municipalidade adotou como estratégia, posteriormente incorporada à Política Municipal de Educação Ambiental, descentralizar no território as atividades de Educação Ambiental por meio da implantação dos Centros de Educação Ambiental (CEAs) em boa parte dos parques da cidade⁴. Conforme diretrizes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), os CEAs foram dotados de espaço físico com infraestrutura adequada, Projeto-Político-Pedagógico e equipe técnica, contemplando uma diversidade de iniciativas que têm como objetivo principal a realização de projetos de Educação Ambiental em espaços formais e não formais, buscando, dessa forma, melhorar e ampliar o conhecimento e a sensibilização da população local sobre o meio ambiente.

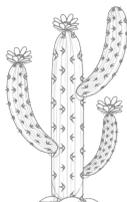
Na implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, em 1997, que instituiu o Código Municipal de Meio Ambiente, a Educação Ambiental é colocada em destaque como 'Objetivo'⁵ e "Instrumento"⁶ de gestão da política pública territorial no âmbito do meio ambiente, imbuindo ao poder público municipal a promoção e o desenvolvimento da Educação Ambiental em todos os níveis da educação formal e não formal, assim como junto à população do município.

Em fins de 1998, antes mesmo da instituição da Política

⁴ A criação dos parques esteve atrelada à criação e à implementação da Agenda 21 da cidade de Vitória, que estabeleceu para o meio ambiente, metas como implantar áreas verdes públicas e arborização urbana em todos os bairros da cidade, assim como de parques urbanos e naturais, unidades de conservação planejadas. É importante frisar que tais medidas antecederam a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000.

⁵ Código Municipal de Meio Ambiente. Lei nº 4.438/1997: Item X do Capítulo II: Dos Objetivos; Livro I: Parte Geral; Título I: Da Política Ambiental (VITÓRIA, 1997, p. 03).

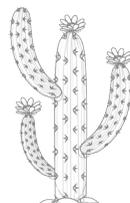
⁶ Código Municipal de Meio Ambiente. Lei nº 4.438/1997: Item XI do Capítulo III: Dos Instrumentos; Livro I: Parte Geral; Título I: Da Política Ambiental (VITÓRIA, 1997, p. 04); e Capítulo XII: Da Educação Ambiental, Título III: Dos Instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente (VITÓRIA, 1997, p. 38).



Nacional de Educação Ambiental (PNEA) pela Lei nº 9.795/1999 e já contando com uma fecunda discussão acerca da necessidade de se criar mecanismos que incorporassem de forma mais incisiva a Educação Ambiental como elemento da gestão municipal, é elaborado e aprovado o Plano de Ação de Educação Ambiental para Vitória. À época, o documento buscou espelhar as contribuições obtidas nas discussões da Rio 92, em especial elementos do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992).

Com a aprovação do Plano deu-se início, em Vitória, à criação e à implementação dos CEAs sediados nos parques da cidade como polos irradiadores e de descentralização da Educação Ambiental no município. Ao longo dos anos, 11 destes parques já contaram com CEAs, que representam as estruturas de capilaridade dos princípios e objetivos da Educação Ambiental formal e não formal no território da cidade, sendo um dos recursos institucionais catalizadores da cultura de sustentabilidade no município, possibilitando o exercício da cidadania por meio da participação ativa dos sujeitos em todo processo desenvolvido (FERNANDES et al., 2009; POUBEL et al., 2014; POUBEL et al., 2017).

Com a instituição da PNEA em 1999, e em atenção ao artigo 16 (dezesseis) que dispõe que, “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas e sua jurisdição definirão as diretrizes, normas e critérios para a Educação Ambiental, respeitados os princípios e objetivos da PNEA” (BRASIL, 1999), o município de Vitória, em 2001, sob a Lei nº 5.391, “autoriza o Executivo Municipal a Instituir a Política Municipal de Educação Ambiental, dispõe sobre a Educação Ambiental, e dá outras providências”. Essa lei não instituiu de fato a Educação Ambiental como política pública, porém lançou as diretrizes, os princípios e as disposições gerais que balizam as discussões entre os diversos segmentos sociais, envolvendo principalmente as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente (COMDEMA) e de Educação (COMEV) e a sociedade civil organizada.

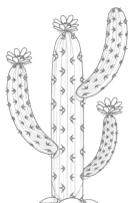


Destaca-se, aqui, o fato de que essa lei antecedeu em cerca de oito anos a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 9.265/2009), ano em que a Gerência de Educação Ambiental elaborou, de forma participativa e coletiva com os seus servidores, o Programa de Educação Ambiental (PROGEA), documento voltado a orientar, de forma sistematizada, as ações desenvolvidas no âmbito da sua esfera de atuação, prevendo a interface com outros atores.

Motivados pela publicação das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental, a Gerência de Educação Ambiental de Vitória, em diálogo com as várias instâncias do poder público e da sociedade civil, deu início à elaboração da proposta da Política Municipal de Educação Ambiental, publicando em jornal de circulação local o Decreto nº15.105, de 02 de agosto de 2011, que dispôs sobre a instituição da Comissão de Trabalho Temporário para elaboração de Proposta de Projeto de Lei destinado a formular e instituir a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) de Vitória. O grupo de trabalho foi composto por representantes⁷ da Gerência de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Educação, do COMDEMA, do COMEV e da Procuradoria Geral do Município.

Já no ano de 2012, tendo como inspiração as experiências apresentadas pelo município de Suzano, São Paulo, no VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Salvador, Bahia, sobre como se deu a elaboração e a implantação da Política Municipal de Educação Ambiental naquele município, foi realizada, durante as programações da XXIII Feira do Verde, em novembro de 2012, uma sessão de debates com o tema Implementação de Políticas Municipais e Estaduais de Educação Ambiental, que contou com a participação de representantes do Órgão Gestor da Política de Educação Ambiental do Espírito Santo, da Gerência de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória, da Universidade Federal do Espírito Santo e da Gestão Ambiental

7 Integrandes da comissão que elaborou a Proposta de Lei da Política Municipal de Educação Ambiental: Juliana Sardinha Silvestre, Priscila Laurentino Merçon, Maria da Penha Kopernick Del Maestro (SEMMAM/GEA); Giovanni Fernandes Martins (SEME); Graça Lobino (COMEV); Carlos Humberto (COMDEMA); e Dra. Flavia Marchezini (PGM/PMV).



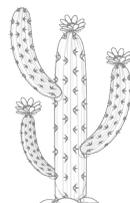
da Prefeitura de Suzano. O contato com a experiência de Suzano possibilitou subsídios que permitiram conduzir a elaboração e a construção de forma coletiva e participativa da política de Educação Ambiental no município de Vitória.

Em dezembro de 2013, dentro da Programação da XXIV Feira do Verde, foi realizada a audiência pública para leitura, últimas contribuições e validação do texto da minuta, com a participação de diversos segmentos da sociedade, sendo, posteriormente encaminhado o texto à Procuradoria Geral do Município para parecer final e daí ao Legislativo Municipal para votação, aprovação e promulgação.

Dessa forma, em 29 de julho de 2014, o poder público municipal publicou a Lei nº 8.695, que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) e o Sistema Municipal de Educação Ambiental de Vitória, revogando a Lei nº 5.391/2011. Em 07 de abril de 2016, o Decreto nº 16.672 regulamentou a Política Municipal de Educação Ambiental e o Sistema Municipal de Educação Ambiental de Vitória.

Junto a esse movimento de fortalecimento da EA em Vitória, ainda no ano de 2014, outra importante ação foi a instituição da Comissão de Educação Ambiental da Secretaria de Educação (CEASE), sob a Portaria nº 37, de 06 de novembro de 2014, quando foi criada uma estrutura técnica vinculada à Gerência de Formação e Desenvolvimento Educacional e que, desde então, tem atuado de forma mais incisiva na composição do Órgão Gestor da EA do município.

A publicação da Política Municipal de Educação Ambiental não só legitimou o trabalho que a Gerência de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente já realizava há décadas com tanta competência e compromisso, como também criou mecanismos importantes para o desenvolvimento da Educação Ambiental no território por meio da instituição do Órgão Gestor, composto pelas Secretarias de Meio Ambiente e Educação, da Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA), e do fortalecimento dos CEAs, situados nos parques da cidade.

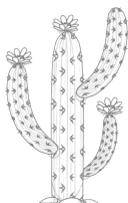


Criada a partir do Decreto nº 16.672, de 07 de abril de 2016, a CIMEA tem a função de “[...] assessorar o Órgão Gestor na elaboração e avaliação do Programa Municipal de Educação Ambiental e na consolidação de políticas públicas voltadas à Educação Ambiental” (VITÓRIA, 2016, Art. 6º). Posteriormente, com a aprovação e publicação do seu Regimento Interno, sob o Decreto nº 17.472, de 15 de agosto de 2018, a atuação da CIMEA passa a ser mais efetiva, com a nomeação dos membros e o início das reuniões mensais para dialogar sobre a Educação Ambiental realizada em todo município.

Ao longo desse período foram levadas para apreciação da referida comissão a apresentação de projetos institucionais elaborados pela Gerência, dentre os quais podemos destacar: Guarda Responsável de Animais Domésticos e projeto com foco em resíduos: Vitória Cidade Limpa, além da apresentação de todas as ações a serem realizadas pela gerência de Educação Ambiental até o presente momento.

Outra ação importante que se encontra em andamento é a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) de Vitória. Após a criação de subcomissões, conforme prevê o Regimento Interno da CIMEA, os trabalhos para construção do ProMEA tiveram início a partir dos estudos sobre o estado da arte dos programas municipais e estaduais de Educação Ambiental na atualidade, a escolha da estrutura do documento a ser construído e a eleição das linhas de ação mais representativas, levando-se em consideração o contexto socioambiental do município. Para tanto, uma das propostas metodológicas de construção do ProMEA adotada pela subcomissão consiste na realização de oficinas temáticas, nos moldes da análise SWOT⁸, junto aos os membros da CIMEA e convidados. Até o presente momento foram realizadas duas oficinas que trataram dos temas saneamento e ecossistemas de Vitória. Os próximos passos consistem na continuidade da

8 Também conhecida como matriz FOFA, a análise SWOT é uma ferramenta de gestão que consiste em captar oportunidades e forças, assim como identificar fraquezas e ameaças dentro de um determinado contexto de planejamento. A sigla SWOT significa: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças).



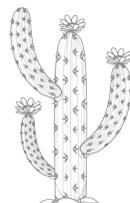
realização de oficinas, além da submissão do texto preliminar à apreciação e à coleta de contribuições por parte da CIMEA.

Política Municipal de Educação Ambiental de Vitória à luz das dimensões e dos indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA

Conforme verificamos na seção anterior, a construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Vitória é resultado de um contexto histórico que envolve a constituição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que contou com o engajamento de servidores/sujeitos/protagonistas municipais, mas também com a participação da sociedade civil, representada pela universidade, pelos conselhos municipais de educação e meio ambiente, pelos movimentos populares, enfim, pelos sujeitos sociais políticos que, mesmo tendo cada qual um ‘lugar’ de fala, tomaram para si os sentidos de ‘participação’ (JACOBI, 2005), corroborando o desenvolvimento da legitimidade democrática, que se coaduna com os princípios de igualdade e pluralismo políticos, de capacidade de deliberação e do exercício da solidariedade.

A possibilidade que nos foi aberta de colocar a Política Municipal de Educação Ambiental sobre o crivo de uma análise espacial, que permite verificar a efetividade e a eficácia das ações de Educação Ambiental ao longo do território, pode se tornar um importante instrumento de gestão e planejamento de ações, quando da geração dos produtos cartográficos que da plataforma advirão. Porém, como prévia, o simples fato de preencher a plataforma já demonstra necessidade de se tornar acessível e verídica todas as informações prestadas, a fim de se garantir controle social e transparência quanto à execução das políticas públicas.

Passemos a uma análise preliminar da PMEa de Vitória à luz das oito dimensões elencadas pela ANPPEA na plataforma MonitoraEA. Sempre que possível, evidenciando os indicadores integrantes dessas dimensões. É importante pautar que essa análise tem como ponto de partida a vivência de sujeitos, o autor e autora deste texto, ocupantes de um ‘lugar’ que representa a Secretaria de

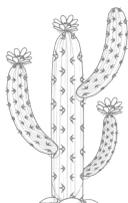


Meio Ambiente dentro do Órgão Gestor da PMEa, e que trazem, portanto, essas perspectivas de ‘olhares’ quanto ao processo de construção e implementação da Política de EA. Logo, diferentes narrativas, consensuais ou dissonantes, também podem se constituir em possibilidades outras de entendimento desse processo.

Nesse sentido, a construção e a constituição da PMEa ao longo do processo que culminou em sua institucionalização leva em consideração todo um percurso dialógico imbricado nas realidades socioambientais componentes do cotidiano da cidade de Vitória. Conforme apresentado no tópico anterior, revela o caráter da processualidade da Educação Ambiental nos diversos contextos formativos em que se constituíram as reuniões, os espaços de diálogos, as oficinas, os encontros. Esses contextos, em sua maioria, foram conduzidos por técnicos da Gerência de Educação Ambiental da SEMMAM, buscaram respeitar a alteridade e as representatividades formadas por um coletivo que envolveu diversas entidades e atores sociais – universidade; centros de educação; representantes de conselhos de educação e meio ambiente; conselho popular; associação de pais; secretarias de meio ambiente e de educação; procuradoria municipal; coletivos educadores –, o que permitiu e ainda permite captar leituras das realidades socioambientais do município, traduzidas em contribuições nem sempre consensuais, mas que de certa forma operavam num movimento retroalimentativo participativo conforme verificado na **Dimensão Diagnóstica** de indicadores.

À luz da **Dimensão da Participação e Construção Coletiva** é possível perceber que a mobilização social que permeia a PMEa ocorreu durante todo o processo de sua construção e que sua continuidade se faz com a mobilização, a articulação e a ação da CIMEA, dentre outros entes que possuem interface com o município de Vitória.

Os indicadores dessa dimensão mostram que os recursos e as estratégias utilizadas com a finalidade da mobilização social, como são os casos mais atuais concernentes à utilização das mídias sociais e os canais de comunicação institucionais (e-mails, telefones) têm

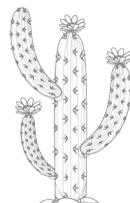


sido o meio mais efetivo. Mas, também, a realização de eventos – seminários, encontros, oficinas, rodas de conversas – que promovam espaços de diálogos, como foi o II Seminário Municipal de Educação Ambiental, ocorrido em 2018, assim como a disseminação da EA por meio dos equipamentos públicos como as escolas, os CEAs, o centros de ciências e os centros de referência da juventude e da terceira idade, que se coadunam com o sentimento de potencializar/revigorar energias, aglutinando parcerias que tornem o alcance da EA mais e(a)fetivo como política pública.

Outrossim, ao responder aos indicadores da **Dimensão da Participação e Construção Coletiva**, verificamos que a utilização das estratégias nela elencadas têm garantido participação institucional e social, o que gera corresponsabilidade dos envolvidos e adesão às estratégias de mobilização utilizadas. Sempre há margens para um melhor desempenho, porém os bons resultados da interação entre os sujeitos componentes da PMEa mostram que o caminho trilhado é promissor, pois está no radar a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental, pensado como campo de debate a ser executado pela CIMEA dentro do processo democrático e participativo.

Paulo Freire (1994) ensina que todo ato educativo é um ato político, com intencionalidade. Deve ocorrer com a mediação dos sujeitos, o que implica participação e construção coletiva. Dessa forma, compreendemos que todas as ações que culminaram na instituição da PMEa, assim como as ações que dela emanam em sua implementação e todas as diretivas por processos formativos dela derivadas, constituem-se como espaços da **Dimensão da Formação Dialógica**.

Nesse caso, a interação que se faz entre a diversidade de sujeitos e atores sociais, tanto aqueles que compõem a CIMEA, quanto aos grupos sociais e coletivos presentes no município e alcançados pela intencionalidade do ato formativo em EA, na condição de política pública, corrobora discussões contextualizadas às realidades locais e que tentam articular teoria e prática na busca de se criar possibilidades de mitigação às problemáticas socioambientais que



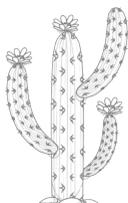
emergem no cotidiano.

Profissionais de Educação da rede municipal, voluntários da Defesa Civil, associações de moradores e de condôminos, estudantes, gestores públicos, grupos da terceira idade, coletivos jovens, entidades do terceiro setor, etc. Os públicos são diversificados, porém a busca de se problematizar as realidades locais numa perspectiva de diálogo entre saberes populares, técnicos, acadêmicos pautam os processos formativos desdobrados em variadas temáticas e que se articulam às demais políticas públicas. São tratados temas como descarte indevido de resíduos sólidos e coleta seletiva, a ineficiência ou ausência do saneamento básico, o reflorestamento das encostas e sua relação com a Mata Atlântica, o ecossistema manguezal e sua relação com os ofícios tradicionais (paneleiras, desfiadeiras de siri, caranguejeiros, marisqueiros, pescadores)⁹, bem-estar e guarda responsável de animais domésticos, entre outros. As abordagens são conduzidas a partir de diversificadas estratégias, como a realização de oficinas, grupos de trabalho, roda de conversas, apresentação expositiva dialogada de slides e a interpretação ambiental em ambientes que propiciem essa prática. A interação entre os componentes permite captar as impressões, dentro do processo avaliativo.

Dentre tantos a serem citados, dois exemplos, à luz dos indicadores da **Dimensão da Formação Dialógica** explicitam os argumentos anteriormente apresentados:

- Processos formativos conduzidos pelo Órgão Gestor para profissionais da Educação da rede municipal: em 2017 foi realizada formação para cerca 200 professoras/es, intitulado Educação Ambiental: Escolas em transição para sustentabilidade, com 100 horas de duração; em 2019, outra formação para cerca de 500 profissionais (pedagogas/os; professoras/es), com os títulos Educação Ambiental e Temas do Cotidiano de Vitória: Ecossistema Manguezal; Restinga; Mata Atlântica; Água; Resíduos Sólidos; e Bem-Estar Animal e Transversalidade da

⁹ O documento Dossiê IPHAN 3: Ofício das paneleiras de Goiabeiras (IPHAN, 2006) traz o ofício das paneleiras como 'bem cultural', tombado como Patrimônio Imaterial.



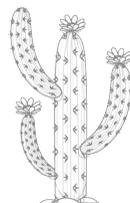
Educação Ambiental no Currículo, com 40 horas de duração, desta feita com a utilização de material paradidático produzido de forma personalizada para a cidade de Vitória e com o apoio técnico da Gerência de Educação Ambiental;

- Processos formativos realizados com grupos sociais do município: no ano de 2018, a formação Elementos da Educação Ambiental para o Direito, ministrada para a Comissão de Sustentabilidade de uma faculdade particular de Direito no município, com 20 horas de duração; o projeto Vitória: Cidade Limpa promove processos formativos junto às comunidades, levando-as à reflexão quanto a questões relativas aos resíduos sólidos e suas implicações socioambientais, envolvendo nesse processo as associações de catadores de materiais recicláveis.

Satisfatoriamente, todo caminho que vem sendo trilhado com a implementação da PMEIA, e que agora começa a desembocar na construção do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEIA), por certo, tem gerado **Intervenções Socioambientais** positivas e reflexivas, devido ao alcance das ações, projetos e atividades de Educação Ambiental derivadas das discussões tratadas no seio da CIMEIA.

Dentre as intervenções, analisadas pelo filtro dos indicadores propostos, são dignas de nota a ampliação do quantitativo de resíduos sólidos encaminhados à coleta seletiva, fruto do projeto Vitória: Cidade Limpa; o aumento da cobertura vegetal, fruto das ações de reflorestamento, principalmente das áreas de encostas dos morros; a redução dos focos de incêndio, frente de trabalho do projeto Mata Atlântica de Vitória; o aumento significativo do número de profissionais da educação da rede municipal alcançados por processos formativos em Educação Ambiental, inclusive com distribuição de material educativo temático junto às escolas; realização de mutirões de limpeza das praias, mobilizando escolas, comunidades, ONGs, entre outros, dentro do projeto Praia Limpa.

Outro fator importante a ser descrito diz respeito ao sentimento de pertencimento estimulado junto a todos os envolvidos no processo de construção da PMEIA/ProMEIA,



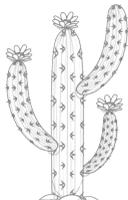
captado de seus relatos quando das conversas e diálogos. Nesse quesito, os indicadores presentes na **Dimensão da Subjetividade/Indivíduo** nos alertam que devemos trabalhar principalmente nas regiões carentes, mesmo verificando que várias comunidades já desenvolvem laços comunitários com seu território, promovendo ações que estimulam as relações topofílicas¹⁰ (TUAN, 1980). É o caso da articulação do Órgão Gestor com associação de moradores de alguns bairros, ao realizarem ações nas escolas e reuniões da associação, com a acolhida do projeto Vitória: Cidade Limpa, e que tem contribuído significativamente para que a população descarte de forma correta seu resíduo sólido, obedecendo os horários de coleta estabelecidos pelos serviços públicos, fator esse que reduz uma série de riscos à saúde dos moradores.

Outro exemplo emblemático se dá com o projeto institucional da Gerência de Educação Ambiental, Mangueando na Educação, que promove, entre tantas atividades que compõem o seu ‘cardápio de aprendizagens’, a visita de catadores de caranguejo às escolas durante os períodos de defeso¹¹ do Caranguejo-uçá, visando estabelecer rodas de conversas acerca desse ofício tradicional em Vitória e valorizar a cultura local. São notórias, também, as ações de mutirão de limpeza de praias, de ilhas, dos manguezais, bem como a mobilização de condomínios para adesão aos programas de coleta seletiva.

Ao questionar a PMEa à luz dos indicadores que compõem a **Dimensão da Complexidade**, verificamos que a mesma busca articular-se de modo conceitual e procedimental, vislumbrando-se perspectivas de potencializar o bem-estar socioambiental a partir da inserção e a integração com as demais políticas da administração

10 O geógrafo sino-americano Y Fu Tuan (1980), ao pegar ‘emprestado’ de Gaston Bachelard o termo ‘topofilia’, designa de uma forma íntima, quase espiritual, as relações afetivas que os seres humanos desenvolvem com o ambiente material, com o lugar. A topofilia conecta sentimentos, boas lembranças, sensação de bem-estar com meio ambiente, levando-se em consideração as formas de interação e os laços de afetividade estabelecidos tanto com a natureza quanto com as pessoas que compartilham esse ambiente.

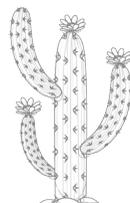
11 O defeso do Caranguejo-uçá compreende a andada, que é o período reprodutivo do caranguejo, quando os animais machos e fêmeas saem de suas tocas para acasalar e liberar os ovos; e o defeso, que é o período em que o caranguejo troca sua carapaça, torna-se ainda mais frágil e indefeso. Em ambos os momentos ficam proibidos a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização do crustáceo em todo o estado.



pública e das atividades da sociedade civil organizada. Esta articulação está presente no escopo das diversas leis municipais que tratam do saneamento básico, das áreas verdes, da educação, dos direitos humanos e cidadania, do licenciamento, da Defesa Civil, entre outras, ora como instrumento, ora como princípio. Dessa forma, podemos citar algumas articulações e ações conjuntas desenvolvidas nas seguintes instâncias: formação para habilitação de condutores ambientais, parceria em âmbito local/metropolitano com a Companhia de Desenvolvimento de Vitória, Turismo e Geração de Renda; participação das discussões acerca de construções sustentáveis no âmbito da municipalidade, parceria em âmbito local; abordagens educativas em parceria com agentes de fiscalização da SEMMAM, parceria em âmbito local; articulação com a Defesa Civil em curso de formação, parceria em âmbito local/metropolitano; projeto Guarda Responsável de Animais Domésticos em interface com a Gerência de Bem-Estar Animal, parceria em âmbito local; projetos de revitalização Orla Noroeste, parceria em âmbito local/metropolitano/global; entre outros.

Durante o primeiro decênio dos anos 2000, a Rede Capixaba de Educação Ambiental (RECEA) e o Coletivo Educador Ambiental de Vitória (ColEduc) também estabeleceram importante papel de construção da PMEa, sendo proponentes de discussões e pautas que permitiram reflexões mais agudas e acaloradas e que resultaram a política atual, sendo que, ainda hoje, membros desses entes frequentam as reuniões do Órgão Gestor e muito têm a contribuir com o próximo passo, que é a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental.

A perspectiva dos indicadores da **Dimensão da Complexidade** nos traz à reflexão o compromisso que os executores da PMEa devem assumir frente aos princípios e objetivos da Carta da Terra e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Isso é importante não somente pelo fato de estarem incorporados em seu documento, mas pelo fato de que os mesmos devam ser assimilados nas proposituras dos projetos e das ações desenvolvidos por todos os entes responsáveis pela EA no



território, sejam os CEAs junto às comunidades nas quais atuam, sejam as escolas, sejam os movimentos sociais.

Cabe destacar que a Prefeitura de Vitória está em vias de executar um grande projeto de infraestrutura na porção noroeste da ilha com aportes financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essas obras abrangem uma parcela considerável do território, onde vivem sujeitos em situação de ‘inclusão precária’¹². Logo, documentos referência, entre eles a PMEa, compõem o escopo que orienta a execução de algumas linhas de ação estratégicas relacionadas às questões sanitárias e ambientais.

Outros importantes documentos internacionais também reverberam na PMEa, aproximando-se dos seus princípios e objetivos, como são a Rede de Internacional de Cidades Educadoras e o Programa Cidades Sustentáveis; os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); a Convenção sobre Diversidade Biológica; e Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Balizados por essas referências faz-se necessário apontar também que os pressupostos da Educação Ambiental presentes na PMEa de Vitória coadunam-se às necessidades de ações afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações. A título de ilustração, é notório em todo País que o Espírito Santo carrega a triste estatística de ser um dos estados a liderar casos de violência contra a mulher. O quadro se agrava ainda mais quando se associam questões étnico-raciais e de renda. Ou seja, a violência é maior para mulheres negras e pobres. Nesse sentido, os indicadores da **Dimensão da Complexidade** possibilitam reflexões mais consistentes, a fim de melhor canalizar energias para a tomada de decisões.

A **Dimensão Institucional** traz os elementos que dão sustentação e legitimam a PMEa. Desse modo, revisitemos o tópico

12 Concordamos aqui com o sociólogo José de Souza Martins (1997), que prefere utilizar o termo ‘inclusão precária’ ao invés de ‘exclusão social’: “[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações [...] constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando” (MARTINS, 1997. p. 14).

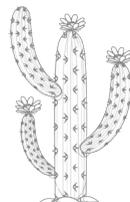


“Pioneirismo de Vitória em Políticas Pública de Educação Ambiental no Espírito Santo: Processo de elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental e sua implantação”. Nele podemos constatar todo o processo participativo de institucionalização da Lei nº 8.695/2014, apoiada em normas e regimentos institucionais internos que balizam o funcionamento orgânico da PMEIA e da CIMEIA. Isso indica que a estrutura física e organizacional, com quadro técnico efetivo e multidisciplinar com capacidade institucional, está assentada no Órgão Gestor da Política de Educação Ambiental e na CIMEIA, ambos competentes para traçar estratégias de monitoramento e avaliação do desempenho da PMEIA, com autonomia para indicar revisões, ajustes, aprimoramentos, conforme prevê o artigo 23 dessa política.

Ancorados em instrumentos de gestão racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos, de modo a compatibilizar na prática o discurso da sustentabilidade socioambiental, a PMEIA preconiza a adoção dos mecanismos como os que estão presentes na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), com a observância de normas de sustentabilidade para aquisição de materiais de escritório ou contratação de serviços, o combate ao desperdício (de energia, de água, de materiais de limpeza e escritório), o incentivo à realização de bazar solidário entre os servidores da municipalidade, entre outras ações.

O suporte orçamentário interno destinado à condução da PMEIA, conforme reza de modo imperativo o Artigo. 32, da Lei nº 8.695/2014, deve ser provido pelas Secretarias componentes do Órgão Gestor da Educação Ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Educação, assim como preconiza que e

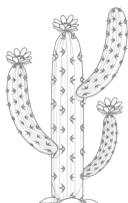
[...] os demais órgãos vinculados ao SISMEA no âmbito do Município de Vitória, deverão consignar em seus orçamentos recursos necessários ao desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental, incluindo no Plano Plurianual orçamento direcionado a contemplar a efetivação desta Política e a implementação e manutenção do Sistema Municipal de Educação Ambiental (VITÓRIA, 2014).



Na mesma lei, o artigo 33 diz que “o mínimo de 10% (dez por cento) dos recursos disponíveis do Fundo Municipal de Meio Ambiente – Fundoambiental, deverá ser destinado a programas e projetos de Educação Ambiental, segundo diretrizes aprovadas e estabelecidas pelos órgãos integrantes do SISMEA” (VITÓRIA, 2014). De fato, o Fundoambiental da SEMMAM vem sendo acionado desde 2017, com previsão de entrega dos produtos pleiteados e aprovados junto às instâncias regulatórias da Prefeitura de Vitória. Ainda, assim, há a possibilidade de se acessar recursos via fontes externas por meio de projetos submetidos a editais de chamamento público, como são os exemplos dos editais do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FunBio) e do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), entre outros.

Outro indicador importante da Dimensão Institucional consiste no monitoramento e na avaliação da PMEa. Esse mecanismo está previsto, porém, mediante a sistematização, o georrefenciamento e a espacialização das informações, como propõe a Plataforma MonitoraEA, a possibilidade confrontar a política com sua ação efetiva deixa de ser abstração e ganha materialidade. Abre margem para revisão dos pressupostos e linhas de ação a serem adotados, possibilita dar transparência às ações, desencadear processos de aprendizagens, socialização de informações, permite auxiliar na tomada de decisão e contribuir de forma geral para a gestão.

Em relação aos indicadores que compõem a Dimensão da Comunicação, a PMEa, por meio de seu Órgão Gestor, adota como estratégia a utilização de ferramentas digitais no âmbito institucional (site, Facebook, e-mail, Whatsapp, Instagram, Twitter, outros) com poder de alcance, de modo a gerar mídia espontânea junto aos principais veículos de comunicação (televisão, jornal impresso/digital, rádio, portal de notícias on line) do Espírito Santo. As notícias que informam as ações de Educação Ambiental geram matérias publicadas no site da prefeitura, ao menos três vezes por semana, sendo replicadas pelos demais veículos de comunicação. A partir da assessoria de comunicação e marketing, alocada na



Gerência de Educação Ambiental, também são produzidos materiais gráficos (cartazes, folders, folhetos) que visam à divulgação de ações e campanhas de Educação Ambiental. O foco da interlocução de todas as estratégias de comunicação é sempre o munícipe e os sujeitos que vivenciam Vitória cotidianamente. A perspectiva da educomunicação faz parte da estratégia do desenvolvimento de uma comunicação social, prevista na PME A, quando das mobilizações de realização de projetos e ações de Educação Ambiental junto às escolas e comunidades, principalmente com a mediação dos Centros de Educação Ambiental.

Referências

ATLAS AMBIENTAL: VITÓRIA, ES, BRASIL. Coordenadora Sueli Furlan. São Paulo: Geodinâmica, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. **Lei Nº 9.765, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>, acesso em 05/02/2019.

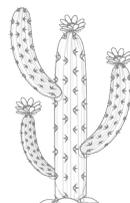
_____. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5ª ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Político Pedagógico aplicado aos Centros de Educação Ambiental e às salas verdes**: manual de orientação. Brasília: MMA, 2005.

BRENNER, Neil. **New State spaces**: urban governance and the rescaling of statehood. New York: Oxford University Press, 2004.

FERNANDES, Andressa Lemos; RIBEIRO, Flávia Nascimento; TRISTÃO, Martha. Um olhar sobre a Educação Ambiental no Espírito Santo. *In.*: TRISTÃO, Martha (Org.). **Processo formador em Educação Ambiental à distância**: Módulo local, Educação Ambiental e mudanças ambientais globais no Estado do Espírito Santo. Vitória: UFES/PPGE, 2009. p. 11-32.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>>, acesso em 30/07/2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê IPHAN 3: Ofício das paineleiras de Goiabeiras**. Brasília: IPHAN, 2006. 70 p.

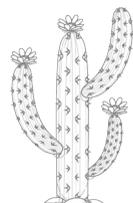
JACOBI, Pedro. Participação. *In*: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 229-236.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

POUBEL, Idelvon da Silva; BRILHANTE, Ramires Maurício; FERNANDES, Andressa Lemos; POLTRONIERI, Fernando Fiorotti. A territorialização dos Centros de Educação Ambiental no município de Vitória – ES: Contribuições da geografia na gestão das Políticas de Educação Ambiental. *In*: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos: A AGB e a Geografia Brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos**. Vitória, 10 a 16 de agosto de 2014. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Vitória: AGB, UFES, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13040150-Idelvon-da-silva-poubel-secretaria-municipal-de-meio-ambiente-de-vitoria-es-idelvonpoubel-yahoo-com-br.html>>, acesso em 27/07/2019.

POUBEL, Idelvon da Silva; FERNANDES, Andressa Lemos; BRILHANTE, Ramires Maurício. A práxis que se aproxima do cotidiano dos territórios: Projeto Político-Pedagógico dos/nos Centros de Educação Ambiental enquanto instrumento de capilarização da Educação Ambiental. *In*: **Revista Brasileira de Educação Ambiental – RevBEA**. V. 12, Nº 3 – Caderno I - Anais do IX FBEA, 2017. São Paulo: RevBEA, 2017. p. 137-139. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2476/1541>>, acesso em 05/08/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de Política Públicas de Educação Ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. *In*: **Caderno de pesquisa Pensamento Educacional**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. v. 13. Número Especial (2018): Educação Ambiental como espaço de luta e resistência: pesquisa, intervenção, formação e políticas públicas em debate. Curitiba: PPGE/UTP, 2018. p. 337-358. Disponível em: <<https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1209>>, acesso em 30/07/2019.



RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. Construindo uma plataforma de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental. *In: Revista Brasileira de Educação Ambiental – RevBEA*. v. 12, nº 3 – Caderno II - Anais do IX FBEA, 2017. São Paulo: RevBEA, 2017. p. 733-734. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2477/1542>>, acesso em 05/08/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

_____. O dinheiro e o território, *In: SANTOS, Milton et. al. Territórios, territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SANTOS, Milton et. al. **Territórios, territórios**: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

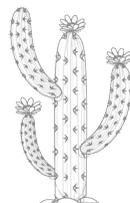
TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores**: redes de saberes. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. Rio de Janeiro, Jornada de Educação Ambiental, Fórum Internacional das ONGs – Rio/92, 1992, in: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. p. 235-246.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VITÓRIA – ES. PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei Municipal Nº 8.695, de 29 de julho de 2014**. Institui a Política Municipal de Educação Ambiental – PME A e dá outras providências. Vitória: PMV, 2014. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/web/eis/Arquivos/2014/L8695.PDF>>, acesso em 05/08/2019.

_____. **Decreto nº 16.672, de 07 de abril de 2017**. Regulamenta a Lei nº 8.695, de 29 de julho de 2014, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental e o Sistema Municipal de Educação Ambiental. Vitória: PMV, Diário Oficial, 2017. Disponível em: <<http://diariooficial.vitoria.es.gov.br/>>, acesso em 07/08/2019.



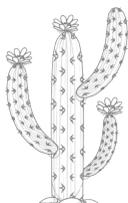
_____. **Decreto nº 17.472, de 15 de agosto de 2018.** Altera o Art. 5º do Decreto nº 16.672, de 07 de abril de 2016, aprova o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental – CIMEA, e dá outras providências. Vitória: PMV, Diário Oficial, 2018. Disponível em: <<http://diariooficial.vitoria.es.gov.br/>>, acesso em 07/08/2019.

_____. **Lei Municipal nº 4.438, de 28 de maio de 1997.** Institui o Código Municipal de Meio Ambiente. Vitória: PMV/SEMMAM, 1997. 68f.

_____. **Secretaria de Educação. Portaria SEME nº 37/2014.** Vitória: DOMV, 2014. Disponível em: <<https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/>>, acesso em 28/08/2019.

_____. **Agenda 21** – Vitória do Futuro. Vitória: PMV, 1996.

_____. **Agenda 21 da Cidade de Vitória** – Um sonho em construção. Vitória: PMV, 2003.





Políticas Públicas de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul à luz das Oito Dimensões e dos 27 Indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA

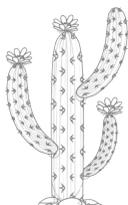
Sabrina Dinorá Santos do Amaral

Introdução

A necessidade da criação de indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental foi um dos apontamentos da pesquisa diagnóstica realizada em âmbito nacional em 2014 pela Oca - Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ/USP (RAYMUNDO; BRIANEZI; SORRENTINO, 2015). Segundo Raymundo, Branco e Biasoli (2018), à luz dos resultados desse processo de diagnóstico nasceu a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) em 2015 com a incumbência de construir de forma participativa um sistema nacional em formato de plataforma digital para o monitoramento e a avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental.

Minayo (2009) afirma que a construção de indicadores é uma tarefa teórica do pesquisador, mas esta ação pode ser potencializada ao ouvir os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Sendo assim, a construção do sistema de indicadores da ANPPEA se deu por meio de três componentes metodológicos, sendo eles a coordenação científica, os encontros e diálogos e o Método Delphi.

Com objetivos distintos, essa metodologia perpassa a articulação de processos formadores, análises e reflexões coletivas, realizadas em rodas de conversa, oficinas, seminários, análise e validação dos mais de 100 indicadores propostos e construção dos recortes teórico-metodológicos necessários para o processo de alinhamento da proposta (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018).



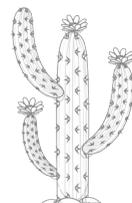
A base da plataforma, identificada como MonitoraEA, é composta de 27 indicadores, construídos coletivamente, entre 2016 e 2018, associados a oito dimensões das políticas públicas de Educação Ambiental: diagnóstico; participação e construção coletiva; formação dialógica; intervenção socioambiental; subjetividade/ indivíduo; complexidade; institucional; e comunicação.

Sua implantação teve início em oficinas desenvolvidas nas cinco regiões brasileiras, com o objetivo de contribuir na formação de formadores e de coletar dados a partir dos indicadores, constituindo assim, um banco de dados nacional com informações espacializadas sobre políticas públicas de Educação Ambiental.

Durante as oficinas foi apresentado o histórico do processo de construção da plataforma, assim como os tipos de indicadores adotados, o ciclo de políticas públicas e recortes teórico-metodológicos, como a escolha conceitual de políticas públicas numa abordagem multicêntrica e multiescalar.

O processo utilizado pela ANPPEA, assim como as abordagens teóricas, geraram inúmeras reflexões no âmbito das políticas públicas de EA. No Rio Grande do Sul estimularam análises quanto às formulações do estado face ao tema, suas concepções e percepções à luz das oito dimensões e seus 27 indicadores (RAYMUNDO et al., 2019).

Com essa finalidade, o presente artigo apresenta a análise de duas políticas públicas, a Política Estadual de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul e a Política de Transição a Espaços Educadores Sustentáveis das Escolas Públicas de Taquara, feita a partir de minha vivência histórica na EA do País atuando como gestora pública municipal, integrante de redes, coletivos, Comitê Assessor da PNEA, além de ter participado do processo de construção dos indicadores da MonitoraEA e de reuniões da CIEA/RS com olhares analíticos específicos para o Rio Grande do Sul. Estas são políticas que se apresentam com proposição plural em sua formulação e multiescalar em seu território de abrangência, possibilitando análises de governo, iniciativas de outros setores, e recortes territoriais, visando reflexões que possibilitem conhecer melhor este sistema de indicadores.



Reflexões quanto à Política Estadual de Educação Ambiental

Em 09 de janeiro de 2002, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Lei nº 11.730, sancionou a Política Estadual de Educação Ambiental e criou o Programa Estadual de Educação Ambiental, em complemento à Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999. A elaboração do texto para a lei foi de responsabilidade da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), não havendo registros de um processo participativo em sua construção.

Com a instituição da Comissão Interdisciplinar de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul (CIEA-RS), em 2005, por meio do Decreto nº 43.957, manifestou-se a necessidade de uma revisão do texto da Lei nº 11.730/2002, a qual foi realizada mediante consultas aos pares e seminário temático, originando em 2010 o texto da Lei nº 13.597.

Ao se analisar a política em sua gênese diante da **Dimensão Diagnóstica** dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental construídos no âmbito da ANPPEA, não se pode afirmar que houve processos com a capacidade de apresentar uma leitura crítica e contextualizada da realidade, subsidiando, assim, a construção da Lei nº 11.730/2002 e/ou de sua nova redação na Lei nº 13.597/2010.

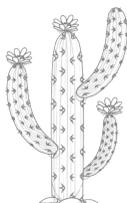
No entanto, na **Dimensão da Participação e Construção Coletiva**, o processo de revisão, explicita a existência de uma mobilização social acerca da construção da política, tendo a CIEA-RS como espaço para essa construção, assim como para sua implementação.

Andrade (2013, p. 206) considera que “[...] a interinstitucionalidade e a intersetorialidade são passos importantes no sentido de se construírem políticas públicas dialógicas”. Essas premissas são possíveis de serem percebidas no âmbito da CIEA-RS.

Os cinco indicadores da **Dimensão da Formação**

> sumário

165



Dialógica podem ser acompanhados, em parte, nos registros do grupo de trabalho bipartite, composto pelas secretarias estaduais da educação e do meio ambiente, das consultas realizadas às instituições participantes da CIEA-RS e do seminário temático desenvolvido para a reformulação do texto da política, realizado na Assembleia Legislativa do Estado, onde foi colocado em votação o texto elaborado pelo grupo bipartite, bem como as sugestões encaminhadas pela população.

Mesmo com essa diversidade de técnicas e estratégias utilizadas para a formação dialógica, não se verificou a manutenção dos procedimentos na implementação da política, o que pode ter ocasionado a demora de cinco anos entre as atividades e a efetivação da mudança do texto da lei.

Para a análise da **Dimensão da Intervenção Socioambiental**, em seu indicador que aponta as intervenções geradas a partir da execução da PPEA, buscou-se na literatura e nos relatos de atividades existentes constatar a presença da Política Estadual de Educação Ambiental como substrato das ações, projetos e programas apresentados.

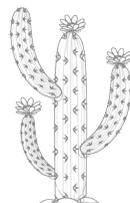
Dentre eles, pode-se destacar a plataforma EducomTchê¹, o Programa Estadual de Educação Ambiental para o Saneamento – Educar para Sanear², e o Programa Reciclar³. Estes exemplos também auxiliam na reflexão quanto à **Dimensão da Subjetividade/Indivíduo**, uma vez que se pode observar o grande potencial de ação e de confiança na realização das ações, a partir da participação e do engajamento pessoal nestes projetos e programas que valorizam e fortalecem os laços comunitários e uma cultura ambiental.

A **Dimensão da Complexidade** traz a possibilidade de analisar o texto da lei que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul por meio de suas articulações

1 Plataforma digital da Secretaria Estadual de Educação, que constitui espaço de Educação Ambiental, visando promover, compartilhar e assessorar projetos e atividades socioambientais.

2 Minuta de programa construído pela assessoria de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Educação, que se encontra em processo de validação.

3 Programa do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que apresenta uma visão ecológica ampla, abrangendo as dimensões mental, social e ambiental.



temáticas, uma vez que se apresenta como veículo articulador do Sistema de Proteção Ambiental e do Sistema Estadual de Educação” (Lei nº 13.597/2010). Sendo assim, encontrou-se em seus artigos a integração com os diferentes temas de ações ambientais, setores e atores.

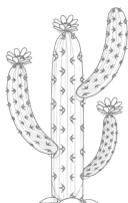
A lei da Política Estadual de EA do Rio Grande do Sul não apresenta articulação explícita com redes, coletivos educadores e referências a documentos internacionais, porém, manifesta em todo o seu conteúdo, sintonia com os princípios e diretrizes do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, da Carta da Terra e da Agenda 21.

A articulação com movimentos sociais é possível de ser visualizada no texto da lei, apresentada enquanto incumbência no desenvolvimento de programas e projetos de Educação Ambiental, objeto de atuação direta, e com formação e capacitação de recursos humanos voltados a esses. Não se encontrou registros da prática desse compromisso.

A PEEA-RS apresenta vários indicadores da **Dimensão Institucional** do MonitoraEA, como seu próprio instrumento legal que institucionaliza a EA, a estrutura organizacional por meio do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental, instituído pelo Decreto nº 43.957, de 08 de agosto de 2005, além da CIEA-RS, que segundo o site da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA)⁴, visa acompanhar e avaliar a definição e implementação das diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental e da Política Nacional de Educação Ambiental, garantindo recursos humanos, espaço para o seu monitoramento e avaliação.

Diferente da política nacional e de outras políticas estaduais, o financiamento da PEEA-RS perpassa por estimular fundos de meio ambiente em âmbito estadual e municipal, e conforme a lei nº 13.597/2010:

⁴ Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/ciea-comissao>>. Acesso em: 30/07/2019.



[...] garantir que as Secretarias do Meio Ambiente e da Educação, e seus órgãos vinculados, na elaboração dos seus respectivos orçamentos, confirmam recursos para a realização das atividades e para o cumprimento dos objetivos da Política Estadual de Educação Ambiental.

Dentre os fundos estimulados pela lei, cita-se o Fundo Municipal de Meio Ambiente dos municípios de Portão, de Taquara, de Parobé, dentre outros.

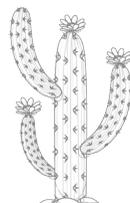
Os últimos indicadores apresentados pela ANPPEA tratam da **Dimensão da Comunicação**, o que faz constatar a não existência de um plano de ferramentas de comunicação, tampouco um processo de Educomunicação e ou de comunicação social para a PEEA-RS. Porém, se pode observar que a plataforma Educom Tchê vem se configurando como um espaço que possibilita esses processos, dentro da diversidade de temas encontrados na plataforma.

A lei aponta que os meios de comunicação de massa devem colaborar ativamente na disseminação de informações e práticas educativas, mas a comunicação da PEEA-RS se dá, principalmente, por meio da assessoria de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Educação, e de forma geral, pode ser acompanhada por meio das memórias das reuniões da CIEA-RS de 2017 e 2018, constantes no site da SEMA. Essas memórias também apresentam a preocupação da CIEA-RS com a avaliação de projetos de EA, consolidada na construção de um instrumento voltado à PEEA-RS, para orientar a avaliação de projetos de EA que busquem financiamento.

Para Bossel (1999) indicadores atuam como um termômetro, balizando o entendimento e o andamento das ações. O exercício de olhar a PEEA-RS na perspectiva das oito dimensões e seus indicadores contribui para uma percepção tanto histórica, frente à formulação da política, quanto atual, no desenvolver de sua implementação.

Política de transição a espaços educadores sustentáveis das escolas públicas de Taquara/RS

Visando contribuir para o aprofundamento do conhecimento



sobre os indicadores propostos diante das oito dimensões da ANPPEA, ao considerar suas perspectivas multicêntricas e multiescalares, optou-se pela análise da Política de Transição a Espaços Educadores Sustentáveis, formulada e implementada por representantes de 28 escolas públicas da cidade de Taquara.

A temática de espaços que educam para a sustentabilidade a partir do seu exemplo se apresenta como um campo amplo e inovador que já se encontra na área da pesquisa em Educação Ambiental, inicialmente nos apontamentos de Legan (2009), Sato e Trajber (2010) e Moreira (2011).

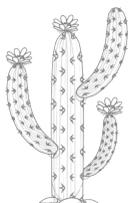
A formulação da Política de Transição teve seu início em março de 2014 no âmbito do Coletivo Educador Ambiental de Taquara (CEATaquara), com a criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) nas 28 escolas com representantes no Coletivo Educador.

Foi apresentado às comissões, como instrumento de diagnóstico, o questionário da Agenda 21⁵ escolar, que após analisado, foi empregado nas escolas com a participação da comunidade escolar, configurando a Dimensão Diagnóstica, importante premissa na contextualização da realidade.

Em reflexão à **Dimensão da Participação e Construção Coletiva**, os encontros mensais do CEATaquara passaram a ser dedicados à formulação de proposições, com momentos formativos baseados nos resultados do diagnóstico aplicado, voltados à construção da Agenda 21 escolar, conforme descrito por Amaral (2015), por meio da Oficina de Futuro, do jornal mural e da Com-Vida para Ação.

O CEATaquara se configurou como o espaço coletivo de construção e implementação da Política de Transição. Mesmo não instituído por nenhum instrumento normativo legal, possui caráter deliberativo, participação institucional e coordenação tripartite, formada pela Secretaria Municipal de Educação (SMECE), Espaço Socioambiental e Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).Na

5 Questionário construído pelo Coletivo Educador de Parobé em 2011, baseado no questionário da Agenda 21 escolar de Portugal.



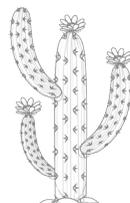
Dimensão da Formação Dialógica pode-se retratar um processo formativo continuado, tanto nas reuniões mensais do Coletivo quanto nas formações pedagógicas dos espaços escolares. Destaca-se aqui o 8º Fórum Regional de Com-Vidas, que apresentou o mapeamento de áreas de riscos de desastres ambientais construído pelos alunos, os seminários realizados com professores e palestras com a comunidade escolar, visando à inserção do processo de transição a Espaços Educadores Sustentáveis nos Projetos-Político-Pedagógicos das escolas, ambos realizados em 2017.

Verificou-se que a avaliação desses processos foi realizada apenas parcialmente, uma vez que a cada ano o Coletivo Educador realiza sua avaliação geral, pautando suas iniciativas, articulando teoria e prática. As demais estratégias, porém, não foram avaliadas formalmente.

Nesta conjuntura de construção e implementação coletiva, a Política de Transição acaba por originar desdobramentos na **Dimensão da Intervenção Socioambiental** na perspectiva de que esta dimensão indica, “[...] a necessidade de promover ações que fomentem a participação, a autonomia, os processos autogestivos, a capacidade de criar alternativas diante dos obstáculos” (AMARAL, 2012, p. 01). Nesse sentido, podem-se citar os pontos eco pedagógicos de coleta de resíduos recicláveis nas escolas, as ações de bem-estar animal e a participação na construção do Sistema de Indicadores de Qualidade Ambiental para Espaços Educadores Sustentáveis⁶.

A possibilidade de mensurar questões relacionadas com a autoestima dos envolvidos na Política de Transição, assim como os laços e vínculos comunitários e a valorização da cultura ambiental por meio dos indicadores da **Dimensão da Formação Dialógica**, possibilitou um entendimento de sua relevância e a proposta de inclusão do tema em futuros planejamentos, pois se entendeu que reflete a percepção dos sujeitos, basilar para uma Política Pública. A Política de Transição, mesmo que timidamente, apresenta inúmeras

⁶ A autora desenvolveu um processo coletivo de construção de um Sistema de Indicadores, com a participação de todas as escolas envolvidas na Política de Transição a Espaços Educadores Sustentáveis.



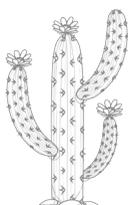
ações, como a participação representativa em conselhos escolares, os intercâmbios e palestras das Com-Vidas sobre a trajetória de suas escolas a Espaços Educadores Sustentáveis, que evidenciam a elevação da autoestima dos envolvidos.

Amaral (2018) sustenta que a Política de Transição potencializa sinergias e transformações socioambientais com o intuito de auxiliar a escola na identificação dos pressupostos de sustentabilidade, na transformação de atitudes e na formulação de objetivos de ensino e aprendizagem com práticas cotidianas da escola, fomentando o ideal de espaço educador sustentável e configurando a escola como referência de sustentabilidade para seus educandos e para a comunidade. Essa proposição constitui importante subsídio para os indicadores da **Dimensão da Complexidade**, uma vez que sua sinergia se dá mediante atividades desenvolvidas por meio de articulações locais, dentro do Coletivo Educador, e regionais, com as parcerias do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, da Rede de Educação Ambiental do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul e da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental.

As transformações socioambientais podem ser percebidas a partir da diversidade de temas que integram a política, identificadas nas ações da temática do saneamento com o Programa Sanear, de segurança alimentar e nutricional, por meio das Hortas Ecopedagógicas, e de recursos hídricos com o Projeto Rio do Nosso Bairro, dentre outros.

As articulações também podem ser observadas na Política de Transição, ao longo de suas conexões distintas com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, com a Agenda 21 Escolar e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Não foram encontradas, no entanto, ações afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações.

A **Dimensão Institucional** leva a refletir quanto à institucionalização da Política de Transição. Biasoli (2015) analisou



as possibilidades dos coletivos educadores constituírem um caminho para a institucionalização de políticas públicas de EA. Todavia, a ideia de institucionalização por meio de um instrumento legal é uma questão sem consenso no âmbito do CEATaquara.

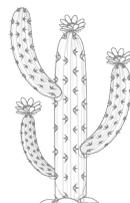
Desse modo, o Programa Espaços Educadores Sustentáveis, construído a partir de oficinas com os diversos sujeitos envolvidos, constitui instrumento base da Política de Transição, apresentando como recursos humanos os representantes das instituições participantes do CEATaquara.

A estrutura organizacional da Política de Transição repete a do CEATaquara, em que a SMECE é representada pela coordenação de EA; a FACCAT, pela Escola Ambiente; e o Espaço Socioambiental por sua diretoria. A política possui uma biblioteca por meio do Projeto Sala Verde, além de um notebook e um projetor, entretanto, a infraestrutura, como automóvel, salas para reuniões, oficinas e cursos, é emprestada pelas instituições citadas acima.

O suporte de financiamento da Política de Transição se dá por dotação orçamentária das instituições parceiras destinada à Educação Ambiental, bem como do Programa Pontos Ecopedagógicos de Coleta de Resíduos Recicláveis nas Escolas. Anualmente, na reunião de avaliação do CEATaquara, se têm a possibilidade de visitar a Política de Transição, refletindo e acompanhando suas ações.

Encerraram-se as análises da Política de Transição a Espaços Educadores Sustentáveis com a **Dimensão da Comunicação**. Visando tornar público as ações de transição, as Com-Vidas de cada escola envolvida criam anualmente um fanzine, um spot para veiculação na rádio comunitária e um pequeno vídeo. Apesar de não apresentar nenhum plano específico de comunicação, as informações sobre a Política podem ser encontradas no site do Coletivo Educador⁷, assim como com os representantes das instituições que formam a sua estrutura organizacional.

7 Disponível em: <www.ceataquara.eco.br>



Considerações

Para Bellen (2006, p. 16), “os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação”. Sendo assim, pensar a Política Estadual de Educação Ambiental proposta e implementada pelo estado e a Política de Transição a Espaços Educadores Sustentáveis, proposta e implementada pelo Coletivo Educador Ambiental, à luz das oito dimensões e dos 27 indicadores da ANPPEA, constitui grande oportunidade para orientar o diálogo e exemplificar os conceitos necessários para a sua compreensão e implementação, assim como para preencher lacunas já detectadas, ou não, dessas políticas.

As análises apresentadas explicitaram o mote conceitual da plataforma MonitoraEA, demonstrando sua efetividade na construção de conhecimentos sobre indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas, conectando ações e projetos e servindo de motivação à participação ativa dos sujeitos envolvidos com a política.

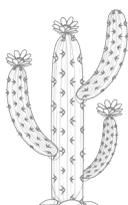
Referências

ATLAS AMBIENTAL: VITÓRIA, ES, BRASIL. Coordenadora Sueli Furlan. São Paulo: Geodinâmica, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. **Lei Nº 9.765, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>, acesso em 05/02/2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5ª ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.



_____. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Político Pedagógico aplicado aos Centros de Educação Ambiental e às salas verdes**: manual de orientação. Brasília: MMA, 2005.

BRENNER, Neil. **New State spaces**: urban governance and the rescaling of statehood. New York: Oxford University Press, 2004.

FERNANDES, Andressa Lemos; RIBEIRO, Flávia Nascimento; TRISTÃO, Martha. Um olhar sobre a Educação Ambiental no Espírito Santo. *In*: TRISTÃO, Martha (Org.). **Processo formador em Educação Ambiental à distância**: Módulo local, Educação Ambiental e mudanças ambientais globais no Estado do Espírito Santo. Vitória: UFES/PPGE, 2009. p. 11-32.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

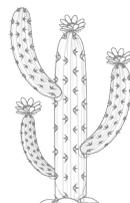
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>>, acesso em 30/07/2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê IPHAN 3**: Ofício das panelas de Goiabeiras. Brasília: IPHAN, 2006. 70 p.

JACOBI, Pedro. Participação. *In*: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 229-236.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

POUBEL, Idelvon da Silva; BRILHANTE, Ramires Maurício; FERNANDES, Andressa Lemos; POLTRONIERI, Fernando Fiorotti. A territorialização dos Centros de Educação Ambiental no município de Vitória – ES: Contribuições da geografia na gestão das Políticas de Educação Ambiental. *In*: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**: A AGB e a Geografia Brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. Vitória, 10 a 16 de agosto de 2014. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Vitória: AGB, UFES, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13040150-Idelvon-da-silva-poubel-secretaria-municipal-de-meio-ambiente-de-vitoria-es-idelvonpoubel-yahoo-com-br.html>>, acesso em 27/07/2019.



POUBEL, Idelvon da Silva; FERNANDES, Andressa Lemos; BRILHANTE, Ramires Maurício. A práxis que se aproxima do cotidiano dos territórios: Projeto Político-Pedagógico dos/nos Centros de Educação Ambiental enquanto instrumento de capilarização da Educação Ambiental. *In: Revista Brasileira de Educação Ambiental – RevBEA*. V. 12, Nº 3 – Caderno I - Anais do IX FBEA, 2017. São Paulo: RevBEA, 2017. p. 137-139. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2476/1541>>, acesso em 05/08/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. *In: Caderno de pesquisa Pensamento Educacional*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. v. 13. Número Especial (2018): Educação Ambiental como espaço de luta e resistência: pesquisa, intervenção, formação e políticas públicas em debate. Curitiba: PPG/UTP, 2018. p. 337-358. Disponível em: <<https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1209>>, acesso em 30/07/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. Construindo uma plataforma de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental. *In: Revista Brasileira de Educação Ambiental – RevBEA*. v. 12, nº 3 – Caderno II - Anais do IX FBEA, 2017. São Paulo: RevBEA, 2017. p. 733-734. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2477/1542>>, acesso em 05/08/2019.

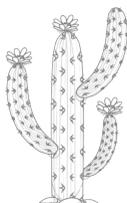
RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

_____. O dinheiro e o território, *In: SANTOS, Milton et. al. Territórios, territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SANTOS, Milton et. al. **Territórios, territórios**: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores**: redes de saberes. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004.



TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. Rio de Janeiro, Jornada de Educação Ambiental, Fórum Internacional das ONGs – Rio/92, 1992, in: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 235-246.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VITÓRIA – ES. PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei Municipal Nº 8.695, de 29 de julho de 2014**. Institui a Política Municipal de Educação Ambiental – PME A e dá outras providências. Vitória: PMV, 2014. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2014/L8695.PDF>>, acesso em 05/08/2019.

_____. **Decreto nº 16.672, de 07 de abril de 2017**. Regulamenta a Lei nº 8.695, de 29 de julho de 2014, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental e o Sistema Municipal de Educação Ambiental. Vitória: PMV, Diário Oficial, 2017. Disponível em: <<http://diariooficial.vitoria.es.gov.br/>>, acesso em 07/08/2019.

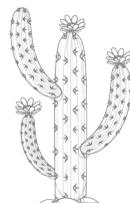
_____. **Decreto nº 17.472, de 15 de agosto de 2018**. Altera o Art. 5º do Decreto nº 16.672, de 07 de abril de 2016, aprova o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental – CIMEA, e dá outras providências. Vitória: PMV, Diário Oficial, 2018. Disponível em: <<http://diariooficial.vitoria.es.gov.br/>>, acesso em 07/08/2019.

_____. **Lei Municipal nº 4.438, de 28 de maio de 1997**. Institui o Código Municipal de Meio Ambiente. Vitória: PMV/SEMMAM, 1997. 68f.

_____. **Secretaria de Educação. Portaria SEME nº 37/2014**. Vitória: DOMV, 2014. Disponível em: <<https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/>>, acesso em 28/08/2019.

_____. **Agenda 21 – Vitória do Futuro**. Vitória: PMV, 1996.

_____. **Agenda 21 da Cidade de Vitória – Um sonho em construção**. Vitória: PMV, 2003.





Políticas Públicas de Educação Ambiental do Paraná à luz das Oito Dimensões e dos 27 Indicadores da ANPPEA

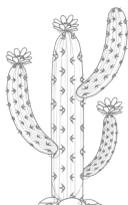
Wanderléia Aparecida Coelho
Ana Carolina Rubini Trovão
Maria Arlete Rosa

Desde a Constituição de 1988 e da Eco 92, começou no Paraná o processo que culminou na institucionalização da Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná em 2013. Considerando que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é de 1999, se passaram quatorze anos. Nesse período, coletivos de educadores ambientais representados por entidades governamentais e privadas, comunidade escolar e universitária, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e redes promoveram debates públicos, encontros e fóruns regionais para a articulação e a construção da política estadual, considerando as particularidades do estado.

O movimento se intensificou entre 2003 e 2013. Nessa época estavam articulados no processo de construção da lei o movimento Pró-Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Estadual de Meio Ambiente, o Ministério Público do Paraná e o Conselho Estadual de Educação. A Lei nº 17. 505 foi promulgada em janeiro de 2013 e regulamentada pelo Decreto nº 9.958 de 2014.

Na mesma época foram promulgadas as Normas Curriculares para o Ensino de Educação Ambiental no Estado do Paraná. As Normas, estabelecidas na Deliberação nº 4/2013, dão orientações sobre como a Educação Ambiental deve ser trabalhada nas instituições públicas e privadas, em todos os níveis e modalidades do sistema estadual de ensino, e trata das dimensões do espaço físico, da gestão democrática e da organização curricular.

Nos últimos anos, a Política Nacional e as Estaduais são



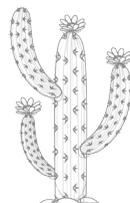
acompanhadas pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). Lançada em 2015, a Articulação vem construindo uma plataforma brasileira de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental, que permitirá a análise espacial do ciclo das políticas públicas.

Para tanto, estabeleceram-se critérios avaliativos organizados em oito dimensões e 27 indicadores (RAYMUNDO et al., 2019). A iniciativa permitirá o cadastramento de informações e a coleta constante de dados a respeito do desenvolvimento e da institucionalização de políticas públicas de Educação Ambiental e constituirá o Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação.

Para analisar a trajetória iniciada pela promulgação da Lei no Paraná a partir dos parâmetros estabelecidos pela ANPPEA, é preciso considerar a atuação do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Justiça do Meio ambiente e de Habitação e Urbanismo (CAOPMAHU), do Ministério Público do Paraná.

A função do Ministério Público e, em particular da CAOPMAHU, é acompanhar a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental e das Normas Estaduais de Educação Ambiental para o sistema de ensino do Paraná. As estratégias estabelecidas são: formulação de orientações, resoluções e procedimentos administrativos que orientem a atuação dos promotores e a formação de um grupo de trabalho específico com representações sociais para oferecer subsídios à formulação das leis municipais.

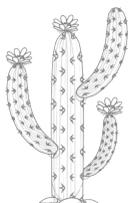
Estabelecido em 2013, o grupo conta com a presença de gestores da administração pública estadual e municipal, empresas estatais, educadores ambientais, professores universitários, pesquisadores, representantes da Frente Parlamentar Ambientalista e integrantes das Redes de Educadores Ambientais do Paraná e de Materiais de Educação Ambiental. A diversidade da representação demonstra o caráter democrático e participativo do grupo, que busca considerar as diversas realidades institucionais no estado e as alternativas para a construção de “... processos por meio dos



quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente...” e a construção do bem comum conforme o estabelecido no 1º artigo do Capítulo 1 da Política Nacional de Educação Ambiental.

O grupo de trabalho atua a partir da inter-relação entre políticas públicas e instrumentos legais. Nele, e de acordo com as proposições de Sorrentino (2005), políticas públicas são relações dialéticas entre Estado e sociedade para a promoção de valores e práticas que favoreçam a pluralidade e a igualdade social, e sua efetividade implica instituição de leis e processos regulatórios. Portanto, as articulações sociais e institucionais, as formulações e a constituição de instrumentos legais devem acontecer concomitantemente. Dessa forma, a inter-relação entre políticas e instrumentos de regulação confere força à participação social e ao Ministério Público para defenderem o Estado Democrático de Direito no enfrentamento das questões socioambientais.

Um aspecto importante é que para que a participação social seja efetiva na construção de um projeto societário democrático, sobretudo no que concerne à construção de relações justas e responsáveis entre os seres vivos e o ambiente, é preciso que os sujeitos envolvidos na participação e no controle social tenham conhecimento dos instrumentos institucionais e legais que podem ser mobilizados para a promoção da justiça ambiental. O reconhecimento das formas de intervenção legal qualifica a participação e o controle social. No Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Ministério Público do Paraná um exemplo disso ocorreu no início do processo de elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental. Em 2018, tudo indicava que o programa seria desenvolvido, aprovado e instituído pelo estado sem a realização de consultas públicas. A Rede de Educadores Ambientais do Paraná, embora fosse participante do CIEA, não conseguiu garantir a ampla participação popular na validação do programa. Entretanto, junto com o Grupo de Trabalho, foi possível construir argumentos legais que resultaram em uma Recomendação



Administrativa do Ministério Público para o Secretário Estadual de Meio Ambiente, orientando a realização de uma agenda de consultas públicas promovidas pelo Órgão Gestor, CIEA e Universidades Estaduais em sete regiões do estado, conforme prevista na lei e no decreto que regulamentam a Educação Ambiental.

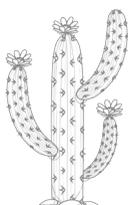
Muitos dos participantes do grupo de trabalho têm participado das discussões e do movimentos de educadores ambientais desde a década de 1980. Muitos estão também inseridos, nos debates e em ações de cunho nacional. Ao longo dos anos, o grupo de trabalho, tem fortalecido a participação de seus integrantes nesses coletivos, de forma que, desde 2015, acompanham a ANPPEA e participaram do processo de construção dos indicadores da política. Mesmo porque, o grupo reconhece que é preciso a construção de instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas de Educação Ambiental para garantir o caráter democrático e participativo proposto na lei federal. Princípios estes que também orientam a política estadual e devem estar presentes nas municipais.

Considerando a Política Estadual de Educação Ambiental, as Normas Curriculares e as ações realizadas pelo Grupo de Trabalho entre 2013 e 2018 apresenta-se o quadro a seguir com as principais atividades e seus respectivos resultados:

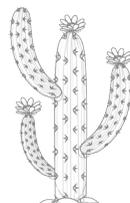
Ano	Principais atividades	Resultados
2013	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de quatro seminários regionais (Curitiba, Londrina, Cascavel e Paranaíba) - Seminário CONAE Livre - EPEA/CIRPEA - 61 reuniões técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração participativa dos documentos: Decreto do Órgão Gestor e da CIEA; Normas Estaduais para a Educação Ambiental - Contribuição do Paraná ao debate sobre o EIXO III - Educação Ambiental na estrutura da Conferência Nacional de Educação (CONAE) - Assegurar a discussão da Política Estadual de EA - Fortalecer a EA no âmbito estadual - produção de 160 trabalhos científicos - Organização do Seminário Curitiba - CONAE Livre ; Organização dos seminários regionais; - Sistematização dos documentos produzidos



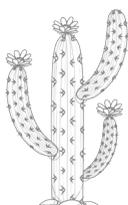
2014	<ul style="list-style-type: none"> - Evento da assinatura do Decreto no CEMA - Curso de formação de integrantes da CIEA - 28 reuniões técnicas - Organização da Rede Paranaense de Pesquisa - Realização de dois seminários - Reunião pública articulação de Educação do Campo 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do Decreto e das Normas Curriculares - Elaboração da minuta do Regimento Interno do decreto - Assinatura do Decreto Estadual nº 9958/23 de janeiro de 2014, que cria o Órgão Gestor e o CIEA - Assinatura do Ato de Instalação do Órgão Gestor em 24 de março de 2014 - Parceria com a SEMA e o MMA na oficina de conteúdos para constituição da CIEA - Reunião com o Conselho de Reitores das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná - Aplicação do formulário de levantamento das condições socioambientais das Universidades - Realização do I Seminário Curitiba de Educação Ambiental; Seminário de Guarapuava - Intervenção junto ao Governo de Estado por conta do fechamento de escolas do campo
2015	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário Metropolitano em Curitiba - Seminário da Lapa - II Seminário Curitiba de Pesquisa - Realização de três Webconferências SEED - Realização do Encontro Paranaense de EA – Guarapuava - São José dos Pinhais – Grupo Gestor de Bacias Hidrográficas - Pinhais – Seminário Metropolitano de EA - Araucária – Seminário de Direitos Humanos – Eixo EA - Grupo de Revitalização do Rio Iguaçu – CTEA - Intervenção no Plano Estadual de Educação - Assinatura da Resolução Conjunta nº 01/2015 – SEED/SETI 	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir os municípios da Região Metropolitana e debater EA - Reunir os municípios da região e fortalecer a EA no município - Debater a necessidade da formação de educadores ambientais - Dar continuidade ao processo de formação - Fortalecimento da EA no estado - Fortalecer a EA no município - Inserção da EA nos Planos Municipais de Educação - Efetivar o plano de internalização e ambientalização nas instituições; Agenda 2016



2016	<p>10 reuniões ordinárias e nove extraordinárias com subgrupos – GTEA</p> <p>Oito reuniões – Acompanhamento do Órgão Gestor</p> <p>Duas reuniões de pré-instalação da CIEA</p> <p>Duas reuniões GGEA SEED/SET</p> <p>12 reuniões CTEA _GGRI</p> <p>Cinco reuniões Pré-EPEA</p> <p>Quatro reuniões Colombo – Acompanhamento do processo de elaboração da Política Municipal e das Diretrizes Curriculares de EA</p> <p>Cinco reuniões – São José – Grupo Gestor</p> <p>Quatro reuniões: Seminário do Litoral e GTEA</p> <p>Uma reunião – pré-seminário de EA em Pinhais</p> <p>Uma reunião – Articulação do Grupo de EA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento do processo de implementação da PEA - Planejamento das atividades - Instalação da CIEA - Elaboração das estratégias de ação - Elaboração do plano de EA para despoluição de rios - Realização do EPEA 2017 - Regulamentação da lei e das Diretrizes - Realização do I Seminário de Educação Ambiental do CEM, - Realização do II Seminário de EA
------	--	--



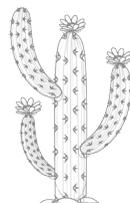
2017	<p>Três reuniões prévias e análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná</p> <p>12 reuniões da Comissão EPEA 2017</p> <p>Nove reuniões prévias sobre Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)</p> <p>Três reuniões públicas sobre PCHs</p> <p>Uma reunião pública no Plenarinho sobre PCHs</p> <p>Cinco reuniões SEED</p> <p>20 Reuniões de Orientação às prefeituras de Colombo, Pinhais e Piraquara</p> <p>23 Reuniões GTEA – Monitoramento da Política Pública de EA</p> <p>Oito reuniões do Grupo de Trabalho Curitiba</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação na Audiência Pública do Litoral - Realização de palestras de mobilização sobre PCHs junto ao Poder Público e à população atingida - Realização do EPEA - Elaboração do Programa Municipal de EA de Colombo - Realização do Seminário Metropolitano em Pinhais; - Plano de trabalho para elaboração da Política Municipal e Diretrizes de EA de Curitiba - Realização do Seminário SEED de EA - Participação no Fórum Brasileiro de EA em Santa Catarina - Contribuições técnicas na consulta pública do Programa Nacional de Educação Ambiental - Aprovação da emenda sobre Educação Ambiental na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) - Regional Curitiba - Finalização do documento Passo a Passo para Elaboração das Políticas Municipais de EA
------	--	--



2018	<p>10 reuniões ordinárias do GTEA – Monitoramento da Política Pública de EA</p> <p>Seis reuniões SEMA – Programa Estadual de EA</p> <p>Sete reuniões PMC – Secretaria de Educação – Diretrizes Curriculares</p> <p>Três reuniões da Comissão EPEA 2019 (Maringá e Londrina)</p> <p>Quatro reuniões de orientação às prefeituras: Campo Largo, Piraquara, Pinhais, Piraquara, Tijucas do Sul</p> <p>Sete palestras técnicas às prefeituras: Curitiba, Tijucas do Sul, Campo Largo, Pinhais, SEED</p> <p>Seis reuniões de acompanhamento do Órgão Gestor de Educação Ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do documento Passo a Passo para Elaboração das Políticas Municipais de EA – versão prefeituras - Acompanhamento e contribuição técnica no processo de elaboração da minuta do Programa Estadual de Educação Ambiental - Acompanhamento e contribuição na construção das Diretrizes Curriculares Municipais de Curitiba - EPEA Programado para outubro de 2019 - Coordenação das reuniões ordinárias do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) - Produção de artigo e contribuições para o e-book da Secretaria de Estado de Educação, Universidade Federal do Paraná e Revista REMEA - Em processo de elaboração o Plano Setorial de Educação e Ambientalização (MP) - Produção de informativos internos - Contribuição em Notas Técnicas - Realização de palestras e processos formativos - Participação no Plano de Resíduos Sólidos do PR e inserção da Diretriz Integrada ao Programa Estadual de EA - Lançamento do Portal Conexão - Participação no Seminário de Protagonismo Juvenil, realizado pela SEED
------	--	---

Análises e reflexões a partir das oito dimensões de indicadores da ANPPEA

Como colocado anteriormente, as análises feitas por este artigo consideram a atuação do Grupo de Trabalho de EA como espaço privilegiado de encontro e construção de conhecimentos e práticas que contribuam para o desenvolvimento das políticas municipais. A gestão da política de Educação Ambiental em si, assim como o desenvolvimento do programa de educação, é feita pelo Órgão Gestor, do qual fazem parte cinco secretarias de estado responsáveis pelas políticas pública ambientais, sociais, educacionais



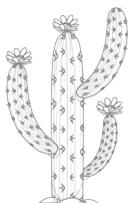
e de saúde pública. De qualquer forma é preciso ressaltar que representantes destas secretarias também fazem parte do grupo de trabalho e que, portanto, há interações entre estas duas instâncias.

Nas ações desenvolvidas pelo GTEA os processos diagnósticos não têm acontecido de forma sistematizada. Porém, todas as reuniões, sejam as promovidas pelo grupo em Curitiba ou pela mobilização das Universidades Estaduais, no interior, contam com a participação de representantes municipais e sociais. Esta diversidade permite troca de saberes e experiências sobre as realidades locais, permitindo que os participantes se reconheçam nas igualdades e singularidades locais importantes para a elaboração das leis municipais.

A forma de funcionamento do grupo também reflete a **Dimensão da Participação e Construção Coletiva da Política**, conforme a **Dimensão de Monitoramento e Avaliação** proposta pela ANPPEA. A estratégia de articulação entre as instituições, as universidades e a sociedade em geral para o diagnóstico, a formulação, a validação e a implementação da política de Educação Ambiental do estado mobilizam os participantes para construir, implementar e revisar a PPEA. Neste sentido, o grupo favorece processos pedagógicos reflexivos para o exercício da cidadania. Mesmo porque tem construído espaços de diálogo reflexivo e democráticos, permitindo que as pessoas conheçam os instrumentos legais e institucionais que podem usar para fortalecer suas ações e oferecer subsídios técnicos para a atuação dos promotores.

Da mesma forma, os encontros periódicos criaram laços de apoio mútuo entre os participantes de municípios e instituições, promovendo a articulação de saberes e possibilidades de ação. São exemplos desses laços: reuniões técnicas entre municípios para troca de experiências e apresentação de boas práticas, e a realização de ciclos de palestras para o fortalecimento dos técnicos e da gestão pública.

Entretanto, a despeito do fortalecimento do grupo e de seus representantes, a interlocução com os municípios ainda é desafiadora. De forma geral, secretarias municipais que não são



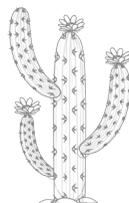
relacionadas à educação e ao meio ambiente não compreendem a Educação Ambiental como uma estratégia de formação, articulação e gestão para a construção de sociedades sustentáveis. Esta percepção corrobora os dilemas que a Educação Ambiental, de forma geral, enfrenta, já que se pauta por uma visão complexa e interconectada que se opõe ao pensamento binário e fragmentado da maior parte das ciências contemporâneas.

Mais uma vez, a própria dinâmica de funcionamento do grupo é permanente e continuada de acordo com os pressupostos da **Dimensão da Formação Dialógica**. Em Curitiba, o grupo se encontra mensalmente há mais de cinco anos para analisar textos e documentos e fazer estudos de grupo que permitam a construção de saberes a respeito das realidades ambientais e políticas de cada município. O grupo também tem se dedicado à elaboração de documento orientativo para construir a minuta da lei e para os procedimentos necessários à sua implementação.

No interior do Paraná, os processos de formação acontecem de forma frequente, mas isoladas. Isto acontece porque a Lei Estadual está em processo de implementação, o Programa Estadual de Educação Ambiental encontra-se em consulta pública e o Sistema Paranaense de Educação Ambiental ainda está sendo desenvolvido.

Nesta dimensão dos indicadores, o desafio é a avaliação dos processos formativos. Embora as vivências estejam sendo sistematizadas, há a necessidade de estabelecer indicadores qualitativos e indicativos que auxiliem na análise e orientem no desenvolvimento dos próximos passos. Entende-se que o processo avaliativo deve ser desenvolvido junto com o Órgão Gestor e CIEA.

No que concerne à **Dimensão da Subjetividade**, um aspecto a ser destacado é o aumento da participação de trabalhos e de relatos de experiências realizadas nos municípios em eventos e congressos. Também é evidente que muitos participantes do grupo têm procurado oportunidades de formação e desenvolvimento nas áreas de política pública de meio ambiente, preservação ambiental, Educação Ambiental e áreas a fins. O que se pode aferir é que as trocas de experiências e a construção de saberes fortalecem os



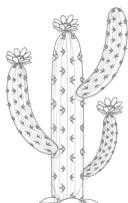
indivíduos e os despertam para a formação continuada.

Até o presente momento, as ações do grupo de trabalho não previram ações que fortalecessem os laços comunitários ou a criação de coletivos socioambientais. Mesmo porque não fazem parte das incumbências dele. O que se tem percebido é que as instituições representadas no grupo que atuam com questões relacionadas à gestão ambiental, saneamento e saúde têm procurado desenvolver metodologias que prevejam o incentivo comunitário à participação em ações de conservação ambiental.

A **Dimensão da Comunicação** é um grande desafio enfrentado no estado. O que se tem de avanço neste aspecto é a construção do Portal Ambiental. Trata-se de uma ferramenta que compõe o Sistema de Educação Ambiental do Estado. Desenvolvido e mantido pelo Órgão Gestor do estado, o portal está sendo implantado e pretende agregar e espacializar informações sobre as ações de Educação Ambiental no Paraná. Porém, no que concerne ao protagonismo dos sujeitos como produtores críticos e criativos da informação não há ações desenvolvidas. Apesar de ser amplamente reconhecida a necessidade e a importância da democratização das informações é um desafio para os próximos anos desenvolver conhecimentos, propostas e ações que fortaleçam esta dimensão.

Como a complexidade é um fundamento da Educação Ambiental, é também a base conceitual da dinâmica de formação e condução do grupo de trabalho. O coletivo entende que, ao tratar as relações entre aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, as problemáticas socioambientais podem ser abordadas de forma interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial.

No entanto, o desafio encontrado nesta dimensão dos indicadores é que o pensamento complexo pressupõe o reconhecimento de conexões e interconexões entre dimensões nem sempre evidentes num mundo que reflete a partir de categorias do pensamento moderno, científico e europeu hegemônico. Portanto, muitas vezes, os projetos, propostas e ações formuladas a partir do Grupo encontram pouco apoio nos municípios, que tendem a agir



de forma disciplinar, institucional e setorial.

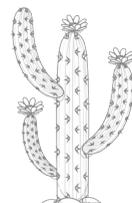
O fato de que o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental é parte do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça ao Meio ambiente e de Habitação e Urbanismo e, portanto, foi instituído e é coordenado pelo Ministério Público, faz que ele tenha um caráter legalista. Sua atuação visa garantir o cumprimento da Lei Estadual e das Normas Curriculares, orientar os agentes municipais e estaduais para o desenvolvimento das leis municipais e garantir o cumprimento destas. Este processo está fundamentado nos instrumentos legais: a Lei nº 17. 505 de 2013, as Normas Curriculares e a Deliberação nº 4/2013.

Por fim, a **Dimensão Institucional**. O Grupo de Trabalho que se dedica à implementação da lei é reconhecido pelo Ministério Público e conta com uma equipe e com infraestrutura para articular a participação de representantes dos setores sociais envolvidos. Entretanto, a dimensão institucional da Política está a cargo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Paraná, que sedia a CIEA e o Órgão Gestor. Neste momento, o Programa Estadual de Educação Ambiental está sob consulta pública e deve ser lançado até o fim de 2019.

Considerações finais

Refletir sobre a experiência do Paraná a partir dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental permitiu a avaliação do desempenho do Grupo de Trabalho e do processo de implementação da política. As oito dimensões e os 27 indicadores serviram como roteiro que deu luz ao que já está em desenvolvimento, a aspectos nos quais ainda há fragilidades e a outros que não haviam sido considerados. Neste sentido, permitirão a proposição de melhorias, a criação de novas linhas de trabalho e a adequação dos documentos já instituídos.

As análises e sistematizações feitas para este artigo também revelaram que o Grupo de Trabalho de EA do Ministério Público é importante para a consolidação, o fortalecimento e a continuidade



da PEA/PR e que em muitos momentos ele se confunde com a própria trajetória da construção e implementação da lei. Um dos motivos por que isso ocorre é a morosidade da resposta do Executivo para a implantação de leis e instrumentos regulatórios que deem respostas às demandas socioambientais.

Neste caso, o acompanhamento do Ministério Público tem contribuído para a celeridade do processo por meio do monitoramento da implementação e do acompanhamento das políticas de EA no Paraná. Mesmo porque, tal fato garantiu a superação de dificuldades encontradas no contexto da história recente do Paraná, como a descontinuidade política, a profissionalização dos gestores públicos, o desmonte de instituições estatais e universidades públicas, os cortes de verbas e a desarticulação interinstitucional.

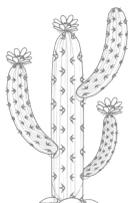
Entretanto, é preciso que o processo fortaleça a atuação conjunta entre o Grupo de Trabalho, o Órgão Gestor e a CIEA para que o Executivo tome cada vez mais para si a responsabilidade da condução do processo e para que a sociedade exerça o controle social necessário à consolidação de processos que favoreçam sociedades sustentáveis.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm . Acesso em: 20 de março de 2019.

_____. **Regulamentação a Lei no 9.795**. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 20 de março de 2019.

PARANÁ. CEE. **Deliberação nº 04/13, de 12 de novembro de 2013**. Estabelece as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. 2013. Disponível em: <<http://sites.uepg.br/>> Acesso em: 06/10/ 2017.

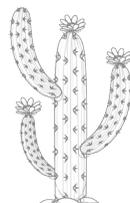


PARANÁ. Governo do Estado. **Lei nº 17.505 de 11 de Janeiro de 2013.** Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. 2013. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=85172>> Acesso em: 06/10/2017.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental:** processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: **Educação & pesquisa, educação ambiental:** possibilidades e limitações. São Paulo: ANPPAS, v.31, n. 2, maio/ago/2005, p. 317-332. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecsm/arquivos/sauve-1.pdf> Acessado em: 01/7/2018.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa.** São Paulo. v. 31. nº 2. p. 285-299. mai./ago. 2005.





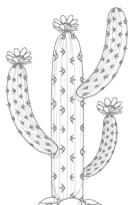
Reflexões sobre Ações na Política Pública de Educação Ambiental em Santa Catarina

Antonio Fernando S. Guerra
Eliane Renata Steuck
Raquel Fabiane Mafrá Orsi
Helia Del Carmen Farias Espinoza

Para iniciar nossa contribuição, primeiramente seria necessário conceituar brevemente o que se entende por políticas públicas e como estas atuam no campo da Educação Ambiental (EA). Para tanto, podem ser considerados diversos referenciais, como os de Nery-Silva (2015), como sendo ações e escolhas governamentais (DYE, 1984) que ocorrem em diferentes níveis federativos (SOUZA, 2007), direcionadas a setores específicos da sociedade (HÖFLING, 2001), e que se articulam com o planejamento mais amplo e, na medida do possível, global, que a sociedade constrói para si (AZEVEDO, 2004).

Heidemann (2009, p. 27) entende que as decisões e ações de governo e de outros atores sociais constituem o que se convencionou denominar de políticas públicas, o que para Secchi (2013, p. 3) seriam consideradas “políticas multicêntricas”, uma vez que nem sempre terão o governo como ator protagonista. Já Souza (2007) resume o conceito de políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisá-la e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações.

Por outro lado, expressando uma visão complementar, pesquisadores como Biasoli (2015) e Sorrentino (2011) defendem as políticas públicas como ações que não se restringem apenas a escolhas governamentais, podendo emergir também de atores que atuam no terceiro setor, nas redes e nos movimentos sociais. Nesse sentido, Guerra e Orsi (2017) apontam a importância da resistência dos educadores e educadoras, dos movimentos sociais, em articular suas ações por meio de políticas públicas que viabilizem



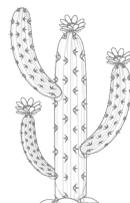
a possibilidade de reverter a insustentabilidade e a racionalidade instrumental que vivenciamos.

Assim, concordando com Raymundo et. al. (2015), entendemos que uma possível contribuição das pesquisas ligadas às políticas públicas se encontra no sentido de integrar e transversalizar a EA nas instituições, nos processos formadores e nas políticas públicas de meio ambiente, visando à articulação, à coesão e à sinergia entre todos estes elementos que estariam colaborando com a gestão pública dos territórios, no sentido de explicitar as áreas abrangidas por estas políticas – neste caso, políticas públicas de Educação Ambiental (PPEA), bem como os elementos para a compreensão crítica da realidade, condição primordial para o amadurecimento dos debates que possibilitam a crítica e a tomada de decisões (FERRARO-JUNIOR, 2012).

Nesse sentido, referendando também os fundamentos apresentados por Raymundo, Branco e Biasoli (2018) podemos considerar ainda, as políticas públicas, como estruturantes, no sentido dado por Morimoto (2014, p. 62):

(...) são aquelas desenvolvidas com a participação da comunidade interessada; visando o fortalecimento da mesma e a continuidade dos processos, devendo ser institucionalizada no sentido de refletir o cumprimento da obrigação do Estado em prover condições que facilitem a efetiva participação da sociedade em processos de tomada de decisão e gestão pública, sem o caráter manipulador ou meramente assistencialista. (apud. RAYMUNDO, BRANCO, BIASOLI, 2018, p. 339-40)

Raymundo, Branco e Biasoli explicam que essas políticas se caracterizam como estruturantes quando são planejadas e executadas, de forma duradoura, gerando subsídios para a formulação e a implementação de outras políticas, ou seja, “abrangentes e articuladas com outras iniciativas”. E também são estruturantes ao gerarem planos e programas permanentes e atuarem na criação e na consolidação de instâncias administrativas e operacionais, contribuindo para o monitoramento e a avaliação (op. cit., p. 340).



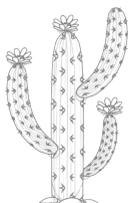
Em outro trabalho (RAYMUNDO et al., 2017) corroboram sua posição de que “é esse arcabouço teórico-metodológico que dá suporte ao projeto da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental, o qual referenda a multicentralidade das mesmas”, ou seja, governo e sociedade civil têm responsabilidades compartilhadas e se colocam como parceiros para a formulação, a implementação e o monitoramento das políticas. Ainda, conforme esses autores/as, também permite um olhar multiescalar sobre as PPEA, partindo da identificação dos atores em suas diversas áreas e escalas de influência espacial, oferecendo relevantes elementos para as análises da extensão e da relação entre as políticas públicas nos territórios (op. cit, p. 25).

Após esse diálogo sobre as compreensões relativas à políticas públicas, passamos a uma breve discussão sobre como a PPEA vem se estruturando e buscando caminhos para sua efetivação no Estado de Santa Catarina.

Da política nacional à política pública de Educação Ambiental em Santa Catarina

O enraizamento da Educação Ambiental “em todos os níveis de ensino” obedece ao que determinam a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999) e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (BRASIL, 2005), e sua nova versão de 2018 (BRASIL, 2018), os quais amparam o arcabouço jurídico que sustenta a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA) (BRASIL, 2012).

As Diretrizes apontam princípios e caminhos de como implementar as políticas públicas do campo da Educação Ambiental e também ambientalizar os currículos para a formação de professor@s educador@s ambientais e de outros profissionais comprometidos com a mudança paradigmática, tão necessária para minimizar ou superar a(s) crise(s), como a climática, e aprimorar o caminho para enfrentar o desafio de transitarmos para a constituição



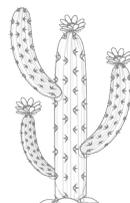
de espaços educadores sustentáveis, de forma que possamos educar para o cuidado da vida, o respeito à diversidade e outros saberes.

Para integrar e transversalizar a EA, por meio da PNEA e das DCNEA nas instituições de ensino são necessárias, também, a formulação e a execução de políticas em âmbito estadual e municipal. Em Santa Catarina, de acordo com a Proposta Curricular (PC/SC) de 1998, a Educação Ambiental é compreendida como um “processo educacional na gestão, no currículo, na formação continuada do docente/discente e comunidade” (SANTA CATARINA, 2014, p. 63). Em uma análise dessa proposta, Orsi e Guerra (2019, p. 128) ressaltam que:

Para dar sentido ao trabalho pedagógico do professor, as atividades em EA estão longe de se resumirem a vínculos com datas comemorativas, ou a campanhas e gincanas de coleta de resíduos, limpeza de rios e praias, necessárias, mas não suficientes. A intenção está em se promover práticas educativas bem mais conectadas às ações coletivas, visando à construção de valores socioambientais, por meio de estratégias e ações que promovam a apreensão de conhecimentos e outros saberes ambientais e socioculturais, bem como ao desenvolvimento de atitudes, habilidades e competências válidas para propor soluções ou minimizar os problemas socioambientais encontrados nas suas comunidades – de forma local e planetária.

Por sua vez, a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/SC), foi implementada no Estado pela Lei nº 13.558, de 17 de novembro de 2005, a qual apresenta, como seu documento norteador, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, em cujo Artigo 8º estão definidas as linhas de atuação a serem priorizadas no desenvolvimento de ações de EA no ensino formal e não formal:

Art. 8º O Programa Estadual de Educação Ambiental compreende as atividades vinculadas à Política Estadual de Educação Ambiental desenvolvidas na educação formal e não formal, priorizando as seguintes **linhas de atuação** inter-relacionadas:



I - formação de recursos humanos para educação ambiental; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação continuada; V - disponibilização permanente de informações; e VI - desencadear ações de integração através da cultura de redes sociais. (SANTA CATARINA, 2005, grifo nosso)

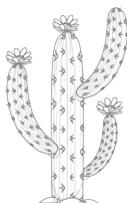
Assim como na PNEA, está previsto que são instrumentos da PEEA/SC o Programa Estadual e o Sistema Estadual de Informação sobre EA. Por sua vez, o Programa Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina (ProEEA/SC) foi resultado de um processo de consulta pública realizada em 2008 por meio de sete encontros regionais. A sistematização das contribuições para o ProEEA ficou a cargo do colegiado da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/SC), vinculada à Gerência de Planejamento e Educação Ambiental, da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS).

Ainda em 2009, também por iniciativa da CIEA, foram criados pela Resolução nº 001/2009, regulamentada pelo Decreto nº 3.499 de 15/09//2009, os Grupos de Trabalho de Educação Ambiental de Santa Catarina (GTEAs), os quais se constituem como órgãos colegiados, com atribuições consultivas e deliberativas. Os GTEAs são formados por instituições governamentais e não governamentais e sua formação ocorreu a partir da divisão das dez regiões hidrográficas do estado.

Apesar de todo o processo participativo envolvido no fortalecimento e na implementação da Política Estadual de EA, a fim de transversalizá-la, o Programa Estadual (ProEEA) foi lançado oficialmente somente em 2010, cumprindo assim o disposto na PEEA-SC, o qual: “visa estabelecer um conjunto de ações, estratégicas, critérios e metodologias.” (SANTA CATARINA, 2005), bem como define as linhas de ação a serem priorizadas.

Em 2014 foi lançado o Portal de Educação Ambiental/SC¹, que tem por objetivo “disponibilizar livremente material e conteúdo de projetos, estudos, atividades ou trabalhos realizados na Educação

¹ Disponível em <<http://educacaoambiental.sds.sc.gov.br/>> Acesso em: 19/09/2019.



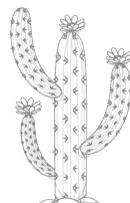
Ambiental no estado, para livre acesso eletrônico dos estudantes, professores, pesquisadores e público em geral de qualquer nível de ensino”. O Portal está em constante crescimento dentro de um projeto de pesquisa apresentado pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), é mantido pela CIEA, as instituições que a compõem e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Estado de Santa Catarina.

Em 2017, pela iniciativa do GTEA-RH07 e com o apoio da SDS, por meio da UNIVALI, integrante do grupo, foi elaborado um projeto para o edital da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) visando à mobilização e ao fomento à qualificação de multiplicadores para fortalecer a EA no estado.

O projeto foi dividido em duas etapas e possibilitou a formação de aproximadamente 500 educadores ambientais, com momentos de diálogo desde as temáticas da política pública e da sustentabilidade até a construção de um mapa falante sobre o diagnóstico de cada região. Foram utilizadas vivências e dinâmicas com músicas para possibilitar uma reflexão que permeasse o sentir e o agir em prol de uma Educação Ambiental para o cuidado com o Planeta. A pedagogia utilizada foi “tecida por gentilezas, por vínculos afetivos de proteção, por atitudes amplas de generosidade, o que implica disposições pessoais, afetuais, para antecipar-se ao bem-estar do outro, sempre em contextos de convivência” (ORSI; ROCKETT, 2019, p. 3)

Outra iniciativa importante para o fortalecimento da PNEA e da PPEA/SC foi a participação das instituições que formam o colegiado da CIEA-SC e dos GTEA, no processo de Consulta Pública Nacional do ProNEA, juntamente com a revisão do ProEEA-SC. Os resultados desses dois processos foram apresentados e referendados na plenária do IX Fórum Brasileiro e IV Encontro Catarinense de Educação Ambiental², em setembro de 2017 (GUERRA, FIGUEIREDO, 2017).

2 Os anais do IX FBEA e IV ECEA foram publicados na Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 12, n. 3, disponível para download em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/issue/view/52>> Acesso em 19.09.2019.



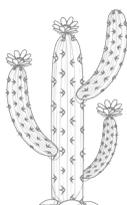
O trabalho desenvolvido nos GTEAs tem sido fundamental para a efetivação da PEEA/SC e também das políticas municipais no estado. Por essa razão, utilizamos o recorte do trabalho desenvolvido, especialmente no contexto destes grupos de trabalho, para discutir alguns avanços, retrocessos e dificuldades na institucionalização da PPEA em Santa Catarina. Assim, estabelecemos como parâmetro desta discussão algumas Dimensões e Indicadores da ANPPEA (RAYMUNDO et al., 2017, 2018), como veremos a seguir.

A política catarinense de EA à luz das dimensões e indicadores da ANPPEA

Nesta breve análise, consideramos as dimensões da **Formação Dialógica da Complexidade**, da **Comunicação** e da **Subjetividade/Indivíduo** apresentadas na Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. Ressaltamos a importância da **Dimensão da Subjetividade**, pois é a partir da nossa história individual, compartilhada pelas ações e militâncias, que realizamos na construção do Programa Estadual, na criação dos Grupos de Trabalho e do Portal, que revelamos nosso comprometimento com as questões socioambientais.

Dimensão da Formação Dialógica

Quando se analisam, ao longo dos últimos anos, os processos formativos em EA promovidos pelas universidades comunitárias em parceria com a rede pública estadual, tanto para o fortalecimento da PNEA, como no caso do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas (PVCBE) (ORSI, 2008); pela Gerência Estadual de Educação (GERED) Itajaí, no período de 2010 a 2012 (ORSI, 2016); no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) UNIVALI (STEUCK, 2016), e também a iniciativa do Colegiado da CIEA-SC, na reativação e fortalecimento dos GTEAs (ESPINOZA et al., 2017), verifica-se uma aproximação significativa com a **Dimensão da Formação Dialógica**, especialmente no que diz respeito ao indicador Desenvolvimento de processo formador para a construção e implementação da PPEA, quando o mesmo destaca, o que segue:



Uma política pública deve preparar a sociedade para aquilo que ela trata, desenvolvendo processos formadores permanentes e continuados com a população em geral para que todos se apropriem da sua essência e assim juntos – Estado e sociedade, possam atuar na resolução de problemas coletivos e pelo bem comum (ANPPEA, 2018, p. 20).

Tratamos, aqui, de um processo formador em que diferentes sujeitos dialogam em torno da problematização da realidade, construindo objetivos comuns, na tentativa de transformar e recriar modos de existir. No entanto, na condição de pesquisadores, consideramos prudente problematizar a compreensão da característica dialógica, na PPEA-SC, no que diz respeito a essa problematização da realidade da EA no estado. Para isso, é importante nos reportarmos ao que destaca Layrargues (2017), de que a Educação Ambiental foi instrumentalizada e assumiu um modelo reprodutivista, conquistando hegemonia a partir de consensos absolutos, mantendo um conservadorismo pedagógico, ao mesmo tempo em que se esvaziou de seu conteúdo crítico ecopolítico.

Sobre isto, Sauv  (2005) assevera que:

A  rea da Educa o Ambiental evolui, pois, de modo construtivo. Todavia, ela enfrenta problemas importantes que podem comprometer suas metas fundamentais. O principal desafio contemporâneo   a predominância da ideologia do desenvolvimento (RIST, 1996), expressa pela proposi o da ‘educa o para o desenvolvimento sustentável’. A , a educa o   vista como um instrumento a serviço da conserva o a longo prazo do meio ambiente, considerado este como um reservatório de recursos a serem explorados em fun o de um desenvolvimento (crescimento) econômico sustentável, encarado como a condi o primeira do ‘desenvolvimento humano’ (SAUVÉ, 2005, p. 319-20).

Tal discurso de ideologiza o do desenvolvimento   visível na PPEA-SC, uma vez que a Lei Estadual n. 3.538/2005, define em seu Art. 21, que “Ficam instituídas a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e a Secretaria de Estado da Educa o, Ciência e Tecnologia como órgãos responsáveis pela coordena o,



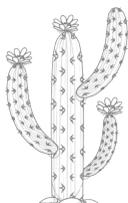
gestão e planejamento da Política Estadual de Educação Ambiental – PEEA”. E em seu parágrafo único,

Parágrafo único. Compete à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA -, nos termos dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 2.489, de 08 de junho de 2001, a articulação da implantação da Política Estadual de Educação Ambiental - PEEA -, bem como o apoio técnico às atividades inerentes à consolidação de políticas públicas voltadas à Educação Ambiental (SANTA CATARINA, 2005).

Entretanto, pelo Decreto nº 3.438, de 5 de agosto de 2010, que aprova o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Santa Catarina, fica definido, em seu Art. 6º que “A Presidência da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA/SC será exercida pelo representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS.” (SANTA CATARINA, 2010).

Entende-se que, no referido decreto, essa vinculação da política pública à política de governo de uma única secretaria estadual, no caso a SDS, pode produzir conflitos de poder e embates entre governo e sociedade, representados no Colegiado da CIEA, no desenvolvimento das linhas de atuação previstas na própria PEEA. Isso acabou acontecendo, uma vez que, embora a consulta pública estadual tenha sido realizada em 2007, com ampla participação social, a mesma ficou muito tempo em análise pelo setor jurídico do governo estadual, sendo que a publicação oficial do PEEA-SC ocorreu apenas em 2010.

Além disso, as interferências da política de governo no estado, centralizada em uma secretaria, podem contribuir, por exemplo, para a manutenção de uma concepção utilitarista ou desenvolvimentista de meio ambiente, que serve ao capitalismo. Tal concepções pode orientar práticas de EA, em que se destacam como estratégias a resolução de problemas, centrada em questões pontuais, como a de gestão de resíduos, associada ou não a uma perspectiva crítica e transformadora da sociedade. Tal reflexão se inscreve na leitura do que compreendemos como dificuldades na institucionalização das



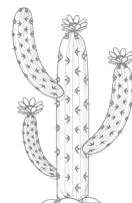
PPEA, especialmente no caso catarinense, uma vez que os textos da PEEA-SC e ProEEA-SC, elaborados em diferentes contextos de influência e embates entre os atores, foram efetivados no contexto das práticas, “onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MAINARDES, 2006, p. 53).

Na continuidade da discussão dos processos formativos, importante, ainda, referir a articulação entre teoria e prática observada nos processos formativos. Sobre isto, Orsi (2017) sustenta em Freire (1981), a afirmação de que “existe a necessidade de uma reflexão crítica sobre a prática, para não cair em uma atividade mecânica sem vida, sem movimento e sem conexão com a realidade” (ORSI, 2017, p. 148). Observação semelhante é feita com relação ao processo formativo adotado pelo Programa PIBID UNIVALI que, conforme Steuck (2016) “intensifica a possibilidade de superação do reducionismo na formação inicial, no sentido de combater a dicotomia entre a teoria e a prática pedagógica.” (STEUCK, 2016, p. 169).

Dimensão da Complexidade

Em nosso entendimento, a **Dimensão da Complexidade** da ANPPEA possibilita o “diálogo acompanhado de uma escuta ativa, para promover novas interpretações do contexto vivido, pois é a complexidade que permite romper com o pensamento binário e promove o religar do conhecimento”. (ORSI; ROCHETT, 2019, p. 4)

Assim, a partir da institucionalização dos grupos de trabalho pela CIEA-SC, iniciaram-se ações educativas em rede e formações continuadas, para unir e socializar os projetos realizados nas regiões, pois os mesmos foram criados a fim de implementar o ProEEA-SC. Durante a formação oferecida pelas universidades e/ou reativação dos grupos, foram observadas diversas dificuldades enfrentadas na execução de projetos de EA vigentes nas regiões em que os grupos estavam desativados. Os relatos das experiências demonstravam a dificuldade na articulação dos diversos atores e projetos e na



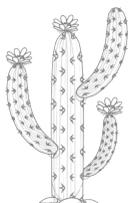
implementação e continuidade das propostas, o que reforça a importância dos GTEAs como espaços formativos para a efetivação da Educação Ambiental em Santa Catarina. Neste sentido, torna-se primordial cumprir o que está disposto na legislação estadual em um esforço conjunto entre o poder público e a sociedade civil, representados pelos atores que constituem o Colegiado da CIEA-SC, tanto para a manutenção desses grupos de trabalho, como para o acompanhamento e o apoio contínuo da SDS e da CIEA/SC (KREMER et al., 2017; ESPINOZA et al., 2017), além da efetiva implementação da PEEA e do ProEEA.

Dimensão da Comunicação

Para Torre (2019), todo processo transformador precisa de criatividade para polinizar, a partir de uma visão complexa e transdisciplinar que pretende transformar as pessoas e o entorno dos que recebem a mensagem. Neste contexto, foi criado o Portal de EA/SC, tendo como base a PEEA e o ProEEA-SC, com destaque para duas de suas **linhas de atuação** inter-relacionadas, as quais priorizam a produção e a divulgação de materiais educativos e a disponibilização permanente de informações à comunidade.

Nesse sentido, o Portal de Educação Ambiental de SC, caracteriza-se como um “polinizador de ideias” (TORRE, 2019, p. 106) na sua concepção, compartilhando saberes, conectando pessoas, redes de educadores(as) – REBEA, REASul³, de ensino público, grupos de pesquisa nas instituições de educação superior e organizações da sociedade civil. No ano de 2019, acompanhando as mudanças e a inovação tecnológica, está sendo testado um aplicativo (App) para celular que pretende dar maior capilaridade às informações que compõem o banco de dados de EA do Portal, também dentro de um projeto FAPESC (ESPINOZA et al., 2019). O Portal registrou o acesso de quase 40 mil pessoas, sendo que 62% dos usuários já utilizam o celular. A grande vantagem de utilizar esta ferramenta está em sua capacidade semeadora, o que nos permite

³ A Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) participa como convidada do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (www.rebea.org.br). A Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASul) faz parte do Colegiado da CIEA-SC desde 2004, sendo que um representante da mesma exerceu a sua vice-presidência de 2004 a 2010, e coordenou o grupo de trabalho da Consulta Pública estadual do ProEEA-SC, realizada em 2007 (www.reasul.org.br).



capilarizar ações de Educação Ambiental na região, mostrando projetos e ideias criativas para a melhoria da qualidade de vida da população (ESPINOZA et al., 2019).

Apesar de o primeiro passo ter sido dado – a criação do Portal – onde são compartilhadas e intercambiadas as informações, outros desafios se apresentam, como a necessidade de expansão para criar e gerar as conexões necessárias à consolidação da PPEA e criar mudanças no que diz respeito aos saberes e valores ambientais, com repercussões profundas nas sociedades catarinense e brasileira.

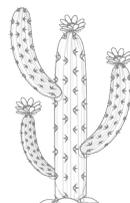
Dimensão da Subjetividade/Indivíduo

Procuramos identificar se a **Dimensão da Subjetividade** da ANPPEA se faz presente nos textos da Política Pública de Educação Ambiental de Santa Catarina. Consideramos, nesta leitura, o conceito de ideia-força (INOJOSA, 1999) e de pertencimento (COUSIN, 2010) para entrelaçar os discursos produzidos no contexto da PPEA com as práticas de efetivação desta política. A ideia-força expressa por “um problema social relevante, passível de intervenção solidária” (INOJOSA, 1999) contribui para a construção de identidades. Uma ideia-força se manifesta a partir da necessidade e pelo objetivo de cada indivíduo, mas é o coletivo que lhe dá sentido e a materializa. Sem ela, os coletivos se diluem.

Para que a ideia-força se mantenha viva, a mobilização desses coletivos precisa ser constante. Neste sentido, os processos formadores são espaços preciosos. Em geral, nestes espaços se encontram as condições para o diálogo entre os diferentes e a ideia-força pode ser revisitada, novamente discutida e, se necessário, transformada.

A identidade, construída em parte pela conexão estabelecida em torno da ideia-força, contribui para o pertencimento dos indivíduos, ao mesmo tempo em que desperta um senso de responsabilidade (MOTA, 2018). Para definir o pertencimento, Cousin (2010) o apresenta como:

[...] uma crença ou uma ideia que une as pessoas, e é expresso por símbolos e valores sociais, morais, estéticos, políticos, culturais, religiosos e ambientais dentre outros de um lugar. Ele



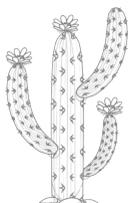
possibilita compreender como os processos das relações sociais estão presentes em cada vivência e, como o local e o global se traduzem em experiências pessoais e coletivas (COUSIN, 2010, 94-95).

Neste sentido, ao referir como princípios, a PEEA-SC define:

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; e VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (SANTA CATARINA, 2005, p. 2).

O documento orienta para a atenção às subjetividades e, embora não expresse claramente a importância de elevar e fortalecer a autoestima, ao explicitar como princípios, o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural, contribui para a compreensão da necessidade de considerar este elemento em todas as ações, projetos ou programas. Tal condição, articulada ao objetivo de fortalecer os laços comunitários, é fator que contribui para a criação e o fortalecimento de redes – como no caso dos Grupos de Trabalho das Regiões Hidrográficas – e, por irradiação, contribui também para a elevação e o fortalecimento da autoestima dos diferentes atores, como verificado nos trabalhos de Orsi (2008, 2016, 2019), Steuck (2016), Espinoza (2017), Kremer et al. 2017) Orsi; Rockett (2019).

Nesse movimento como atores-autores, que escrevemos e relatamos nossas vivências, nossas lutas e sonhos, realizados ou não, percebe-se que tanto nas audiências da consulta pública para a construção do ProEEA (com nossa representação dentro do Colegiado da CIEA-SC), quanto nos encontros de formação dos grupos de trabalho (especialmente do GTEA-RH07, mas também na organização do Portal da EA), destaca-se o aprendizado alcançado em enfrentar os desafios de trabalhar e articular pessoas e instituições. Fica o registro das tantas conquistas e das decepções ao longo da trajetória percorrida, bem como as histórias e vivências repletas de sentimentos, comprometimento com nossos semelhantes



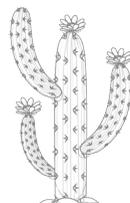
e com o ambiente que compartilhamos com outros seres vivos na certeza de pertencimento à nossa Casa Comum.

Considerações e últimas palavras

Para concluir, compreendemos ser importante assinalar que as dimensões descritas nos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental da ANPPEA, assim como os próprios indicadores, não se traduzem como condições isoladas – ou que se sobrepõem em grau de importância – para a efetivação das PPEA. Eles são permeáveis e se inter-relacionam, de tal maneira que analisar uma PPEA exige o esforço de identificar, também, o modo como tais indicadores dialogam entre si, visto que, analisados isoladamente, podem oferecer uma leitura equivocada do seu alcance e de seu impacto. Por isso, esse artigo não esgota as possibilidades e o aprofundamento da análise da PPEA-SC à luz desses e dos demais indicadores. Esse aprofundamento deve prosseguir em outras pesquisas.

Entretanto, com a política do governo federal que assumiu o País em 2019, percebe-se que tanto a PNEA quanto a sua coordenação nacional estão ameaçadas pela extinção do Órgão Gestor e de seu Comitê Assessor. Assim, corroborando o que defendem Raymundo, Branco e Biasoli (2018), entendemos que “além das políticas públicas de Educação Ambiental oriundas da diversidade de atores como as unidades de conservação, comitês de bacia hidrográfica, instituições de educação superior, escolas, movimentos sociais, coletivos e redes de educadores ambientais, entre outros” (RAYMUNDO, BRANCO, BIASOLI, 2018, p. 340), as PPEA, mais do que nunca, precisam estar comprometidas com a construção de sociedades sustentáveis e justas, com o acompanhamento dialógico e o fortalecimento sinérgico das políticas estaduais, como a de Santa Catarina, que aqui exemplificamos.

Assim, refletir sobre a política pública do estado e seus desdobramentos se traduziu como um exercício hermenêutico de olhar para nós mesmos, na condição de sujeitos/atores deste processo, pois, durante esse espaço de tempo, cada um de nós vive



ou viveu alguns dos momentos aqui descritos. Nós sentimos o que está aqui registrado: alegrias, tristezas, desilusões, porém não perdemos a esperança no que acreditamos. Nosso olhar sempre foi de vários ângulos, para não cairmos na “armadilha paradigmática” (GUIMARÃES, 2011), evidenciando a existência de muitas possibilidades. Mas existe uma escolha a ser feita, o que cabe a cada um ou a nós decidirmos.

Com isto, registramos a importância da **Dimensão da Subjetividade** que, como dito anteriormente sobre a permeabilidade e a inter-relação entre as dimensões, não sustentaria sozinha a implementação das PPEA. Contudo, sem ela, a referida política corre o risco de ser um documento esvaziado de sentidos. Portanto, é o diálogo, o compromisso e o pertencimento por parte dos educadores e educadoras que vêm contribuindo para a efetiva institucionalização das PPEA, não apenas no Estado de Santa Catarina, mas em todo o País.

Referências

ANPPEA. Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental. **Indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação ambiental**. Brasília: ANPPEA, 2018.

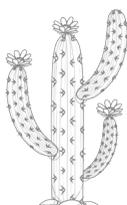
AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3ª ed., v. 56. Campinas: Autores Associados, 2004. (Polêmicas do Nosso Tempo).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Brasília, 1999.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jun. 2012. Seção 1, 70 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos (recursos eletrônicos)** / Ministério do Meio Ambiente- MMA, Ministério da Educação – MEC-Brasília, 2018.

BIASOLI, S. **Institucionalização de políticas públicas de educação ambiental: subsídios para a defesa da política do cotidiano**. Piracicaba, 2015 Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Centro de Energia



Nuclear na Agricultura.

COUSIN, C. **Pertencer ao navegar, agir e narrar:** a formação de educadores ambientais. 2010. 206 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande. DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

ESPINOZA, Helia del Carmen Farías. Educação ambiental: integrando os grupos de trabalho de educação ambiental (GTEAs) de Santa Catarina. Curitiba, 2017 XVI ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Curitiba, UFPR, **Anais...** p. 672-675, 2017.

ESPINOZA, Helia del Carmen Farías.; GONÇALVES, Maureen; PESSOA, Marcello. Desenvolvimento de app para o portal de EA da CIEA/SC - 2017-2019. In: **Creatividade:** uma mirada polinizadora VII Congreso Internacional en Creatividad ASOCREA, IX Fórum Internacional de Escuelas Creativas RIEC y II Seminario de Resiliencia AIRE. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2019. v. 1. p. 155-157.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FERRARO-JUNIOR, Luis. A. Dialogar e digladiar: entre a conflagração e a contribuição do campo da pesquisa sobre políticas públicas de educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 07, n. 02, p.133-145, 2012.

GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia (Orgs.) **Diálogos de saberes e fazeres:** uma releitura dos 25 anos da trajetória da educação ambiental brasileira. São José : ICEP, 2017. Disponível em: <<http://www.icepsc.com.br/editora/ebook/livro09/livro09.pdf>> Acesso em 30/07/2019.

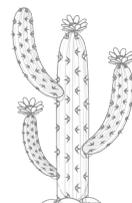
GUERRA, Antonio F. Silveira; ORSI, Raquel F. Mafra. O PRONEA como política pública: a educação ambiental e a arte do (re)encontro. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, Edição especial XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, p. 25-39, set. 2017.

GUIMARÃES, Mauro. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 1. p. 15-29.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado das políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedec.** Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, p. 115-141, set./out. 1999.

KREMER, Laura; ESPINOZA, Helia del Carmen F.; WILWERT, Rejane; SOMMER, José C. GTEA RH07: Articulando saberes e experiências nas regiões hidrográficas de Santa Catarina. **Revbea**, São Paulo, v. 12, n. 3 – Caderno II - Anais do IX FBFA, 2017.



NERY-SILVA, Ana Clara. **Educação ambiental e políticas públicas nas dissertações e teses de educação ambiental no Brasil**: análise dos processos de elaboração e implementação. Rio Claro, 2015. 189 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009, p. 22-39.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação Ambiental reprodutivista subser-viente ao capital? A política de educação ambiental que temos e não queremos. In: GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO Mara Lúcia. (Orgs.). **Diálogos de saberes e fazeres**: uma releitura dos 25 anos da trajetória da educação ambiental brasileira. 1ª ed. São José: ICEP, 2017, v. único, p. 96-99.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MOTA, Júnior Cesar; COUSIN, Cláudia da Silva; KITZMANN, Dione Iara Silveira. A educação ambiental estética e as relações de pertencimento no processo de ambientalização curricular. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 45, p.207-226, set/dez. 2018.

MORIMOTO, Isis Akemi Toschi Oliveira. **Direito e educação ambiental**: estímulo à participação crítica e à efetiva aplicação de normas voltadas a proteção ambiental. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM). Universidade de São Paulo.

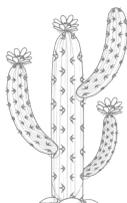
ORSI, Raquel F. Mafra. **O movimento da formação continuada em educação ambiental**: experiências vividas. 2016, 211 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI.

ORSI, Raquel F. Mafra. **A formação continuada do “Programa Vamos Cuidar Do Brasil Nas Escolas”** na Região da Amfri em Santa Catarina. – SC. Dissertação – Universidade do Vale do Itajaí. Programa de Pós-Graduação em Educação. Itajaí, 2008.

ORSI, Raquel F. Mafra; GUERRA, Antonio F. Silveira. Formação continuada em educação ambiental: uma proposta em movimento. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 28, n. 67, p. 127-148, jan./abr. 2019.

ORSI, Raquel F. Mafra; ROCKETT, Ananda Nocchi. Permacultura, o reencontro com o cuidado: o relato da experiência em um processo formativo com professores. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 36, n. 2, p. 4-25, mai./ago. 2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental:



construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa:** Pensamento Educacional, n. esp, p. 337-358, 2018.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIA-SOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO Renata. Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental no Brasil. **Ambientalmente Sustentável**, v. 1, n. 23-24, p. 25-39, jan-dez, 2017.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; DINIZ, Nilo; MARANHÃO, Renata; JANKE, Nadja. Projeto político pedagógico como estratégia para inclusão da educação ambiental nas políticas públicas brasileiras. **Ambientalmente Sustentável**, v. 2, n. 20, p. 151-165, dez. 2015.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável. **Lei nº 13.558/2005.** Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/PEEA_SC.pdf>. Acesso em: 28/07/2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular:** formação integral na educação básica, Secretaria de Estado da Educação, 2014, p. 63-66.

SANTA CATARINA. Decreto nº 3.438, de 5 de agosto de 2010, que aprova o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2010/003438-005-0-2010-004.htm>>. Acesso em: 28/07/2019.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Revista Educação e Pesquisa.** São Paulo, v.31, n.2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

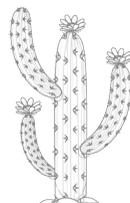
SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2ª ed. São Paulo. Cengage Learning, 2013.

SORRENTINO, Marcos; FERRARO-JUNIOR, Luis A. Imaginário político e colonialidade: desafios à avaliação qualitativa das políticas públicas de educação ambiental. **Ciência & Educação**, v. 17, n. 2, p. 339-352, 2011.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCKMAN, Gilberto; ARRETECHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p. 65-86.

STEUCK, E. Renata. **A constituição de espaços educadores sustentáveis:** diálogos com o Programa PIBID UNIVALI. Itajaí, 2016, 204 fls. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Itajaí.

TORRE, Saturnino de la; **Polinización psicopedagógica:** bases para la ecoformación. Espanha, Editora Círculo Rojo, 2019.





Desafios e Perspectivas de Monitoramento das Políticas Públicas em Educação Ambiental no Mato Grosso do Sul

Simone Mamede

Maristela Benites

José Flávio Rodrigues Siqueira

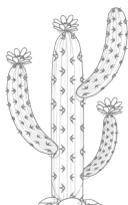
Marcos Vinícius Campelo Junior

A importância das políticas públicas de Educação Ambiental

A institucionalização e as políticas públicas na área de Educação Ambiental são recentes no Brasil, tornando-se mais evidentes no fim do século XX. Apesar disso, o País tem rompido diversos desafios para a construção coletiva e de ampla participação da comunidade neste processo que envolve democracia e cidadania. A agenda de políticas públicas de Educação Ambiental é um dos caminhos para a sustentabilidade socioambiental local e planetária, razão pela qual merece atenção especial tanto dos governantes como da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, para que, coletivamente, sejam estudadas, elaboradas e efetivadas ações que atendam às necessidades, expectativas e interesses da diversidade dos territórios brasileiros (SORRENTINO, 2015).

O campo da Educação Ambiental é extenso e profundo, mas faz-se necessário compreender que sua abrangência é complexa e não linear, e assim o deve ser, vez que o mundo e as relações sociais são dinâmicos no espaço e no tempo, ensejando um modo de pensar e agir também dinâmico que melhore nosso estar no mundo e com o mundo. A construção de territórios sustentáveis desafia o pensamento, as relações sociais, os modos de produção e de consumo e nos convoca a planejar o futuro que queremos, seja no tempo das próximas horas, seja nos próximos milênios.

O que fazer, por onde começar e o que se atingir podem ter respostas nas políticas públicas estruturantes capazes de nortear e



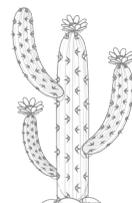
legitimar as ações propostas. De acordo com Raymundo, Branco e Biasoli (2018), as políticas identificadas como estruturantes são as planejadas e executadas de forma duradoura, que geram subsídios para formulação e implementação de outras políticas, sendo, portanto, abrangentes e articuladas com outras iniciativas. Os autores afirmam ainda que tais políticas são estruturantes ao propiciarem planos e programas permanentes e atuarem na criação e na consolidação de instâncias administrativas e operacionais, contribuindo para o monitoramento e a avaliação.

Partindo de tal pressuposto, este trabalho apresenta os desafios enfrentados por educadores e educadoras ambientais no Mato Grosso do Sul na construção e consolidação de políticas públicas de Educação Ambiental, bem como as perspectivas para o monitoramento das políticas públicas já implementadas no estado.

Contextualização histórica da Educação Ambiental no Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul é um estado ainda jovem, originado a partir da divisão do Estado de Mato Grosso em 1977. Desde sua origem vem construindo e consolidando políticas públicas em Educação Ambiental. As estratégias de construção vislumbram ações participativas, no entanto, nem sempre assertivas. Isto se descreve não pela vontade da sociedade civil, mas, por se tratar de ato político, as instâncias de governança representadas pelo governo por vezes esbarram em dificuldades nesse exercício e na sua implantação. Muitas vezes, tais entraves se dão pela ausência do processo dialético e compartilhado entre Estado e sociedade civil e necessitam de estudos e intervenções com enfoques pluralistas e abrangentes, conforme abordados por Sorrentino et al. (2005).

Ações de Educação Ambiental no Estado do Mato Grosso do Sul datam do fim dos anos 1970 e início da década de 1980. Nos anos 1980 destaca-se o Congresso Internacional sobre a conservação do Pantanal (INTERPAN), evento intitulado O futuro que a gente faz, realizado pelo governo estadual com apoio do WWF Brasil. O evento congregou Educação Ambiental, cultura, socioeconomia,

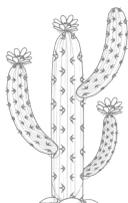


recuperação de áreas degradadas e outros temas relacionados. No diálogo, a proposta de um planejamento adequado, calcado em uma política de integração entre planalto e planície no estado, que permitisse o desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação ambiental.

Ações como o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP), realizado entre 1992 e 1997, visaram caracterizar o Pantanal e diagnosticar problemas socioambientais com subsídios também para políticas públicas de Educação Ambiental. Assim, ocorreu o Projeto Global Environmental Facility (GEF) Pantanal - Alto Paraguai, financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente e desenvolvido entre 1997 e 2003. As ações facilitaram a consolidação de espaços de diálogos e a criação de consórcios, grupos de trabalhos e comitês de bacias hidrográficas, fortalecendo e contribuindo na construção de instrumentos e elementos para a Educação Ambiental.

Em 1993 foi realizado o I Seminário Estadual de Educação Ambiental com o objetivo de conhecer e divulgar os trabalhos realizados em Educação Ambiental no estado e, estrategicamente, integrar os educadores ambientais do MS. Nesse evento foram apresentados mais de 40 projetos de Educação Ambiental com os mais diversos temas, dentre os quais destacaram-se: resíduos sólidos, tecnologia e meio ambiente, saúde pública, programa radiofônico de Educação Ambiental, plantas medicinais, recursos hídricos, uso sustentável dos recursos naturais, entre outros. O encontro foi realizado com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/UNESCO), Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (SEMA/MS).

Os Seminários de Educação Ambiental para as Cidades Pantaneiras foram realizados durante quatro anos consecutivos, entre 1999 e 2003, pela força de vontade de muitos educadores que fazem parte da história da Educação Ambiental no Mato Grosso do Sul. A mobilização por eles empreendida motivou a participação de suas instituições na formatação e efetivação desses espaços de



diálogo, de planejamento, de troca de experiências e de vivificação da Educação Ambiental. Tais eventos ocorreram respectivamente nas cidades de Corumbá, Porto Murtinho, Aquidauana e também em Cuiabá, capital do Mato Grosso, unindo educadores do MS e MT. Esses encontros de educadores fomentaram o diálogo entre educadores do Brasil, Bolívia e Paraguai fortalecendo uma rede de educadores em defesa do Pantanal e biomas adjacentes, a partir de reflexões e ações transfronteiriças. Os encontros tiveram sempre uma perspectiva da Educação Ambiental crítica, os quais culminaram na Fome Zero da Educação Ambiental, que se deu em novembro de 2003 na cidade de Cuiabá – MT, com apoio da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA), Rede Aguapé Pantanal de Educação Ambiental, ONG Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN) e Comissão da Carta da Terra.

Em relação às publicações técnicas e pedagógicas na área de Educação Ambiental, dentre os primeiros registros consta o Manual de Educação Ambiental e Conservação do Solo e Água (MELLO, 1982), elaborado em parceria entre a Secretaria de Educação do Estado e o Ministério da Agricultura e destinado à Educação Ambiental formal. Em 2001 foi publicado o livro com textos para peças teatrais e atividades lúdicas Interpretando a natureza - subsídios para a Educação Ambiental (MAMEDE, 2001), com uma nova edição em 2003. Ainda em 2003, o livro A poesia animal traz a arte na forma de poesias como instrumento de sensibilização ambiental (SOUZA; OLÍVIO, 2003). Já em 2006 é lançada a publicação intitulada Educação Ambiental: gotas de saber (VARGAS et al., 2006), que reúne artigos de vários educadores ambientais do estado. Destacam-se, ainda, outras publicações como o livro Pé na Água: uma abordagem transfronteiriça da Bacia do Apa (BROCH et al., 2008) e as edições das revistas da Rede Aguapé. Tais publicações fornecem alguns dos indicadores dos caminhos da Educação Ambiental no estado e de suas identidades.

No Mato Grosso do Sul estão presentes três redes de Educação Ambiental que integram a malha da REBEA. São elas: Rede Aguapé

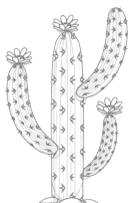


Pantanal, criada em 2001 com apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA); Rede de Educação Ambiental do Cerrado (REACERRADO), criada em 2004 no Congresso de Educação Ambiental do Cerrado; e a Rede de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (REAMS), criada em 2008 durante o projeto intitulado Educação Ambiental e Participação Comunitária, realizado pelo IMASUL e parceiros, com apoio do GEF Rio Formoso. Tais redes são nós (elos) essenciais no fortalecimento e estruturação de políticas públicas de Educação Ambiental.

As redes são modelos que asseguram de forma mais efetiva e horizontalizada a participação comunitária nos processos de decisão e ações socioambientais no Mato Grosso do Sul e somam para construção de territórios mais sustentáveis. Integrantes das redes de EA do MS participaram ativamente na organização dos pré-fóruns de EA (eventos que antecedem os Fóruns brasileiros de Educação Ambiental), da construção de políticas públicas em nível federal como a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (ENCEA), entre 2008 e 2010, bem como da organização do Comitê pró-Rio+20 e da Cúpula dos Povos, em 2012. Entre as ações realizadas está a disseminação do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global e a Carta da Terra. As ações congregavam o pensamento global com ações provocativas de impactos para políticas públicas locais.

Ademais, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul efetivou o programa de pós-graduação stricto sensu em Ensino de Ciências, em nível de mestrado e doutorado, contemplado com a linha de pesquisa em Educação Ambiental, que dispõe de inúmeras pesquisas de Educação Ambiental formal e não formal em seu banco de dados. Além disso, outras instituições de ensino superior também possuem programas que contribuem com pesquisas em Educação Ambiental.

Desde a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, educadores trabalharam para a implantação de uma Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA-MS), mas foi só no século 21 que



esta política teve seu escopo elaborado, entre os anos de 2003 e 2004. Posteriormente, foram realizadas oficinas de construção da PEEA/MS de forma participativa por meio do projeto Educação Ambiental Itinerante, realizado pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) em diversos municípios do estado. As consultas públicas foram concluídas com a Oficina de Construção da Política de Educação Ambiental, realizada durante o I Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul, ocorrido em Campo Grande, em 2012. Com base nas contribuições das consultas públicas, os integrantes da CIEA-MS dedicaram-se à consolidação do texto da minuta da política, contendo 40 artigos, que foi finalizada e entregue ao governo do estado em 2014.

Em 2017, integrantes do governo ajustaram o documento, reduzindo os 40 artigos da minuta de lei para 19 e apresentaram à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (PEEA/MS), de forma mutilada e sem pactuar com a CIEA. Com isso, a CIEA constituiu um grupo de trabalho em defesa da Política Estadual de Educação Ambiental, produzindo um texto que fosse o mais próximo do original, construído de forma participativa e democrática entre os mais diversos atores. Os integrantes da CIEA, com intuito de sensibilizar os parlamentares, fizeram uma mobilização junto aos mesmos, apresentando o histórico de construção da política e solicitando audiência pública e emendas na Minuta de Lei da PEEA/MS, apresentada pelo governo estadual.

Com a realização de reunião pública na Assembleia Legislativa, algumas emendas sugeridas pela CIEA foram aprovadas, tais como a valorização da cultura e dos saberes dos povos e das comunidades tradicionais, bem como as bacias hidrográficas, biomas, ecossistemas, territórios e municípios do MS. No entanto, outras ficaram de fora, entre elas a que se referia ao Fundo Estadual de Educação Ambiental, um dos importantes instrumentos da Política de EA/MS.

Contudo, atualmente a Política Estadual de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (Lei nº 5.287, de 13 de dezembro



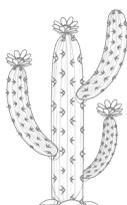
de 2018) contempla três instrumentos para a EA no estado, sendo eles: o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA-MS), o Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA-MS) e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA-MS). Os instrumentos SiSEA e CIEA já existiam antes da aprovação da PEEA-MS, no entanto, com a aprovação da PEEA tais instrumentos foram adotados, normatizados e legalmente amparados.

O SisEA congrega um banco de dados acessível aos cidadãos com informações de ações e projetos de Educação Ambiental desenvolvidos no território do Mato Grosso do Sul.

A CIEA-MS foi criada pelo Decreto nº 9.939, de 05 de junho de 2000, e reformulada pelo Decreto nº 12.741, de 07 de abril de 2009. Congrega representantes de instituições públicas, privadas e do terceiro setor com intuito de estabelecer as bases da Educação Ambiental no estado como uma oportunidade para a transformação e ações socioambientais. A CIEA/MS possui caráter consultivo e tem como objetivo promover o diálogo, o acompanhamento e a avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental. A CIEA desempenhou papel fundamental na construção da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/MS), porém, ao final, prevaleceu a proposta do governo de conclusão da minuta de lei da Política Estadual, à revelia dos anseios dos educadores ambientais e do que havia sido construído de forma democrática em âmbito estadual.

O ProEEA-MS tem, em sua essência, os princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, concretizando-se como importante instrumento de gestão para o desenvolvimento de ações da Educação Ambiental, atendendo às peculiaridades socioambientais do Estado do Mato Grosso do Sul.

Especificamente, no que tange à Educação Ambiental formal, destaca-se a participação de crianças e adolescentes das escolas sul-mato-grossenses nas cinco edições das Conferências Estaduais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente (2003, 2006, 2009, 2013 e 2018).



As Conferências Estaduais promoveram a socialização dos diálogos ocorridos nas Conferências Escolares e projetaram novas ações a serem aprimoradas nas Conferências Nacionais. Cabe mencionar que no ano de 2010 ocorreu a única edição da Conferência Internacional Infantojuvenil (CONFINT) com o tema Vamos Cuidar do Planeta, que contou com a participação de uma delegada de Mato Grosso do Sul. Delegados e delegadas participantes escreveram cartas de responsabilidades direcionadas aos Ministros de Educação e Meio Ambiente dos países participantes. A partir desse ano, deu-se início um movimento muito forte na Educação Ambiental formal para o desenvolvimento de ações que aglutinem princípios da sustentabilidade socioambiental e das escolas sustentáveis.

Nesse mesmo ano, foi lançado o Processo Formativo Escolas Sustentáveis e Com-Vida, e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) responsabilizou-se por cursistas dos estados de Alagoas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Segundo Wiziack, Vargas e Zanon (2013), foram “38 escolas participantes, perfazendo um total de 380 pessoas ligadas à comunidade escolar, dos quais, 245 cursistas foram selecionados a partir de demanda social” (WIZIACK; VARGAS; ZANON, 2013, p. 4).

Em 2012, as preocupações acerca da Educação Ambiental nas instituições de ensino são materializadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) sob a Resolução CNE/CP nº 02 de 15 de junho de 2012. De acordo com as DCNEA, um dos objetivos da Educação Ambiental é o “estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2013, p.560).

Decorrente desta iniciativa, a edição de 2013 da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente adotou o tema Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis. Para subsidiar as escolas foi proposto um caderno temático que apresentou possibilidades de



ações escolares nas dimensões do currículo, da gestão democrática e das edificações. Corroborando assim os pressupostos das DCNEA.

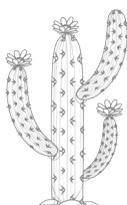
Ainda no ano de 2013, a Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente contou com a presença de 84 escolas, o que significa dimensionar que estiveram presentes 166 estudantes e 84 professores durante a Conferência que discutiu o tema escolas sustentáveis.

No primeiro semestre de 2014 foi realizada a consulta pública do Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES), que teve como objetivo principal a contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica e o apoio à transição das escolas para constituírem-se em espaços educadores sustentáveis (BRASIL, 2014). Para isso, o PNES trouxe quatro componentes, a saber: currículo na escola sustentável; gestão democrática para a sustentabilidade; espaço escolar e sustentabilidade; e relações escola-comunidade.

Dentre as ações veiculadas pelo PNES em Mato Grosso do Sul, ilustramos a oferta pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul da pós-graduação lato sensu em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis; do curso de extensão Escolas Sustentáveis e Com-Vida; do financiamento de ações nas escolas via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Escola Sustentável); e a V Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

Em Mato Grosso do Sul, a edição de 2014 do PDDE Escola Sustentável viabilizou recursos financeiros para atividades de Educação Ambiental em 160 escolas públicas. a V Conferência Estadual, realizada em 2018, teve 150 participantes, entre estudantes e professores. Considerando os colaboradores, membros da CIEA e membros do Coletivo Jovem de Meio Ambiente, o contingente atingiu cerca de 200 pessoas.

Ainda em 2017, impulsionada pelas discussões nacionais, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul estabeleceu para as escolas da rede estadual a Resolução SED nº 3.322, de 13 de setembro de 2017, que dispõe sobre a oferta da Educação Ambiental. De acordo com esta resolução, a EA “é tema integrante do currículo,



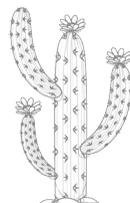
essencial e permanente da educação formal, e deve estar presente, de forma articulada aos conhecimentos adquiridos pelos estudantes, em todas as etapas e demais modalidades de ensino, e inserida no Projeto-Político-Pedagógico” (MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 6).

Em 2019, o Mato Grosso do Sul sediou a Oficina do Centro-Oeste de Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de EA (ANPPEA), que reuniu educadores ambientais de vários estados dessa região do País para capacitação em monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental e contribuição ao banco de dados especializado a partir dos indicadores de Educação Ambiental, marco histórico para a Educação Ambiental no Brasil.

Note-se que o Estado de Mato Grosso do Sul traz em seu histórico o engajamento de educadores ambientais em processos de formação para transição de territórios sustentáveis, sendo que a Educação Ambiental formal teve um avanço significativo no recorte temporal de 2003 a 2018, devido aos movimentos dos educadores ambientais de Mato Grosso do Sul e dos programas federais, mobilização do Coletivo Jovem de Meio Ambiente, diversas atividades educativas formais, acerca da sustentabilidade socioambiental e da proposição dos espaços educadores sustentáveis.

Desafios e perspectivas na consolidação de monitoramento de Políticas Públicas em Educação Ambiental

Entre os desafios na consolidação de um processo de monitoramento de políticas públicas em Educação Ambiental estão a busca de alternativas de conciliar a conservação ambiental, os interesses do capital e do agronegócio, que insistentemente tem sido visto como principal base econômica do Mato Grosso do Sul. Se de um lado há os interesses da coletividade por justiça social e ambiental, proteção dos biomas, respeito aos povos tradicionais, quilombolas e indígenas, por outro, há os interesses do empresariado, que conta com apoio dos governos no cumprimento da agenda do



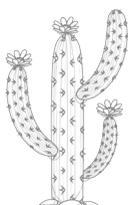
agronegócio. Sorrentino et al. (2005) alerta sobre a necessidade de transformação social pela Educação Ambiental, visando à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade.

Os eixos norteadores – político-institucional, educador-pedagógico e técnico-científico – do monitoramento de políticas públicas de EA (RAYMUNDO et al., 2017), além de facilitarem o entendimento do processo na construção de políticas públicas multicêntricas, também permitem a adaptação de indicadores que atendam às singularidades locais.

Como em outros lugares, a EA no MS historicamente se construiu diante das preocupações com os habitats naturais e com a biodiversidade, com forte visão naturalista da Educação Ambiental. As ações sempre estiveram voltadas ao estímulo de pensamentos e atitudes conservacionistas, com apelo ao ambiente natural. Temas como tratamento e disposição de resíduos sólidos, plantio e recomposição vegetal, combate à poluição das águas e proteção dos recursos hídricos são recorrentes nos projetos e programas de Educação Ambiental.

Ações de Educação Ambiental pontuais marcam a história, às vezes com maior ou menor abrangência de público. Assim foi com a época do combate à caça do jacaré, as ameaças da instalação de usinas de açúcar e álcool no Pantanal e, o próprio Pantanal, tem sido alvo de discussões, debates e estratégias de proteção para salvaguardar a maior planície inundável do Planeta. Admite-se que outros biomas do estado, infelizmente, não têm recebido a mesma visibilidade e protagonismo em ações e campanhas de Educação Ambiental. Ações isoladas têm sido realizadas em relação ao Cerrado, Mata Atlântica e Chaco, biomas distribuídos no MS. Ainda assim, buscam gerar reflexão e transformação de posturas, e têm auferido bons resultados.

Mas o enraizamento engendra-se, possivelmente, por dois caminhos: por ações dos órgãos governamentais de meio ambiente e de educação, os quais possuem suas próprias ações e metodologias para o desenvolvimento da Educação Ambiental, visto se tratar de

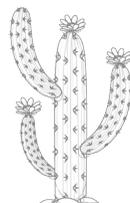


uma pauta imanente a esses órgãos. Outro contingente de atores é formado por membros da sociedade civil, como ONGs, coletivos e movimentos sociais, que percorrem vias paralelas e convergentes às dos órgãos governamentais. Em ambos os casos, muitas ações começam, mas não têm continuidade, seja pela interrupção de gestão administrativa, seja porque o objetivo era justamente uma campanha ou ação pontual.

Muitas vezes, por força de dispositivos legais, a EA no licenciamento ambiental também tem contribuído para a sensibilização pública de cuidado com o meio, que ocorre mediante a ação de acadêmicos e pesquisadores, cujos estudos e publicações técnicas dão suporte às ações. Mesmo que possa haver autores não diretamente engajados em ações continuadas de EA, estudos técnico-científicos subsidiam e oferecem oportunidade de conhecimento e caminhos para solução de problemas, reflexões e alternativas para construção de territórios sustentáveis.

É importante marcar, sobretudo, que grande parte, senão tudo, depende de como fazer, de como executar para gerar enraizamento da EA. A construção de indicadores de EA é de extrema importância nesse sentido. Como medir as ações, sua abrangência e efetividade? Como superar ações mecânicas e automáticas quando se trata de Educação Ambiental? Como conectar campos de ação entre o social, o econômico e o ambiental? Como gerar inclusão socioambiental? Como pensar e agir supratematicamente ao meio ambiente naturalista? Como transformar determinadas ações em políticas públicas de EA? E, principalmente, como assegurar a contínua aplicabilidade das políticas públicas conquistadas na área de EA?

Além disso, outros questionamentos devem orientar pautas formativas em Educação Ambiental, sobretudo àqueles que buscam romper com propostas educativas estritamente biologizantes. Por isso, defendemos que as atividades nas instituições de ensino sejam pautadas na perspectiva da Educação Ambiental Transformadora, por entender que esta “busca compreender e teorizar na atividade humana, ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que



constituímos e pela qual somos constituídos” (LOUREIRO, 2003, p. 44).

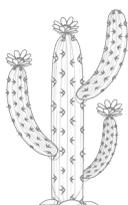
As mudanças necessárias no desenvolvimento da EA no MS

Manter a mobilização dos coletivos tem sido desafio primário, mas necessário no momento atual. Resistir é preciso. Planejar iniciativas, projetos e programas requer olhar mais holístico e sistêmico para o desenvolvimento da EA transformadora (LOUREIRO, 2003). Depois da fase inicial, é necessário priorizar uma EA plural, que dialogue e enfatize aspectos sociais do meio. Ambiente natural não está dissociado da sociedade. Desenvolver empatia pelo ser humano e não humano, buscar métodos para reduzir desigualdades sociais, que respeitem direitos de cidadania também são processos da Educação Ambiental. Por isso, é preciso que as ações caminhem para a proposição e a implantação de políticas públicas. Apesar da morosidade e dos pontos divergentes das propostas delineadas, é direito dos cidadãos desfrutar de políticas públicas que busquem soluções aos problemas socioambientais e resguardem a vida pacífica e respeitosa em sociedade.

Desse modo, devemos superar metodologias e estratégias avaliativas que não sejam inclusivas e dialógicas. Romper com a supremacia do conhecimento científico em detrimento dos saberes locais, havendo necessidade de integração de saberes. Valorizar a ciência sem esquecer dos saberes da comunidade. Vivenciar a temática socioambiental, numa perspectiva crítica, e não somente descrevê-la no Projeto-Político-Pedagógico da escola ou mesmo em legislações verticalizadas e colocadas para a sociedade. Afinal, a chave de superação dessas problemáticas é que o ciclo das políticas públicas ambientais seja um processo realmente democrático.

Considerações Finais

O Estado de Mato Grosso do Sul é marcado historicamente pela contradição entre o desenvolvimento econômico e as condições

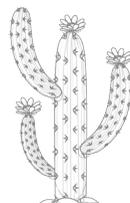


socioambientais. Enquanto as forças do agronegócio e da política neoliberal avançam no discurso da melhoria desenvolvimentista do estado, diversos educadores ambientais lutam por condições dignas aos povos tradicionais, aos saberes locais e à harmonia da coletividade.

Evidenciamos as diversas atividades, sejam no campo da EA formal ou não formal, que comprovam o constante engajamento e ritmo dos educadores ambientais de Mato Grosso do Sul em uma luta contra-hegemônica, sobrepondo as humanidades ao capitalismo. Tendo em conta que a Educação Ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade (SORRENTINO, 2005).

Destacamos o grande esforço da CIEA/MS em divulgar, promover, dialogar, aglutinar educadores, pesquisar e documentar uma proposta de Política Estadual de Educação Ambiental que revelasse as necessidades e os anseios da população sul-mato-grossense e dos povos de MS. Esta não teve o desfecho desejado, haja vista a exclusão de itens importantes do texto da lei por parte do governo estadual. No entanto, mesmo com a lei da Política Estadual alterada sem consulta qualificada à CIEA foi possível lançar o Programa Estadual de Educação Ambiental, o qual pode oportunizar novos diálogos entre a CIEA, os cidadãos de Mato Grosso do Sul e o governo estadual para futuras políticas públicas de Educação Ambiental.

O conhecimento e o reconhecimento desta retrospectiva histórica sobre as políticas públicas de EA no MS, seus desafios e perspectivas, podem aprimorar os diálogos e subsidiar análises mais sistêmicas e complexas sobre os caminhos, proposições e aperfeiçoamento das políticas públicas de Educação Ambiental e seu monitoramento. É uma oportunidade para a CIEA e para as Redes de EA do território do MS, na condição de coletivos de instituições e educadores que desenvolvem a EA no MS, se apropriarem dessa memória histórica e pautar suas ações, dispondo de elementos para avaliação e monitoramento das políticas públicas de EA no MS.



Dessa forma, a utilização das oito dimensões e dos 27 indicadores, assim como o uso frequente da plataforma MonitoraEA de monitoramento e avaliação das políticas estaduais de EA, contribuirá para o fortalecimento e o avanço de políticas públicas participativas e de respeito à pluralidade no MS.

Entendemos que os indicadores de políticas públicas em Educação Ambiental fornecerão dados para a análise da Educação Ambiental que vem sendo construída em Mato Grosso do Sul desde a criação do estado e para que possamos avaliá-la e juntos trabalharmos na (re)construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pautada em valores éticos e de cidadania, que respeite o ambiente em sua totalidade.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; Secretaria de Coordenação dos Assuntos de Meio Ambiente; Programa Nacional do Meio Ambiente; Projeto Pantanal. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai** – PCBAP, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis** - versão preliminar. Disponível em <<https://docplayer.com.br/19725938-Programa-nacional-escolas-sustentaveis.html>> Acesso em 07/08/2019.

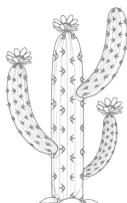
BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

IMASUL. **Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul** (ProEEA/MS); Auristela Silva dos Santos (Coord.). Campo Grande, MS: 2018. 40p. Disponível também em: <<http://www.imasul.ms.gov.br>>. Acesso em 07/08/2019.

BROCH, S. O.; MEDEIROS, Y.; SOUZA, P. R. **Pé na água**: uma abordagem transfronteiriça da bacia do Apa. Campo Grande: UFMS, 2008. 128p.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 37-54, 2003.

MAMEDE, S. B. **Interpretando a natureza**: subsídios para a educação ambiental. Campo Grande: UNIDERP, 2003.



MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SED nº 3322**, de 17 de setembro de 2017 que dispõe sobre a Educação Ambiental na rede estadual de ensino. Diário Oficial n. 9494 de 15 de setembro de 2017.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, número especial, p. 337-358, 2018.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental no Brasil. **AmbientalMente Sustentável**, n. I, p. 25-39, 2017.

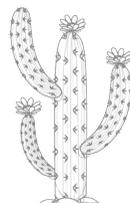
RAYMUNDO, M. H. A.; DINIZ, N.; MARANHÃO, R.; JANKE, N. Projeto político pedagógico como estratégia para inclusão da educação ambiental nas políticas públicas brasileiras. **AmbientalMente Sustentável**, v. II, n. 20, p. 150-165, 2015.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO, L. Educação ambiental como política pública. In: **Educação e pesquisa**. São Paulo, Revista, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SORRENTINO, M. Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis? In: RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. (Orgs.). **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** São Carlos: Diagrama, 2015. p. 226.

SOUZA, P. R.; OLÍVIO, S. **Poesia animal**. Campo Grande: UFMS, 2003.

WIZIACK, S. R. C., VARGAS, I. A., ZANON, A. M. Programa Escolas Sustentáveis: reflexões para a formação de educadores ambientais no Brasil. In.: VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio Claro - SP, 07 a 10 de Julho de 2013. **Anais...** Realização: Unesp campus Rio Claro e campus Botucatu, USP Ribeirão Preto e UFSCar. Disponível em <http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0136-1.pdf> Acesso em 07/08/2019.





Política Pública de Educação Ambiental Do Estado da Bahia à Luz das Dimensões e Indicadores da ANPPEA

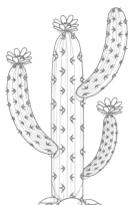
Amélia dos Santos Cerqueira
Fábio Fernandes Barbosa
Jamile Patrícia Barbosa Trindade
Silvana Neuza Pereira Canário
Zanna Maria Rodrigues Dematos

Introdução

Uma lacuna existente na área de Educação Ambiental (EA) no Brasil é a carência de análise de dados quantitativos e qualitativos. Por isso, a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) vem desenvolvendo um importante papel na construção de indicadores que podem orientar os gestores a revisar estratégias e identificar desafios e oportunidades para o fortalecimento das políticas públicas de EA (FUNBEA, 2019). A temática despertou o interesse de muitos educadores e o envolvimento de sujeitos que atuam na estrutura do Estado na Bahia, os quais consideram uma oportunidade de avaliar, aprimorar e legitimar a política pública de EA, uma vez que essa já era uma demanda antiga e muito discutida nos encontros e fóruns estaduais.

O presente artigo visa avaliar o processo de implementação da política pública de Educação Ambiental no Estado da Bahia a partir da publicação da Lei nº 12.056/11, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia (PEEA), considerando as dimensões e os indicadores de avaliação e monitoramento da ANPPEA.

Elaborada a muitas mãos, a PEEA é fruto de um processo de mobilização e participação intensa, que traz em sua essência princípios, diretrizes e instrumentos que contribuem para sua implementação. A institucionalização da PEEA na Bahia foi desencadeada no âmbito da Comissão Interinstitucional de



Educação Ambiental da Bahia (CIEA) que, nos anos de 2006 e 2007, elaborou uma proposta de Projeto de Lei que foi submetida a consulta pública nos Territórios de Identidade da Bahia¹ durante os anos de 2008 e 2009. Houve a participação de aproximadamente cinco mil atores sociais, constituindo um processo democrático que, até então, não havia sido realizado no estado para consolidação de um instrumento legal. Todo esse contexto em que a lei baiana foi estruturada se traduz no momento em que a mesma realça o papel da Educação Ambiental na construção de relações sustentáveis das sociedades humanas com os ambientes nos quais estão inseridas, não separando, assim, sociedade e natureza (RODRIGUES; SANTOS; PEREIRA, 2016).

Muitos foram os caminhos, planejamentos, discussões, iniciativas, tentativas, erros e acertos ao longo da trajetória de estruturação para implementação da PEEA na Bahia e neste artigo destacamos o olhar de servidores que atuam no órgão gestor dessa política, executada pela Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (DIEAS) da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e pela Coordenação de Educação Ambiental e Saúde (CEAS) da Secretaria de Educação (SEC).

Institucionalização da política estadual de EA

Os movimentos ambientalistas, desde a década de 1970, já clamavam por políticas públicas de Educação Ambiental, no sentido do despertar de uma nova consciência sobre a questão ambiental, educativa e social, vistas em suas complexidades (JACOBI, 2003). No Brasil, esse mesmo movimento ganhou mais força na década de 1990, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, e na Bahia se fortaleceu em 2003, com a institucionalização da Educação

1 Corresponde a uma unidade de gestão para o Estado da Bahia voltado à formulação do planejamento em todas as dimensões. É conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (Fonte: <http://www.seplan.ba.gov.br>)



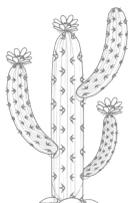
Ambiental no estado. Isso ocorreu a partir de políticas públicas do governo federal como as Conferências Infantojuvenis e de Adultos pelo Meio Ambiente, da criação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, e da criação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA), em 2004. Em 2006 teve início o processo de construção da PEEA.

No âmbito da SEC, em 2008 foi criada a Coordenação de Educação Ambiental, inicialmente com a função de organizar a Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que ocorreria naquele ano e, posteriormente, agregou a saúde como temática transversal, tornando-se a Coordenação de Educação Ambiental e Saúde. Já no âmbito da SEMA, após reforma administrativa, em 2010, foi criada a DIEAS, no intuito de fortalecer e unificar as ações de EA, as quais eram realizadas sob a forma de projetos isolados em diversos setores dos órgãos de meio ambiente. A criação desses espaços representou um marco da Educação Ambiental no estado.

Em 07 de janeiro de 2011 foi instituída a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia, por meio da Lei nº 12.056/11. Em 2012 houve a regulamentação do Órgão Gestor desta política, atribuído à SEMA e à SEC. Em setembro de 2013 foi publicado um dos seus instrumentos, o Programa Estadual de Educação Ambiental (PEA), que agrega estratégias para a implementação da PEEA (MATOS, 2015).

A Lei Estadual de Educação Ambiental representa um ponto de inflexão na relação sociedade-Estado, na medida em que consolida e materializa os direitos cobrados pelos movimentos ambientalistas locais, que, por sua vez, vem exigir a atuação do Estado. O PEA se configura como um instrumento orientador na criação de políticas públicas de EA, na medida em que oferece diretrizes para as principais linhas de atuação da Educação Ambiental.

É importante destacar que paralelamente ao processo de institucionalização da Lei Estadual de Educação Ambiental e do PEA, encontrava-se também em construção o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE), visando fortalecer e orientar a práxis educativa nas escolas e servir



de instrumento de apoio pedagógico às instituições de ensino. Em 2015, foi publicada a 2ª edição revisada e ampliada do Programa que, por meio da Resolução CEE nº 11, de 17 de janeiro de 2017, passou a constituir-se em Diretrizes Operacionais do Sistema Estadual de Ensino.

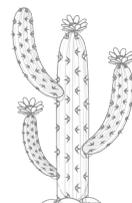
Recentemente, em 05 de junho de 2019, o decreto de regulamentação da PEEA – Decreto Estadual nº 19.083/2019 – foi assinado. Assim, a partir dos marcos legais, a história da Educação Ambiental na Bahia passa a ser vista com mais atenção e ganha destaque dentre as políticas públicas do estado.

Análise crítica à luz das dimensões e dos indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental

Neste tópico analisamos as ações executadas pelo órgão gestor da PEEA no período de 2011 até os dias atuais, na perspectiva das dimensões e dos indicadores propostos pela ANPPEA. Esta iniciativa foi motivada a partir da Oficina de Formação de Formadores em Indicadores de Educação Ambiental (Região Nordeste) promovida pela ANPPEA em Mata de São João, Bahia, em março de 2019.

A avaliação que se segue baseou-se na definição de cada uma das oito dimensões propostas pela ANPPEA, buscando em seguida verificar como estavam inseridos e vivenciados seus respectivos indicadores no âmbito dos documentos, ações, projetos, programas e processos desenvolvidos pelo órgão gestor da PEEA, citando-se alguns exemplos e propondo reflexões.

Iniciando pela **Dimensão Diagnóstica**, entende-se que o indicador para construção da política encontra-se bem contemplado. Consideramos que o diagnóstico é um aspecto fundamental e necessário antes de realizar qualquer intervenção local, uma vez que o contexto remete a conteúdos mais adequados e apropriados, favorecendo a obtenção de resultados mais efetivos. Este aspecto fica evidente no Projeto Juventude em Ação: Construindo a Agenda 21 nas Escolas, que implica um levantamento das questões socioambientais encontradas nas escolas, para que possam ser

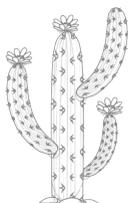


planejadas ações sustentáveis considerando suas especificidades.

Outro exemplo é o Mapeamento de Experiências Socioambientais, que tem o objetivo de identificar, reconhecer e fortalecer iniciativas desenvolvidas pelos mais diversos atores sociais nos Territórios de Identidade e que têm o intuito de enfrentar problemáticas socioambientais. A ideia é que o mapeamento colabore na incorporação de análises e interpretações que possam apontar para definições políticas e orientar possíveis intervenções nos territórios e em outros espaços.

Em se tratando da **Dimensão da Participação e Construção Coletiva**, consideramos o indicador mobilização social e a existência de espaço coletivo como o sustentáculo de todo processo educador e entendemos que a ampliação do número de pessoas cientes de uma determinada intervenção e/ou atividade, bem como a reunião de pessoas de diferentes áreas na solução integrada de uma causa é uma garantia de que a questão a ser contemplada será abordada por diversos pontos de vista, além da possibilidade de parcerias no decorrer da sua execução.

A principal referência desse indicador foi a elaboração da PEEA, que se deu de forma amplamente democrática, o que reforça a importância do envolvimento, da diversidade de atores na construção das políticas públicas e dos espaços democráticos de participação. A implementação da política, desde então, tem buscado envolver, mobilizar e promover a participação dos atores sociais para que os resultados possam ser efetivos. Assim, vem sendo realizadas diversas ações nos colegiados ambientais, comitês de bacias hidrográficas, conselhos gestores de unidades de conservação e conselhos municipais do meio ambiente, além da CIEA, entendendo estes espaços como fundamentais para instalação de processos comunicativos e decisórios que detêm grande potencial educador (FERRARO, 2013). Além disso, considera-se fundamental a mobilização das escolas para as questões socioambientais locais. Para isso, devem ser convidados estudantes, líderes de classe, participantes do Grêmio Estudantil, professores e/ou funcionários – aspecto que vem sendo fomentado junto às unidades escolares,



especialmente as da rede estadual.

A **Dimensão da Formação Dialógica** tem como indicadores o processo de formação; articulação teoria-prática; diversidade de técnicas; diversidade de atores e avaliação de processos e expressa a necessidade de processos formativos na perspectiva de construção e produção de conhecimentos, consciência, compreensão e atuação crítica, inovadora, inclusiva, econômica, científica, ecológica, social e cultural (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Ressalta-se que a PEEA estabelece realização de formações e capacitações de pessoas como uma das linhas de atuação prioritárias da Educação Ambiental. Nesse sentido, a DIEAS tem planejado e executado oficinas temáticas para instrumentalizar e potencializar educadores ambientais e espaços educadores, para fortalecer o movimento de levar, trazer e traduzir os conhecimentos técnicos e tradicionais. Já a CEAS vem atuando com processos formativos em Educação Ambiental, desde a construção das propostas até a implementação, inserindo nos currículos das instituições de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades, de forma transversal e sistemática, considerando a diversidade sociocultural das comunidades e dos territórios de identidade.

Os processos de formação sempre foram planejados e executados com uso de metodologias participativas, que estimulam a descentralização do poder de decisão e criam processos mais democráticos de envolvimento das comunidades com as questões pertinentes a suas realidades (BAHIA, 2016). O público-alvo das oficinas é sempre diverso, em gênero e atuação, com respeito às diferenças. Com relação à articulação teoria-prática, em quase todas as oficinas e formações são elaboradas metodologias considerando este aspecto, sendo realizadas atividades práticas como exercício da parte teórica da formação.

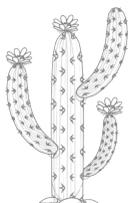
Quanto à avaliação de processos, nas formações realizadas sempre são propostos meios de avaliação, com vistas a perceber o nível de aceitação dos participantes e proceder melhorias. No entanto, percebemos a necessidade de aprofundamento, no que se refere aos meios de avaliação continuada, a fim de acompanhar



os desdobramentos das intervenções educacionais e acompanhar o enraizamento da ação na comunidade aprendizagem. Nesse sentido, Sorrentino et al. (2013) destaca que a continuidade de um processo educador requer a construção e ou fortalecimento de espaços de mediação, de democratização das informações, conhecimentos e saberes.

A valorização desta dimensão, na perspectiva de fortalecer a Educação Ambiental, representa um fator retroalimentador no curto, médio e longo prazo. Muitas ações realizadas pelo estado têm procurado apoiar projetos no sentido de qualificar os processos considerando esses aspectos. Importante destacar que na EA formal, a CEAS estimula que a dinâmica curricular desenvolva-se em processos pedagógicos participativos permanentes, com uma visão integrada e multidimensional das questões socioambientais, utilizando diferentes linguagens para a produção de conhecimento e a socialização de ações e de experiências. Apesar desse estímulo reconhecemos a necessidade de potencializar esses aspectos, principalmente por entendermos que há uma lacuna na formação inicial dos professores e professoras que permita a aplicação e o entendimento desta dimensão.

A Dimensão da Intervenção Socioambiental se relaciona com os princípios da ação-reflexão-ação e remete à importância da Educação Ambiental como ato político e das intervenções educadoras socioambientais para transformação, emancipação e liberdade (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Considerando o conceito desta dimensão e aliado a que todas as ações planejadas pela DIEAS são pautadas para que tenham um cunho educador, destacamos algumas experiências de intervenção socioambiental, como a elaboração do edital de apoio a pequenos projetos de Educação Ambiental com recurso do Fundo Estadual do Meio Ambiente; e as intervenções desencadeadas a partir do Programa Cerrado Bahia, que conectou processos formativos às atividades de restauração produtiva, entendendo o agricultor como fundamental para o sucesso e continuidade das ações (TRINDADE et al., 2016), assumindo o protagonismo das futuras histórias para



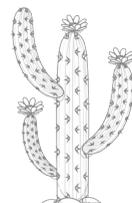
além das atividades (CANARIO et al., 2016).

No contexto da CEAS, no Projeto Juventude em Ação, desenvolvido junto às unidades escolares, estimula-se constantemente o desenvolvimento de práticas educativas integradas que favoreçam intervenções visando à melhoria da qualidade socioambiental nas dimensões local, regional e global. Entretanto, trata-se de uma dimensão que precisa ser aprimorada, já que tem maior poder de consolidar práticas educativas de médio e de longo prazo.

No que diz respeito à **Dimensão Indivíduo/Subjetividade**, esta é voltada à individualidade, à necessidade de estímulos que contribuam para a adoção de posturas individuais coerentes com o discurso, e de estratégias para trabalhar as subjetividades individuais em direção às coletivas (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Como o próprio nome menciona, está pautada na subjetividade, com indicadores de difícil mensuração: elevação da autoestima; laços e vínculos comunitários/sociais e valorização da cultura. Entretanto, suas informações podem ser detectadas no momento da avaliação realizada.

Essa dimensão é uma das que mais causa impacto inicial nas formações. O público geralmente se identifica com as técnicas utilizadas por razões diversas, dentre elas a possibilidade de dialogar, ser escutado, relatar os problemas locais entre outros. No entanto, até o momento, não foi possível encontrar uma forma de sustentar a empolgação do público e talvez esse indicador revele o quanto as pessoas estão preparadas para dar seguimento aos processos, romper as barreiras que separam a teoria da prática.

A **Dimensão da Complexidade** está relacionada à articulação e integração com outras políticas, e entre os inúmeros temas, públicos, instituições, territórios, problemas e expectativas, ou seja, à necessidade de uma EA sistêmica, holística e de uma compreensão ambiental integrada e contextualizada (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Nesta dimensão, é importante destacar que os indicadores relacionados à conexão e articulação com referências e documentos internacionais estiveram contemplados na elaboração

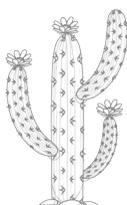


da PEEA, em especial pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra.

Outra forma de contemplar esta dimensão refere-se à transversalização da EA nos diversos processos, atividades e ações como forma de abrir diálogos, construir espaços de interlocução dentro do governo, nas organizações não governamentais, nas entidades privadas e na sociedade como um todo (MATOS, 2015). Como exemplo, podemos citar a constituição de grupos de trabalho para construção de projetos, planejamento anual, portarias, decretos e leis integrados com a DIEAS e CEAS, reflexo da importância de uma construção coletiva e da integração dos diversos atores e saberes.

No que se refere à **Dimensão Institucional**, esta envolve a capacidade de infraestrutura, orçamento, equipe e dispositivos jurídicos, e tem origem na necessidade de avaliação, monitoramento, programa e instâncias gestoras, além do caráter permanente e continuado da EA (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Nesta dimensão estão os indicadores que permitem o diálogo entre os instrumentos legais e pedagógicos com os setores de suporte físicos e estruturais da instituição (gestão racional dos recursos, bases financeiras que a viabilizam, infraestrutura física, relevância na instituição e recursos humanos). Neste quesito, é importante pontuar que existem diferentes desafios para condução das atividades, tais como acessibilidade aos diferentes setores; formas de acompanhamento das ações; facilidade ou não de execução de recursos financeiros; diretrizes para a transversalização; intervenções estratégicas; disponibilidade ou não de uso de ferramentas de tecnologia, equipe técnica, dentre outros desafios. Além disso, é importante ressaltar que no serviço público, mudanças administrativas e de quadro técnico são sempre disparadores das maiores alterações no fluxo de atividades.

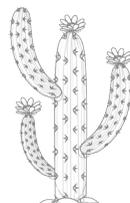
Assim, o que se percebe é que há simultaneamente uma necessidade de mudanças de estratégias de condução das ações para obter maior alcance de resultados. Vimos buscando aproveitar



brechas e oportunidades para o desenvolvimento da PPEA, entendendo como necessários a confiança e o apoio dos gestores e do grupo técnico, dispostos a trabalhar e compreender juntos a Educação Ambiental crítica (FERRARO, 2013). Outro indicador importante relacionado a esta dimensão é o monitoramento e a avaliação, um dos poucos que, mesmo sob condições adversas, temos um pouco mais de autonomia para tomar providências sobre melhorias, e consideramos a definição de indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental como uma oportuna ferramenta para qualificação deste processo.

Por fim, a **Dimensão da Comunicação** ressalta a necessidade da democratização da informação, determina a transparência e se consolida com os aspectos dialógicos e criativos da comunicação (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). O PEA indica diretrizes para comunicar a Educação Ambiental e disseminar informações de forma ampla para a sociedade. De forma geral, a DIEAS vem buscando exercer esse papel por meio da elaboração de materiais pedagógicos e da disponibilização de informações sobre as ações de Educação Ambiental no site institucional da secretaria e via e-mail/ mailing. Também disponibilizamos a plataforma digital do Mapeamento de Experiências Socioambientais como ferramenta para comunicar e dar visibilidade às iniciativas de Educação Ambiental que vêm sendo desenvolvidas no Estado da Bahia. A CIEA também funciona como um importante espaço de comunicação e troca de experiências. Além disso, para o próximo Plano Plurianual (PPA) elencamos como uma das propostas a efetivação do Sistema Estadual de Informações sobre Educação Ambiental.

No entanto, além das ferramentas de comunicação, esta dimensão também discrimina como indicador um plano de comunicação para a PPEA, o qual ainda não foi desenvolvido pela diretoria, apesar de compreendermos a sua importância para organizar, sistematizar e definir estratégias.



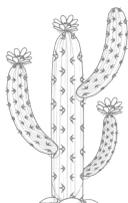
Considerações finais

As dimensões e seus respectivos indicadores propostos pela ANPPEA remetem a uma profunda reflexão quanto aos processos da Educação Ambiental, o que nos permite não apenas avaliar, mas propor soluções e tomar decisões buscando melhorias. Para o órgão gestor da PEEA do Estado da Bahia, o principal resultado que se pretende obter é a incorporação de uma rotina de monitoramento e avaliação da política, visando melhorias as diversas áreas onde possa atuar a política pública de Educação Ambiental.

A partir da avaliação da PPEA, identificamos as dimensões que apresentam importantes avanços como a Diagnóstica, Participação e Construção Coletiva, Formação Dialógica e Intervenção Socioambiental. ; e aquelas que têm sido mais desafiadoras e que merecem maior atenção para o aprimoramento das ações, como as dimensões Indivíduo/Subjetividade, Complexidade, Institucional e Comunicação.

Destacamos a utilidade e a necessidade de um instrumento dessa natureza, haja vista que a gestão da política pública de EA está alicerçada em ações de cunho subjetivo e processual, portanto, difíceis de avaliar ou mensurar. Acreditamos ser notório que os indicadores já começam a ser uma importante ferramenta de avaliação e implementação da PPEA, dado seu poder direcionador, representando um ganho fundamental em todas as etapas do ciclo de políticas públicas.

A gestão da PEEA, em especial no âmbito não formal, vem passando por intensa fase de transição, enfrentando desafios para vencer e implantar as imperiosas e necessárias reestruturações para sua melhor participação na gestão ambiental. A implantação de um sistema de indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental irá fortalecer não apenas o papel do órgão gestor como também o poder transformador de pessoas, processos e espaços inerentes à Educação Ambiental nas políticas públicas.



Referências

BAHIA. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Metodologias Participativas. *In: Caderno de Formação: Educação Ambiental na Agricultura Familiar*. Bahia, 2016.

BAHIA. **Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011**. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, BA, 15 e 16 jan. 2011.

BAHIA. **Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia**. Bahia, 2013.

CANÁRIO, S. N. P.; TRINDADE, J. P. B.; DE LIMA, C. S.; PEREIRA, V. A. de M. Programa Cerrado: uma estratégia para incentivar a restauração de áreas degradadas e a conservação do bioma cerrado. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2016.

MATOS, Z. M. R. O desafio de transversalizar a educação ambiental nas políticas públicas intersetoriais. Na trilha do educador: **uma experiência de educação ambiental no PAC- BA**, p 97-103. Secretaria do Meio Ambiente, 2015.

FERRARO, L. A. Dentro da crisálida ou do couro do dragão? dilemas do educador ambiental. In: SORRENTINO, M. (Org.). **Educação ambiental e políticas públicas: conceito, fundamentos e vivências**. Curitiba: Appris, 1ª.ed., 499 p. 2013.

FUNBEA. Fundo Brasileiro de Educação Ambiental. **Plataforma MonitoraEA**. 2019. Disponível em: <<https://www.funbea.org.br/plataforma-monitoraead/>>. Acesso em 30/08/2019.

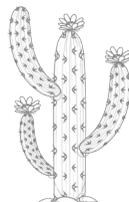
JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. Curitiba, **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, número especial, p.337-358, 2018.

RODRIGUES, C. S.; SANTOS, C. C.; PEREIRA, N. R. Educação ambiental como política pública no Estado da Bahia: um olhar sobre a PEEA-BA. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 33, n. 2, p. 286-301, 2016.

SORRENTINO, M. *et al.* **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**, Curitiba: Appris, 1.ed., 499 p., 2013.

TRINDADE, J. P. B.; CANÁRIO, S. N. P.; DE LIMA, C. S.; PEREIRA, V. A. M.; MOREIRA, E. S. O Kit SAF como ação governamental para promover restauração florestal por agricultores familiares no cerrado baiano. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2016.





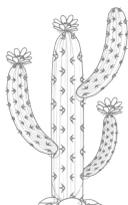
Alguns Olhares e Reflexões sobre as Políticas Públicas de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte a partir das Dimensões e dos Indicadores da Plataforma Brasileira MonitoraEA

Iracy Wanderley Filha
Ana Célia Baía Araújo
Hiramisis Paiva de Paula

Contextualização

O histórico *modus operandi* da sociedade tem gerado diferentes impactos nos distintos contextos (local e global), sendo a causa mais apontada por alguns estudiosos, a subordinação do capital socioambiental à lógica econômica capitalista. Segundo Leff (2001, p.15-16), “a crise ambiental se tornou evidente nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico”. A partir desse cenário, pesquisadores, chefes de Estado, entidades sociais e organizações supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) passaram a discutir temas como a inconsequente pressão da indústria sobre o meio ambiente, a ameaça de esgotamento dos recursos naturais e as consequências do sistema de produção e de consumo para o futuro da humanidade.

No decorrer da História, o debate acerca das questões socioambientais tem mobilizado esses agentes em busca de soluções para os problemas causados pela ação antrópica, por meio de encontros, projetos, legislações e políticas públicas que formam coletivos educadores, que desenvolvem estudos e uso de tecnologias e a busca da cooperação de todos em prol da (re) construção de um novo ideário socioambiental. Em escala global podemos citar a referência histórica do I Encontro Internacional de Educação Ambiental em Belgrado (Iugoslávia) com a elaboração da Carta de Belgrado, em 1975, na qual foram formulados os princípios



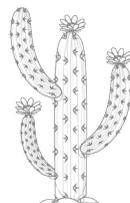
e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental (EA), em que se propunha uma nova ética global.

Em 1992, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 ou Eco-92, que “destacou a importância da EA no contexto de medidas de conservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações” (ibid, 1999, p. 129). Paralelamente à Eco-92, os movimentos ambientalistas discutiam os rumos da EA e, como explica Czapski (2009, p.290) “foi nela (Rio-92) que se finalizou a construção do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, referência para quem quer fazer EA em qualquer parte do mundo”.

Após vários eventos de Educação Ambiental, de âmbito global e nacional na década de 1990, o governo brasileiro instituiu a Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Loureiro (2008, p.7) explica que “após a regulamentação da Lei que define a PNEA, em 2002, [...] a Educação Ambiental assume uma dinâmica intensa em termos político-institucionais e de projetos de formação de amplos setores sociais”. A PNEA regulamenta a inserção da temática ambiental nas instituições de ensino brasileiras, facilita o desenvolvimento da EA e determina a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) sintonizado com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. O ProNEA apresenta as diretrizes, os princípios e a missão que orientam as ações de Educação Ambiental, bem como a delimitação de seus objetivos, suas linhas de ação e sua estrutura organizacional (BRASIL, 2015).

No estado do Rio Grande do Norte (RN), as discussões em torno de um marco legal para instituir a Política Pública de Meio Ambiente se concretizaram por meio da Lei Complementar (LC) nº 272/2004 (RIO GRANDE DO NORTE, 2004), que aborda a EA como instrumento da Política Estadual de Meio Ambiente e enfatiza que a Educação Ambiental será assegurada mediante a ação integrada entre todos os agentes sociais advindos de todas as



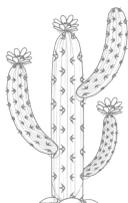
esferas do poder público e das organizações sociais, que realizarão o planejamento e execução de projetos respeitando as peculiaridades locais e regionais.

A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte (CIEA-RN), criada pelo Decreto nº 14.922 de 05 de junho de 2000, está vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA)¹, órgão estadual responsável pela promoção da política ambiental do estado. A CIEA foi a principal responsável pela consolidação do Programa Estadual de Educação Ambiental (PEEA), resultado de um processo construído a várias mãos, iniciado ainda na década de 1990. Nesse contexto, vale destacar a realização do I Encontro de Educação Ambiental (1991), promovido pelo órgão ambiental estadual e diversos parceiros. Na sequência, como resultado desse evento, foi elaborada uma proposta relativa ao Programa Interinstitucional de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte (1992).

Apesar desses avanços, ocorreram descontinuidades na implementação das ações propostas nesse Programa, sendo retomadas em 1996, quando se estruturou uma Comissão Interinstitucional (Provisória) de Educação Ambiental. Numa conjugação de esforços, essa Comissão realizou em 1997 uma Oficina de Educação Ambiental visando subsidiar a participação do estado na Conferência Nacional de Educação Ambiental. Nesse mesmo período, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN, no âmbito da dimensão ambiental, propôs a elaboração e a implementação de um Programa Estadual de Educação Ambiental.

Em novembro de 1999, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), essa Comissão também realizou o 1º Fórum de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte, tendo como principal objetivo o estabelecimento de estratégias voltadas para a construção de uma Política Estadual de Educação Ambiental. É importante destacar, que a Política Estadual de Meio Ambiente do estado prevê recursos para a implantação de Programas de EA, advindos de licenças ambientais concedidas aos empreendedores

1 Órgão executor da Política Estadual de Meio ambiente do Rio Grande do Norte



pelo Idema.

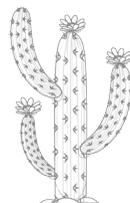
A EA surge como ação capaz de apontar soluções para os problemas ambientais locais e globais, porém no decorrer do tempo ela avança para além de uma instrumentalização e se fortalece como caminho para contribuir na construção de sociedades sustentáveis. Os agentes do processo educativo (públicos, privados e organizações sociais) precisam pensar na EA de forma permanente e contínua, dialogando com a diversidade sociocultural, bem como com os setores produtivos e com respectivos contextos políticos. Dada a complexidade socioambiental, a Constituição Federal que resguarda a democracia, a justiça e a liberdade, torna impossível que o poder público atue isoladamente na formulação e na implementação de políticas públicas de EA, sendo importante criar parcerias entre governo e sociedade para atuação conjunta pelo bem comum, incluindo-se aí a avaliação e o monitoramento para melhor efetividade das políticas.

Metodologia

O presente texto foi desenvolvido por meio de análise de dados secundários, consultados em pesquisas científicas desenvolvidas por pesquisadores de universidades, documentos oficiais, relatórios e sites institucionais. Foram utilizados também dados primários, obtidos a partir da inserção das autoras no campo de estudo, ou seja, com atuação de longa data na Política Estadual de Educação Ambiental, desde sua construção até o presente momento, o que permite a vivência cotidiana no universo dessa política.

Além disso, as reflexões aqui apresentadas são frutos das oficinas da Plataforma MonitoraEA realizadas no Rio Grande do Norte sob a responsabilidade da equipe técnica do Núcleo de Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios do RN (NAGAM/IDEMA), como parte da formação realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) na região Nordeste.

A equipe técnica do NAGAM/IDEMA divulgou e mobilizou



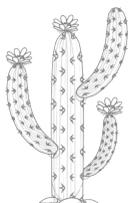
o público alvo – gestores e técnicos da Secretaria Estadual de Educação (SEEC); técnicos da Subcoordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental (SPEA) do IDEMA, gestores municipais de meio ambiente – para a realização das oficinas sobre indicadores da Plataforma MonitoraEA, no período de março a maio de 2019, a fim de propiciar espaços de diálogo acerca da temática e alimentar o banco de dados piloto da MonitoraEA. Os gestores e técnicos da SEEC mobilizaram os professores de escolas públicas estaduais de ensino básico, localizadas na capital, Natal, e nos demais municípios do estado.

Desse modo, os participantes da supramencionada oficina responderam o formulário dos indicadores da ANPPEA, possibilitando a identificação de algumas das ações, programas e projetos de EA que estão sendo desenvolvidos pelos setores de educação e meio ambiente municipais e estaduais, por determinadas escolas da rede estadual de ensino do RN e por instituições públicas estaduais, como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e o Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do Norte (IGARN).

Alguns olhares do RN para a Plataforma MonitoraEA

A complexidade das questões socioambientais do Brasil deve subsidiar a etapa de pensar e planejar as políticas públicas de Educação Ambiental. Sendo assim, os instrumentos e ferramentas que servirão para o exame dessas políticas devem considerar uma visão holística de tais questões e a forma como estas se articulam e incidem em diferentes nuances na realidade brasileira.

Numa abordagem dialógica e condizente com o contexto da realidade brasileira, a ANPPEA foi criada para fortalecer as políticas públicas de EA, a partir do monitoramento e da avaliação, construindo de forma participativa uma plataforma brasileira virtual, por meio de indicadores e de análises espaciais – a PlataformaMonitoraEA(RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Nessa Plataforma, os indicadores são compatíveis com os princípios e objetivos da PNEA e do Tratado de Educação



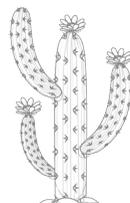
Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Para se apropriar dos indicadores da MonitoraEA no RN, foram estabelecidos diálogos por meio de oficinas de formação para construção de um processo de articulação, mobilização e identificação de projetos e ações de EA que são desenvolvidas no estado. Além disso, esse processo no território potiguar contribuiu para a validação do formulário de indicadores da Plataforma, sendo encontradas várias vertentes da Educação Ambiental no estado, de forma que a respostas aos indicadores são informações que:

[...] se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes escalas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2012, p. 15).

Os indicadores da Plataforma MonitoraEA conseguem integrar olhares de oito dimensões: diagnóstica, da participação e construção coletiva, da formação dialógica, da subjetividade, da intervenção socioambiental, da complexidade, da comunicação e institucional (RAYMUNDO et al., 2019), que se traduzem como um retrato do empenho coletivo para a promoção das políticas públicas de Educação Ambiental em várias escalas e ambientes.

Por meio dos indicadores, o diagnóstico e a avaliação de políticas públicas em EA poderão apontar possíveis reestruturações dessas políticas, identificando pontos a melhorar, conforme os resultados apurados. Os indicadores construídos para a Plataforma MonitoraEA são, antes de tudo, instrumento para autorreflexão e autoavaliação das próprias instituições que executam os projetos, programas e políticas, pois mobilizam as instituições do poder público na resposta ao formulário dos indicadores de políticas públicas de EA da Plataforma MonitoraEA.

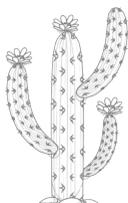


Reflexões e percepções sobre o desenvolvimento de indicadores da política pública de Educação Ambiental no estado

Em apreciação aos estudos bibliográficos acerca da temática da Educação Ambiental, desenvolvidos por pesquisadores de universidades públicas e privadas do RN, foi possível identificar que grande parte desses estudos tem como objeto de investigação a EA no ensino formal básico e superior. Com base em tais pesquisas científicas, percebe-se que, em sua maioria, os referidos pesquisadores se utilizam da aplicação de questionários direcionados a estudantes e professores de escolas públicas e, em menor escala, de escolas particulares do ensino básico e de universidades, geralmente, abordando o desenvolvimento e os resultados de projetos desenvolvidos por professores e alunos.

As pesquisas científicas acadêmicas, analisadas para a elaboração deste artigo, apontam a EA com resultados satisfatórios, quando existe o envolvimento do estudante em atividades de projetos desenvolvidos nas escolas de ensino básico, como aulas em campo; produção de objetos a partir de materiais recicláveis/reutilizáveis; encenação em peças de teatro; criação de horta na escola e incentivo à alimentação de base orgânica; bem como intervenções pontuais, como limpeza de rios, dunas e praias. Além disso, de acordo com esses estudos, tais projetos são desenvolvidos, predominantemente, por professores das disciplinas ramificadas nas ciências naturais, a saber: Ciências, Biologia e Geografia.

Pela análise dos dados secundários, percebeu-se que uma minoria de pesquisadores se utiliza de técnicas e atividades que possibilitem maior profundidade, com uma abordagem contextualizada na complexidade socioambiental na qual estão inseridos os sujeitos sociais. Tendo em vista os desafios da implementação de ações, projetos e políticas públicas realmente alinhadas com as premissas da sustentabilidade socioambiental, é premente que a EA seja tratada sob diferentes enfoques de ensino, sem se limitar à ação de professores e alunos, mas ser capaz de

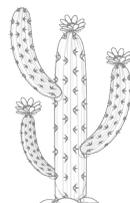


integrar os agentes e atores de todos os setores sociais para um maior compromisso com a mudança de valores e transformação da realidade.

Sobre os formulários dos indicadores da Plataforma MonitoraEA, respondidos pelos gestores, técnicos e professores participantes das Oficinas sobre Indicadores da Plataforma MonitoraEA, foram encontradas várias vertentes da Educação Ambiental no estado. Dessa forma, as respostas aos indicadores constituem informações que estão alinhadas, em sua grande maioria, aos resultados das pesquisas acadêmicas citadas anteriormente. Os professores e gestores escolares, em suas respostas aos indicadores, citaram, de forma geral, projetos que têm como temática central o ‘lixo e reaproveitamento/reciclagem de materiais’; produção de mudas e arborização de áreas específicas da escola e de seu entorno; ‘reuso de água’.

Instituições como a SEMARH e o IGARN citaram projetos que têm no cerne de seus objetivos, palestras em escolas de ensino básico e comunidades rurais sobre uso racional da água. O Estado do Rio Grande do Norte possui o Programa Estadual de Educação Ambiental (PEARN), que vem sendo implementado pelo IDEMA, por meio da SPEA. Esse instituto desenvolve a EA em todos os municípios do estado com ações norteadas pelo Projeto Meu Município, Meu Ambiente, que constitui uma inserção pontual junto à gestão municipal e à sociedade; o Projeto Fortalecendo a Educação Ambiental na Escola – por meio de cursos de Educação Ambiental ministrados a professores da rede municipal e estadual do ensino básico.

Nas 10 Unidades de Conservação (UCs) estaduais, os projetos de EA são propostos nos Planos de Manejo destas, em síntese, a maior parte aborda a Educação Ambiental no ensino formal, com temáticas ligadas à conservação e à preservação dessas áreas protegidas. As instituições que atuam diretamente no planejamento e na gestão ambiental (SEMARH, IGARN e IDEMA) atualmente discutem a atualização do PEARN e o desenvolvimento das propostas para uma minuta da Lei Estadual de Educação Ambiental



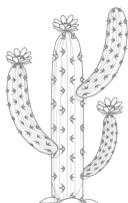
do estado que sirva como instrumento basilar para as políticas públicas de EA no estado.

Nesse processo, ficou transparente que algumas equipes técnicas têm dificuldades para compreender a riqueza de aspectos e de relações transversais que as questões da EA se propõem a auxiliar em seus princípios. Ficou evidente uma “carência” de formação de sujeitos no campo de Educação Ambiental, tanto na elaboração e na implementação de políticas públicas como na análise e no monitoramento dos resultados de políticas públicas, programas, projetos e ações.

Acredita-se que as lacunas de formação em Educação Ambiental por parte dos tomadores de decisões e equipes técnico-pedagógicas do poder público, mesmo nos órgãos e secretarias da área de educação e meio ambiente, culminaram em uma desarticulação das instituições públicas, privadas e não governamentais nos processos de monitoramento, a exemplo do proposto pela Plataforma MonitoraEA.

Além disso, pode-se sugerir que essa desarticulação também decorre, de modo geral, da baixa sensibilidade socioambiental de grande parte dos agentes e atores sociais; confusão cognitiva acerca da compreensão dos princípios, procedimentos metodológicos, práticas e políticas públicas de EA e a desvalorização da Educação Ambiental como instrumento fundamental para a sustentabilidade. Um exemplo disso é a desarticulação da CIEA, que pode ser entendida como uma das causas da dificuldade de legitimação e institucionalização da Política Estadual de EA do estado.

As percepções sobre os entraves para o desenvolvimento da política estadual de EA, dos mecanismos de controle e avaliação das políticas públicas de EA e da CIEA no RN, devido à carência de corpo técnico capacitado na área de Educação Ambiental nas instituições públicas são desafios que comprometem as tomadas de decisão e a própria execução de políticas, programas e projetos de EA no RN. Em outro viés, essa carência do entendimento e da expansão de ações que promovam a EA no âmbito institucional, pedagógico, acadêmico e político também decorrem da ausência da



política estadual de EA. Sendo assim, estes constituem problemas complementares entre si e urge serem priorizados.

A compreensão da necessidade de uma formação ambiental para os sujeitos em todas as dimensões da sociedade exige um processo educacional com mudanças de paradigmas, além de outras formas de se pensar políticas públicas que tradicionalmente são engessadas. É mister construir sociedades mais sensíveis e engajadas na proteção ambiental, integrando os valores da gestão pública, do ensino, da pesquisa e da extensão, pautados na sustentabilidade socioambiental, primando pelo diálogo, pela participação social e pela construção coletiva de uma consciência ambiental crítica, reflexiva e ética no poder público e nos espaços da educação formal, não formal e informal no RN.

Sendo assim, enfatiza-se a relevância do desenvolvimento de publicações de mais pesquisas relacionadas com a EA, de forma interdisciplinar, discutidas a partir da complexidade ambiental, para despertar ideias de atuação nessa área. Por fim, cabe destacar a necessidade de melhorar a formação de agentes políticos públicos, privados, da comunidade acadêmica e escolar para que contribuam na construção de cidadãos críticos e comprometidos com sociedades sustentáveis. Ainda há muito a fazer pela Educação Ambiental no Rio Grande do Norte, pois se acredita que investir na EA para a sociedade como um todo contribuirá positivamente para o quadro ambiental do meio em que vivemos.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educação ambiental 2003 / 2006: enraizamento da educação ambiental para um Brasil de todos**. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF.

DIAS, Genebaldo Freire. Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento. In: **Em Aberto** Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991..



JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2012.

LEFF, E. **Saber ambiental**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Elizabeth da Conceição *et al.* (Ed.). **Educação ambiental**: Universidade do Estado do Amazonas. Manaus: UEA Edições, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: editora e livraria Paulo freire, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1994, p. 207.

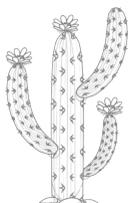
LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 3ª São Paulo: Cortez, 2009.

MEDINA, Naná Minnini.; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis, Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely. **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei Complementar nº 272, de 03 de março de 2004. Política Estadual do Meio Ambiente**. Natal, RN.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento educacional, Curitiba, v. 1, n. 1, p.337-358, set. 2018.





Reflexões e Práticas da Educação Ambiental do IBAMA à luz das Dimensões e dos Indicadores do Sistema Brasileiro de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de EA

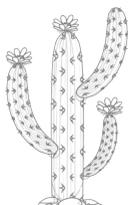
Isis Akemi Morimoto
Jakeline Borges de Souza
José Maria Barbosa da Silva
Manoel Alessandro Machado de Araújo
Maria José Colaço Rocha

Contextualização

A Educação Ambiental (EA) desenvolvida no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tem se preocupado em seguir uma linha metodológica dialógica, crítica, emancipatória e continuada há bastante tempo.

Desde a criação do Instituto, em 1989, e o estabelecimento dos Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) em meados dos anos 1990, muitos trabalhos foram realizados, profissionais internos e externos, parceiros e entidades da sociedade civil receberam capacitação, e artigos técnico-científicos foram publicados, criando-se uma concepção de Educação Ambiental que tem sido referência para diversos órgãos e instituições dos diferentes setores da sociedade: a Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública.

As ações de EA do IBAMA são referendadas em eixos temáticos pelos quais o IBAMA exerce suas competências como órgão de gestão ambiental federal: licenciamento ambiental federal, gestão de recursos pesqueiros, prevenção de desmatamento e incêndios florestais, preservação e conservação da fauna e da flora, dentre outros. Nesse contexto, o processo educativo deve ser exercido com grupos sociais diretamente envolvidos com as

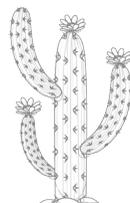


atividades de gestão ambiental, como agricultores, pescadores, extrativistas, bem como com técnicos de órgãos ambientais, de Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, formuladores e gestores de políticas públicas (cuja base está no uso de recursos ambientais), buscando a participação para a prevenção e a solução de problemas ambientais.

A fim de promover o aprofundamento teórico e sistematizar experiências vivenciadas pela antiga Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA (CGEAM) e pelos NEAs das Superintendências Estaduais do órgão, foram produzidos artigos, publicados livros e outros documentos técnicos sobre o tema.

Como exemplo destes documentos de referência na área, podemos citar os seguintes livros e artigos: Amazônia: Uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental (IBAMA, 1994), Direito do Meio Ambiente e Participação Popular (AGUIAR, 1994), Introdução à Gestão Ambiental Pública (QUINTAS, 2006), Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente (QUINTAS; GONCALVES; CARVALHO, 2006), Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: a Construção do Ato Pedagógico (QUINTAS, 2009), Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma Proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória (QUINTAS, 2004), Como o IBAMA Exerce a Educação Ambiental (IBAMA, 2005), Pensando e Praticando a Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental: Uma Concepção Pedagógica e Metodológica para a Prática de Educação Ambiental no Licenciamento (QUINTAS; GOMES; UEMA, 2006), Educação na Gestão Ambiental Pública (QUINTAS, 2007).

Destacamos também alguns atos normativos, tais como a Instrução Normativa nº 02 do IBAMA, de 27 de março de 2012, que estabelece as bases técnicas para programas de Educação Ambiental, apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA; a Nota Técnica nº 02/2018/COMAR/CGMAC/DILIC do Licenciamento, que dá subsídios para a aplicação da IN



nº 02 do IBAMA de 2012 citada acima; a Portaria nº 1.920 de 2018, que estabelece diretrizes e linhas de ação da Educação Ambiental do IBAMA; a Portaria nº 34 de 08.11.2016, que institui o Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (CIPEA), com a finalidade de fortalecer, articular e integrar as ações de Educação Ambiental não formal desenvolvidas pelo IBAMA; dentre outros.

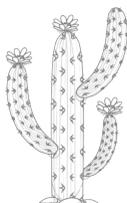
O compromisso com a qualidade das políticas, programas e projetos do Instituto sempre foi uma prioridade. Assim, no ano de 2014, quando dos primeiros convites para a participação de técnicos do IBAMA no processo de diagnóstico e discussão sobre indicadores para avaliação e monitoramento de Políticas Públicas de Educação Ambiental, a proposta foi recebida com entusiasmo e satisfação.

Breve histórico da Educação Ambiental no contexto do IBAMA

A Educação Ambiental no IBAMA foi instituída pela Lei nº 7.735/89, de criação do órgão, tendo como lócus a Divisão de Educação Ambiental (DIED), vinculada à sua Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação (DIRPED). Foi resultante de uma construção histórica, a partir de processos formativos e dialógicos que se fortaleceram com a criação dos NEAs nas Superintendências Estaduais do IBAMA (SUPES) em 1992, ano que coincidiu com a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Nesse mesmo ano vale destacar a participação da equipe da DIED na organização e execução do V Seminário Nacional Universidade e Meio Ambiente, preparativo para a Conferência Rio-92, e na implementação do Programa Nacional do Meio Ambiente, incentivando a criação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) e a construção de programas estaduais de Educação Ambiental.

Entre os anos de 1993 e 1995, os educadores ambientais do IBAMA colaboraram com parlamentares no processo de construção da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e compuseram, por solicitação do Ministério do Meio Ambiente



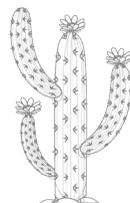
(MMA), o grupo de trabalho para elaborar o anteprojeto do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).

As recomendações da Conferência de Tbilisi (Geórgia, 1977) trouxeram elementos importantes que subsidiaram a definição das diretrizes da Educação Ambiental no IBAMA, com enfoque na resolução de problemas concretos das comunidades com as quais as áreas finalísticas do IBAMA lidavam; a abordagem interdisciplinar; a participação da sociedade na construção das soluções; o caráter permanente e continuado da ação educativa; e a pluralidade e diversidade cultural na implementação das ações. Esse enfoque embasou a definição das três linhas de ação da Educação Ambiental no IBAMA: capacitação, pesquisa de instrumentos e metodologias, e desenvolvimento de ações educativas no processo de gestão ambiental pública.

Com a definição das linhas de ação, embasadas pelos princípios da Conferência de Tbilisi e do PRONEA, sistematizados e orientados pela DIED, os NEAs desenvolveram seus projetos e ações alinhados às áreas finalísticas do IBAMA. Havia a compreensão da Educação Ambiental como veículo de participação cidadã na conservação e preservação ambiental, constatando-se que os recursos naturais não poderiam ser geridos desconsiderando-se os interesses de seus usuários e os conhecimentos das populações locais.

Foram desenvolvidos os Cursos de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental para capacitar técnicos, educadores do IBAMA e de instituições externas do poder público e da sociedade civil, para atuarem com populações de contextos socioambientais diferenciados, nos diferentes biomas.

Esse processo oportunizou aos participantes conceitos e ferramentas metodológicas para lidarem com grupos sociais, principalmente os mais afetados pelo ato da gestão ambiental. Cita-se como exemplos a atuação de alguns NEAs no ordenamento da pesca da lagosta, por meio da formação de lideranças em fóruns de pesca para intervirem de forma qualificada na proposição de medidas a serem inseridas na elaboração do Plano de Ordenamento



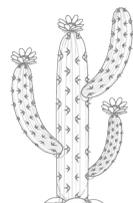
da Lagosta; na criação de Unidades de Conservação (UCs) e de conselhos de gestão das UCs, bem como no processo de formação de seus participantes; na formação de lideranças comunitárias para participação em audiências públicas e colegiados, no licenciamento ambiental e nas ações educativas de prevenção de incêndios florestais, dentre outras realizações.

A criação da CGEAM, em 2002, fortaleceu o processo de uma educação voltada para os interesses da coletividade no exercício do direito ambiental. Por meio desta coordenação foram incrementados e potencializados os Cursos de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, alinhando as ações de Educação Ambiental nas SUPES.

Até a sua extinção, em 2007, a CGEAM e os NEAs atuaram em muitas frentes, dentro e fora da instituição, na construção de programas de Educação Ambiental, no fortalecimento das CIEAs, na articulação com universidades para a inclusão da Educação Ambiental no ensino, extensão e pesquisa, na realização de encontros e conferências ambientais, no licenciamento ambiental, na elaboração do Projeto-Político-Pedagógico para o Curso de Formação dos novos analistas ambientais, dentre outras.

No contexto da Diretoria de licenciamento ambiental federal (DILIC), a equipe de Educação Ambiental contribuiu com o processo de elaboração da Instrução Normativa nº 02, de 2012, que estabelece as bases técnicas para programas de Educação Ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA.

No período de 2007 a 2013, com a extinção da CGEAM, as ações de Educação Ambiental ficaram sem um locus institucional, o que resultou na desestruturação de alguns NEAs, na fragmentação das ações, na inexistência de um alinhamento teórico-metodológico e em deficiências na alocação e na gestão dos recursos.



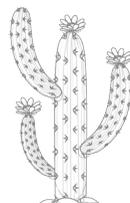
Reconstrução

Com a criação de setor de educação na Coordenação Nacional de Informação, Tecnologias Ambientais e Editoração (CNIA), hoje Coordenação de Gestão da Informação Ambiental (COGIA), a Educação Ambiental no IBAMA vem, aos poucos, se revigorando. Hoje a EA está alocada no Centro Nacional de Informações em Meio Ambiente (CENIMA), diretamente vinculado à presidência do órgão e cada vez crescendo um pouco mais. Em 2016 foi criado o Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (CIPEA), por meio da Portaria nº 34, de 16/11/2016, para impulsionar e possibilitar a integração das atividades de EA da instituição.

Com a intenção de retomar o alinhamento teórico-metodológico e a troca de experiências entre os técnicos que atuam na Educação Ambiental são realizados anualmente encontros nacionais. Durante os primeiros encontros foram construídas propostas para as linhas de ação e as diretrizes da Educação Ambiental, face ao contexto institucional atual. Consolidadas após vários debates presenciais e por meio de videoconferências, as linhas de ação e diretrizes foram publicadas na Portaria nº 1.920, publicada no Boletim de Serviço 07, de 06/07/2018.

Em que pese a existência das linhas de ação e diretrizes, esse processo de reconstrução nos coloca alguns desafios importantes sobre os quais vale destacar a necessidade de despender esforços da gestão no sentido de apoiar o desenvolvimento de um plano norteador de alinhamento e união de toda a instituição.

Esse foi apenas um breve relato da caminhada da Educação Ambiental na gestão ambiental pública do IBAMA, que se tornou grande referência para educadores, gestores públicos, academia e organizações da sociedade civil.



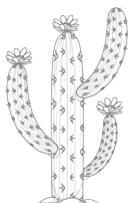
Reflexões e práticas na construção dos indicadores e da Plataforma MonitoraEA

Processo de participação na construção dos indicadores e da Plataforma MonitoraEA

O IBAMA foi convidado a participar dos debates da construção de indicadores para a avaliação e o monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental desde o princípio. Ainda no ano de 2014, quando o Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca/ESALQ/USP) realizou o Simpósio de Políticas Públicas para Educação Ambiental (RAYMUNDO; BRIANEZI; SORRENTINO, 2015), houve participação de servidores do Instituto na organização do evento e no diagnóstico participativo sobre demandas, desafios e oportunidades referentes à formulação e implementação de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. Nos anos seguintes, servidores do IBAMA se envolveram também no processo de construção de indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de EA, bem como de oficinas, rodas de conversa e encontros para o delineamento das dimensões para o Projeto-Político-Pedagógico (PPP) do MMA e vinculadas, que mais tarde serviram de marco referencial para a construção da Plataforma de Monitoramento de Políticas Públicas de Educação Ambiental, a MonitoraEA. Este envolvimento resultou em muito aprendizado e em trocas com parceiros dos diferentes setores da sociedade, enriquecendo também a atuação dos educadores ambientais do órgão.

O IBAMA também fez questão de participar do lançamento dos indicadores, que são a base da Plataforma MonitoraEA, ocorrido no fim de 2018, dando seu apoio e se dispondo a continuar participando do processo. O lançamento dos indicadores foi considerado muito importante e fortalecedor, visto o período de transição de governo que acabou culminando na extinção do Departamento de Educação Ambiental (DEA) MMA.

No primeiro semestre de 2019, a atual equipe gestora da Educação Ambiental do IBAMA se empenhou em possibilitar a

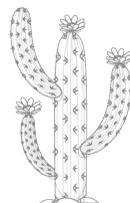


participação de seus servidores em todas as oficinas de Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental de Transição para Sociedades Sustentáveis, ocorridas nas cinco regiões do país. Nestas Oficinas foram apresentadas as oito dimensões e os 27 indicadores propostos pela ANPPEA (RAYMUNDO et al., 2019), e os participantes saíram com a missão de promover oficinas regionais para compartilhar o conhecimento adquirido. Algumas dessas oficinas regionais de replicação foram então realizadas em unidades do IBAMA ou em outras localidades contando com o apoio das Superintendências do IBAMA nos estados e do IBAMA-Sede.

Reflexões sobre as dimensões e indicadores da ANPPEA e da Plataforma MonitoraEA à luz da Educação Ambiental desenvolvida no IBAMA

Na oficina realizada pela ANPPEA na região Centro-Oeste, da qual o IBAMA-Sede participou, foi discutido com o grupo qual seria a política pública de Educação Ambiental (PPEA) a ser cadastrada junto ao piloto da Plataforma MonitoraEA, ficando definido que seria a PPEA geral do IBAMA. Observou-se que, no contexto atual, é um pouco complexo detalhar a PPEA do IBAMA em um curto período de tempo, porque ela é desenvolvida em parte das diretorias e também nas superintendências, cada uma com sua peculiaridade. Visto isso, foi pensado o cadastro piloto com as informações gerais de EA do IBAMA baseadas na estrutura do CIPEA, citado anteriormente, que contempla todas as diretorias, centros e superintendências estaduais, observando as diretrizes e linhas de ação da EA do IBAMA publicadas em 2018.

Na sequência, encontram-se as primeiras impressões da atual gestão da Educação Ambiental do IBAMA, como também de servidores antigos da EA do IBAMA, ao analisar as dimensões e os indicadores propostos pela ANPPEA, utilizando-se como base para o cadastramento o processo de construção do CIPEA e alguns documentos registrados em processo histórico.

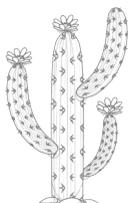


Dimensão Diagnóstica

Hoje a Educação Ambiental do IBAMA encontra-se em um processo de reorganização. A extinção da CGEAM em 2007 gerou uma lacuna no processo de articulação entre a Sede e as equipes que praticavam a Educação Ambiental nas superintendências. Estas seguiram realizando suas atividades de forma independente, conforme as demandas pontuais de cada região. Os NEAs com maior aproximação trocavam informações entre si, entretanto, sem um lócus bem estruturado na Sede que promovesse o devido alinhamento teórico-metodológico e a conexão entre as equipes técnicas que desenvolviam os projetos e as ações educativas.

A inexistência do registro organizado, da análise, do acompanhamento e do monitoramento dos projetos e ações, aliados à ausência de momentos de retroalimentação contribuíram para a dispersão, fragmentação e pragmatismo nas ações. Outro aspecto que vale registrar foi o esvaziamento e a desestruturação paulatina da maioria dos NEAs e a migração de técnicos para outros setores do IBAMA e para o então recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), onde havia lócus na Sede e espaços para a Educação Ambiental nas UCs e centros de pesquisa.

Diante desse quadro, a realização do diagnóstico da PPEA do IBAMA como um todo ficou comprometida, e até mesmo mais difícil de ser feita. Um dos motivos para isso foi também a inexistência de um elo central estruturado, assim como a não disponibilização de servidores exclusivos para atuarem na área. Contudo, em 2014, após várias pressões dos servidores e da recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para a re-institucionalização da Educação Ambiental, o MMA realizou um encontro de educadores ambientais da instituição e de suas entidades vinculadas. O objetivo foi traçar um diagnóstico das ações de Educação Ambiental realizadas e construir propostas para o fortalecimento da área nas vinculadas e na construção do PPP deste ministério. Dentro das questões norteadoras deste evento estava a que indagava “quais características devem estar presentes num processo educativo desenvolvido no



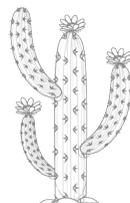
âmbito das políticas socioambientais?”. As resoluções/conclusões desse importante encontro apresentaram aspectos fundamentais na definição de indicadores para o monitoramento das políticas de Educação Ambiental no contexto das vinculadas.

Em 2016, foi criado o CIPEA com a finalidade de fortalecer, articular e integrar as ações de EA desenvolvidas pelo IBAMA. A intenção era dar início à montagem de uma espinha dorsal, ou seja, uma unidade de interlocução da EA entre a sede e as superintendências. Consequentemente, estabelecer de forma participativa as linhas de ação e diretrizes da EA do IBAMA, bem como realizar avaliação diagnóstica, contribuindo com o planejamento das ações e atividades da EA, de forma a otimizar recursos e esforços institucionais.

O CIPEA também ficou com a competência de discutir os processos formativos em EA com os servidores do IBAMA, referenciados nos eixos temáticos pelos quais o órgão exerce sua competência na gestão ambiental federal. Buscava-se apoiar e monitorar as ações de EA nos setores do IBAMA, buscando sua integração, sistematização e também divulgar as ações de EA resultantes.

Observa-se que a EA, em geral, ainda está solta, apesar de nunca ter parado de ser desenvolvida. Cada estado atua conforme suas particularidades, seguindo as linhas de ação, mas sem um plano central.

No atual contexto, visto a nova equipe de EA que vem se formando, tanto nas SUPES quanto na sede, nota-se a necessidade da realização de um novo estudo histórico e um diagnóstico da situação atual da EA do IBAMA como um todo, após esse espaço de tempo. Nesse sentido, observa-se a importância da retomada das resoluções, conclusões e encaminhamentos originários dos Encontros Nacionais de Educadores Ambientais do IBAMA, desde o ano de 2014, em que foram elaboradas sugestões para a política pública de Educação Ambiental do IBAMA e indicadores de monitoramento da política a ser reconstruída por toda a equipe de EA do IBAMA.



Registram-se algumas sugestões de indicadores de monitoramento feitas no encontro realizado em 2014: objeto e objetivo da ação; diagnósticos pré e pós-ação; temáticas abordadas; metodologia (instrumento); representatividade dos participantes das ações; número de participantes; recursos financeiros, humanos e materiais; monitoramento dos objetivos pós-ação.

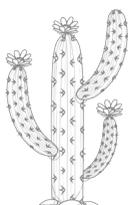
Nesse e nos encontros subsequentes também foram discutidas quais as características ideais que devem ter as ações, os projetos e as políticas de Educação Ambiental. Desses debates surgiram as seguintes características: a construção de competências; a emancipação política; a criticidade; ser inclusiva, dialógica e participativa; intervenção qualificada dos sujeitos do processo educativo. Nota-se a necessidade de se trabalhar os conceitos do que se propõe com toda a equipe.

Resaltou-se também que os projetos e as ações educativas devem ter um fio condutor estruturante e coerente e dialogar com as demais políticas públicas. Afinal, algumas agendas de prioridades que os grupos sociais geram para a resolução dos problemas e conflitos ambientais dependem também de outras políticas públicas que não estão no escopo da política ambiental. Daí a necessidade de qualificar esses sujeitos para a intervenção qualificada nas políticas públicas.

Dimensão da Participação e Construção Coletiva

Realizar uma mobilização social muitas vezes é complexo. São propostas estratégias de comunicação em sua maioria com a realização de reuniões, rodas de conversa, fóruns, campanhas e outros eventos para dialogar sobre algum assunto específico, mas é observada uma lacuna de retorno, falha na obtenção de uma resposta do que foi proposto. Muitas vezes a população está ansiosa, cansada, desmotivada e descrente quanto aos agentes externos, além do despreparo dos servidores para lidar com situações adversas, que usualmente, caracterizam os processos educativos contextualizados.

Como obter o feedback? Como mensurar a efetividade da mobilização? Fica uma interpretação subentendida/intuitiva, sem



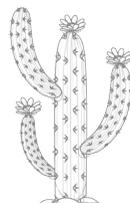
dados concretos para que se possa saber o que realmente mudou, qual o efeito causado, qual a porcentagem do que mudou.

O que se quer com a participação? Necessário se faz refletir sobre o que é participação e quais os seus pressupostos. Loureiro (2006) retoma o artigo 10º da Constituição Federal que diz “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”, instituindo a possibilidade de criação de participação da sociedade: plebiscitos, referendos, iniciativas populares de lei, audiências públicas, conselhos, comitês, fóruns, orçamento participativo, ouvidorias, etc.”. Mas como tornar efetivo?

Segundo Acselrad (1993) “o espaço público é aquele em que nos reconhecemos, discutimos e decidimos. É o espaço do exercício da política por meio do diálogo e da negociação”. Nesse sentido, a participação – na concepção da Educação Ambiental que se propõe crítica – tem características peculiares que envolvem um significado amplo de aprendizado de forma mais qualificada e capaz de realmente influenciar nas medidas que afetam diretamente os atores sociais, sujeitos do processo educativo. Assim, participação é aqui entendida como “tomar parte em”, “compartilhar”, “influir nas discussões e encaminhamentos”, no processo de gestão dos recursos ambientais (NEA/CE, 2010).

Reconhece-se a importância dos espaços colegiados, mas deve-se trabalhar melhor com os seus integrantes o sentido que estes se propõem. Muitas vezes os espaços criados são de baixa participação e, quando esta existe, o assunto tratado não é tão claro e outras vezes a atenção parece ser desviada para assuntos aleatórios. Além de que muitos dos integrantes não estão inteirados do assunto, não tiveram tempo de ler o material proposto, por vezes enviado em cima da hora. Há também alguns integrantes que foram indicados porque tiveram um perfil mais próximo do desejado e “às vezes nem lembram que estão participando”. Os poucos que participam podem não fornecer a representatividade ideal.

Observa-se a necessidade de que seja feita uma investigação sobre qual é o entrave no funcionamento dos colegiados, qual o



ponto central que deve ser atacado, o que faz com que aconteçam os mesmos fenômenos, como falta de representatividade, representação ineficiente, baixa adesão, indicação forçada. São de extrema importância, mas deve ser feita uma avaliação do que acontece. Deve-se trabalhar os significados, para que se propõem os colegiados, tapando as lacunas existentes, encontradas nos resultados da investigação.

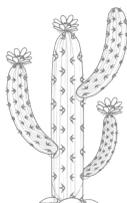
Dimensão da Formação Dialógica

Em vista da dificuldade operacional do 'setor' de Educação Ambiental do IBAMA-sede em acompanhar in loco as ações e projetos desenvolvidos nas SUPES, torna-se difícil afirmar a existência ou não da formação dialógica nos processos educativos.

Aliado a esse aspecto, observa-se também a inexistência de planejamento estruturado contemplando a formação permanente e continuada de quadros para atuar na educação crítica e dialógica. Há ainda a ausência de um fluxo de acompanhamento e monitoramento do processo de ensino-aprendizagem, o que tem fragilizado a Educação Ambiental como área de expressão e importância para a instituição.

A área de atuação do IBAMA é grande, abarca vários temas ambientais, várias realidades diferentes, vários tipos de perfis de servidores, várias metodologias utilizadas. Para que tudo entre em harmonia é necessário um eixo condutor. Nota-se a falta de uma coordenação de EA com equipe exclusiva, do elo definido entre todos os setores, para que esse tenha uma visão dos espaços e ambientes a serem preenchidos. Esse fato em si, compromete a capacitação, que deveria ser executada conforme a necessidade do que se propõe e o fato de não termos um Plano Nacional faz com que as capacitações fiquem soltas e não se tenha clareza dos objetivos a serem atingidos.

Existe a demanda e uma estrutura de processo da política, como também alguns servidores dedicados, mas, em sua maioria, estes não estão preparados para atuarem em contextos socioambientais complexos. A coordenação existente assume o



caráter quase voluntário e se dá num processo de resistência por amor à causa e compromisso ético, ocupando uma trincheira na luta permanente pela não extinção desta ação institucional, que deveria ter a valorização merecida. O apoio institucional é provocado, dependendo de muito esforço para consegui-lo.

Tudo isso dificulta e atrasa a criação de espaços formadores. A fim de suprir as dificuldades no processo de formação tem-se utilizado os espaços formadores em conjunto com os educadores do MMA e ICMBio. Alguns são caros e necessitam de tempo para serem realizados, e, como a maioria dos servidores encarregados da Educação Ambiental nas SUPES não tem dedicação exclusiva para a atividade, pois se ocupam também com demandas de outras áreas, torna-se difícil a participação efetiva desses servidores nos processos formativos.

Um entrave no desenvolvimento dos trabalhos de EA, que pode ser causado pela falta de estrutura e valorização por parte da instituição, é a descontinuidade dos processos iniciados. Destinam-se servidores para as atividades de EA e o processo é iniciado, mas são acrescentadas outras atribuições a esses servidores, desgastando-os pelo excesso de atribuições. Ocorrem trocas de equipe e começa novamente outro ciclo com servidores novos, e com isso, perde-se o ritmo e as informações, gerando retrabalho e esvaziamento das informações.

Dimensão Intervenção Socioambiental

A coordenação do Comitê criado para nortear o desenvolvimento da EA está em sua segunda gestão e ainda não se inteirou totalmente das atividades e dos procedimentos realizados pela EA do IBAMA em sua totalidade, principalmente nas diretorias e centros. A equipe possui um reduzido número de servidores, inicialmente apenas um, se ateu a atender às demandas das unidades distribuídas pelo País. Mesmo assim nota-se que o processo da PPEA gera intervenções socioambientais, porém a lacuna está na ausência de um processo de formação permanente, que dentre outros elementos, lhes capacite para o registro, a mensuração e a avaliação dos resultados.



Nas ações referentes ao licenciamento ambiental, se destaca o Programa de Educação Ambiental (PEA), elaborado e executado pelos empreendedores a partir do direcionamento dado pela Instrução Normativa nº 02 do IBAMA, de 2012. Mas a equipe de EA não conseguiu fazer o mapeamento dos resultados em tempo hábil para o registro nesse processo. No Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO) criou-se o Núcleo de EA para atuar juntos aos processos de prevenção e combate de incêndio florestais e manejo integrado do fogo. Observa-se que acontece o mesmo entrave com esse centro no que concerne ao mapeamento de resultados.

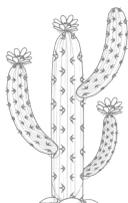
As superintendências estaduais são as maiores responsáveis pela existência da Educação Ambiental no IBAMA, com os seus núcleos de EA ou pontos focais desenvolvendo as ações de mobilização e sensibilização, oficinas pedagógicas, intercâmbios de experiências, palestras, reuniões, encontros, articulação interinstitucional, campanhas, dentre outras.

No momento não é possível especificar se as intervenções preveem ou trazem em seu desenvolvimento processos pedagógicos reflexivos. Precisa-se trabalhar uma forma de ter o retorno dos resultados dos processos pedagógicos. Trabalhar uma forma de avaliação e monitoramento dos processos. Normalmente as ações fomentam e se desdobram em outras ações, mas não é possível mensurar nesse momento. É necessário que seja feita uma pesquisa nas diretorias, centros e NEAs. O tempo foi curto para uma equipe reduzida realizar todo o processo.

Dimensão da Subjetividade/Indivíduo

Quanto à elevação da autoestima dos envolvidos, não se tem estabelecidos procedimentos e métodos de avaliação. Apesar de aparente resultado positivo é necessário que sejam criados esses procedimentos e métodos (pesquisas, relatos, depoimentos).

É observado o sentimento de pertencimento junto ao processo, maior clareza quanto às potencialidades de cada um, sendo difícil mensurar quantitativamente essa percepção.



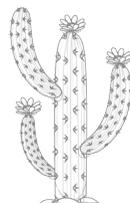
A PPEA estimula a construção/fortalecimento dos laços comunitários no sentido de aproximar a comunidade por meio de atividades e da resolução de problemas comuns, no momento das discussões, reuniões. Todavia necessita-se obter mais registros sobre o empoderamento e a interlocução dos sujeitos do processo educativo na construção de ações transformadoras e emancipatórias nos contextos socioambientais em que atuam.

Dimensão da Complexidade

Articulação Temática – A PPEA está articulada com outras políticas públicas, que muitas vezes são confundidas com a própria política de EA. É necessário que seja mais trabalhada a temática política pública de EA da instituição com os educadores ambientais em geral. Reconhece-se que, observando as ações, com vistas ao exercício da cidadania ambiental e no tocante à melhoria da qualidade do meio ambiente, a PPEA necessita estar articulada com outras políticas públicas, como a relacionada ao fortalecimento da agricultura familiar, da política de direitos dos povos tradicionais, da economia solidária, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre outras.

Quanto à articulação com redes, coletivos, movimentos socioambientais sabe-se que essa articulação é feita em determinados níveis, sendo necessária uma pesquisa mais detalhada sobre isso. Não existia essa informação pronta e o tempo não foi suficiente para a realização da pesquisa, devido ao número reduzido de servidores dedicados a agenda de EA.

O IBAMA está envolvido em algumas agendas internacionais, mas a equipe responsável pela coleta das informações não teve tempo hábil para entender como se dá esse envolvimento. Muito dessa participação refere-se ao apoio à participação do MMA, com representação nos grupos de trabalho, como: Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis; Carta da Terra; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em que o IBAMA participa de reuniões, contribuindo com relatórios no cumprimento das metas estabelecidas.



Quanto às ações afirmativas no enfrentamento às desigualdades, no que concerne à questão racial/étnica, alguns projetos da EA do IBAMA buscam entender o modo de vida indígena, rural, urbano e das comunidades tradicionais e trabalhar as relações entre tais grupos e a natureza, com vistas ao fortalecimento dos modos de vida, do direito à terra, ao território e à cidadania ambiental.

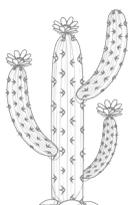
Quanto à discriminação social, são realizadas audiências e consultas públicas referentes ao licenciamento ambiental do Instituto para que a população e os envolvidos participem do processo de forma equilibrada. Entretanto, a PPEA do IBAMA precisa contribuir mais na preparação das comunidades envolvidas ou grupos sociais afetados pelos impactos socioambientais dos empreendimentos em processo de licenciamento ambiental. Tal medida é necessária para que possam intervir de forma qualificada nas audiências públicas e na definição de medidas compensatórias e mitigadoras desses impactos. Isso carece de um processo de capacitação permanente, que deve envolver educadores, equipes do licenciamento e consultorias que desenvolvem os programas ambientais.

Muitas das informações também são obtidas por meio de pesquisa, diagnóstico, dados oficiais, estudos ambientais, zoneamentos, planos diretores, IBGE e outros.

Ações de formação dialógica, de mobilização e de comunicação estão no contexto dos projetos anuais dos NEAs (POA) e constam de diagnósticos rápidos (DRP), oficinas, palestras, capacitação, cursos, campanhas educativas, encontros, intercâmbios de conhecimentos e práticas de gestão e uso sustentável dos recursos naturais, dentre outras.

Desafios encontrados e sugestões de inclusão de indicadores que atendam especificamente à linha de atuação da EA no IBAMA

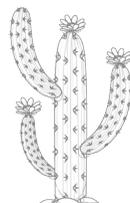
Durante o preenchimento do formulário piloto da Plataforma MonitoraEA observou-se que o tempo necessário para sua finalização pode ter sido aumentado pela necessidade de interpretação e/ou



entendimento de termos que, apesar de familiares, não estão muito claros nas mentes de muitos educadores quanto ao seu significado em determinados contextos.

Trabalhar os significados de termos, expressões e palavras-chave inicialmente pode ser uma estratégia potencializadora. Em geral, nota-se a necessidade sempre de um glossário e de um estudo prévio para clarear os significados de palavras e expressões-chaves no campo da educação, que podem muitas vezes dificultar a interpretação ou até mesmo, desviar do verdadeiro objetivo. O fato de ter somente o glossário não é suficiente para o entendimento; há necessidade de grande esforço e empenho de cada um para que se cumpra o processo de entendimento. Houve a instrução e disponibilização do material para que houvesse uma preparação, um estudo prévio, para o preenchimento do formulário piloto de indicadores da plataforma, mas talvez a quantidade de informações encadeadas a serem assimiladas e a complexidade de se enxergar todo o processo em um único documento tenha causado um pouco de estafa nos participantes. Visto isso, notam-se as lacunas de entendimentos a serem preenchidas, que demandam tempo para assimilação, comprometimento assim como de servidores engajados que possam liderar e puxar a linha condutora. Ressalta-se a grande oportunidade de nivelamento e chamado para ação que esse projeto da ANPPEA traz para a EA do Brasil.

A todo o momento surgem novos educadores, sendo essencial conservar os verdadeiros significados claros. É necessário que todos se atenham aos termos em sua essência, pois Educação Ambiental, só pode ser realmente feita se os atores incorporarem o que se propõe, e para tal, deve-se saber os significados em profundidade dos termos mais relevantes e realmente aplicar. Observa-se essa preocupação de entendimento nos formulários que se referem à plataforma. E conceitos como 'dialógica', 'pedagógica', 'formação', 'diagnóstico', 'socioambiental', 'ambiente', 'educação', 'avaliação', 'corresponsabilidade', 'intervenção' devem ser incorporados e profundamente entendidos pelos educadores. Trata-se de algo que pode ser obtido com formação/capacitação e prática continuada



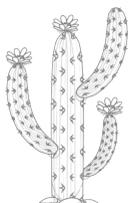
para promover o alinhamento conceitual de termos relevantes na práxis educativa.

Observou-se que o tamanho dos formulários, extensos, no primeiro momento assustou um pouco, talvez isso tenha feito com que muita gente não lesse o contexto, prejudicando o entendimento. Com muitas informações a serem digeridas em um curto espaço de tempo, nota-se a necessidade de persistência até que se consiga consolidar tudo. Depois da terceira vez em que foi trabalhado o formulário pela equipe, tornou-se possível enxergar a importância de ler os textos, avaliar com mais detalhes, observando os conceitos. Isso pode ter ocorrido talvez pela falta de familiaridade com os conceitos e seus significados, que abarca desde o termo da proposta de política pública até o próprio termo EA na sua profundidade. Observa-se que isso possa acontecer com muitas pessoas.

O formulário dá um direcionamento para o desenvolvimento da EA em qualquer instituição e representa um momento valioso para o clareamento das ideias em relação à PPEA e de todo o processo de desenvolvimento de EA. Para uma pessoa iniciante na EA é observado que o formulário em si, antes ressaltando a preciosidade do mesmo, abarca a essência da EA, pode ser um pouco extenso, complexo, cheio de nuances, o que faz com que a atenção algumas vezes tome um rumo diferente do proposto. São muitas informações conectadas, são muitas informações que levam a mente a outros aspectos.

Em resumo, o desenvolvimento de todo o processo da plataforma é uma proposta bem inteligente e essencial, podendo ser considerada base para organização e desenvolvimento de processos de Educação Ambiental nas instituições.

Dentre os indicadores apontados, vislumbra-se especificamente para o IBAMA, que o indicador número 16 Ações afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações pode contribuir para avaliar os trabalhos desenvolvidos na linha da Educação Ambiental na Gestão. No entanto, um indicador interno, no âmbito do IBAMA, mais direcionado poderia ser útil. Nossa sugestão seria algo que possibilitasse a seguinte verificação:



A atividade foca grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental ou atores sociais com potencial de intervir nas políticas públicas e nas decisões que afetam o uso e a apropriação dos recursos ambientais?. Esta continua sendo uma busca incessante das ações de Educação Ambiental promovidas junto ao Instituto.

Considerações finais

A participação em todo o processo de construção, compreensão e compartilhamento de conhecimentos sobre as dimensões e indicadores para a avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental tem sido muito enriquecedora para servidores e parceiros do IBAMA.

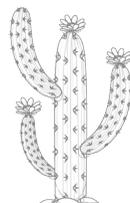
A proposta possui grande potencial para valorizar os trabalhos já desenvolvidos junto à instituição, além de ter um viés norteador para o aperfeiçoamento de ações, projetos, programas e políticas públicas ainda em construção.

Vislumbrando esta perspectiva enriquecedora, a atual equipe gestora da Educação Ambiental do IBAMA, por meio do- CIPEA, tem abraçado e contribuído com o processo de implementação da Plataforma MonitoraEA e pretende utilizar este valioso instrumento em diferentes contextos em que se concretiza a PPEA, no entendimento de que em um processo educativo é sempre necessário o aprimoramento e a reinvenção de quem o faz, educador e educando.

Referências

ACSELRAD, H. *et al.* **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, 316p.

AGUIAR, R. A. R. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: IBAMA, 1994. 110p.



BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Amazônia uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. **Documentos Metodológicos**. Brasília: IBAMA, 1994. 128p.

_____. **Como o IBAMA exerce a educação ambiental**. IBAMA. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: Edições IBAMA, 2005. 36p.. Justiça ambiental e cidadania.

_____. BAMA - Processo 02001.007858/2014-24, 02001.007858/2014-24. **Documentos do históricos da EA do Ibama desde o ano de 2014**. Disponível em <<https://sei.ibama.gov.br>> Acesso em 20/09/2019.

BRASIL. IBAMA - Superintendência no Estado do Ceará. Núcleo de Educação Ambiental. **O fazer educativo na formação dos grupos de gestão regional de pesca**. Fortaleza : IBAMA/NEA/CE, 2010. 38p.

LOUREIRO, Carlos Frederico; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda. **Educação ambiental e conselhos em unidade de conservação**: aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro. IBASE, 2007. 87p.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da educação ambiental brasileira. 1ª ed. Brasília: MMA, 2004, v. 1, p. 113-140.

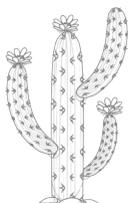
QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 2006. v. 1. 134 p .

QUINTAS, J. S. ; GONCALVES, C. W. P. ; CARVALHO, I. C. M. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3ª ed. Brasília: Edições IBAMA, 2006. v. 1. 206p.

QUINTAS, J. S.; GOMES, P. M. ; UEMA, E. E. **Pensando e praticando a educação ambiental no processo de gestão ambiental**: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática de educação ambiental no licenciamento. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 2006. 264p.

QUINTAS, J. S. Educação na gestão ambiental pública. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. v. 2. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2007, p. 131-142.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S.. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. 1ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2009, v. 1, p. 33-79.



RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. R. **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental:** processo de construção participativa e fichas metodológicas. São José dos Campos : Serviço de Informação e Documentação (SESID) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2019.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. (Ed.). **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** São Carlos: Diagrama, 2015. p. 226.





Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Caminhos para uma Estratégia de Monitoramento e Avaliação de Processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação da Natureza

Karina Jorge Dino
Mariele B. Mucciatto Xavier
Paulo Roberto Russo

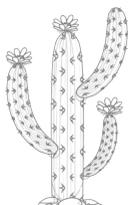
Introdução

As instituições públicas vêm sendo cada vez mais demandadas pelos diversos setores da sociedade a apresentarem indicadores de monitoramento e pesquisas de avaliação como forma de demonstrar sua eficiência. Historicamente, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas no Brasil possuem abordagens quantitativas que nem sempre traduzem o seu verdadeiro alcance. Como mensurar o leque de oportunidades aberto pela Educação Ambiental (EA) frente a tantas dimensões subjetivas envolvidas? Além disso, é notório que processos de monitoramento e avaliação são uma das principais lacunas no campo da Educação Ambiental.

O principal desafio no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem sido demonstrar de forma inteligível o quanto a Educação Ambiental é um instrumento de gestão com o mesmo grau de importância quanto os demais instrumentos previstos na Lei nº 9985/2000, lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Para demonstrar que a Educação Ambiental é uma valiosa estratégia de conservação da biodiversidade é necessário apresentar certas respostas sobre seus potenciais impactos. Contudo, de qual Educação Ambiental estamos tratando?

Cabe primeiramente lembrar que no ato de criação do



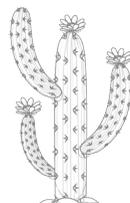
ICMBio, em 2007, foi estabelecida como uma de suas finalidades “fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental”. Portanto, a Educação Ambiental é uma das finalidades do ICMBio.

Este artigo trata da estratégia de monitoramento e avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação (UCs) federais, construída pelo ICMBio, suas reflexões e conexões com a estratégia de avaliação das políticas públicas de Educação Ambiental da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). Para isso, faremos uma breve contextualização do modelo de UCs no Brasil; da criação e das atribuições do ICMBio; da Educação Ambiental como política pública e como esta é exercida no Instituto para então chegarmos nas relações com a proposta apresentada pela ANPPEA e os principais desafios colocados para ambas as estratégias.

A Educação Ambiental no Sistema Nacional de Unidades de Conservação

As UCs, assim como a Educação Ambiental e outros instrumentos de gestão ambiental, surgiram como uma necessidade de dar resposta a um problema que foi identificado, percebido e divulgado fortemente em meados do século XX: a crise ambiental. A destruição de ambientes, o aumento da população mundial, a extração e o uso crescente dos recursos naturais, o aumento das desigualdades sociais, a extinção de espécies da fauna e flora fez com que alertas fossem divulgados por pessoas, eventos e grandes discussões de que não era possível que a humanidade continuasse nesse ritmo de destruição. No Brasil, eram tempos de fomento à ocupação de novas áreas, ao desenvolvimento industrial e de atenção com nossas fronteiras físicas.

Mesmo que a preocupação ambiental já mostrasse sinais desde a época do Brasil Império, foi após a década de 1960 que apareceram, de forma mais significativa, normativas e estruturas governamentais para lidar com a crise iminente. Um dos documentos mais importantes no processo de elaboração da política ambiental



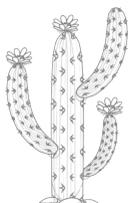
brasileira foi a publicação, em 1981, da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) por meio da Lei nº 6.938/81. Essa lei trouxe os principais instrumentos da gestão ambiental pública, como a regulação do uso de recursos naturais, o licenciamento ambiental, a criação das unidades de conservação e a Educação Ambiental, além de estabelecer o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). A partir e respaldadas por ela surgiram várias outras legislações relacionadas às questões ambientais, sendo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) pela Lei nº 9.795/1999, e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação as mais importantes para essa discussão.

Para cuidar das unidades de conservação federais, várias instituições tiveram essa atribuição ao longo do tempo, desde a criação da primeira UC no Brasil: o Parque Nacional do Itatiaia, em 14 de junho de 1937. Até que, em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nasceu (lei nº 11.516/2007) como novo órgão, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela gestão das UC federais e dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação. Entre suas competências estão as de atender ao que estabelece o Art. 225 da Constituição Federal¹; o artigo 2º da PNMA²; e os princípios e objetivos da PNEA, assim como, implementar a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA).

Compreende-se que as UCs estão ainda aquém em termos

1 Art. 225. CF/88: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

2 Art 2ºPNMA: A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento) IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

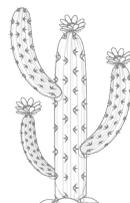


de estratégias viáveis de (des)envolvimento regional, mas este é um processo que deve ser construído coletivamente e gradualmente com outros setores da sociedade e não ser atribuição unicamente de um órgão. As UCs devem ser percebidas como um projeto de sociedade, como parte de um todo e não a fragmentação do território, enfim, como uma política pública. O grande desafio está exatamente nisso, estimular o sentimento de pertencimento na população.

Com isso, a Educação Ambiental surge como estratégia para o envolvimento da sociedade na valorização das UCs e na tarefa de conservar as diversidades natural, cultural e histórica desses territórios. De modo geral, as ações de Educação Ambiental nesses espaços têm por objetivo a mudança de atitude dos indivíduos em relação ao espaço protegido, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e valores necessários à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento socioambiental (ICMBio, 2016).

A Educação Ambiental no ICMBIO

Como uma das finalidades do ICMBio é “fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de Educação Ambiental” (BRASIL, 2007), foi necessário que a EA tivesse um espaço na estrutura regimental da instituição para que a legislação fosse atendida. Com isso estruturou-se a Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa (CEAC), que depois passou a ser chamada COEDU, vinculada à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM), dentro da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT). Essa coordenação passou a trabalhar na formação de servidores, grupos comunitários e outros setores da sociedade que têm interface com as UCs e os Centros de Pesquisa para cumprir seu papel na defesa do meio ambiente e na participação qualificada na gestão ambiental, executando uma EA crítica que visa garantir cidadania e participação social (ICMBio, 2017). Segundo Fontana et al. (2012), em 2011, pela primeira vez o ICMBio disponibilizou uma dotação orçamentária para a realização



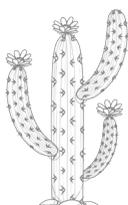
de práticas educativas.

Em 2017, com a reestruturação da instituição (ICMBio, 2017), a Educação Ambiental passou a fazer parte da Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA). No mesmo ano, o Projeto-Político-Pedagógico do ICMBio afirma que a Educação Ambiental na gestão pública da biodiversidade e das unidades de conservação constitui uma das principais práticas educativas que ocorrem no âmbito da instituição, e entra como ferramenta para trabalhar a relação fragilizada entre a UC e as comunidades residentes e do entorno, além da sociedade em geral (ICMBio, 2017a).

Neste contexto, a EA no ICMBio tem como foco político-pedagógico o fortalecimento de políticas públicas e ações institucionais que promovam os instrumentos de gestão e conservação da biodiversidade; a participação efetiva na gestão das UCs dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental; os espaços democráticos de participação na gestão de UCs e da biodiversidade (ICMBio, 2017). Para isso, promove e executa processos educativos com atores sociais envolvidos com as UCs, potencializando suas condições cognitivas e práticas para o fortalecimento dos espaços democráticos na gestão ambiental pública, contribuindo para o exercício da cidadania, a conservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a melhoria das condições da qualidade de vida das populações envolvidas, como preconiza a própria missão do Instituto.

Portanto, estamos tratando de uma concepção de Educação Ambiental que é crítica e emancipatória no processo de gestão ambiental, tendo como princípios o diálogo entre saberes e fazeres, o reconhecimento de diferentes territorialidades e identidades, a valorização da cultura e da organização social dos grupos sociais que são sujeitos das ações educativas.

Para o cumprimento dessa diretriz, a implementação de processos formativos junto à sociedade deve considerar os fundamentos da sustentabilidade ecológica e possibilitar a cada grupo social produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e

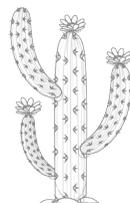


conhecimentos para participar ativamente na gestão do território. Isto permitirá romper a dependência e a iniquidade decorrentes da distribuição desigual do conhecimento, e promover um processo no qual os cidadãos, os povos e as comunidades possam intervir a partir de seus saberes e capacidades próprias na tomada de decisão e na gestão de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

A estratégia de monitoramento e avaliação de processos de Educação Ambiental em unidades de conservação federais

No período de 2015 a 2017, o ICMBio realizou um amplo debate interno visando à construção coletiva de diretrizes e orientações metodológicas para o planejamento e a implementação da Educação Ambiental em unidades de conservação federais e centros de pesquisa e conservação do Instituto. Esse trabalho estabeleceu sua concepção no contexto da gestão ambiental pública, seus objetivos, seus sujeitos prioritários (não exclusivos, há que se ressaltar) e também as premissas que norteiam os processos educativos, que estabeleceram as dimensões de monitoramento e avaliação. As referidas diretrizes e orientações metodológicas estabeleceram as bases para o monitoramento e avaliação de processos de Educação Ambiental sob a responsabilidade da instituição, resultando no documento *Estratégia de Monitoramento e Avaliação de Processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais*. A principal finalidade dessa estratégia é dar maior visibilidade às contribuições da Educação Ambiental, tanto para a consolidação da participação na gestão pública da biodiversidade quanto nos resultados da implementação dos processos e instrumentos de gestão, expressando assim sua transversalidade na gestão das UCs.

Essa Estratégia decorrente do diálogo entre as diversas áreas técnicas do Instituto considerou como basilar propor aos gestores, educadores e outros atores sociais, os quais se pretende envolver nesse processo de monitoramento e avaliação, a incorporação de conceitos estruturantes da Educação Ambiental na gestão



pública da biodiversidade. Alguns desses conceitos, tais como participação social qualificada, sustentabilidade, justiça ambiental, territorialidades e identidades e sujeitos em condições de vulnerabilidade, precisam ser internalizados nesses atores para que o monitoramento e a avaliação ocorram de forma crítica e auxiliem na busca de territórios ecologicamente mais sustentáveis e socialmente mais justos.

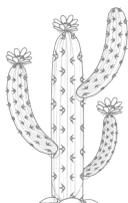
Nessa Estratégia foram elencados 25 indicadores de processos, resultados e impactos da Educação Ambiental na gestão pública da biodiversidade. Todos com o propósito de se buscar um olhar integrado para as áreas protegidas, promovendo a reflexão sobre diferentes usos de recursos ambientais, potencialidades, problemas e conflitos gerados em cada território, bem como a diversidade de grupos organizados envolvidos. Esses indicadores foram formulados visando mensurar a contribuição da Educação Ambiental para:

- os debates regionais;
- a valorização de necessidades e características de cada território abrangido pelas UCs ou do trabalho desenvolvido pelos centros de pesquisa e conservação; e
- a qualificação de processos decisórios da gestão pública da biodiversidade.

Uma vez definida essa estratégia, segue-se para a etapa imediatamente posterior, seu teste. Sua aplicação permitirá a análise crítica do método e a inclusão de ajustes para seu uso em avaliações.

Foi estratégico para o ICMBio a iniciativa conjunta entre a Oca – Laboratório de Educação e Política Ambiental da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), o Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST/INPE) e o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) no desenvolvimento de um processo participativo de construção de indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental.

Dessa forma, as ações do ICMBio serão analisadas dentro



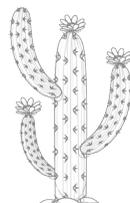
de um contexto territorial mais amplo, sendo possível identificar interfaces com outras políticas públicas, bem como pontos de atrito e possíveis avanços que serão decorrentes da sinergia de esforços. Isto será possível a partir de uma plataforma para cadastro e análises espaciais de ações estruturantes, projetos e políticas públicas de Educação Ambiental, que terá um banco de dados de escala nacional. A concepção de monitoramento e avaliação propostos por esta plataforma não se reduzem ao gerenciamento de dados que auxiliam na tomada de decisão de gestores públicos; trata-se de uma estratégia que promoverá o monitoramento participativo, permitindo maior transparência, governança e controle social (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018).

Para o alcance desses objetivos é necessário um conjunto de elementos sociais, econômicos, culturais e ecológicos, que trazem um nível elevado de complexidade ao processo de análise e monitoramento de políticas públicas.

Buscando dar conta dessa complexidade foram selecionadas oito dimensões articuladas de indicadores para o monitoramento e a avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental (RAYMUNDO, BRANCO, BIASOLI, 2018), que são as seguintes:

- Dimensão Diagnóstica;
- Dimensão da Participação e Construção Coletiva;
- Dimensão da Formação Dialógica;
- Dimensão da Intervenção Socioambiental;
- Dimensão Indivíduo/Subjetividade;
- Dimensão da Complexidade;
- Dimensão da Comunicação; e
- Dimensão Institucional.

A proposta da ANPPEA é direcionada às políticas públicas de Educação Ambiental, enquanto que a do ICMBio tem foco nas ações educativas nas UCs. Por ser mais focada em ações institucionais, a proposta do ICMBio poderá aproveitar as dimensões e indicadores da ANPPEA para um olhar mais amplo, que complementa,



inclusive, o que os educadores do ICMBio propuseram. Em uma análise semântica, percebe-se uma dimensão coincidente em ambas as propostas: a da Participação Social. Porém, assim como a estratégia do ICMBio, a da ANPPEA deve ter os indicadores adaptados para a realidade da ação que está sendo avaliada.

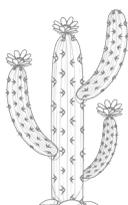
Desafios

O desafio que se apresenta de forma mais preocupante neste debate é que a avaliação, como parte essencial de um processo de melhoria contínua, não é um procedimento facilmente aceito e incorporado na gestão pública. Ao contrário, há ainda falta de transparência, sustentada pela insuficiência de informações e orientações/diretrizes pouco claras, o que ajuda a manter a população interessada alijada do processo de tomada de decisão.

O desafio posto, em especial à Plataforma de Políticas Públicas de Educação Ambiental da ANPPEA, é ser uma ferramenta de diagnóstico e, sobretudo, uma estratégia perene de aprendizagem para os distintos atores sociais comprometidos com a formulação e a implantação de políticas públicas na área.

O aprimoramento das políticas públicas passa pelo reconhecimento de seus problemas e pelo exercício de encontrar caminhos para a mitigação ou eliminação desses problemas, o que reforça a necessidade de processos de monitoramento e avaliação que atendam essa finalidade. Contudo, não se trata da implementação de sistemas de monitoramento e avaliação que tem por objetivo favorecer o aperfeiçoamento dos programas por meio de métricas ‘frias’. É reafirmação da participação social no Brasil como um meio de garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal.

Cabe salientar que toda avaliação, a despeito das escolhas metodológicas refletidas nos indicadores monitorados, revela um recorte da realidade. O uso de seus resultados na tomada de decisão dependerá do contexto político, social e econômico no qual os



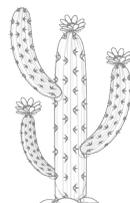
diferentes atores estão inseridos.

O método desenvolvido pelo ICMBio busca dar credibilidade aos resultados dos esforços avaliativos. Mas sem engajamento e reconhecimento dos sujeitos envolvidos nas diferentes faces das políticas, muito provavelmente não haverá transformação, uma das premissas da Educação Ambiental adotada pelo Instituto.

A decisão política é a primeira condição deflagradora ou não de uma política pública, evidenciando o comprometimento dos tomadores de decisão. Portanto, sem o incentivo e o investimento em medidas concretas que viabilizam a análise e a compreensão do que é proposto não será possível a materialização do ideal de accountability, presente na concepção de um Estado que almeja ser democrático.

O fortalecimento dos espaços de participação social faz parte desse caminho que almeja construir uma nova práxis para a gestão pública no Brasil e se mostra como um dos desafios dos processos de monitoramento e avaliação protagonizados seja pela ANPPEA e seus parceiros, seja pelo próprio ICMBio. Processos que visam à leitura detalhada dos territórios e que encontram um ponto de convergência num instrumento em desenvolvimento no ICMBio, o Projeto Político-Pedagógico das Unidades de Conservação Federais mediados pela Educação Ambiental (PPPEA).

O PPPEA é um processo que objetiva discutir, refletir, planejar, articular e promover a implementação de processos educativos (formais, não formais e de Educação Ambiental) necessários à melhor conservação da biodiversidade, à gestão da unidade de conservação e à qualidade de vida dos grupos sociais prioritários na gestão da UC. Trata-se, portanto, de um processo estruturante, que deve ser construído de forma participativa com os atores locais envolvidos. O PPPEA tem por objetivo desenvolver estratégias educativas voltadas ao desenvolvimento de capacidades para a gestão territorial, considerando as unidades de conservação federais como polos irradiadores das políticas públicas de conservação da biodiversidade, buscando-se promover a gestão integrada da conservação e do desenvolvimento socioambiental.



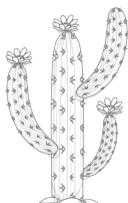
A elaboração dos PPPEA das unidades de conservação federais considera sua zona de amortecimento ou área de influência, promovendo a identificação e o planejamento estratégico das demandas de capacitação e formação necessárias ao fortalecimento da participação social na gestão pública da biodiversidade.

Assim, a elaboração e implementação de cada PPPEA será um excelente exercício para a aplicação da estratégia de monitoramento e avaliação elaborada pelo ICMBio e, no seu conjunto como política pública, será uma boa oportunidade para aplicação da metodologia elaborada pela ANPPEA, contribuindo para o seu aperfeiçoamento no campo da política pública de Educação Ambiental e estratégia de promoção da participação social e da conservação da biodiversidade.

Agradecimentos

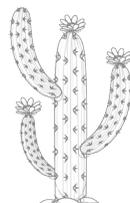
A Estratégia de Monitoramento e Avaliação de Processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais, que representa uma inovação da Educação Ambiental em nível federal, foi construída a muitas mãos, com muitas cabeças juntas refletindo, dialogando e definindo os rumos da Educação Ambiental em unidades de conservação e centros de pesquisa e conservação do ICMBio. Envolveu diferentes instituições e esferas do ICMBio, representando uma rica experiência de articulação inter e intra-institucional que precisa ser fortalecida e continuada.

Assim, no processo de construção das diretrizes e orientações metodológicas da Educação Ambiental contamos com a parceria de oito instituições públicas e da sociedade civil (Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC/IBAMA), Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo/IBAMA), Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ/MMA), Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA), Departamento de Extrativismo (DEX/MMA), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Desenvolverh Assessoria em



Recursos Humanos Ltda, WWF Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ); 13 unidades de conservação federais em diferentes regiões do Brasil (PARNA Sempre Vivas/ICMBio, PARNA de Jericoacoara/ICMBio, RESEX Arraial do Cabo, APA Baleia Franca/ICMBio, FLONA de Tefé/ICMBio, RESEX Pirajubaé/ICMBio, RESEX Marinha de Soure/ICMBio, PARNA dos Campos Gerais/ICMBio, PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio, PARNA do Iguazu/ICMBio, RESEX Baía do Iguape, REBIO do Tapirapé e RESEX São João da Ponta); Três centros de pesquisa e conservação do ICMBio: Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (CEPTA/ICMBio), Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL/ICMBio) e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio); cinco coordenações do ICMBio: Coordenação de Articulação de Políticas para Comunidades Tradicionais (COPCT), Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (COMOB), Coordenação de Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais (COGCOT) e Coordenação Regional 06/ICMBio; e apoio de dois projetos especiais do ICMBio (Projeto PNUD BRA/08/023 e PROJETO PNUD BRA/07/G32).

Em seu momento final, a construção da estratégia de monitoramento e avaliação de Educação Ambiental reuniu um grupo de 15 educadores ambientais do ICMBio, que integram o corpo docente do Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental e contribuem para a construção de processos estruturantes da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental. São eles: Alessandra Fontana, Cláudia Conceição Cunha, Cláudio Rodrigues Fabi, Enise Maria Bezerra Ito, Jerônimo Carvalho Martins, Karina Jorge Dino, Laci Santin, Márcio Ricardo Ferla, Marcus Machado Gomes, Mariele Borro Mucciatto Xavier, Maryanne Saisse, Paulo Roberto Russo, Sérgio Fernandes Freitas, Simão Marrul e Walciclea Purificação da Silva Cruz, moderados por Nahyda Franca Von Der Weid. Também gostaríamos de lembrar da importante participação do companheiro Waldemar Londres Vergara Filho, que hoje



integra o mundo dos encantados e que sempre nos ajudou a pensar e construir novos rumos da gestão socioambiental relevando o imaginário e o etnoconhecimento das populações tradicionais que são nossas parceiras na conservação da sociobiodiversidade. A todos e todas aqui mencionados agradecemos profundamente seu engajamento e parceria na construção de uma Educação Ambiental orientada à conservação da biodiversidade e à justiça ambiental.

Aproveitamos a oportunidade para reconhecer a valiosa participação dos seguintes servidores nas oficinas sobre Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Mariele Borro Mucciato, Virgínia Talbot, Kênia Maria de Oliveira Valadares, José Ulisses dos Santos, Márcio Ricardo Ferla, Paulo Roberto Russo, Willian Ricardo Da Silva Fernandes, Walciclea Purificacao da Silva Cruz, Ivan Machado de Vasconcelos e Karina de Oliveira Teixeira. Essas oficinas integraram a construção da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental, desenvolvidas pela secretaria executiva da ANPPEA (CCST/INPE; Oca/ESALQ/USP; FunBEA) e apoio do MMA.

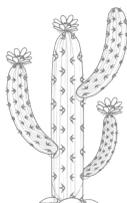
Referências

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Decreto-lei nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

_____. **Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007.** Cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: MMA. 2007. 8 p.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19795.htm>. Acesso em: 02 dez. 2018.



_____. Estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no âmbito do

Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/caderno1.pdf>. Acesso em 10/06/2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Educação ambiental em unidades de conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade**: guia informativo, orientador e inspirador. Brasília : ICMBio, 2016. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/biblioteca/educacao-ambiental-em-uc.html>. Acesso em 10 de dez de 2018.

_____. **Diretrizes e orientações metodológicas para planejamento e implementação de processos de educação ambiental em unidades de conservação federais e centros de pesquisa e conservação do ICMBio**. Brasília: MMA, 2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/PRODUTO_1_-_Diretrizes_e_Orienta%C3%A7%C3%B5es_Metodol%C3%B3gicas_de_EA_em_UCs_FINAL.pdf>. Acesso em 02/09/2019.

_____. **Estratégia de monitoramento e avaliação de processos de educação ambiental em unidades de conservação federais**. Brasília: MMA, 2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/PRODUTO_4_-_Estrategia_de_Monitoramento_e_Avaliac_o_FINAL.pdf>. Acesso em 20/11/2018.

_____. **Texto-base do projeto político-pedagógico do ICMBio, com as contribuições da consulta**. Termo de Cooperação Técnica ICMBio/UFSCAR. Processo n.º 02154.000053/2011-63. Brasília, 2017a.

FONTANA, A. *et al.* O resgate da educação ambiental na gestão pública da biodiversidade: a estruturação da educação ambiental no ICMBio. In: **VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental**. Salvador, BA, 2012.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A. BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. Curitiba. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, número especial, p.337-358, 2018.





Contribuições da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) ao Fortalecimento e Controle Social das Políticas Públicas em Educação Ambiental

Jacqueline Guerreiro
Patricia Martin Alves
Fidelis Paixão
Alexandre de Gusmão Pedrini
Tadeu Ribeiro
Antonio Vitor Rosa
José Janielson da Silva Sousa

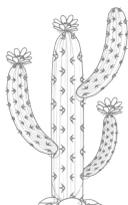
A Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) tem no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, formulado no contexto da I Jornada Internacional de Educação Ambiental¹, a sua Carta de Princípios. Desde sua criação, a REBEA baseou-se na atuação coletiva horizontal, cooperativa, solidária, compromissada, apaixonada e generosa de seus partícipes (GUERRA et al., 2007).

O Tratado instrumentaliza os educadores ambientais para sua inserção na luta política anticapitalista, visando à construção de sociedades sustentáveis e ao enfrentamento dos ciclos destrutivos e desagregadores desse sistema, uma vez que, entre seus princípios mais contundentes, afirma: “A Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social”.

É a partir dessa instrumentalidade e com as premissas que incluem participar na construção, execução e avaliação de políticas públicas e vivenciar a vida em sociedade de modo igualitário, que a REBEA, desde sua criação em 1993, e as cerca de 80 redes² de sua malha atuam. Desse modo, participar em espaços de controle social

1 Evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizado no Rio de Janeiro em 1992.

2 Compõem a malha da REBEA: 50 redes territoriais, 12 temáticas e redes de diálogos, das quais 10 nacionais e cinco internacionais. Mais informações em <www.rebea.org.br>.



e contribuir para os fins acima mencionados é o dever mínimo a que centenas de enredados, por todo o País, devem atender ao chamamento das demandas educativas como membro da REBEA.

Posicionamentos políticos

A história da REBEA imbrica-se com importantes processos de construção, fortalecimento, enraizamento e controle social das políticas públicas de Educação Ambiental nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Por meio de sua Facilitação Nacional³ e das redes territoriais ou temáticas que compõem sua malha, a REBEA vem se mobilizando e posicionando em defesa destas políticas. Algumas situações que podem ser destacadas são:

- A participação na redação do decreto que regulamentou a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA⁴);
- A campanha contra o fim da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC)⁵;
- A pressão, junto com diversos coletivos do campo da Educação, para que o Órgão Gestor da PNEA rejeitasse o projeto da revista Horizonte Geográfico e Monsanto⁶;
- A elaboração coletiva da Carta da Praia Vermelha⁷, que afirmava a existência de um cenário de desmonte das ações do Órgão Gestor da PNEA, de ataques e retrocessos à legislação ambiental e a fragilização das competências do Órgão Gestor. A partir deste cenário, o documento exigia:

• A manutenção e o fortalecimento dos espaços já instituídos na condução das Políticas Públicas de Educação Ambiental no País, tais como o Órgão Gestor da Política Nacional de EA – PNEA, seu Comitê Assessor e Câmara Técnica de EA do CONAMA;

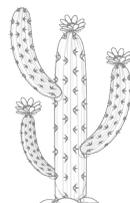
3 A Facilitação Nacional da REBEA é constituída de um a dois Facilitadores de cada rede de sua malha. Para informações sobre esta configuração: <<https://www.rebea.org.br/index.php/a-rede/redes-vinculadas>>.

4 Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

5 Ocorrida em 2002.

6 Realizada em 2005.

7 A Carta da Praia Vermelha foi elaborada durante o VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em 2009, na cidade do Rio de Janeiro. Para conhecer o teor da Carta: <<https://remtea.blogspot.com/p/carta-da-praia-vermelha.html>>. Acesso em 28/09/2019.

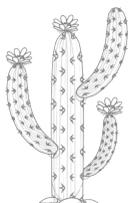


- A imediata reinstitucionalização da Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA e dos Núcleos de Educação Ambiental - NEAs nas suas Gerências Executivas e Superintendências, a criação de estrutura análoga no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e respectivas Coordenações Regionais, assim como a institucionalização da Educação Ambiental no Serviço Florestal Brasileiro e na Agência Nacional de Águas;
- O fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental; do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA), bem como a retomada da discussão da consulta pública do Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA). (VI FÓRUM REBEA, 2009)
- A elaboração coletiva da Carta de Belém⁸, que evidenciava:

(...) a preocupação das redes e movimentos sociais participantes do VIII FBÊA quanto às contradições entre as ações do governo federal, no que diz respeito à articulação entre as políticas públicas de Educação, Educação Ambiental e Meio Ambiente, e o embate político, interesses e pressão econômica das grandes corporações, provocando o enfraquecimento da legislação, de gestão e do licenciamento ambiental no País”, e pleiteia a “necessidade de avaliar e ampliar políticas de estado que se institucionalizem em políticas públicas, como: a Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, o Programa Mais Educação, PDDE – Escolas Sustentáveis reforçando as Agendas 21 Locais, Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COM VIDA, previstas no Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES), em parceria com as redes e Instituições de Educação Superior (IES). (VIII FÓRUM, 2014)

O documento também enfatizava a necessidade do fortalecimento da CGEA/MEC e do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA); a necessária revitalização das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA) do Brasil; a construção participativa dos programas de Educação Ambiental, a revisão da PNEA, e o desenvolvimento e a implementação de políticas e programas de Educação Ambiental no âmbito dos Comitês de Bacias

⁸ Este documento foi elaborado durante o VIII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em 2014, em Belém do Pará. Disponível em: <<http://www.recicloteca.org.br/noticias/carta-de-belem/>>. Acesso em 28/09/2019.



Hidrográficas.

- Elaboração, junto com outros sujeitos sociais⁹, do Manifesto de educadoras e educadores ambientais contra o PLS 221/2015, que propunha a criação de uma disciplina de Educação Ambiental.
- Elaboração e divulgação de uma carta-manifesto aos Ministros de Educação e Meio Ambiente, que apresentava reivindicações como: a recriação do DEA/MMA; a manutenção da CGEA/MEC e a ampla publicização da nova versão do ProNEA¹⁰.

Participação na construção de políticas públicas

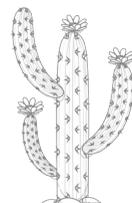
Um tipo de contribuição da REBEA e das redes de sua malha que merece ser destacado é o esforço pela formulação, aprovação e implantação de leis, decretos e outras normativas envolvendo políticas públicas em Educação Ambiental, como por exemplo¹¹:

BA	Lei da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia
	Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia
CE	Lei da Política de Educação Ambiental do Estado do Ceará
	Lei da Política Municipal de Educação Ambiental de Fortaleza
ES	Lei da Política de Educação Ambiental do Estado do Espírito Santo
	Lei da Política Municipal de Educação Ambiental de Vitória
MS	Lei da Política de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul
	Programa de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul
MT	Lei da Política de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso

9 Além da REBEA, assinam este documento: Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA); Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPÉA); Oca - Laboratório de Educação e Política Ambiental ESALQ/USP; Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS).

10 A quarta versão do ProNEA foi aprovada em 2017, na culminância de um processo participativo demandado pela REBEA ao Órgão Gestor da PNEA.

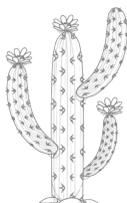
11 Listagem a partir de <<https://reapop.wordpress.com/repositorio-politicas-programas-ea/>>. Acesso em 28/09/2019.



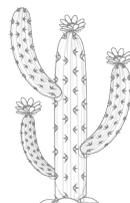
PA	Mínuta do Projeto de Lei da Política de Educação Ambiental do Estado do Pará
	Lei da Política Municipal de Educação Ambiental de Belém
RJ	Decreto para criação do Órgão Gestor e que regulamenta Programa Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
	Lei da Política Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
	Programa Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
SP	Lei da Política de Educação Ambiental do Estado de São Paulo
	Lei da Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo
	Lei da Política Municipal de Educação Ambiental de Suzano

Em função da diversidade de composição, organização, condições e enfoque das diferentes redes de Educação Ambiental vinculadas à REBEA, observa-se uma diversidade de contribuições dessas perante as políticas públicas, como pode ser observado nos exemplos apresentados no Quadro 1.

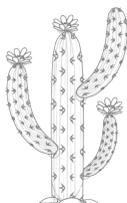
Nome da rede	Contribuições mais importantes
Rede de Educação Ambiental do Paraná (REA-PR)	Participação na construção da Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná
Rede Temática de Materiais de Educação Ambiental (REMATEA)	Participação na construção da Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná
Rede de São Gonçalo (REASG)* <i>*rede da malha REARJ</i>	Participação na criação do Fórum da Agenda 21 Local de São Gonçalo Participação na Câmara Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro Participação na construção da Plataforma MonitoraEA e dos Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental



<p>Rede de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (REARJ)*</p> <p><i>*na malha da REARJ existem 14 redes temáticas, territoriais e de juventude</i></p>	<p>Participação na construção do Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA-RJ). Facilitadores participaram enquanto Coordenadores, Facilitadores e Moderadores</p> <p>Participação na construção do Programa Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (ProMEA-Rio). Facilitadores atuaram como Coordenadora e Facilitadores</p>
<p>Rede de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (REARJ)</p>	<p>Participação na criação do Fórum da Agenda 21 Local de São Gonçalo</p> <p>Participação na criação do Fórum da Agenda 21 Local de São Gonçalo</p> <p>Participação na construção da Política de Desenvolvimento Rural da Cidade do Rio de Janeiro</p> <p>Participação na construção da Plataforma MonitoraEA e dos Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental</p>
<p>Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas (REAPOP)</p>	<p>Participação na construção da Política de Educação Ambiental do Estado do Pará</p> <p>Participação na construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Belém (PA)</p> <p>Participação na construção da Plataforma MonitoraEA e dos Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental</p>
<p>Rede de Educação da Paraíba (REA-PB)</p>	<p>Participação na formulação da Política Estadual de Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Unidades de Conservação</p> <p>Participação na formulação da Política Estadual de Resíduos Sólidos</p> <p>Discussão na formulação da Política Estadual de Unidades de Conservação</p>



<p>Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA)*</p> <p><i>*dentro da malha REPEA há outras redes territoriais e temáticas como, por exemplo, a Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista (REABS), a Rede de Educação Ambiental do Grande ABC (Rede ABC), a Rede ProsEAndo de Ribeirão Preto, a Rede de Educadores Ambientais Populares de Suzano (REAPS), entre outras.</i></p>	<p>Construção de Metodologia para Educação Ambiental nas Bacias Hidrográficas de SP</p> <p>Participação no grupo facilitador para regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental</p>
<p>Rede de Educadores Ambientais Populares de Suzano (REAPS)</p>	<p>Participação na construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Suzano</p>
<p>Rede de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte (REARN)</p>	<p>Participação na formulação da Política Estadual de Resíduos Sólidos</p>
<p>Rede de Educação Ambiental do Ceará (REACE)</p>	<p>Participação na construção do Programa Estadual de Educação Ambiental do Ceará</p> <p>Participação na construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Fortaleza</p>
<p>Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA)</p>	<p>Participação na construção do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente</p> <p>Participação na construção do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente</p>
<p>Rede de Educação Ambiental para Escolas Sustentáveis (REAPES)</p>	<p>Participação nas discussões para a construção do Programa Nacional Escolas Sustentáveis*</p> <p><i>*o programa não chegou a ser instituído</i></p>
<p>Rede Mineira de Educação Ambiental (RMEA)</p>	<p>Participação na construção do Programa de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais</p> <p>Participação na construção do Programa de Educação Ambiental do Licenciamento Ambiental de Minas Gerais</p>
<p>Rede de Educação Ambiental do Médio Paraíba do Sul – RJ (REAMPS)*</p> <p><i>*rede da malha da REARJ</i></p>	<p>Participação na construção do Plano de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul</p>



Rede de Educação Ambiental da Bahia (REABA)	Participação na construção da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia Participação na construção do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia
Rede Capixaba de Educação Ambiental	Participação na construção da Política Estadual de Educação Ambiental do Espírito Santo Participação na construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Vitória
Rede de Educação Ambiental do Estado do Pará (Rede PAEA)	Participação na construção da Política de Educação Ambiental do Estado do Pará

Quadro 1: Participação das redes da malha da REBEA em políticas públicas de EA

A REBEA e o ProNEA

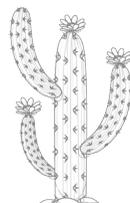
O ProNEA é um importante instrumento de orientação das políticas públicas de Educação Ambiental em todo Brasil. Considerando isso, a REBEA participou ativamente da consulta pública de revisão da terceira¹² versão do ProNEA. Inclusive, o relatório dessa consulta pública¹³ enfatizou a importância das redes:

(...) a Consulta Pública do ProNEA foi concebida levando-se em consideração a articulação entre o produto final da consulta – a visualização das demandas dos educadores ambientais para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, com o processo da consulta – o fortalecimento e democratização das Comissões Interinstitucionais Estaduais e das Redes de Educação Ambiental (...) A Consulta Pública do ProNEA foi realizada em parceria com as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental e as Redes de Educação Ambiental (...). (BRASIL, 2005).

- A participação das redes de Educação Ambiental na revisão da terceira versão do ProNEA foi levantada pelo Órgão Gestor da PNEA que apontou:
- Em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro,

12 Disponível em <https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf>. Acesso em 09/09/2019.

13 Documento disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_03.pdf>. Acesso em 09/09/2019.



as CIEA realizaram o processo em parceria com as redes de Educação Ambiental.

- As redes de Educação Ambiental do Acre, da Região Sul, de Sergipe, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul atuaram significativamente na consulta pública.
- O quadro da proporcionalidade mostra que as redes de Educação Ambiental responderam com 26% das entidades participantes do processo.

A REBEA também teve papel preponderante na Consulta Pública¹⁴ da quarta versão do ProNEA¹⁵. Tendo sido uma das reivindicações da Carta de Belém, a REBEA e o Órgão Gestor da PNEA promoveram, durante o processo preparatório do IX Fórum Brasileiro e do IV Encontro Catarinense de Educação Ambiental (2017), uma consulta pública sobre o ProNEA, tendo como objetivo contribuir para a sua atualização.

A Plataforma Participa.br¹⁶ foi utilizada na Consulta Pública do ProNEA, que enfatizou as sugestões para as “Linhas de ação e estratégias”. Foi criada uma Comissão de Sistematização com onze educadores ambientais de vários territórios do País. Destes, sete eram facilitadores de redes da malha da REBEA e quatro integravam a Facilitação Nacional da REBEA¹⁷.

Os Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental

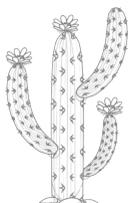
Os Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental são organizados pela REBEA em parceria com redes locais e, dada a natureza participativa de seu planejamento, explicitam interesses e

14 Ver: <<http://ixfbea-ivecea.unifebe.edu.br/wiew/programming/Consulta-Nacional-ProNEA.pdf>>. Acesso em 09/09/2019.

15 A quarta versão do ProNEA é a quinta edição do mesmo, já que a quarta edição foi impressa acrescentando-se documentos anexos à terceira versão. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea.html?download=1094:programa-nacional-de-educacao-ambiental-4%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o>> . Acesso em 09/09/2019.

16 Portal da Participação Social (Participa.br) disponível em: <<http://www.participa.br/>>. Acesso em 09/09/2019.

17 Ver: <<http://ixfbea-ivecea.unifebe.edu.br/wiew/programming/Consulta-Nacional-ProNEA.pdf>>. Acesso em 09/09/2019.



prioridades desse coletivo. Especificamente no que tange à temática das políticas públicas em EA podemos constatar uma evolução e consolidação.

Nos Anais do III Fórum de Educação Ambiental há uma pequena alusão às políticas públicas (SORRENTINO, TRAJBER, BRAGA, 1995). No IV Fórum (1997) a temática das políticas públicas de Educação Ambiental constitui-se em um dos seus eixos, o que é possível verificar num texto de Martha Tristão¹⁸ (Facilitadora da Rede Capixaba de Educação Ambiental) publicado nos Anais do referido evento. Mas, é no V Fórum (2004)¹⁹ que o tema das políticas públicas de Educação Ambiental se consolidou como Eixo Temático, constando em vários momentos da Programação²⁰, como mesa-redonda, grupos de trabalho, painéis e minicursos, inclusive com a discussão da Política Nacional de Educação Ambiental.

Por sua vez, no VI Fórum (2009)²¹, dois dos objetivos se relacionavam diretamente às políticas públicas de Educação Ambiental: “reflexão sobre os 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA): avanços, limites, responsabilidades, atores envolvidos, marcos legais” e a “reflexão sobre os marcos conceituais e operatórios que embasam as diferentes ações, projetos e programas no âmbito da gestão ambiental no País: Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA) e Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA)”. Vários dos trabalhos apresentados, bem como participações em mesas-redondas tiveram como eixo norteador as políticas públicas de Educação Ambiental.

No VII Fórum (2012)²², o Eixo 5 - Educação Ambiental

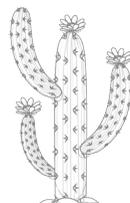
18 Associação Projeto Roda Viva; Instituto Ecoar para a Cidadania; Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental/I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, 1997.

19 Ver: <<https://www.rebea.org.br/index.php/noticias/89-foruns/91-v-forum-2004>>. Acesso em 09/09/2019.

20 Ver: <<https://pt.scribd.com/document/4959673/Revista-Brasileira-de-Educacao-Ambiental-n%C2%BA01>>. Acesso em 09/09/2019.

21 Ver: <<http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Livro-VI-F%C3%B3rum-vers%C3%A3o-final.pdf>> Acesso em 09/09/2019.

22 Ver: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1985/1335>> Acesso em 09/09/2019.



e Políticas Públicas – congregou vários trabalhos em oficinas, minicursos e painéis.

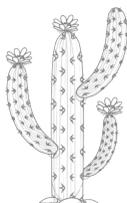
O VIII Fórum (2014) teve como um de seus objetivos: “Possibilitar a sensibilização para a questão socioambiental por meio de socialização de conhecimentos científicos produzidos nessa área e de experiências de Educação Ambiental realizadas e em realização, estimulando a implementação de políticas públicas”²³. Além disso, a Avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental e do Programa Nacional de Educação Ambiental foi um propósito inscrito em várias atividades. Um dos Eixos Temáticos – Eixo 2: Políticas e Práticas de Educação Ambiental – trouxe, pela primeira vez, de modo estruturado em um Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, a discussão sobre o monitoramento de políticas públicas²⁴. No evento ocorreu uma Jornada de Políticas Públicas e Educação Ambiental, em que foram apresentadas experiências de processos e construção de políticas públicas de Educação Ambiental.

Para o IX Fórum de EA (2017), partindo de uma análise da conjuntura das políticas públicas e da legislação ambiental, ambas ameaçadas por retrocessos, definiu-se como objetivo primordial a defesa das políticas públicas de Educação Ambiental e do arcabouço institucional da Educação Ambiental²⁵. O tema gerador foi: “Uma releitura crítica das políticas da Educação Ambiental brasileira: Repercussões da Política (PNEA) e Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)” e o objetivo geral: “Fortalecer a diversidade da Educação Ambiental brasileira, em seus diferentes matizes, por meio da defesa dos direitos e conquistas alcançadas por meio das políticas públicas do campo socioambiental”. Grande parte da Programação teve como Eixo a reflexão acerca das políticas públicas de Educação Ambiental, como por exemplo, as Jornadas sobre políticas de EA para gestão pública de áreas protegidas, sobre a política de EA e as águas: redes de Educação Ambiental e

23 Ver: <<https://www.rebea.org.br/index.php/pages/biblioteca-virtual/143-anais-do-viii-forum-brasileiro-de-educacao-ambiental>> Acesso em 09/09/2019.

24 Ver: <<https://pt.slideshare.net/fidelismartinspaixao/viii-fbea-apresentao-nova>> Acesso em 09/09/2019.

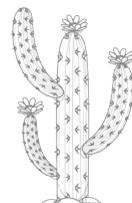
25 Ver: <<https://www.univali.br/eventos/meio-ambiente/Paginas/evento1198.aspx>> Acesso em 09/09/2019.



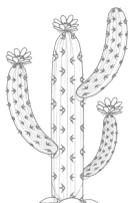
fortalecimento de comitês de bacias e sobre diálogos da política de EA com a inclusão, acessibilidade e a diversidade das culturas de povos e comunidades tradicionais. A mesa-redonda sobre a Política Nacional de EA e as experiências dos programas estaduais de EA teve como produto um panorama das políticas públicas de Educação Ambiental nos estados, notadamente no que se refere aos processos de construção destas políticas e o seu monitoramento.

Além disso, durante o IX Fórum houve o lançamento da plataforma da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA).

Espaços de controle social	Atuação REBEA/redes	Obs.
Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA	A REBEA, a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (RÚPEA) e a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) participam ativamente dessa instância com grande potencial de contribuição às políticas públicas em geral	
Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)	A participação da REBEA se dá por meio de ONG integrante da Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas (REAPOP) e da Rede Paraense de Educação Ambiental (Rede PAEA) (Argonautas), e, em momentos históricos, de coletivos do Rio de Janeiro, por meio da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA-RJ), e do Rio Grande Sul por meio da (CEA-RS) que integram a Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (REARJ) e a Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REA-SUL)	



Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA)	REJUMA, Rede de Educação Ambiental de Alagoas (REAAL), Rede Amazonense de Educação Ambiental (REAMEA), Rede de Educação Ambiental da Bahia (REABA), Rede Cearense de Educação Ambiental (RECEEA), Rede Capixaba de Educação Ambiental (RECEA), Rede de Educação e Informação Ambiental de Goiás (REIA-GO), Rede de Educação Ambiental da Paraíba (REA-PB), REDE AGUAPÉ, REARJ, Rede de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte (REARN), Rede de Educação Ambiental de Rondônia (REARO), REASUL, Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA)	Redes que participaram de pelo menos uma das cinco versões da CNIJMA
Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA)	I CNMA – Comissão Organizadora Nacional contava com duas ONGs dos estados da Bahia e do Pará, que participavam da REABA e REPEA II CNMA – ONG ambientalista e grupo de pesquisa que integraram a Comissão Organizadora Nacional também integravam a REABA e a REMTEA	
Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA)	III CNMA. REBEA, através da REARJ, integra a Comissão Organizadora Nacional IV CNMA - A REBEA tomou a decisão política de não participar	
Conferência Nacional de Saúde Ambiental	REPEA, REARJ	Delegados participantes eram integrantes destas redes
Conselhos Estaduais de Educação	RECEEA	



Considerações finais

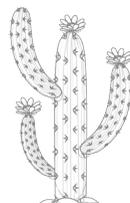
Este artigo buscou explicitar algumas das contribuições da REBEA na formulação, institucionalização, promoção, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental (EA) nas esferas: federal, estaduais e municipais.

O primeiro tópico evidenciou os posicionamentos políticos da REBEA desde a sua criação até o presente ano, em que sua atuação perpassa o contexto histórico e socioeconômico do Brasil. Compreende-se que a rede possui uma identidade independente e que sempre lutou pela garantia do Estado Democrático de Direito e pelas conquistas da Educação Ambiental ao longo os anos. Atualmente, uma das maiores lutas da REBEA visa impedir ou reverter o desmonte de algumas instâncias e divisões públicas federais responsáveis por políticas públicas em Educação Ambiental.

Atuando na defesa das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA), a REBEA fortalece e articula, em conjunto com outros movimentos da sociedade civil, ONGs e coletivos em seus espaços, contribuições para a construção de políticas públicas de temas transversais indicados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), tais como: ética, orientação sexual, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, trabalho e consumo.

É possível constatar a formalização e a institucionalização de alguns processos de Educação Ambiental por meio de leis, decretos e programas apontados no segundo tópico. É por meio destes instrumentos que a REBEA contribui com a elaboração e participa das iniciativas de implementação, acompanhamento e fortalecimento de políticas públicas de Educação Ambiental de modo efetivo e permanente em determinadas localidades ou temáticas, em alguns casos, independente da gestão dos atuais governos federal, estaduais ou municipais.

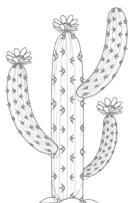
A realização dos Fóruns de Educação Ambiental tem como objetivo fortalecer a diversidade da Educação Ambiental brasileira, em seus diferentes matizes, por meio da defesa dos direitos e conquistas explicitados nas políticas públicas do campo



socioambiental. E, mais especificamente, fortalecer e consolidar práticas; proporcionar formações em Educação Ambiental; incentivar vivências e trocas de experiências desenvolvidas pelos atores, redes e coletivos que compõem a malha da REBEA. Os Fóruns de Educação Ambiental possuem três dimensões: regional, de fortalecimento da rede e de caráter acadêmico (DIB-FERREIRA e GUERREIRO, 2010), promovendo o intercâmbio de pesquisas e de pesquisadores, de materiais educativos e de recursos inovadores para a implementação da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e nas práticas sociais.

O apoio da REBEA ao processo de realização das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente contribui para o fortalecimento da Educação Ambiental na Educação Básica, em que as escolas têm a oportunidade de ser um espaço permanente de aprendizagem e transformação baseado no diálogo e no encontro, voltado para a valorização da cidadania a partir da Educação Ambiental crítica, participativa, democrática e transformadora. Este processo vivenciado por estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental estabelece o protagonismo juvenil e possibilita que, após cada conferência, novas gerações ingressem nos coletivos e redes de Educação Ambiental e/ou de Juventude.

As variadas experiências da REBEA e das redes de sua malha reforçam nossa convicção quanto à necessidade de continuarmos mobilizando novos educadores, formando novas redes e aprofundando as reflexões e práticas de Educação Ambiental nas localidades, vivendo a práxis em essência, não somente dos seus valores, mas também de suas possibilidades, para que nós, os indivíduos, coletivos e redes, continuemos avançando na busca/construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado, o que, necessariamente, exige políticas públicas adequadas. Nesse sentido, os facilitadores nacionais da REBEA e a maioria das redes de sua malha estão articulados com a ANPPEA na consolidação, divulgação e aplicação dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental.



Referências

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 25 de junho de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em 02/08/2019.

DIB-FERREIRA, Declev; GUERREIRO, Jaqueline. Construindo um encontro nacional de educação ambiental: criando espaços colaborativos como meta. In: DIB-FERREIRA, Declev; GUERREIRO, Jaqueline (Orgs.). **O VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental: participação, cidadania e educação ambiental**. Niterói: Instituto Baía de Guanabara, 2010.

GUERRA, Antônio Fernando; FIGUEIREDO, Maria Lúcia; JUSTEN, Liana Márcia; LIMA, Anabel de. As redes no espelho: conceitos e práticas da cultura de redes de educação ambiental. In: GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E. (Org.). **Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

IMASUL, Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Site disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br>>. Acesso em 02/08/2019.

IX FBEA, Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Site disponível em: <<http://ixfbea-ivecea.unifebe.edu.br>>. Acesso em 01/08/2019.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. Site disponível em: <<https://www.mma.gov.br>>. Acesso em 02/08/2019.

PARTICIPA.BR, Portal da Participação Social. Site disponível em: <<http://www.participa.br>> Acesso em 01/08/2019.

REAPOPOP, Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas. Site disponível em: <<https://reapop.wordpress.com>>. Acesso em 02/08/2019.

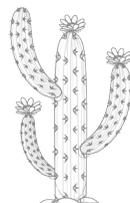
REBEA, Rede Brasileira de Educação Ambiental. Site disponível em: <www.re-bea.org.br>. Acesso em 02/08/2019.

RECICLOTECA, Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente. Site disponível em: <<http://www.recicloteca.org.br/noticias/carta-de-belem>>. Acesso em 02/08/2019.

REMTEA, Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental. Site disponível em <<https://remtea.blogspot.com>>. Acesso em 01/08/2019.

REVBIA, Revista Brasileira de Educação Ambiental. Site disponível em <<https://pt.scribd.com/document/4959673/Revista-Brasileira-de-Educacao-Ambiental-n%C2%BA01>>. Acesso em 01/08/2019

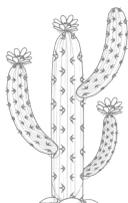
SLIDE SHARE. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/fidelismartinspaixao/viii-fbea-apresentao-nova>>. Acesso em 02/08/2019.



SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; BRAGA, Tania. **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo, Editora Gaia, 1995.

UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo. Site disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br>>. Acesso em 01/08/ 2019.

UNIVALI, Universidade do Vale do Itajaí. Site disponível em: <<https://www.univali.br>>. Acesso em 02/08/2019.





Reflexões sobre Indicadores de Projetos Socioambientais: a Experiência do FunBEA no Fomento a Projetos Estruturantes

Fundo Brasileiro de Educação Ambiental¹

Contextualização do FunBEA

Na área da Educação Ambiental (EA) há uma percepção geral de que recursos são pulverizados e utilizados em projetos dispersos (TATAGIBA; LEME, 2007; ITAIPU BINACIONAL, 2017). Partimos da premissa de que a criação de um fundo pode contribuir para a articulação dos projetos, a vinculação com políticas públicas e, conseqüentemente, para maior abrangência e eficácia dos mesmos. Iniciativas como uma rede de fundos que financiam projetos de EA são promissoras, mas enfrentam os avanços e retrocessos das políticas governamentais (SOTERO, 2008).

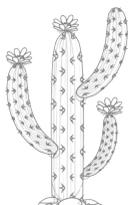
Inspirados por essas motivações, em 2009, os Grupos de Pesquisa (GPEA) Caipira² e Candango (DF/UnB)³ iniciam a materialização de um órgão de fomento à Educação Ambiental. A ideia da criação de um fundo próprio para o financiamento da EA reflete a experiência cotidiana de mais de três décadas de projetos desenvolvidos por profissionais e militantes da área, bem como a vivência dos desafios jurídicos e operacionais para o seu fomento.

Em 2010, com a comemoração dos 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), criada em 1999, o GPEA Caipira realizou encontros que formaram as bases conceituais e operacionais para a criação do Fundo, contribuindo para que no

1 As autoras abriram mão da autoria individual em favor da autoria coletiva institucional. Agradecemos àqueles que contribuíram para a escrita deste artigo: Semíramis Biasoli e Vivian Battaini.

2 Estabelecido no interior do Estado de São Paulo e formado por pesquisadoras(es) das seguintes universidades paulistas: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), USP/Ribeirão Preto, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

3 Constituído por servidores públicos, pesquisadoras(es) independentes e pesquisadoras(es) ligados à Universidade de Brasília.



VI Encontro dos Coletivos Educadores de São Paulo⁴ fosse incluído no documento final o acordo de cooperação dos atores do campo da EA para a constituição de um fundo brasileiro de Educação Ambiental de caráter público e não estatal. De 2010 a 2012, a ideia se materializou na criação do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), surgido como projeto de extensão dentro da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar e contando com o apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI), da UFSCar.

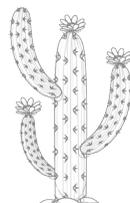
O FunBEA é uma iniciativa pioneira de incubação de um fundo privado de interesse público por uma universidade. Entre seus diferenciais estão flexibilidade das regras, desburocratização, agilidade e capilaridade para chegar com qualidade aos territórios de ação.

Para constituir sua rede de parceiros, em 2014, o FunBEA iniciou a construção do Observatório Brasileiro de Educação Ambiental (ObservaEA), tendo como pano de fundo a identificação de necessidades, demandas e desafios colocados no Brasil para a formulação e a execução de políticas públicas de Educação Ambiental.

Os quatro objetivos da constituição do ObservaEA são: (1) fortalecimento e autoformação da rede de parceiros formadores e de apoio do FunBEA; (2) estruturação de um Projeto-Político-Pedagógico (PPP); (3) construção de uma plataforma de compartilhamento e comunicação; e (4) definição de indicadores de avaliação de projetos de Educação Ambiental.

Os desafios do ObservaEA passavam pela construção de indicadores de políticas públicas que propiciassem processos de monitoramento e avaliação para “compreender o contexto das políticas públicas, os principais conceitos e modelos de análise, buscando promover pontes entre diferentes vertentes e diminuir a lacuna de literatura específica de avaliação de políticas públicas em Educação Ambiental” (BIASOLI; LOGAREZZI; RAYMUNDO, 2015).

⁴ O evento ocorreu em Botucatu, São Paulo, entre 30/04 e 01/05 de 2010.



Para cumprir os objetivos do ObservaEA, durante os anos de 2014 e 2015 foram realizadas⁵ oficinas que deram início à construção de indicadores de projetos e de políticas públicas. Paralelamente, nascia a importante iniciativa da ANPPEA, que assumiu o protagonismo da construção de indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental.

O FunBEA, como um dos integrantes dessa articulação, direciona esforços para a missão de ser um fundo financiador de projetos estruturantes. Neste processo, o FunBEA tem a função central de captar e viabilizar recursos para dar materialidade à Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental, que abriga os indicadores de monitoramento e avaliação de PPEAs.

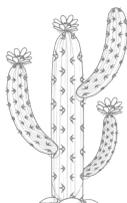
Projetos estruturantes

Podemos dizer que projetos estruturantes são aqueles que têm em seu cerne a natureza educativa das ações propostas e o grau de transformação social direta do contexto envolvido. Estes projetos incorporam a perspectiva sistêmica e pautam-se na busca e na construção de um processo societário, extrapolando o cumprimento de metas e atividades, bem como a perspectiva de finitude de um projeto que tem ‘começo, meio e fim’.

Projetos estruturantes estão diretamente ‘conectados’ a políticas públicas; de maneira mais específica, são conteúdos de políticas públicas, ou seja, são pedaços, partes da materialidade integrante de uma política pública, esteja esta vinculada a um território, temática, etc. Necessário compreender que um projeto faz parte de um todo maior, que integra uma das dimensões de uma política pública (FREY, 2000; BIASOLI; SORRENTINO, 2018), e assim, os projetos contêm a possibilidade de dar materialidade às dimensões de uma política pública.

No campo da EA, tais projetos produzem o aumento da

⁵ As oficinas foram realizadas em: Piracicaba - SP, março de 2014; Campinas - SP, outubro de 2014; Belém - Pará, dezembro de 2014, junto ao VIII Fórum de EA; Brasília - DF, maio de 2015; Salvador - Bahia, outubro de 2015; São Francisco do Sul - SC, novembro de 2015.



reflexividade crítica; têm a participação como base e reforçam o pertencimento, a autonomia e a governança dos grupos envolvidos. Buscam convergência com outras lutas como, por exemplo, as políticas de Recursos Hídricos, Resíduos, Reforma Agrária, Agricultura, Saúde.

São ditos estruturantes quando trabalham pelo engajamento social e pela articulação de lutas, estimulando a reflexão crítica sobre os modelos de sociedade vigentes. Se é fato que projetos isolados, ou mesmo vários projetos sem conexão e focados em ações pontuais, não contribuem para a construção de sociedades sustentáveis, também é fato que projetos estruturantes, alinhados com outros conteúdos (legislações, fontes orçamentárias) e com outras dimensões (cotidiano, forças políticas e institucionais) das políticas públicas, desempenham forte papel na realização e na materialidade de tais políticas.

Conhecendo o Projeto Construção do Programa de Comunicação Social do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista (SP)

Na perspectiva de fomento aos projetos estruturantes, o FunBEA executou o Projeto Construção do Programa de Comunicação Social do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS), desenvolvido em nove municípios do litoral paulista: Peruíbe, Mongaguá, Itanhaém, Praia Grande, Cubatão, São Vicente, Santos, Guarujá e Bertioga, implementado em um período de 12 meses⁶.

Os objetivos do projeto foram: construir de forma participativa o Programa de Comunicação Social de um Comitê de Bacias do Estado de São Paulo; e contribuir e estimular o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos na UGHRI-7.

O Projeto teve como objetivos específicos: ampliar a divulgação e disseminar informações sobre a importância da gestão e da conservação dos recursos hídricos; a mobilização

⁶ Afirmamos que o projeto ocorreu de 2017 a 2019, pois inicialmente houve um período de processos burocráticos; porém a ação no território teve duração de 12 meses.



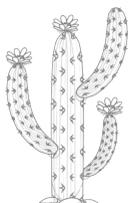
social e a formação da comunidade sobre a gestão dos recursos hídricos e o papel do CBH-BS na região; a produção de materiais educacionais e de comunicação de massa sobre os recursos hídricos e o CBH-BS.

Para alcançar seus objetivos foram traçadas seis metas: 1: Elaborar o Programa de Comunicação Social do CBH-BS; 2: Mapear e identificar instituições por núcleo (sub-UGHRI) que desenvolvem ou pretendem desenvolver ações/projetos com foco em recursos hídricos da comunicação na Baixada Santista para a participação no processo de elaboração do Programa de Comunicação Social; 3: Identificar e selecionar lideranças locais para a participação no projeto; 4: Formar 18 jovens mobilizadores e educadores no período de quatro meses, 5: Mobilizar, minimamente, 50 pessoas por núcleo de atuação para a participação nos Encontros ComÁgua; 6: Ampliar a divulgação, os materiais e os canais de comunicação sobre os recursos hídricos e o CBH-BS.

Para se cumprir tais metas e objetivos, dando-se efetividade à construção de um Programa de Comunicação Social de um colegiado (no caso, um comitê de bacias), de forma participativa, propôs-se o planejamento do projeto a partir de três diretrizes: (1) Articulação; (2) Comunicação; e (3) Formação e Mobilização Social. Cada uma delas com ações específicas.

Como produtos do projeto resultaram: (1) Programa de Comunicação Social; (2) Caderno Didático, que apresenta os conceitos e referenciais teóricos, dando suporte ao trabalho; (3) Caderno Metodológico, que relata o processo de desenvolvimento do projeto, apresentando testemunho e inspirando outras ações; e por fim, (4) Caderno de Indicadores, que faz uma análise do projeto a partir de indicadores construídos à luz dos indicadores de políticas públicas da ANPPEA.

Consideramos este um projeto estruturante, pois integrou diversas políticas, buscou contribuir com a transformação socioambiental da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, articulou diversos atores do território, criou estratégias de continuidade. O projeto não é apenas o fazer, mas sim um conjunto de escolhas e de



relações que necessariamente deve ser adotado pelo(s) protagonista(s) da ação. Tais escolhas trazem consigo opções políticas e concepções de mundo, bem como instrumento metodológico delimitado no tempo, dentro de conexões maiores.

Para o desenvolvimento do projeto foi montada uma equipe interdisciplinar capaz de realizá-lo. Destacaremos neste trabalho a construção que resultou no Caderno de Indicadores e reflexões que emergiram de tal experiência.

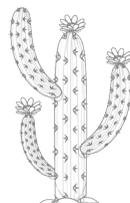
O desafio de construção de indicadores

Todo processo avaliativo é resultado de um julgamento de valor e, portanto, um ato político constituído por intencionalidades, visões de mundo e definição de prioridades. Quais são os objetivos dos nossos projetos?

A construção dos indicadores do projeto estava prevista na formulação da proposta, e para tanto, foi sugerido um plano de trabalho que envolveu: revisão na literatura, oficinas participativas e reuniões com especialistas. O mergulho teórico permeou indicadores amplos e indicadores socioambientais, em especial os indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental criados pela ANPPEA. À medida que se ampliavam os estudos relacionados ao conceito de indicadores e sua aplicação em projetos socioambientais percebia-se a complexidade da tarefa.

Foram realizadas duas oficinas: a primeira com membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Divulgação do CBH-BS e educadores ambientais atuantes na Baixada Santista; e a segunda com a equipe do FunBEA. Os dados das oficinas e das atividades individuais foram sistematizados pela equipe do projeto e dialogados em reunião com consultores especialistas em indicadores de EA. Destacamos a importância de realização dessa construção coletiva com vistas a abarcar uma diversidade de olhares e acessar a inteligência coletiva.

Posteriormente fez-se um exercício de aplicação, neste projeto, dos indicadores formulados pela ANPPEA para políticas públicas.



Nesse processo, muitos exercícios individuais e coletivos foram realizados a partir dos materiais disponibilizados pela Secretaria Executiva da ANPPEA de forma pública.

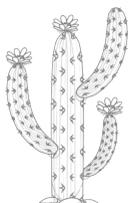
Como resultado final está a construção de 36 indicadores para o Projeto Construção do Programa de Comunicação Social do CBH-BS envolvendo as oito dimensões da ANPPEA, que são: 1 - Diagnóstica, 2 - Participação e Construção coletiva, 3 - Subjetividade, 4 - Intervenção socioambiental, 5 - Complexidade, 6 - Comunicação, 7 - Institucional, 8 - Formação dialógica (RAYMUNDO et al, 2019).

Dos 36 indicadores construídos no projeto, 27 foram adaptados dos indicadores da ANPPEA e nove criados especificamente para o projeto.

Destacamos que, diferentemente da organização da ANPPEA, a partir das dimensões, usamos a referência dos objetivos. Os 36 indicadores estão listados abaixo a partir do objetivo ao qual se relacionam. Destacamos, entre parênteses, a dimensão da ANPPEA à qual se relacionam.

Objetivo Geral: Construção do Programa de Comunicação Social do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista, visando ampliar a divulgação e disseminar informações sobre a importância da gestão e da conservação dos recursos hídricos

1. Diagnóstico para o desenvolvimento do projeto (Diagnóstica)
2. Instrumento pedagógico participativo de base (Institucional)
3. Gestão racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos (Institucional)
4. Suporte orçamentário (Institucional)
5. Infraestrutura física (Institucional)
6. Recursos humanos empregados na PPEA (Institucional)
7. Monitoramento e Avaliação da PPEA (Institucional)
8. Utilização de técnicas participativas (Formação Dialógica)
9. Diversidade de atores (Formação Dialógica)
10. Conexão e articulação com referências e documentos internacionais (Complexidade)
11. Articulação temática (Complexidade)
12. Articulação de redes, movimentos socioambientais e coletivos educadores (Complexidade)



13. Programa Construído (específico do projeto)
14. Destinação de recursos para execução do Programa (específico do projeto)
15. Programa institucionalizado por ato normativo (específico do projeto)
16. Responsáveis/titularidade claros para implementação do Programa (específico do projeto)

Objetivo: Produção de materiais e criação de canais que subsidiem a disseminação de informação por meios de comunicação de massa sobre os recursos hídricos e o Comitê de Bacia da Baixada

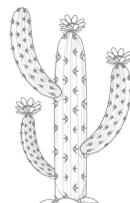
17. Interlocutores do processo de comunicação (Comunicação)
18. Plano e ferramentas de comunicação (Comunicação)
19. Diversidade de materiais de comunicação produzidos (Comunicação)
20. Alcance dos materiais produzidos (específico do projeto)
21. Utilização dos materiais comunicativos por parceiros locais (específico do projeto)
22. Divulgação do Projeto em mídias locais e regionais (específico do projeto)
23. Institucionalização da Comunicação (específico do projeto)

Objetivo: Mobilização social da Baixada Santista sobre a gestão dos recursos hídricos e o papel do CBH da Baixada Santista

24. Mobilização social (Participação e Construção Coletiva)
25. Existência de espaços coletivos (Participação e Construção Coletiva)
26. Diversidade de atores envolvidos (Formação dialógica)
27. Diversidade de técnicas (Formação dialógica)

Objetivo: Formação da comunidade da Baixada Santista sobre a gestão dos recursos hídricos e o papel do CBH da Baixada Santista

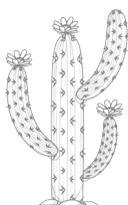
28. Diversidade de Técnicas/estratégias utilizadas nos processos formativos (Formação dialógica)
29. Articulação entre teoria e prática do processo formativo/pedagógico (Formação dialógica)
30. Avaliação dos processos formativos (Formação dialógica)
31. Diversidade de atores envolvidos (Formação dialógica)
32. Desenvolvimento de processo formador para a construção e implementação da PPEA (Formação dialógica)



33. Educomunicação / comunicação social (Comunicação)
34. Intervenções socioambientais geradas (Intervenção Socioambiental)
35. Pessoas formadas e informadas (específico do projeto)
36. Educomunicação (Comunicação)

Com relação às dimensões, destacamos a importância de cada uma delas para o projeto. A **Dimensão da Comunicação** é um dos eixos do projeto e objetivo principal. Assim como a **Dimensão da Formação Dialógica** era um dos eixos de atuação. A **Dimensão da Participação e Construção Coletiva** evidenciaram duas características essenciais para o projeto, que estava comprometido com uma Educação Ambiental emancipatória e com transformações territoriais. A **Dimensão Diagnóstica** possibilitou ações mais assertivas a partir do momento em que se conheceu o território. A **Dimensão da Complexidade** permitiu a conexão do projeto com outras políticas e ações. A **Dimensão Subjetividade** do indivíduo é um quesito importante por permitir o reconhecimento das singularidades. Apesar de ter a subjetividade como pressuposto do projeto, não foram construídos instrumentos para verificar o atendimento desta dimensão. A **Dimensão Intervenção Socioambiental** não foi alcançada com a profundidade desejada. Isso proporcionou a reflexão de que projetos que visem a intervenções socioambientais devem envolver processos de formação de maior duração, que permitam o amadurecimento dos participantes, ampliando, assim, a potencialidade de incidência no território. Por fim, a **Dimensão Institucional** foi a que mais se distanciou do projeto, sendo que dois dos indicadores não se aplicaram (Instrumento legal de política pública de Educação Ambiental e Estrutura organizacional). Com relação aos indicadores da subjetividade do indivíduo, estes não se aplicaram, pois não foram criados previamente instrumentos para a coleta de dados sobre os mesmos.

Partir dos indicadores da ANPPEA, em especial das dimensões, contribuiu para reflexões sobre o projeto construído



e para a qualificação do mesmo. Na próxima seção focaremos em reflexões sobre indicadores de políticas públicas, indicadores de projetos socioambientais e projetos estruturantes.

Relações entre os indicadores de políticas públicas da ANPPEA e indicadores de projetos socioambientais

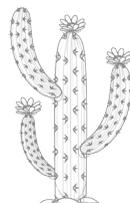
A construção de indicadores de projetos socioambientais a partir dos indicadores de PPEAs da ANPPEA auxilia no seu monitoramento e avaliação. Soma-se a isso a apresentação dos processos, resultados e impactos para os envolvidos e financiadores.

Para a construção de indicadores de projetos são necessários alguns cuidados, tais como: reconhecer a temporalidade, evidenciar o recorte territorial, ter como base as ações planejadas, ter um diagnóstico inicial, assim como objetivos e metas claras e mensuráveis.

Optou-se por trabalhar com a classificação dos indicadores em: i) Indicadores de processo: os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos? ii) Indicadores de resultados: os objetivos foram alcançados? iii) Indicadores de impactos: quais são os impactos das ações realizadas?

Um desafio evidenciado refere-se à construção de indicadores de impacto e seus meios de verificação em projetos. Indicadores de impacto estão relacionados ao objetivo geral, e, portanto, podem necessitar de um tempo de verificação após o término do mesmo, ou seja, a verificação dos ‘impactos’, ‘sucesso’, ou outro nome que possa ser dado.

Uma questão importante é que na literatura, diferentes autores tratam de forma diversa os indicadores, como podemos citar a classificação em quatro tipos: i) Indicadores de impacto: avaliam o objetivo geral do projeto num período de longo prazo, ii) Indicadores de efetividade: também medem os resultados do projeto após seu término, mas num período menor; iii) Indicadores de desempenho: mostram se os resultados planejados foram atingidos no encerramento do projeto e iv) Indicadores operacionais: medidos



durante a execução do projeto para acompanhar o seu progresso e, quando necessário, corrigir eventuais desvios (VARGAS NETO; PATAH, 2014).

Mais que nomeá-los, escolher uma classificação e fazer o cruzamento de indicadores de projetos com os indicadores da ANPPEA trouxe a delimitação do campo específico da Educação Ambiental.

Outra ressalva: é importante que indicadores estejam postos e interiorizados, preferencialmente por toda a equipe envolvida, já desde a elaboração do projeto, para que então sejam perseguidos e monitorados durante todo o desenvolvimento do projeto, incluindo os impactos de longo prazo.

Referências

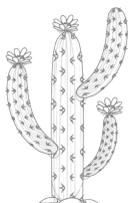
BIASOLI, S. SORRENTINO, M. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. *Revista Ambiente Sociedade*, v. 21, São Paulo, 2018.

BIASOLI, S.; RAYMUNDO, M. H. A.; LOGAREZZI, A. J. M. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas de Educação Ambiental como um dos pilares do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental: uma incubação da Universidade Federal de São Carlos. In: *Simpósio Políticas Públicas em Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis*, 2014, Piracicaba. Anais do Simpósio Políticas Públicas em Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. São Carlos – DP: Diagrama Editorial, 2014. v. CD-ROM. p. 193-201.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n. 21, jun. 2000, p. 212-259.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental: processo de construção participativa e fichas metodológicas*. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019.

ITAIPU BINACIONAL. *Fontes de financiamento no Brasil/Ministério do Meio Ambiente*. Itaipu Binacional, Conselho dos municípios Lindeiros da Itaipu. Brasília/DF, MMA, 2017



RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. R. Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental: processo de construção participativa e fichas metodológicas. São José dos Campos : Serviço de Informação e Documentação (SESID) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2019.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional, Curitiba, número especial, p. 337-358, 2018.

SOTERO, J. P. O financiamento público da Política Nacional de Educação Ambiental: do veto do artigo 18 às novas estratégias de financiamento. Brasília, 2008. 236p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

TATAGIBA, E.; LEME, T. Por uma nova estratégia de financiamento da educação ambiental no Brasil. In: TATAGIBA, E.; LEME, T. (Orgs). O fortalecimento de fundos socioambientais: experiências e perspectivas. Brasília: MMA/Fundo Nacional do Meio Ambiente, 2007. 104 p.

VARGAS NETO, D. M.; PATAH, L. A. Ampliação da visão de indicadores para projetos: foco em equipes virtuais. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, Ano 9, nº 2, abr-jun/2014, p. 17-33.





Para não Dizer que não Falamos das Flores¹

Michèle Sato
Herman de Oliveira
Armando Tafner Júnior
Inácio Werner

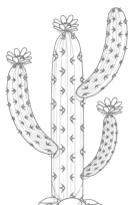
“Não acredito naqueles que dizem ‘faça isso’; acredito naqueles que dizem ‘faça comigo’. Também não se assumir como professor-profeta, que diz ao outro o que fazer e como fazer. Muito mais um professor militante, que, junto e de dentro, constrói coletivamente.”
(Gilles Deleuze)

A certeza na frente, a História na mão

A década de 1960 revestiu-se de vários movimentos, que despontaram no mundo com manifestações contra a cultura dominante e a necessidade de uma outra não hegemônica (contracultura). Palavras e princípios de liberdade, rebeldia, paz e amor demarcaram a década que veio após a finalização da II Guerra Mundial e muitos incluem a filosofia hippie como característica marcante do rock psicodélico, da flor amarela nos cabelos ou da perua colorida que precisava ser grande para transportar todos os sonhos dos jovens.

Foi também o período de grandes manifestações políticas, como as de maio de 1968 na França, na união entre estudantes e trabalhadores; as feministas queimando seus sutiãs em praças; os cabeludos falando sobre “droga, sexo e rock & roll” em Woodstock; as panfletagens contra o apartheid sul-africano; e também a União Nacional dos Estudantes (UNE) como um elemento-chave na

¹ Para não dizer que não falei das flores: composição de Geraldo Vandré, 1968. Teve sua execução proibida pela ditadura militar e tornou-se uma espécie de hino do movimento estudantil que buscava a resistência. É o fio condutor de títulos, subtítulos e enredos deste texto.



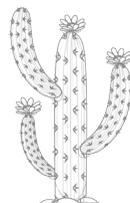
resistência contra a ditadura no Brasil. Os jovens desempenham suma importância em vivências e ações de resistências.

No Brasil, era a época dos grandes Festivais Internacionais da Canção, e em 1968, ganham Chico Buarque e Tom Jobim, com a música “Sabiá” (NOGUEIRA, 2019). Não temos dúvida sobre a qualidade musical e performance política do cantor e compositor Chico Buarque, mas ele foi vaiado. O Maracanã lotado aplaudia o segundo colocado ao invés do primeiro. “A vida não se limita aos festivais”, dizia Geraldo Vandré, ainda pouco conhecido, mas que arrancava os aplausos pela sua coragem em expressar a resistência contra o regime autoritário da época. A sua canção Pra não dizer que não falei das flores foi a poética subversiva que acompanhou as cordas do violão, tornando-se um hino de resistência nos movimentos de lutas. Infelizmente, muitos jovens atuais desconhecem essa história, aliás, atualmente, ela é renegada por muitos, distorcida e orientada para ser “neutra e sem partido”.

No transbordamento de diversos movimentos da contracultura, surge também o ecologismo como forma de denunciar as agressões ambientais. A publicação de Rachel Carson (1962) alertava que o ambiente não tem fronteiras e que os pesticidas utilizados na Grã-Bretanha apareciam nos corpos dos pinguins do Polo Sul. Esta publicação tornou-se marco no contexto da Educação Ambiental, rompendo com o local específico à grandeza complexa do planeta Terra.

A contracultura da década de 1960 é uma exteriorização contra o modelo de desenvolvimento excludente, que promove as violações dos direitos humanos e da Terra. A Educação Ambiental encontrava força para nascer e contribuir com as grandes guinadas socioambientais, por meio das denúncias contra o capitalismo, que usurpava a natureza no nome da liberdade de enriquecimento individual, em detrimento de uma vida mais simples e coletiva.

O tempo passou, mas o capitalismo continuou implacável. As escolhas desenvolvimentistas não foram pelo cuidado da natureza ou do humano, e uma patologia de conflitos se espalha pelo mundo. Esta crise estilizada em todas as direções traz as angústias em níveis

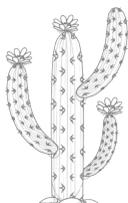


diferentes, que Félix Guattari (1989) chamou de três ecologias: ambiental, social e mental. São três ecologias intrinsecamente conectadas, que podem promover as invenções e as intervenções do ‘ser-em-grupo’, que não se resumam em comunicação, mas que consigam debater a essência da subjetividade dos corpos nestes momentos de crise. Para Guattari (Ibidem), é ideal que a ecologia deixe de ser um conceito de cientistas, ou de amantes da natureza, pois pode exercer sua luta contra o poder capital, que na verdade fomos incapazes de vencer desde a Revolução Industrial.

Com efeito, a Revolução Industrial é a ribalta de outro cientista que propõe um novo período geológico, marcadamente alterado pelas interferências humanas no ambiente. Para Paul Crutzen (2002), o Antropoceno alvorece por volta de 1800, nos períodos da grande aceleração econômica, que demarcaram um volumoso impacto ecológico em decorrência do uso da energia. Diversos estudos realizados expressam que os níveis de consumo energético aumentaram exponencialmente, gerando gases que ‘queimam’ a atmosfera da Terra e que trazem diversos impactos socioambientais.

Com o avanço das indústrias, principalmente a partir de 1870, o consumo energético aumentou os níveis dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, abrasando a Terra, trazendo inúmeros desastres, aumentando as migrações climáticas e, sobremaneira, expandindo mais ainda o abismo econômico que segrega mundos desiguais (Figura 1).

Pela teoria do Antropoceno, o período posterior a 1800 é marcado pelas profundas alterações dos humanos na geologia e na sociedade da Terra. A maior alteração foi o consumo exagerado da energia, que liberou gases desencadeadores de inúmeros desastres.



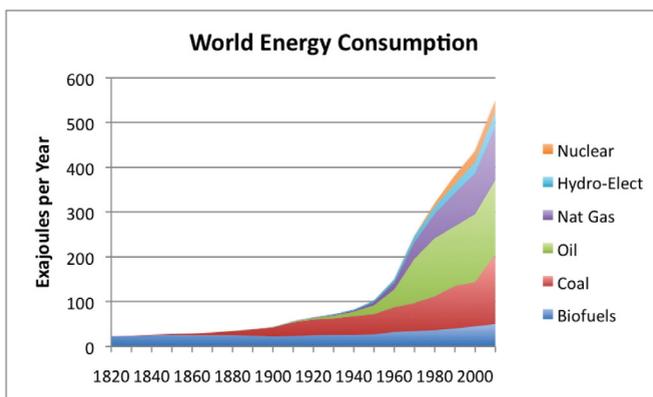
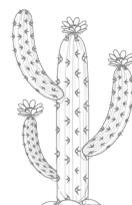


Figura 1: Níveis de consumo energético (1820-2000).
Fonte: Merchant, 2012

Os desastres já chegaram e serão mais intensos em número e atributos, afetando mais os que são economicamente desprivilegiados, como as mulheres e as crianças migrantes, que sofrem assédio na travessia pelos guardas das fronteiras, e ainda necessitam limpar ou cozinhar em refúgios de outros países. Povos ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores, mariscadores, roceiros, canoeiros e tantos outros grupos estão expostos aos riscos climáticos e também vivenciam situação de vulnerabilidade.

O negacionismo climático foi sentido no território brasileiro com mais intensidade durante as campanhas presidenciais de 2018, que revelaram a ascensão do fascismo em intensidade colossal. As políticas ambientais estão reduzidas ao mundo fecal da política olavista, com a defesa da Terra plana, o desprezo às ciências, às pesquisas, aos professores e com a instalação medieval de uma espécie de inquisição às universidades públicas. Segundo o psicanalista Christian Dunker (2019), ultimamente os desejos sexuais se expressam por palavras e atitudes anais, na metáfora da sujeira que possa corresponder os detritos fecais humanos², aos assuntos não desejáveis, embora se tenha que enfrentá-los.

² “Esses termos aparecem como irrupções no meio dos discursos de Olavo [de Carvalho], que atravessam argumentos até razoáveis às vezes, mas que terminam com arremate autodestrutivo, baseado em uma linguagem anal” (DUNKER, 2019). Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/08/16/por-que-bolsonaro-fala-tanto-de-coco-psicanalista-christian-dunker-explica/?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 15/06/2019.



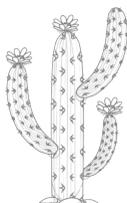
Os interesses financeiros são garantidos pelos políticos e o sentido da palavra JUSTIÇA cai em descrença. Uma rede social pode denunciar de que maneira as leis e as artimanhas são conduzidas em lava-jato imoral e, ainda assim, nada se faz para que o fascismo seja combatido pelo sentido isonômico da justiça³. Aumentam, assim, as violações de Direitos Humanos e, porque o ambiente não enxerga as fronteiras e os muros entre os países, aceleram-se os crimes contra a própria Terra: um suicídio incógnito! O Brasil revela interesses multinacionais, que exploram o sal e o sol, afetando a cultura e a natureza de um país que representa uma potência de biodiversidade. A Amazônia, por exemplo, é um bem global que transcende qualquer espectro mercadológico de “economia verde”, mas refere-se à vida planetária, na pulsação de uma complexa cultura tecida pelos seus habitantes.

Entre tantas violências, será factível abandonar a xenofobia e acolher os migrantes de forma mais solidária? Será que é possível se desterritorializar do Brasil (DELEUZE; GUATTARI, 1992) para indignar-se com a extinção de 40% dos ursos polares e defendê-los? Será que é viável diminuir a ganância do capital para uma via com menos agrotóxicos e mais abelhas? Será que são praticáveis atitudes mais sustentáveis, como a diminuição de plásticos, para ajudar os seres marinhos? Será aceitável a emergência de outro modelo de vida, que não privilegie o desenvolvimento na dependência do capital? Será plausível algum movimento de resistência contra a ideologia fascista da ‘Era Bozo’?

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

A cada golpe que sofremos, entre as mazelas sociais ou ambientais, temos também a esperança para que alguma mobilização derrube um governo tirano. Contudo, em alguns momentos, existe a remissão das centrais sindicais, dos partidos, das associações, dos movimentos sociais e dos coletivos em geral, configurando-se um

3 GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. The Intercept Brasil, 09/06/2019, 16h57. –Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>> Acesso em 15/06/2019.



“silêncio bastante parecido com estupidez”⁴. Se hoje testemunhamos um momento de recuo, talvez seja somente para obter mais fôlego ao momento seguinte. E sempre haverá alguns movimentos de rebeldia que teimam pela luta, por táticas políticas que, mesmo que em pequeno número, conjugam sonhos em comum e participam para manter a esperança em ‘ser-em-grupo’ (GUATTARI, 1989).

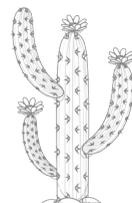
Poderíamos citar alguns exemplos, como as histórias que existem na região da Galícia, na beira do Mar do Norte da Espanha⁵. As redeiras e mariscadoras contaram sobre as pequenas tribos valentes que, mesmo perdendo em números, lutavam com destemor contra a hegemônica força de Júlio César. Para aquelas pessoas, não bastava somente ganhar a batalha, mas era essencial mostrar claramente de que lado estavam. É verdade que os ambientalistas não são numerosos hoje em dia. Mas talvez sejam corajosos como essas pequenas ‘tribos de guerra’ (DELEUZE & GUATTARI, 1995), capazes de desafiar o poder de qualquer César romano com resistência e rebelião.

No dia 2 de janeiro de 2019, tivemos a extinção do Órgão Gestor da Educação Ambiental dos Ministérios da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA). Indignados, educadores ambientais ligados ao Grupo de Trabalho 22 da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPEd) formaram um grupo na rede social ‘what’s up?’, para facilitar os diálogos que necessitavam ser ágeis em função da rápida mudança nas políticas ambientais do governo Bolsonaro. Isso permitiria uma ação mais célere de controle social participativo, buscando obstruir ações que debilitassem a política ambiental.

A administração do grupo escapou do controle e logo aglutinava educadores ambientais de todo Brasil, contando com cerca de 250 participantes, majoritariamente de universidades públicas, mas com a presença significativa de várias organizações

⁴ A frase não é de Eduardo Galeano, mas de uma “Junta Representativa Tuitiva de Los Derechos del Rey y del Pueblo”, na independência da Bolívia, em 1809. A frase é dada como autoria de José Antonio de Medina. Disponível em: <<https://jorgemachicado.blogspot.com/2009/07/pjtlp.html>> Acesso em 09/09/2019.

⁵ SATO, Michèle. Relatório de pós-doutorado, 2014.



não governamentais, redes e movimentos. No início, era como se os educadores ambientais buscassem ajuda e o coletivo tivesse a performance de criação e resistência, como uma tribo de guerra que desenha mapas com fluxos imprevisíveis ao invés de ser decalque de comportamentos fixos (DELEUZE, 1992).

O grupo recebeu o título de Observatório da Educação Ambiental (Observare)⁶ e construiu as táticas de articulação⁷ e mobilização ao controle social participativo. Diversas cartas, campanhas, abaixo-assinados e notas foram escritos coletivamente diante das inúmeras agressões sofridas. Todo material foi cuidadosamente entregue aos locais responsáveis do Governo Federal, por meio de protocolos e registros fotográficos (disponíveis no blog). Além disso, produziram-se diversos cartazes, figurinhas, cartuns e materiais pedagógicos, visando a uma ampla divulgação nas redes sociais.

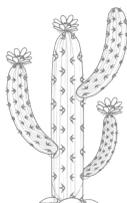
A existência do Observare não apenas agilizou a comunicação, mas deu vazão ao momento de indignidade que sofríamos (e ainda sofremos) perante as mazelas das políticas bolsonaristas. Significa um ‘ser-em-grupo’ para que as mãos não se soltem e para que o acalento venha em respeito ao sonho democraticamente construído. Assim, nossa história pretérita da Educação Ambiental é bem assinalada e buscamos meios e parceiros para dar o brado contra a política de retrocesso que compromete as políticas ambientais. Em períodos de retrocessos, o Observare representou uma criação de resistência importante dos educadores ambientais brasileiros.

Outra experiência coletiva de resistência se formou em Mato Grosso, entre diversas entidades e movimentos sociais. Estavam na organização de 30 dias de mobilização (maio e junho de 2019): a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)⁸, a

6 Ver: <<https://observatorioea.blogspot.com/>> Acesso em: 09.09.2019.

7 A palavra ‘articulamento’ difere da ação completa da articulação e infere que estamos ainda em processo de construção e desconstrução, sem a necessidade de sermos completos, fixos ou imutáveis. São ações, participação e esperanças conjuntas que agregam o sentido político de buscar a guinada conceitual e praxiológica para que os valores da justiça, liberdade e tolerância sejam eixos de uma sociedade plural.

8 Ver: <<https://remtea.blogspot.com/p/ciclo-lunar-2019.html>> Acesso em: 09.09.2019.



Associação dos Docentes da UFMT (ADUFMAT)⁹, o Fórum de Direitos Humanos e da Terra (FDHT)¹⁰, o Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD)¹¹, e o próprio Observare¹², com seus representantes no âmbito do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA)¹³.

A meta era tentar mobilizar a sociedade, divulgando e convidando para os momentos de reflexão e de vivências, denunciando as violências e buscando construir uma sociedade mais digna e participativa. Há anos, Mato Grosso possui boa característica de conseguir dialogar entre diferentes entidades, em diferentes contextos e em diferentes políticas.

Um exemplo foi no período da aprovação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE), entre 2004 e 2011, que agregou inúmeras entidades com um compromisso geral de construir uma participação democrática dos territórios, como se o mapa do zoneamento pudesse se desterritorializar pelo alisamento do espaço (DELEUZE; GUATTARI, 1995), pela liberação dos fluxos ou pelos desvios para se escapar do agronegócio, com o capitalismo instituído, para que fôssemos capazes de construir as liberdades e as escolhas instituintes.

Sem hierarquias, a militância em Mato Grosso se enraíza horizontalmente por meio de rizomas (DELEUZE; GUATTARI, 1991), como se fosse uma resistência ético-estética de se fazer, saber e sentir as políticas. Por vezes fugir, confundir, cortar caminho ou até sabotar, mas essencialmente numa tentativa de intensidade apaixonada ‘pelas causas perdidas’¹⁴.

Em 2019, os movimentos sociais organizaram um calendário lunar¹⁵, que teve início no dia 15 de maio, com a greve da educação, e culminou no dia 14 de junho, dia da greve geral organizada por

9 Ver: <<https://www.adufmat.org.br/portal/>> Acesso em: 09.09.2019.

10 Ver: <<https://direitoshumanosmt.blogspot.com/>> Acesso em: 09.09.2019.

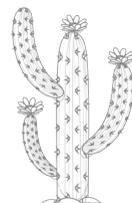
11 Ver: <<http://www.formad.org.br/>> Acesso em: 09.09.2019.

12 Ver: <<https://observatorioea.blogspot.com/>> Acesso em: 09.09.2019.

13 Ver: <<https://gpeaufmt.blogspot.com>> Acesso em: 09.09.2019.

14 Dom Quixote (2003): composição de Humberto Gessinger & Paulo Galvão (Engenheiros do Hawaii).

15 Ver: <<https://remtea.blogspot.com/p/ciclo-lunar-2019.html>> Acesso: 09.09.2019.



todas as centrais sindicais. Diversas reuniões e comunicações virtuais tomaram enorme tempo dos organizadores, entre cartazes, gráficas, carros, som, panfletagem e meios burocráticos de se conseguir auditório, apoio e suporte aos sonhos de mudanças, em plena marcha de esperanças.

Na semana do meio ambiente de 2019 (5 de junho e proximidades), realizamos um Fórum de Políticas Socioambientais, que por meio da nossa própria participação e com alguns convidados externos, debateu as políticas ambientais de Mato Grosso e do Brasil. Convidamos diversos movimentos para seus depoimentos e narrativas, em interface com as dimensões socioambientais, como os quilombolas, indígenas, o coletivo negro, os migrantes e as representações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers e demais (LGBTQ+).

Como parte artística do fórum, idealizamos uma antropofagia no restaurante universitário da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no horário do almoço. Enquanto alguns faziam panfletagens de pequenos cartazes criados pelo Observare, outros preparavam a fogueira para fritar a equipe bolsonarista. O movimento antropofágico da Semana de Arte Moderna visava alimentar-se da energia negativa do inimigo, para sermos capazes de transmudá-la, devolvendo as boas energias às novas lutas. Nesse contexto, organizamos uma fogueira cênica com frigideira e confeccionamos bonecos ‘bozominions’ de papelão, simulando os membros da equipe Bolsonaro (Figura 2).

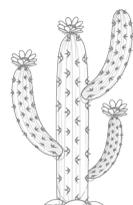




Figura 2: Antropofagia na UFMT. Foto: Flávia Bertier



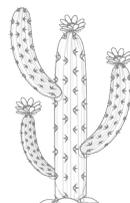
Figura 3: Audiência na Assembleia Legislativa. Foto: Giselly Gomes

Compreendemos que a estética militante é capaz de criar e não meramente reproduzir. Nesse episódio, a arte teve papel importante em desterritorializar do convencional, criando bonecos de papelão, numa ação de resistência no restaurante universitário da UFMT, que recebe, em média, 350 estudantes no horário do almoço.

No fim do fórum escrevemos uma carta, que foi aprovada e incorporada, na sua forma integral, como apêndice deste artigo, pelo seu contexto político. Por iniciativa do deputado estadual Lúdio Cabral, do Partido dos Trabalhadores, tivemos uma audiência pública na Assembleia Legislativa (Figura 3) que contou com a presença de militantes de arenas rivais, com ambientalistas e defensores do agronegócio.

Os amores na mente e as flores no chão

À guisa de desfecho, o silêncio de centrais sindicais, associações, partidos ou movimentos pode trazer angústia existencial. Pensamos que os movimentos possuem essa dinâmica de avançar e recuar e que o recuo não é, necessariamente, uma perda. Como nas linhas de fuga, que não são atos covardes, mas apenas momentos de fluxos para se pensar em nossas novas armas de guerra. “Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças



que nos afirmaremos” (FREIRE, 2009, p. 45).

Nossa narrativa busca evidenciar que para a atuação do ser-em-grupo, é condição essencial a tessitura de conexões, comunicações e articulamentos, ainda que sejamos diferentes, que cada entidade tenha seus princípios e que atuemos numa arena de múltiplas linguagens. A capacidade de dialogar na diferença torna o foco comum mais sinérgico, mas é preciso saber dialogar com o outro na constituição do ser-em-grupo. Nem sempre é possível concordar e os ruídos que se ecoam são partes das táticas de lutas, como linhas de fugas que se traçam e desenhavam uma cartografia de batalhas políticas. São construções permanentes de mapas conceituais que agregam os afetos: são confetos!

Dentre os diversos materiais utilizados, os cartazes foram bastante divulgados nas redes sociais (Figuras 4 e 5). A arte que reinventa as cores, a criação e um toque de humor assemelha-se aos fios que tecem os bordados de um tecido político em plena reinvenção em Mato Grosso. Novas formas de se pensar, fazer e sentir as lutas devem ser criadas e a arte desempenha um papel revigorante nesses processos de resistência.

Na troca de valores, que hoje se impõe, é possível que os ecologistas sejam estes seres nômades e marginais que o mercado insiste em invisibilizar. A sociedade capitalista não teme a fome, os desastres climáticos, o desemprego ou a aposentadoria tardia. Ela busca o controle da religião, do agronegócio, das terras feudais, das dores da misoginia, da violência do racismo ou da exclusão da xenofobia. Mas o fascismo teme aquilo que não consegue controlar. E é aí que entra nossa capacidade inventiva de resistir por meio de táticas renovadas, desterritorializando a mesmice e com a coragem de ousar.

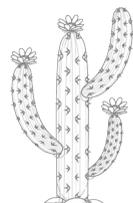




Figura 4: Cartaz da greve
Imagem: Michèle Sato



Figura 5: Cartaz da antropofagia
Imagem: Michèle Sato

Acreditamos que a RESISTÊNCIA (e não a resiliência) é urgente e necessária! Como Vandré, queremos acreditar que podemos vencer o canhão se existir coletivo, coragem, ousadia para mudar, recriar nossas estéticas que tornem a política capaz de forjar as guinadas necessárias.

*“Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer”
Geraldo Vandré*

Referências

CARSON, Rachel. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin Co., 1962.

COUTHBERT, George. Proclama Junta Tuitiva La Paz. In: **Apuntes jurídicos** 2009. Disponível em: <<https://jorgemachicado.blogspot.com/2009/07/pjtlp.html>> Acesso em 15/08/2019.

CRUTZEN, Paul. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, January, p. 23, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. vol I, II, III e IV.



DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1991.

DUNKER, Christian. Por que Bolsonaro fala tanto em cocô? **Entrevista com Leonardo Sakamoto**, 16/08/2019 04h27. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/08/16/por-que-bolsonaro-fala-tanto-de-coco-psicanalista-christian-dunker-explica/>> Acesso em 16/08/2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. **The Intercept**, 09/06/2019, 16h57.– Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>> Acesso em 15/06/2019.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papirus, 1989.

MERCHANT, Brian. World Energy Use Over the Last 200 Years (Graphs). In: **Treehugger** 15/03/2012. Disponível em: <<https://www.treehugger.com/fossil-fuels/world-energy-use-over-last-200-years-graphs.html>> Acesso em: 16/08/2019.

NOGUEIRA, André. O dia em que vaiaram a vitória de Chico Buarque e a música de resistência de Vandré no Festival Internacional da Canção. In **Aventuras na História**. 04/04/2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-dia-em-que-vaia-ram-vitoria-de-chico-buarque-musica-de-resistencia-de-vandre-e-o-festival-internacional-da-cancao.phtml>> Acesso em 10/07/2019.

SATO, Michèle. **Mitopoética das águas salgadas**. Cuiabá: GPEA-UFMT (relatório de pós-doutorado), 50p., il., 2014 (mimeo).

APÊNDICE

Carta do Fórum de Políticas Socioambientais REMTEA, ADUFMAT, FDHT, FORMAD & OBSERVARE

Cuiabá, 05/06/2019

<https://remtea.blogspot.com/p/ciclo-lunar-2019.html>

Nós, participantes do Fórum de Políticas Socioambientais, reunidos no Dia Internacional do Meio Ambiente, vimos a público denunciar as diversas ações do governo no nível federal, com inúmeros retrocessos que ferem a desejada sustentabilidade planetária. Estas ações revelam o completo descompromisso com as questões ambientais e ausência de conhecimento tanto em relação às causas



propulsoras dos colapsos climáticos e danos ambientais em geral (queima de combustíveis fósseis, desmatamento, queimadas, pecuária invasiva, uso e liberação indiscriminada de agrotóxicos, omissão na regularização fundiária, entre outros). Nesse sentido, se alinha aos setores mais degradantes, conservadores, responsáveis pelo aumento do desmatamento e das queimadas, poluição de corpos hídricos, perda de pescado e biodiversidade em geral, aumento de conflitos com ameaças de morte, e muitas vezes assassinatos, principalmente das lideranças do campo.

Com a sistemática política de desmonte das autarquias, em especial dos espaços de participação responsáveis pela manutenção das 334 Unidades de Conservação, bem como as áreas da União, é utilizado o falso pretexto de uma suposta “indústria da multa”. Desta forma, lança mão de dispositivos legais (Decretos e Medidas Provisórias) que obedecem a uma racionalidade e intencionalidade muito bem demarcada, revelando o objetivo sórdido da destruição dos ecossistemas e de todas as comunidades de vida! Não há, por parte deste governo, nenhuma ação em prol de algum programa socioambiental, seja em ato normativo ou fomento da participação democrática, que assegurem uma política de sustentabilidade, não meramente econômica, mas plena em suas dimensões ecológicas, sociais, culturais e de saúde integral.

Alguns exemplos da ditadura institucional:

Lei da Mordaza:

- Decretos nº 9.690/2019 e nº 9.716/2019: Instituição da Lei da Mordaza que impõe sigilo às informações governamentais, o que, de certa forma, restringe o alcance e a compreensão da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);
- Atos e Ofícios internos que proíbem os setores de comunicação e os agentes públicos de darem informações ou

A Medida Provisória 870/2019 altera atribuições de ministérios, fortalecendo o setor do agronegócio:

- O Ministério do Meio Ambiente (MMA) perde para o Ministério da Agricultura a atribuição de gestão, em âmbito federal, do Serviço Florestal Brasileiro (SFB);
- Direciona para o Ministério do Desenvolvimento Regional a Agência Nacional de Águas (ANA), antes vinculada ao Meio Ambiente; o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e a atribuição de definir a política para o setor. Em razão disso, ficará com esse ministério a parcela de compensação pelo uso de recursos hídricos devida pelas hidrelétricas, que antes cabia ao MMA;
- O texto ainda faz referência às políticas e programas ambientais para a Amazônia, e não mais à Amazônia Legal, que engloba também os estados do Mato Grosso, Tocantins e metade do Maranhão (até o meridiano 44 W); Esta Medida Provisória específica – entre outras atribuições do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – o controle de resíduos e contaminantes em alimentos. Entretanto, o Ministério da Saúde também continua com a atribuição de vigilância em relação aos alimentos, exercida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Extinção do Consea, que deixou de ser previsto como órgão de assessoramento à Presidência da República;

Prejuízos na elaboração de políticas relacionadas à saúde, alimentação e nutrição, bem como no papel da sociedade civil na construção e no controle social de propostas voltadas à democratização e à segurança alimentar.



Decreto nº 9.760/2019, que cria o Núcleo de Conciliação Ambiental que, entre outras coisas ocasiona a/o:

- Paralisação de projetos de recuperação ambiental no valor de R\$ 1 bilhão de reais;
- Aumenta a burocracia pública com a finalidade de favorecer os infratores que cometem crimes ambientais, ao flexibilizar a aplicação de multas;
- Anistia crimes ambientais;

Desmonte do Conama – diminuição de 96 para 23 organizações titulares:

- Entidades civis foram reduzidas de 22 para quatro e serão escolhidas por sorteio;
- Retirados do Conselho Nacional de Meio Ambiente;
- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMbio)
- Agência Nacional de Águas (ANA);
- Representações indígenas;
- Representação sanitária;
- Representação científica feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);

Decreto nº 9.672/2019:

- Destituição do Órgão Gestor da Educação Ambiental, composto pelos ministérios da Educação (MEC) e do Ambiente (MMA), ferindo a Lei nº 9.795, democraticamente construída pelo Governo e Sociedade Civil;

Negligência com o caso de Brumadinho, região afetada pela mineração da Vale e que se constituiu o maior crime socioambiental do Brasil;

Corte em quase 40% dos recursos financeiros no sistema de ensino em geral, mas principalmente das universidades públicas responsáveis pelas melhores pesquisas socioambientais do País;

Fissura no desenvolvimento científico brasileiro, por intermédio da falta de orçamento nas principais agências de fomento às pesquisas socioambientais;

Decreto nº 9759/2019 – Desmonte de conselhos da sociedade civil que têm participado e auxiliado na construção de políticas públicas:

- Este Decreto foi parcialmente barrado pelo STF, mas a princípio a manutenção de 32 órgãos colegiados representa apenas 1,2% do total de 2.593 colegiados, ferindo princípios da Constituição Federal;

O Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal por Satélite registrou aumento de 13,7% no desmatamento na região em um ano, o maior número registrado em dez anos. Entre 2017 e 2018, 7.900 km² de floresta derrubados;

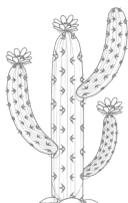
109 casos de assassinatos de lideranças do campo desde 2017:

- 71 assassinatos em 2017;
- 28 em 2018 (anos eleitorais tendem a ter menos ocorrências);
- 10 casos em 2019 (até abril);

14 Terras Indígenas invadidas ou ameaçadas em menos de 60 dias de governo;

Atos da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins/MAPA:

- ATO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2019;
- ATO Nº 7, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019;
- ATO Nº 10, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019;
- ATO Nº 17, DE 19 DE MARÇO DE 2019;
- Liberação pelo MAPA, até o momento, de 121 novos agrotóxicos, inclusive parte deles classificados como produtos extremamente/altamente tóxicos (50 ao total - 41% dos produtos liberados);



- Aumento em 200% na quantidade de agrotóxicos lançados no solo e no ar;

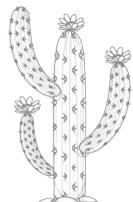
- Quase 300 tipos de agrotóxicos liberados em um ano;

Ofício Circular nº 1/2019/CC/PR (Desmonte da CONAREDD+ entre outros) que apresenta uma lista de 23 instâncias colegiadas, e requer análise no sentido de extinção, adequação ou fusão:

- A comissão que cuida do PPCDAM e do PPCerrado;
- Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN);
- Comitê Interfederativo que cuida dos 42 programas decorrentes da tragédia de Mariana e que integra mais de 70 entes federais, estaduais e municipais;
- Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA);
- Conama (ver anotações acima); a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (CONAREDD+);
- Fórum Brasileiro de Mudança do Clima; e outros;

Decreto nº 9.745/2019:

- Negligência no acordo internacional do Clima, com discursos negacionistas da crise climática, inclusa a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas.



Parte II

Relatos resumidos de experiências como parte da formação de formadores em indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental





Sistematização de Experiências e Ressignificação de Práticas na Educação Ambiental

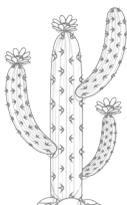
Rachel Andriollo Trovarelli

Um dos desafios das práticas pedagógicas no campo da Educação Ambiental é a reflexão crítica sobre os processos educadores em que estamos envolvidos. Refletir criticamente após a experiência, seja ela uma oficina, uma palestra, um evento, uma campanha, uma política pública ou institucional, um processo de construção participativa ou mesmo um projeto inteiro, é um aspecto fundamental tanto para identificar os aprendizados quanto para criar caminhos de reinvenção da própria prática educadora.

No Laboratório de Educação e Política Ambiental, a Oca, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), o processo de “registro, sistematização, monitoramento e avaliação” é considerado um dos doze componentes metodológicos do ‘Método Oca’ de Educação Ambiental (OCA, 2016). As atividades de registro, sistematização, monitoramento e avaliação estão interligadas, sendo que uma é subsídio para outra, se retroalimentando e avançando na interpretação crítica da experiência.

São comuns situações nas quais nós, educadoras e educadores ambientais, ficamos tão envolvidos no processo educador (especialmente no momento de realização de intervenções socioambientais) que pouco tempo ou espaço mental nos sobra para que, durante e após a experiência, possamos refletir com profundidade sobre o vivido. No entanto, registrar, documentar e sistematizar as experiências das quais participamos é um aspecto fundamental para a análise e o compartilhamento dos aprendizados.

A sistematização é um processo de construção de conhecimentos. Durante o exercício de sistematizar é feita a reflexão crítica sobre a experiência e, a partir de então, podemos reconfigurar



a teoria que embasa nossas práticas pedagógicas, abrindo caminhos para reinvenção de conceitos, métodos e técnicas. Durante o processo de sistematização as educadoras e educadores ambientais apropriam-se da experiência em questão e fazem uma reconstrução ordenada da mesma, o que possibilita o compartilhamento das ideias, insights, reflexões, aprendizados e desafios que emergiram (HOLLIDAY, 2006).

Nas palavras de Holliday,

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no processo, como se relacionar entre si e porque o fizeram desse modo (Idem; 2006, p.24).

Na publicação “Para Sistematizar Experiências”, Oscar Jara Holliday (2006) parte dos acúmulos da educação popular na América Latina sobre sistematização e constrói um relatório que contribui significativamente para essa prática nos projetos socioambientais. O autor parte de reflexões sobre o que é sistematizar e para que sistematizar até a sugestão de caminhos que nos ajudam a realizar esse exercício. Apresento o trabalho de Holliday como embasamento e inspiração para os processos de sistematização de experiências, visto que nos próximos capítulos da presente publicação teremos muitos exemplos concretos.

Holliday (2006) enfatiza que sistematização não é narrar experiências. Embora a elaboração de narrativas seja útil, o processo de sistematização precisa ir além da narração. Também não é a descrição da experiência por si mesma, ainda que a descrição tenha também contribuições relevantes. Descrever os fatos nos ajuda a guardar a memória, contribuindo para que o vivido não caia no esquecimento. A descrição também possibilita que outras pessoas que não vivenciaram a(s) atividade(s) desenvolvida(s) compreendam o que aconteceu. Mas a sistematização não pode ser apenas a descrição, visto que nesse caso não há um processo analítico reflexivo envolvido. Logo, suas contribuições para aprendizagem e



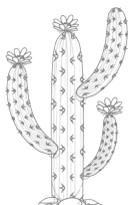
ressignificação da teoria e das práticas pedagógicas são limitadas.

Sistematizar também não significa ordenar, tabular e classificar a experiência em categorias, sejam elas predefinidas ou emergentes, a partir dos registros. A classificação contribui para o ordenamento das informações, mas não encerra a interpretação do processo (HOLLIDAY, 2006).

A narrativa, a descrição, a ordenação, a tabulação e a classificação em categorias são atividades que certamente impulsionam o processo de sistematização, mas não o esgotam. É preciso ir além. Ir além significa fazer o exercício de interpretação, de análise crítica, de reflexão, sobre aspectos da experiência que nos interessam. Portanto, precisamos definir quais elementos da experiência são relevantes para nosso aprendizado (individual e coletivo) e que pretendemos disponibilizar e compartilhar com outras pessoas que não participaram. É útil escolhermos um recorte para nossa análise, ou seja, delimitar sobre quais temas, eixos, aspectos iremos nos debruçar durante a sistematização.

O processo sistematizador pode se dar tanto em âmbito individual quanto coletivo. É preciso que em nível pessoal haja “interesse em aprender da experiência”, “sensibilidade para deixá-la falar por si mesma” e “habilidade para fazer análise e síntese” (HOLLIDAY, 2006, p. 61). Em nível institucional é preciso “busca de coerência para o trabalho de equipe”, “definição de um sistema integrado de funcionamento”, e “impulsionar um processo acumulativo dentro de nossas instituições” (Idem, p. 65).

Em geral, os processos participativos e dialógicos e, portanto, coletivos, têm potencialidade de aglutinar diferentes pontos de vista sobre o vivido, ampliando e aprofundando a análise feita individualmente. No compartilhamento é possível adentrar detalhes que passam despercebidos para uma ou outra pessoa. Nessa perspectiva, a prática de sistematização coletiva é, por si só, um processo educador que promove aprendizados e que pode dar origem



ou fortalecer uma comunidade interpretativa e de aprendizagem¹ que se apoia, se inspira e se potencializa na promoção de processos educadores ambientalistas.

Holliday (2006) sugere um método de sistematização que não pretende ser uma receita ou um conjunto de protocolos a serem seguidos, mas que possa ser um instrumento útil para educadoras e educadores iniciarem seus processos de sistematização. A partir disso, e adaptando ao contexto em que se está inserido, podem e devem ser feitos os ajustes necessários ao modelo, tornando-o o mais efetivo possível. A proposta do autor é composta por cinco etapas: 1) o ponto de partida; 2) as perguntas iniciais; 3) a recuperação do processo vivido; 4) a reflexão de fundo; e 5) os pontos de chegada.

No modelo de Holliday (2006), o ponto de partida (etapa 1) enfatiza que precisamos partir da nossa própria prática, ou seja, é preciso ter participado da experiência em questão. É muito difícil participar de um processo sistematizador se não vivenciamos a(s) atividade(s), embora seja possível apoiar. Mesmo assim, é essencial ter os registros que nos fornecerão informações claras e precisas do que aconteceu (HOLLIDAY, 2006). O registro pode ser feito por múltiplos formatos, como, por exemplo, fotografia, gravação de vídeo e/ou áudio, desenho, pintura, escrita, documento, facilitação gráfica, entre outras. O registro possibilita arquivar aspectos que nos interessam da experiência, que nos ajudarão a manter a memória dos acontecimentos. Por exemplo: a lista de presença (documento) é uma forma de registrar os participantes de uma oficina; a gravação de vídeo é um jeito de registrar os conteúdos de uma palestra, assim como a facilitação gráfica; as fotos podem nos ajudar a captar sentimentos, assim como um relato escrito que tenha esse foco. Podemos e devemos usar e abusar da criatividade quando o assunto é registro de experiências. No entanto, melhor aproveitado será nosso registro se o fizermos intencionalmente, ou seja, se já soubermos quais produtos queremos gerar e quais aspectos são relevantes para

¹ O conceito de comunidades interpretativas e de aprendizagem baseia-se nas 'comunidades interpretativas', do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, nos 'círculos de cultura' e nas 'comunidades de aprendizagem', trabalhados respectivamente pelos educadores brasileiros Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão.



nossa reflexão.

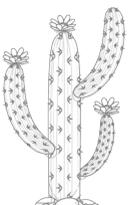
Já na segunda etapa (as perguntas iniciais), a tarefa central é definir o objetivo da sistematização, delimitação desse objetivo (recorte) e um eixo de sistematização. Algumas perguntas podem nos ajudar: 1) “Para que queremos sistematizar?” (definir o objetivo); 2) “Que experiência(s) queremos sistematizar?” (delimitar o objetivo a ser sistematizado); 3) “Que aspectos centrais dessa(s) experiência(s) nos interessa sistematizar?” (definir um eixo de sistematização) (HOLLIDAY, 2006, p. 73).

A recuperação do processo vivido é a terceira etapa no método do autor. Inclui a reconstrução da história, contando a sucessão de fatos e acontecimentos, bem como a ordenação e classificação das informações, como por exemplo, os conteúdos abordados, as ações realizadas, as dificuldades, as motivações, etc. É o momento de reconstruir os diferentes aspectos da vivência, enfatizando os resultados, intenções e opiniões.

Nas palavras de Holliday (2006), é uma irresponsabilidade limitar os aprendizados apenas ao grupo produtor da sistematização. Este material pode ter múltiplos formatos, como vídeo, relatório, banner, artigo científico, jornal, fanzine, mural, etc. Para escolher qual produto queremos gerar, devemos pensar questões como: Quem irá ler este material? Qual o formato mais atrativo para o público com o qual desejamos nos comunicar? Qual formato possibilita que explicitemos nossas reflexões de forma mais precisa?

É importante planejarmos o processo sistematizador das experiências das quais participamos, identificando quem, quando, onde e como iremos trabalhar. Holliday (2006) propõe um roteiro com perguntas-chaves para elaborar a sistematização a partir das reflexões já enunciadas. O uso desse roteiro ou mesmo a elaboração de um plano de ação coletivo/institucional contribuirá para que as tarefas e etapas fiquem claras para todos os envolvidos, criando uma estratégia realista de sistematização da experiência.

Os produtos gerados por um processo de sistematização nos ajudam a guardar ‘para a eternidade’ o vivido e acessá-lo quando



quisermos. Possibilitam-nos mostrar o que vivenciamos para outras pessoas, visualizar a dimensão dos trabalhos desenvolvidos e celebrar cada uma das conquistas. A prática permanente de sistematização de experiências contribui para que os trabalhos sempre se desenvolvam a partir dos aprendizados que emergiram previamente, ou seja, torna-se cumulativo. Logo, é um exercício que impulsiona o aprimoramento e a ressignificação de nossas práticas pedagógicas.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa de Educomunicação Socioambiental. **Série Documentos Técnicos 2**. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: <http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt_2_programa_educomunicacao_socioambiental_4a-versao_maior_final.pdf>. Acesso em 07/10/2019.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2ª ed. revista. Brasília: MMA, 2006. 128 p.

OCA – Laboratório de Educação e Política Ambiental. O ‘método Oca’ de educação ambiental: fundamentos e estrutura incremental. **Ambiente & Educação** - Revista de Educação Ambiental. v. 21. nº1. 2016.

TONSO, Sandro. Cardápio de aprendizagem. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 47-56.





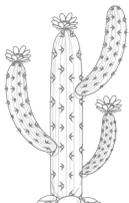
Oficina de Indicadores de Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Processo de Socialização e Debates na CIEA/PA e SEMAS

Adrielle de Fátima de Lima Barbosa
Denise Cristina Torres Costa
Doraci Marinho Souza Lopes
Emilly Hanna Souza da Silva
Hilma Alessandra Rodrigues do Couto
Ivanete Ferreira Alves Lopes
Haydeé Márcia de Souza Marinho
Márcia Sueli Castelo Branco Bastos
Maria da Glória Gomes Cristino
Maria das Graças da Silva
Sineide do Socorro Vasconcelos Wu

Introdução

Em cumprimento ao processo participativo de construção da atividade à distância, requisito complementar à Oficina de Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental - Região Norte, realizada no período de 05 a 07 junho de 2019 na cidade de Belém/PA, integrantes da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) do Estado do Pará e servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PA), sob a coordenação desta, estiveram reunidos em duas oportunidades. Os encontros ocorreram respectivamente nos dias 19/06 e 09/07/2019 no auditório da SEMAS-PA, localizada no, Bairro do Curió Utinga, no Parque Estadual do Utinga (PEUT) e totalizaram uma carga horária de 16h.

Este texto visa comunicar e compartilhar os resultados dessas reuniões de natureza dialógica, cuja finalidade foi socializar o desenvolvimento da Oficina de Indicadores, realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental



(ANPPEA), seus respectivos resultados e sua contribuição para o avanço das reflexões e ações que a CIEA-PA e a SEMAS vêm dinamizando.

Objetivos

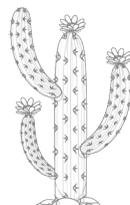
- Socializar o processo de construção participativa das atividades realizadas por integrantes da CIEA-PA, inerentes à carga horária a distância da Oficina de Indicadores – Região Norte.
- Promover, por meio de diálogos e reflexões, o debate sobre a contribuição de integrantes da CIEA-PA e SEMAS na Oficina para o avanço e o fortalecimento de suas ações.
- Ampliar os espaços de socialização de informações sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental.

Metodologia

A materialidade do processo teve início com a convocação, a partir do ofício enviado por e-mail para os representantes institucionais da CIEA, no qual foram anexados os materiais e conteúdos disponibilizados pela ANPPEA em relação ao processo de construção dos indicadores de Educação Ambiental e à Plataforma MonitoraEA. Além desse procedimento, houve divulgação interna na SEMAS/PEUT para uma participação ampliada nesta atividade.

Este texto visa compartilhar, por meio de diálogos, debates e reflexões, as experiências vivenciadas durante a Oficina. Nessa oportunidade buscou-se privilegiar a participação democrática e dialógica, por considerar que, dessa forma, é possível mobilizar vontades e compromissos. Afinal, de acordo com Toro; Werneck (1996, p.5 apud RAYMUNDO et al., 2019, p. 17) “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados [...]”.

Assim, ao se mobilizarem, integrantes da CIEA-PA e SEMAS construíram um espaço para problematizar, refletir e debater percepções e repercussões das experiências vivenciadas nas



concepções e práticas dos envolvidos, inserindo dialogicamente relatos de experiência no contexto da exposição feita por meio de slides sobre o processo de construção dos indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental e da Plataforma MonitoraEA, elaborados pela ANPPEA.

Para finalizar, foi aplicada uma avaliação por meio de questionário fechado, contendo os itens: conteúdo, metodologia, condução e carga horária.

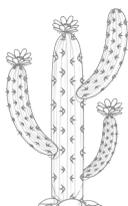
Resultados

O nivelamento das informações contribuiu para o processo dialético, resultando nos seguintes desdobramentos pragmáticos:

- Cadastro da Política Pública de Educação Ambiental no formulário on-line: Política Estadual de Educação Ambiental – PA, realizado no dia 11/07/2019;
- Proposta e encaminhamentos para um estudo da memória histórica da Política de Educação Ambiental na esfera formal e não formal, no Estado do Pará, a partir de agosto de 2019;
- Proposta e encaminhamentos para a realização de um seminário em comemoração aos 20 anos da Política Estadual de Educação Ambiental e da CIEA PA, a ser realizado em novembro de 2019;
- Proposta e encaminhamentos para realização de um evento de lançamento do relatório do seminário, a ser realizado em março de 2020.

Considerações

A contribuição deste grupo de trabalho possibilitou compartilhar experiências que contribuíram para a construção coletiva das informações sobre as políticas públicas de Educação Ambiental realizada no Estado do Pará, fortalecendo a sua difusão. Além disso, proporcionou acesso à discussão sobre o conceito de políticas públicas multicêntricas, ressaltando igualmente a necessidade de construção de políticas públicas estruturantes.



Especificamente, quanto à Região Norte, será possível dar visibilidade às políticas públicas de Educação Ambiental que são desenvolvidas, visto que, a participação na oficina ressaltou a necessidade de indicadores de monitoramento e avaliação das ações de Educação Ambiental das quais ainda não se dispunha. Além disso, a plataforma possibilitará a materialização e a visibilidade das políticas públicas de Educação Ambiental realizadas em cada estado do Brasil.

Referências

RAYMUNDO, M. H. A. et al. **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. São José dos Campos: INPE, 2019. Impresso.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 27/06/2019.





Monitoramento de Políticas Públicas em Educação Ambiental: uma Experiência com o Instituto de Inclusão Social Sol Nascente/Projeto Reciclêia

Eliton Janio Araújo Ferreira

Ana Rosa Ferreira Oliveira

Denis Rodrigo Oliveira Leal

Diogo Lima Corrêa

Fábio José Silva e Silva

Jorgilene Nazaré Pantoja de Lima Dantas

Maria Lindalva Oliveira Fernandes

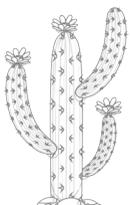
Valdinei Mendes da Silva

Introdução

A realização da Oficina de Multiplicação sobre Indicadores de Políticas Públicas em Educação Ambiental foi uma ação prática da Oficina promovida pela Articulação Nacional de Políticas Públicas em Educação Ambiental (ANPPEA) com agentes da região Norte do Brasil no período de 05 a 07 de junho, tendo como sede o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, em Belém.

Considerando a necessidade de escolher uma prática de Educação Ambiental no território, que pudesse ser cadastrada na plataforma MonitoraEA, optou-se por cadastrar o Projeto Reciclêia: Adote essa Ideia, o qual está vinculado ao Instituto de Inclusão Social Sol Nascente, sediado no Município de São Miguel do Guamá, distante 146 quilômetros de Belém, capital do Estado do Pará.

Um dos maiores desafios na organização da oficina foi a distância entre os participantes do grupo responsável pelo evento, envolvendo quatro municípios (Belém, Magalhães Barata, São Miguel do Guamá, Salinópolis). Para tanto, buscaram-se



estratégias para diminuir as distâncias, tais como: criação de um grupo de WhatsApp para favorecer o diálogo entre os membros, videoconferências com auxílio de aplicativos de celular e reuniões presenciais.

Objetivo

Propiciar aumento do conhecimento, estímulo e orientação ao coletivo da instituição estudada para executar ações de monitoramento e avaliação do projeto de política pública de Educação Ambiental, utilizando o conjunto de indicadores de políticas públicas da ANPPEA.

Metodologia

As atividades desenvolvidas consistiram na aplicação de dois formulários de indicadores da ANPPEA, contendo questões abertas e fechadas. Posteriormente foi feita a análise crítica dos dados obtidos e apresentados na oficina de multiplicação sobre os indicadores de monitoramento de Educação Ambiental.

Inicialmente, foi realizada uma oficina, que apresentou os formulários e buscou estabelecer um diálogo com os sujeitos sobre as ações realizadas pelo Projeto Recicléia: Adote essa Ideia e como essas atividades contribuem para que o projeto seja considerado uma política pública de Educação Ambiental.

A segunda fase consistiu na realização de um encontro de dois dias com a participação dos facilitadores da oficina e membros do projeto para o preenchimento dos formulários de indicadores e posterior envio à ANPPEA.

A oficina inicialmente seguiu uma metodologia de concepção integrativa, a fim de socializar a diversidade do público presente. Durante a programação ocorreu uma triagem de conhecimentos prévios e saberes sobre a ótica da Educação Ambiental. Por meio da síntese do portfólio de trabalho de cada participante foi possível mapear previamente os trabalhos já existentes no município e, sobretudo, dos trabalhos incentivados pelo Instituto Sol Nascente.



Por meio desta análise tornou-se possível ajustar a linguagem e os estudos de caso, a fim de adaptá-los à rotina da comunidade local.

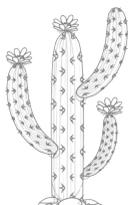
Essa metodologia de aprendizagem sistemática e pragmática ajudou na construção da reflexão acerca do monitoramento das políticas públicas de Educação Ambiental e de como proceder nas ações de levantamento dessas políticas, demonstrando a importância substancial de cercar os processos e ações do Instituto e da comunidade local, prevenidos de documentação e ferramentas adequadas a esses processos. Percebe-se a necessidade de, a princípio, tratar da organização das informações, por meio de ferramentas que contemplem a própria organização, advindas das metodologias administrativas e sociais, abordadas durante a oficina pelos métodos de análise e organização. A exemplo disso, foram adotados como padrões documentais os planos de ações, análises SWOT, ciclo PDCA, checklist, dentre outros, que possam contribuir para a construção do acervo inicial que servirá como o ponto de partida para a pesquisa do estudo de caso local.

No decorrer do diálogo de abordagem reflexiva, os ministrantes foram inserindo os conteúdos bases da oficina da ANPPEA, tendo como prioridade o nivelamento dos saberes dos participantes. Assim, tornou-se possível dialogar sobre o ciclo de monitoramento dos indicadores das políticas públicas de Educação Ambiental. Deste ponto, a oficina é conjurada em prática, o qual os participantes tiveram possibilidade de analisar e opinar sobre o preenchimento do relatório.

Resultados

Os resultados são relacionados às duas etapas:

- Replicação da oficina em S. Miguel do Guamá no dia 26/6/19, que contou com 15 participantes;
- Contextualização dos assuntos relativos às políticas públicas de Educação Ambiental;
- Tomada de conhecimento dos participantes das oito dimensões, que contêm os 27 indicadores;



- Entender a importância do cadastramento da política pública em EA e os resultados esperados.
- Etapa da aplicação do questionário, que ocorreu no dia 07/07/19 no município de Salinópolis. Foi o ápice desse trabalho, pois mediante o preenchimento dos formulários tornou-se possível perceber os pontos fortes e pontos fracos da instituição, além de ficar clara a necessidade de se buscar cada vez mais as evidências das ações realizadas pelo instituto, já que se faz muita coisa, mas se registra pouco.

Na verdade, foi como se no processo do preenchimento fosse feito a troca das lentes, e a partir daí, tornou-se possível ver uma nova realidade sob nova ótica e perspectiva.

Considerações finais

Muitas vezes as associações têm um ‘perfil ambiental’, no entanto, não o tem visível, integrado e/ou sistematizado, realizando atividades dispersas e ações pontuais. Nesse sentido, a oficina para analisar os indicadores de política pública de Educação Ambiental no Instituto Sol Nascente/Pojeto Recicleia – nos âmbitos da gestão e associativismo – torna-se um referencial para que as escolas identifiquem e auto-avaliem o seu grau de comprometimento e ação frente às questões socioambientais.

As oficinas da ANPPEA proporcionam um aumento do número de oportunidades de práticas de diálogo entre as pessoas que trabalham ou buscam trabalhar o tema em sua instituição. São, portanto, oportunidades de aprendizagem social sobre as diversas atividades e projetos já realizados (sucessos, fracassos, percalços, alternativas); em processo (financiamento, continuidade, avaliação) ou em fase de planejamento e execução (envolvimento da instituição, de parceiros e da comunidade, por exemplo). O tema ambiental é, assim, mais bem inserido na comunidade, o que qualifica o trabalho de Educação Ambiental em comparação quando não havia esse norte que está sendo proporcionado pela aplicação dos questionários no decorrer das oficinas.



Sua aplicação traz, sem dúvida nenhuma, uma contribuição para se pensar estratégias que façam do Instituto Sol Nascente / Projeto Recicleia mais do que uma associação que luta pelas causas ambientais. A partir do uso desse instrumento, é possível perceber a necessidade de melhorar inúmeros aspectos da EA que poderão ser monitorados e avaliados com o uso desses indicadores, perceber qual a sua capacidade institucional, como uma unidade de serviços comunitários, um espaço de articulação de saberes e poderes da comunidade e envolvimento participativo e cidadão.

Referências

BARBOSA, L. C. Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil. **IV Encontro Nacional da ANPPAS** 4, 5 e 6 de junho de 2008 Brasília, DF, Brasil.

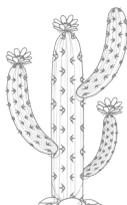
BIASOLI, S. **Institucionalização de políticas públicas de educação ambiental: subsídios para a defesa da política do cotidiano**. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Piracicaba, 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em 23/09/2019.

OCA- Laboratório de Educação e Política Ambiental. Café compartilha: desafios e potencialidades instaladas na sociedade para a formulação e execução de políticas públicas de educação ambiental e sociedades sustentáveis. In: RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** São Carlos: Diagrama, 2015, v.1. p.226.

RAYMUNDO, M. H. A. *et al.* Projeto político pedagógico como estratégia para inclusão da educação ambiental nas políticas públicas brasileiras. **Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental**, La Rioja, v. 2, n. 20, p. 151-165, 2015.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. Construindo uma plataforma de monitoramento e avaliação indicadores... - Maria H. Raymundo, Evandro Branco e Semíramis Biasoli 358 Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018.



RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** São Carlos: Diagrama, 2015, v.1. p. 226.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO, L. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>> Acesso em 23/09/2019.





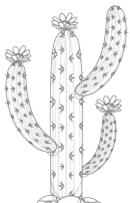
Um Olhar nas Práticas Ambientais da Escola Joaquim Viana: a Com-Vida como Política Pública Transformando o Ambiente Escolar

Emilly Hanna Souza da Silva
 Gisely de Nazaré Freitas da Silva
 Luciana Baleixo da Silva
 Luzia Cristina Izidia Arruda
 Rejane Costa dos Reis
 Rosa Maria Alexandre da Silva

O trabalho aqui apresentado irá descrever a experiência que um grupo de profissionais de diversas áreas da Educação do Pará teve a oportunidade de vivenciar no dia 18 de junho de 2019, na Escola Estadual Prof. Joaquim Viana, localizada no bairro do Coqueiro, no município de Ananindeua, no Estado do Pará, uma demonstração de práticas ambientais sustentáveis no ambiente escolar. O grupo Girassóis da SEDUC foi formado a partir do encontro propiciado pela oficina Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas de Educação Ambiental – Região Norte, ocorrida entre 5 e 7 de junho de 2019, na Universidade Federal do Pará (UFPA) e ofertada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA).

Este grupo teve tal configuração, pois durante a atividade final da Oficina da ANPPEA foi solicitado que grupos pertencentes às mesmas instituições fossem compostos pelos sujeitos ali presentes, para responder ao formulário de indicadores on-line para compor os dados piloto da Plataforma MonitoraEA. Essa é uma plataforma on-line em que os dados respondidos durante a oficina serão lançados e disponibilizados para toda a sociedade, quando a mesma estiver funcionando, a partir de novembro/2019.

Como requisito para finalizar a oficina, solicitou-se a realização de atividade à distância, totalizando 16 horas de ações



complementares em grupo ou individuais. A ação consistia em socializar o que se aprendera nessa oficina junto aos sujeitos que comporiam a Plataforma. O projeto da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Joaquim Viana foi o indicado para ser inserido na plataforma MonitoraEA. Conforme informações dos participantes do grupo, a Escola apresentou os requisitos necessários, que atendiam às exigências da plataforma, ou seja, a escola apresentava em seu currículo a existência de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida). Essas comissões surgiram nas escolas a partir dos resultados da I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação em 2003, quando os estudantes envolvidos propuseram a criação de ‘conselhos jovens de meio ambiente’ nas escolas do País. A partir de então muitas ações foram sendo desenvolvidas, principalmente com o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. Por meio desse movimento, com a mobilização de Coletivos Jovens de Meio Ambiente, a Com-Vida passou a ganhar espaço e força nas escolas. E é nesse contexto que a escola EEEFM Joaquim Viana se insere. Com sua expertise, apresentou um leque de práticas ambientais sustentáveis, que se entrelaçam em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), com o envolvimento do corpo docente, discente, corpo técnico, serventes e toda a comunidade escolar. Reafirma-se, assim, o exercício da Educação Ambiental, tal como disposto no Art. 1º, da Lei nº 9.795/1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, com o desenvolvimento de:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Com a implantação da Com-Vida na escola, desde novembro de 2017, todos passaram a refletir sobre os problemas reais vividos na escola e, de forma coletiva formam, constroem sonhos que se transformam em realidade, como é o caso dos projetos: a) Coleta



Seletiva¹; b) Mãos à Horta; c) Sabão Ecológico² e, d) Compostagem³. A Com-Vida tem por objetivos dar suporte às ações desenvolvidas por meio de projetos, facilitando o protagonismo juvenil no espaço escolar, contribuindo com a responsabilidade socioambiental e cumprindo com a legislação de Educação Ambiental.

A experiência da escola possibilitou uma conversa com as professoras que coordenam os projetos de EA juntamente com as integrantes do grupo Girassóis da SEDUC, para que a Com-Vida do Joaquim Viana, que tem como princípio ‘jovens educando jovens’, pudesse se reunir em mais duas escolas estaduais para sensibilizar e incentivar os alunos destas a formarem a Com-Vida e, assim, possibilitar novos diálogos reflexivos e críticos, capazes de promover políticas públicas ambientais.

Considerações

Após o trabalho de socialização, o grupo de participantes da oficina da ANPPEA compreendeu que a escola Prof. Joaquim Viana, no momento em que implantou a Com-Vida, estabeleceu a execução de uma política pública de EA escolar, envolvendo a comunidade, possibilitando o protagonismo juvenil e assumindo sua responsabilidade socioambiental.

Referências

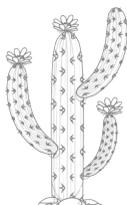
BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 27/06/2019.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO E. A; BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. In: **Cadernos de Pesquisas**: Pensamento Educacional, número especial, p.337-358, Curitiba, 2018.

1 Projeto coordenado pela prof^á. Luzia Cristina, da disciplina de Biologia, desde 2017.

2 Projeto coordenado pela prof^á Josiane Ribeiro, do Laboratório Multidisciplinar, o sabão ecológico em 2016, em 2018 o projeto da horta.

3 Projeto que vem sendo realizado desde 2017 sobre a coordenação da prof^á Luzia Cristina, da disciplina de Biologia.





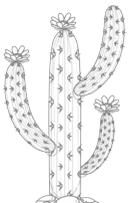
Nós Somos o Ambiente e o Ambiente Somos Nós: Trilhando um Caminho para a Educação Ambiental no Instituto Federal da Bahia

Adriana Vieira dos Santos

De onde viemos e o que desejamos obter?

Segundo a Lei nº 9795/1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em seu Art. 1º. “entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” A Educação Ambiental deve ser permanente e, por meio da Oficina de Indicadores da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental, realizada em março/2019 na região Nordeste, percebeu-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) não possuía política própria nessa área.

O IFBA é uma instituição criada pela transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET/BA), por meio da Lei Federal nº 11.892, que oferece educação tecnológica profissional em todos os níveis, além de possuir uma estrutura multicampi, presente em 23 cidades baianas, e composta por campus, núcleos avançados e campus avançados. Uma estrutura tão grande e diversificada já justificaria o IFBA ter uma política própria de Educação Ambiental e para atingir esse objetivo não se basta o cumprimento da PNEA. Desse modo, o presente resumo vai relatar as 16 horas complementares de atividades realizadas pelos participantes da formação da ANPPEA sobre monitoramento de indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental, bem como os seus resultados.



Objetivo

Refletir e investigar sobre a existência de política pública de Educação Ambiental (PPEA) ou ações de organização correlatas dentro do IFBA.

Metodologia: pondo as mãos na massa

Foi realizado um conjunto de ações para chamar a atenção sobre a importância da Educação Ambiental, inclusive como forma de divulgar as atividades da capacitação realizadas pela ANPPEA (RAYMUNDO et al., 2019) e, especialmente, divulgar a plataforma MonitoraEA.

A estratégia adotada nas reuniões e na execução das atividades para composição das 16 horas de atividade à distância compreendeu apresentações dialógicas, discussões orientadas, interações com o público e outras reuniões e diálogos a respeito da Educação Ambiental, no período de abril a maio de 2019. Às 16h à distância foram executadas por meio do conjunto de atividades realizadas dentro das etapas e tarefas listadas a seguir (Tabela 1).

MonitoraEA IFBA		
	Prazo de execução	
Taferas	Abril	Maio (15 de maio)
1-Planejamento das apresentações (1h)	Produto 1 – Documentação das reuniões (1h)	Produto 2 – Relatório de diagnóstico e planejamento das apresentações (2h)
2- Definições de propostas para ações no município e dentro do IFBA (1h)	Preparação de material de divulgação e outras ações de comunicação (2h)	Relatório para ANPPEA- fechamento das 16h (1h)
3- Estudos sobre as políticas ambientais e de Educação Ambiental (2h)	Reuniões (4h)	Reuniões (1h) Produto 5 - Preenchimento do formulário do MonitoraEA pelo gestor de Logística Sustentável do IFBA (parcialmente realizado) (1h)

Tabela 1 - Planejamento das 16h de Atividades - IFBA



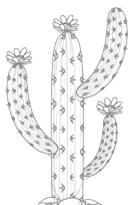
Ao perceber que não havia política ‘própria’ de Educação Ambiental, ou melhor, não havia política institucionalizada no IFBA, foi realizado um trabalho de busca e organização de ações internas que poderiam ser consideradas para uma organização e posterior realização de reuniões e audiências no IFBA para apresentação da MonitoraEA. Ocorreu uma reunião com o coordenador do Plano de Logística Sustentável (PLS) para apresentação dos indicadores de Educação Ambiental e proposta de preenchimento do formulário on-line da plataforma MonitoraEA. O IFBA, por ser uma instituição centenária, possui diversos programas e projetos ambientais com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica, promover a preservação ambiental e minimizar os impactos ambientais negativos do Instituto. Esses programas e projetos não estão institucionalizados e, geralmente, são executados por um grupo de pesquisa ou extensão de um determinado campus ou, ainda, por uma comissão instituída pelo campus, a exemplo da Comissão Interna de Sustentabilidade Ambiental (CISA)¹ do campus Salvador. Inclusive o coordenador do PLS, professor Eduardo Pinto, utilizou-se das experiências e ações praticadas pela CISA para responder ao questionário da MonitoraEA.

Ainda a respeito de outras ações, foram realizados estudos e levantamento em documentos institucionais do IFBA, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os projetos de pesquisa e extensão com a temática ‘Educação Ambiental’ e/ou ‘Meio Ambiente’ cadastrados no módulo extensão do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

Resultados: o que encontramos?

Ao investigar os catálogos referentes ao edital de fluxo contínuo dos anos de 2017 e 2018 e o catálogo do edital de fomento do ano de 2018, verificou-se que há diversos projetos que propunham cursos, investigações, ações sustentáveis e outras medidas com enfoque direto ou indireto na Educação Ambiental. No PDI

¹ Ver: <<http://cisa.salvador.ifba.edu.br/>> Acesso em 23/09/2019.



foram observadas menções à importância da implementação de “práticas de Educação Ambiental que evidenciem e proporcionem a conscientização da comunidade acadêmica, de modo a desenvolver a responsabilidade coletiva pela preservação do meio ambiente”. Nesse sentido, foi encontrado registro de projetos, tais como Diálogos Ambientais e a Semana do Meio Ambiente, desenvolvidos pelas coordenações dos cursos Técnico em Meio Ambiente e Engenharia Ambiental, pertencentes ao campus de Vitória da Conquista. Já no PPI, estão registradas ações e diretrizes que relacionam Educação Ambiental a energias renováveis e a práticas visando ao controle do desperdício de energia.

Considerações que esperamos não ser as finais

Há reconhecimento, pelo coordenador da PLS, da importância de ações coordenadas para a logística sustentável e a implantação de uma política de Educação Ambiental, dada a responsabilidade ambiental nas instituições de Ensino Superior, que é tratada na Lei nº 10.861/2004. O IFBA é um espaço potencial de promoção à elaboração de PPEA e fica evidente que a construção da política ainda demanda uma atuação articulada entre ações de pesquisa, extensão e gestão dentro do Instituto. Essa atuação articulada permitiria o reconhecimento da política como “conjunto de regras ou normas de uma determinada instituição ou a forma de relacionamento entre diversas pessoas para atingir um objetivo em comum”.

Quero agradecer...

Agradecimentos aos colegas do IFBA campus Lauro de Freitas, Flávia Cunha e Manuel Alves, que auxiliaram no processo de reuniões e, sobretudo, no entendimento sobre a necessidade da Educação Ambiental como uma atividade permanente e institucional para o IFBA como instituição pública e que oferta educação de qualidade. Estendo tais agradecimentos ao IFBA como um todo na figura do coordenador de Logística Sustentável, o professor Eduardo Pinto.



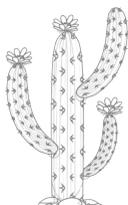
Referências

IFBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/pdi-2014-2018-publicado-pelo-consup-17-02-2017.pdf>>. Acesso em 28/06/2019.

IFBA. **Projeto Político Institucional**. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>>. Acesso em 28/06/2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política de Educação Ambiental. Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária**. Chosica/Peru, 1976. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em 29/06/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental: processo de construção participativa e fichas metodológicas**. Serviço de Informação e Documentação (SESID) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, São José dos Campos, 2019.





Compreendendo, Refletindo e Vivenciando a Plataforma MonitoraEA: Experiência no Estado da Bahia

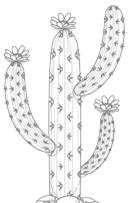
Amélia dos Santos Cerqueira
Fabio Fernandes Barbosa
Idalécio Santos
Jamile Patrícia Barbosa Trindade
Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho
Maria Alice Cintra
Maria Cristina Vieira
Renato Almeida
Renato Cunha
Rosalvo de Oliveira Junior
Silvana Neuza Pereira Canário
Simone Maria de Figueiredo Souza Araújo
Zanna Maria Rodrigues de Matos

Introdução

A Oficina de Formação de Formadores em Indicadores de Educação Ambiental (Região Nordeste) foi promovida pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), entre 25 e 27 de março de 2019, em Mata de São João, Bahia, contando com 63 participantes. O presente relato retrata a etapa formativa complementar (16h), que envolveu a formação de Grupos de Trabalho (GTs), a preparação metodológica e o preenchimento do Formulário de Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental para compor o banco de dados piloto da Plataforma MonitoraEA.

Metodologia

Após a Oficina, ocorrida em Mata de São João, foi estruturado um GT para a construção de um Plano de Ação (16h), que contou com representantes da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA/BA), Secretaria de Educação (SEC), Instituto do Meio



Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA/BA), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) da Bahia e Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA). O GT definiu cinco atividades em seu Plano de Ação, conforme o cronograma abaixo.

Cronograma de atividades (16h à distância)				
Reunião	Objetivo	Público convidado	Data	Carga horária
1ª	Estruturação geral do plano de ação para execução da atividade	DIEAS/ DIPPA/ SEMA; DIRUC/ INEMA	04/04/19	2h
2ª	Planejamento do Plano de Ação	SEMA, INEMA, UFRB, GAMBA e SEC	08/04/19	4h
3ª	Planejamento do Plano de Ação	SEMA, INEMA, UFRB, GAMBA e SEC	17/04/19	4h
4ª	Oficina de socialização da Plataforma MonitoraEA	Representante da CIEA, SEMA, INEM e /UFRB	23/04/19	8h
5ª	Preenchimento do formulário nos links disponibilizados pela ANPPEA	SEMA, INEMA, repres. da CIEA (formação), SEC, GAMBA e UFRB	08/05/19	5h

A primeira reunião teve um caráter interno, apenas com integrantes da SEMA, quando se elaborou a estratégia geral de execução do Plano de Ação, uma avaliação da Oficina Nordeste, além de um documento com sugestões enviado a ANPPEA. Na segunda reunião, houve um alinhamento da proposta metodológica de uma Oficina de Socialização, que permitisse aos participantes uma compreensão da ferramenta de avaliação dos indicadores para posterior exercício do preenchimento do formulário, a partir da utilização de um dos elementos da PPEA na Bahia: a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Na terceira reunião, detalhou-se a metodologia da Oficina de Socialização, tendo como



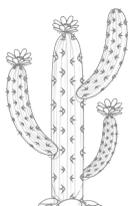
público membros da CIEA.

Na Oficina de Socialização, houve esclarecimento do objetivo da reunião, apresentação da política pública a ser avaliada, leitura coletiva do artigo de Raymundo, Branco e Biasoli (2018) e uma breve apresentação dos aspectos da Plataforma MonitoraEA: seu histórico de criação e as dimensões/indicadores de monitoramento e avaliação da PPEA. O turno da tarde foi destinado a conhecer e discutir os indicadores a partir do trabalho em grupos com a dinâmica do Carrossel.

Ao todo, cinco estações de trabalho trataram das oito dimensões de indicadores (RAYMUNDO et al. 2018, 2019). Em cada estação foram afixadas as questões vinculadas a cada dimensão/indicador, possibilitando que os participantes conhecessem, discutissem e refletissem acerca de cada uma das temáticas. Foram registradas sugestões de melhoria/comentário após avaliação do grupo. Para complementar o Plano de Ação, seguimos a etapa do Preenchimento do Formulário, disposto em dois links on-line, para compor o banco de dados piloto da Plataforma MonitoraEA, em que foi avaliado o programa Mapeamento de Experiências Socioambientais Voltadas para Sustentabilidade, importante programa de implementação da PPEA na Bahia.

Resultados

Em todas as reuniões realizadas, valorizou-se o caráter participativo e dialógico das discussões. A partir da atividade do Carrossel, ficaram evidentes seis aspectos: a) a importância do entendimento conceitual básico de políticas públicas; b) a necessidade do entendimento prévio das dimensões/indicadores para o preenchimento do formulário; c) a necessidade do conhecimento da natureza e do desenvolvimento da PPEA avaliada; d) mais clareza, foco e precisão para o preenchimento do formulário, além de intervenções de melhoria no estudo e no conteúdo de questões por indicador, a partir da utilização de apenas um elemento de avaliação da PPEA; e) necessidades de aprimoramento da própria política avaliada; e f) reconhecimento de que os indicadores servem



de parâmetros para inclusão ou elaboração de novas políticas públicas de EA e outras políticas setoriais.

Em sua maioria, as contribuições para aperfeiçoamento da formulação das questões relacionadas aos indicadores estiveram voltadas à necessidade de clareza, objetividade, especificidade, sequência lógica e reestruturação de algumas questões. Nossa experiência demonstrou que o formulário pareceu mais apropriado para avaliar programas e políticas setoriais com projetos bem definidos.

Considerações

O processo de validação da ferramenta de avaliação de indicadores das políticas públicas de EA no Estado da Bahia passou por um crescente conhecimento e compreensão, iniciado na primeira etapa de formação de formadores. Vale a pena destacar que a temática despertou o interesse de muitos educadores no estado, que discutiram e refletiram sobre o conteúdo, seja em reuniões, em eventos, em rodas de diálogos, dentre outras formas de disseminar o conteúdo, atingindo o objetivo principal da oficina – formação de formadores. Destacamos a utilidade e a necessidade de um instrumento dessa natureza, haja vista que a gestão da política pública de EA está alicerçada em ações de cunho subjetivo e processual, portanto contendo dificuldades no momento de avaliá-las. Logo, representa uma demanda reprimida para todos que atuam na área.

Durante o processo foram percebidas algumas necessidades de aprimoramento, tanto da metodologia de passar o conhecimento adiante, como com em relação às nuances relacionadas à utilização da ferramenta. O investimento na compreensão das dimensões/ indicadores foi fator preponderante para os passos seguintes, até culminar com o preenchimento do formulário para compor o banco de dados piloto da Plataforma. Não obstante os obstáculos iniciais, acreditamos ser notório que os indicadores já começam a ser uma importante ferramenta de avaliação e direcionamento das PPEA, dado o seu poder direcionador, representando um ganho

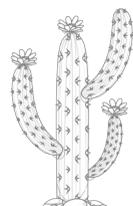


fundamental em todas as etapas do ciclo de políticas públicas. O impacto da formação e das atividades posteriores, realizadas pelos grupos de trabalho, vem tendo boas repercussões para ampliação da divulgação do instrumento; para balizar ações em andamento; avaliar as ações já executadas, bem como levantar reflexões e ajustes sobre aquelas que ainda serão iniciadas. O maior desafio agora é avaliar Políticas Públicas de Educação Ambiental para que elas continuem tendo premissas de participação, justiça social, democracia, respeito e valorização da diversidade, o que constituirá grande aprendizado para os gestores públicos.

Referências

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Serviço de Informação e Documentação (SESID) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, São José dos Campos, 2019. Disponível em: < <http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>. Acesso em 30/05/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018.





I Oficina de Monitoramento das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Município de Paulo Afonso, Bahia

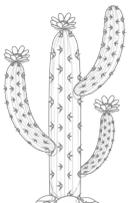
Dajana Gabriella Nóbrega Santos da Silva
 Alexandro Fabiano da Silva
 Joserlando Lacerda Rosa
 Nayra Graziella Nóbrega Santos da Silva
 Pedro Victor Nóbrega dos Santos
 Clauber Alessandro Japiasu Campos
 Marlon Vieira Araújo Reis

*Ambiente limpo não é o que mais se limpa e
 sim o que menos se suja.*

Chico Xavier

Introdução

O município de Paulo Afonso fica localizado no Estado da Bahia a quase 500 quilômetros de Salvador, fazendo fronteiras com mais três estados: Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Também chamada de ‘Capital da Energia’, Paulo Afonso é conhecida por suas belezas naturais, como rios, cachoeiras e reservas naturais. Sua população, segundo o IBGE de 2018, é de quase 120 mil habitantes. Possui clima semiárido, com temperaturas elevadas. Quanto à infraestrutura da cidade, as ruas são pavimentadas e outra parte é asfaltada. O lixo, recolhido semanalmente, é encaminhado ao aterro sanitário que foi inaugurado em 2014, embasado na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos para reduzir os impactos ambientais. Segundo o site Rota da Reciclagem (www.rotadareciclagem.com.br), parte desse material é coletado pelos catadores integrantes do programa de coleta seletiva e/ou das cooperativas e estabelecimentos comerciais, sendo direcionados à usina de reciclagem Alternativa Reciclagem de Paulo Afonso (ARPA).



Para fortalecer os trabalhos de gerenciamento de resíduos sólidos, bem como as políticas públicas de Educação Ambiental em Paulo Afonso foi realizada a I Oficina de Monitoramento das Políticas Públicas de Educação Ambiental no município entre os dias 29 e 30 de abril de 2019.

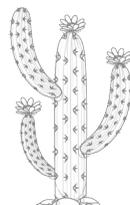
O presente relato tem como objetivo registrar a experiência da referida Oficina que foi articulada pelos participantes da formação sobre indicadores, realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), que ocorreu na região Nordeste no mês de março de 2019. Os participantes da Formação da ANPPEA tinham a missão de compartilhar e dialogar sobre os indicadores da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental (MonitoraEA) em seus territórios de atuação, sendo como uma extensão da formação.

Desse modo, a realização da I Oficina de Monitoramento das Políticas Públicas de Educação Ambiental do Município de Paulo Afonso foi uma estratégia para divulgar e fortalecer a rede de iniciativas na área de Educação Ambiental a partir dos indicadores da ANPPEA (RAYMUNDO et al., 2019) contribuindo, também, para a ampliação do banco de dados da Plataforma MonitoraEA.

De acordo com Morales (2004), a Educação Ambiental é a condição básica para alterar um quadro crítico, perturbador e desordenado, recheado de crescente degradação socioambiental. A Educação Ambiental é importante no contexto sociocultural, na mediação entre a sociedade e a natureza, buscando construir sociedades sustentáveis.

Neste sentido, o município trouxe para o centro do palco debates para pensar em estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, buscando propostas de mudança cultural e social, trabalhando com sensibilidade para que ocorram mudanças na forma de olhar o mundo, de desejar novas realidades e de contribuir para formar cidadãos mais críticos e ativos em suas realidades locais.

A I Oficina de Monitoramento das Políticas Públicas de Educação Ambiental de Paulo Afonso promoveu uma mobilização

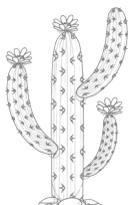


sobre a importância das políticas públicas de educação no gerenciamento de resíduos sólidos, envolvendo comunidade, escolas, universidades, conselhos gestores, poder público municipal, federal e estadual. A oficina teve momentos expositivos, grupos de trabalho, plenária e buscou estimular processos educativos trazendo, também, a história da EA no Brasil visando fortalecer os sujeitos sociais a fim de atuarem em seu contexto político, cultural e ambiental.

Resultados

Após a socialização de informações e o debate sobre os indicadores e a Plataforma MonitoraEA conectados às ações de Educação Ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos e outras ações socioambientais de Paulo Afonso foi possível que a plenária apresentasse diversas propostas, conforme organizadas no quadro a seguir:

Propostas que não demandam recursos, somente articulação entre órgãos e mudança de rotinas (CURTO PRAZO)	Propostas que demandam recursos públicos de baixo impacto (MÉDIO PRAZO)	Propostas que demandam recursos públicos de alto impacto (LONGO PRAZO)
Implementação do programa Educação Ambiental nas escolas da rede municipal	Efetivar a separação dos resíduos sólidos em equipamentos públicos (começar pelos do município)	Carro com divisória para área rural
Sensibilizar empresários/comércio para formação de educação ambiental não formal	Criar uma Olimpíada de Educação Ambiental na cidade, a princípio, em âmbito escolar	Contratação de guarda ambiental
Oficinas nas escolas com sucatas/exposição	Desenvolver um olhar especial para aquisição de material reciclado nas licitações para compra de materiais	Formação dos garis
Política do “copo único”	Horta comunitária e plantas medicinais nos PSFs (área rural)	Caminhões apropriados para coleta seletiva



Orientar os alunos graduandos a elaborar projetos na área de Educação Ambiental	Fortalecimento dos pontos de recolhimento de embalagens de agrotóxicos na zona rural	Lixeiros espalhados pela cidade (coletores de resíduos)
Aplicar política reversa (pilhas, baterias, garrafa PET)	Implantar um grupo teatral de Educação Ambiental	Jingles nos telefones da prefeitura
Reeducação da comunidade sobre a coleta seletiva	Hortas em garrafa pet nas escolas	Pontos de coletas de anéis de lata de refrigerantes, que serão doadas para o hospital
Catalogar e orientar os catadores autônomos (passam mais cedo e rasgam as embalagens separadas)	Formação em EA não formal para Associação de Moradores	Sensibilização da sociedade por meio da divulgação de estratégias de separação do lixo doméstico utilizando mídias (canais de TV e rádio, além de carros de som, panfletagem)
Fortalecer e ampliar o projeto Seu Resíduo Vale um Sorriso” (SEDES)	Palestras de EA para serviços gerais (escola)	Carros específicos para o lixo escolar (uma vez por semana)
Fiscalizar descarte de alimentos vencidos por supermercados	Colocar containers PEV para a ARPA pegar	
Aquisição de sacos coloridos (escolas afins)	Promover a Educação Ambiental com profissionais de saúde	Coleta seletiva, com a separação do lixo seco/molhado

Considerações

De maneira geral, constatou-se a satisfação dos participantes com os resultados obtidos a partir da primeira oficina. O envolvimento do grupo com o processo participativo proposto e o interesse na política pública mostrou-se crescente no decorrer das atividades da oficina, bem como a colaboração de todos. As técnicas utilizadas e os conteúdos trabalhados com as análises de painéis e leis acerca do tema prenderam a atenção dos participantes, que com seriedade e dedicação buscaram contribuir para a elaboração e



a implantação de uma política pública de Educação Ambiental no município de Paulo Afonso.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 184 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3ª ed. Brasília: MEC/MMA, 2005.102 p.

MORALES, A. G. M. **A formação do profissional educador ambiental**. Curitiba: UFPR, 2007. Tese de Doutorado. Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

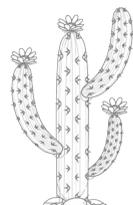
RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo; **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Serviço de Informação e Documentação (SESID) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, São José dos Campos, 2019.

SITES:

<http://www.pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&pg=3>

<http://pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=6523>

<http://www.pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=7920>





Sergipe: Processo Local sobre os Indicadores das Políticas Públicas de Educação Ambiental

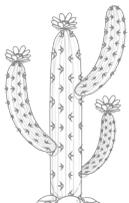
Isabelle Aparecida Dellela Blengini
Maria Helena Filha

Introdução

Realizar processos de Educação Ambiental sempre será necessário e também desafiador, pois já é consenso que vivemos uma crise socioambiental. Porém, ao atentarmos para as questões realizadas em prol de mudanças para realizarmos a transição para sociedades mais sustentáveis e justas, ainda estamos em passos lentos. Nesse sentido, este texto relata o processo local que ocorreu em Sergipe e tem como objetivo trazer um olhar para o caminho percorrido por aqui. Caracterizando o Estado de Sergipe, ele está localizado na região nordeste do Brasil, apresentando uma área de 21.910 km² de extensão, com dois biomas predominantes, Mata Atlântica e Caatinga. Está dividido em 75 municípios, sendo que o território sergipano equivale a 0,26% do brasileiro e possui mais de dois milhões de habitantes (IBGE, 2018).

No contexto da Educação Ambiental, Sergipe criou a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA-SE), que está vinculada à Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA), em 1999 por meio do Decreto n.º 18.509 (SERGIPE, 1999), alterado pelo Decreto n.º 18.833/1999 (SERGIPE, 2000). Teve a publicação da sua Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) em 2010 pela Lei n.º 6.882. Porém, mesmo tendo um belíssimo processo participativo e democrático envolvendo diversos setores da sociedade, por meio dos Fóruns Estaduais de Educação Ambiental de 2010 e 2011, e de treze consultas públicas para a regulamentação da Lei, a PEEA não foi regulamentada (NEPOMUCENO, 2017).

Em relação aos Indicadores de Políticas Públicas de Educação



Ambiental (RAYMUNDO et al., 2019), cabe ressaltar que esse sempre foi um grande anseio de todos nós, educadores e educadoras do Brasil, olhando para todo o histórico da EA. Avaliar e monitorar todo esse processo é, de fato, um passo que temos que dar rumo a essa visão macro e também micro para as políticas públicas de EA, o que a Plataforma MonitoraEA terá condições de nos fornecer. Nesse sentido, comungamos com todo o processo participativo de acordo com Raymundo; Branco; Biasoli (2018), que apresentam a construção dos indicadores de políticas públicas de EA tendo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global como base e congregando a essência da nossa EA, que é plural e que deve ser vista com respeito e valor assumindo seu lugar nas políticas públicas em todo o Brasil.

Nosso caminhar (metodologia)

Para a escrita deste texto em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, seguida pela organização e sistematização das informações das reuniões, encontros e da oficina que ocorreram durante as 16 horas, pós-oficina regional na Bahia realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), para situar cada passo deste processo. Ao final, algumas conclusões foram apontadas, dentro de um momento de reflexão sobre a trilha que se formou.

Resultados

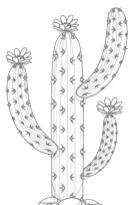
Com este olhar sobre o processo que foi trilhado, os resultados mais expressivos foram a conexão entre setores que são os responsáveis pela implementação das políticas públicas de EA no estado e também no município de Aracaju. O IBAMA-SE liderou todo esse processo, juntamente com o coletivo Ecoformação, responsáveis pelo desenvolvimento das ações no âmbito local em Sergipe. Ocorreram reuniões internas da coordenação do IBAMA-SE, envio de ofícios, impressão do material e também a disponibilização do espaço para a oficina, o que denota o empenho do órgão federal em protagonizar as atividades.



Como resultado também importante vale mencionar a concretização da oficina, que foi realizada com a participação de dois representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMAHR-SQS) e dois representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA). Nessa atividade, chamada de Oficina de Indicadores de Educação Ambiental – Região Nordeste – Etapa Local Sergipe, foi abordada a importância do monitoramento e da avaliação da política pública de EA, para que se avançasse rumo à análise dessas políticas, além de se dar visibilidade às mesmas, chegar de fato a pontos mais concretos para sua efetividade, entre outros resultados. Durante a oficina foi discutida a conjuntura atual e a mudança estrutural das secretarias e de seus secretários e como isso poderia prejudicar o preenchimento do formulário de indicadores para compor as informações piloto da Plataforma MonitoraEA. Como proposta de dar continuidade a esse processo, tanto a representante do IBAMA-SE como do coletivo Ecoformação sugeriram novos encontros para sanar dúvidas, resolver as pendências e dar andamento às atividades.

Considerações finais

Ainda não chegamos ao final dessa caminhada, pois diante de toda a instabilidade institucional que o órgão estadual de meio ambiente atravessa, nota-se que os colaboradores estão bastante sobrecarregados. Mesmo os que demonstram interesse em participar ficam com as mãos atadas e estão cheios de compromissos, sem conseguirem se evolver de fato com o preenchimento de formulários da Plataforma, o que demanda tempo. Já no âmbito municipal, que teve participação ativa na oficina, aguarda-se somente uma posição do secretário para realizar o preenchimento do formulário. O que consideramos nesse momento é que não podemos esmorecer diante dessas dificuldades, tendo em vista a desvalorização e o descaso com as questões ambientais, que infelizmente vemos em todo o Brasil. Este grandioso processo da nossa EA, que não começou agora, também não irá terminar assim, pois nós, educadores e educadoras, somos e sempre seremos resistência.



Referências

IBGE. 2018

NEPOMUCENO, A. L. de O. **Das tensões políticas à prática pedagógica socioambiental** : contextos da política estadual de educação ambiental (SE). 229 f. Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Serviço de Informação e Documentação (SESID) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, São José dos Campos, 2019.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, n. esp, p. 337–358, Curitiba, 2018.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. **Decreto n.º 18.833, de 10 de dezembro de 1999**. Altera art. 9º, acrescentando o inciso VI, do Decreto n.º 18.509, de 10 de dezembro de 1999, que constitui Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Sergipe. Diário Oficial de Sergipe, Aracaju, SE, 23 maio 2000.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. **Decreto n.º 18.509, de 10 de dezembro de 1999**. Constitui Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Sergipe e dá providências correlatas. Diário Oficial de Sergipe, Aracaju, SE, 21 dez. 1999.

_____. **Lei n.º 6.882, de 8 de abril de 2010**. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Diário Oficial de Sergipe, Aracaju, SE, 2010.





Socializando o Sistema MonitoraEA em Oficina de Educação Ambiental em São Francisco do Conde – Bahia

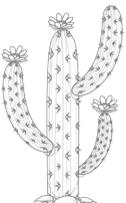
Joselisa Maria Chaves
Rejane Maria Lira-da-Silva
Angélica Santos da Paixão
Joisilene Jesus dos Santos

Introdução

A Plataforma MonitoraEA tem como objetivo cadastrar, monitorar e analisar, com base em 27 indicadores, projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). A sua difusão compõe parte das oficinas realizadas em todo o País, pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), iniciada pela região Nordeste nos dias 25, 26 e 27 de março de 2019 no Instituto Baleia Jubarte, em Praia do Forte, município de Mata São João, na Bahia. Este artigo tem como objetivo apresentar os principais resultados da oficina realizada no município de São Francisco do Conde, na Bahia por um dos grupos formado por professoras de universidades baianas, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e de Meio Ambiente, Agricultura e Agrária de São Francisco do Conde. Essa oficina teve o propósito de socializar os indicadores da MonitoraEA, como parte da carga horária da oficina da ANPPEA.

Método

O método da oficina realizada em São Francisco do Conde como parte do processo formativo da ANPPEA, sob a responsabilidade deste grupo de autoras, foi desenvolvida em quatro etapas. A primeira constou da elaboração do planejamento da oficina, visando atender ao objetivo proposto de socializar os

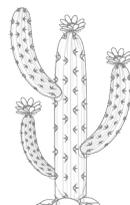


indicadores da Plataforma MonitoraEA. A segunda etapa foi a seleção e o convite aos participantes. A terceira etapa foi a realização da oficina e, por fim, a quarta etapa foi a análise e a elaboração do relatório. A programação da oficina contou com três momentos: o inicial, de apresentação dos participantes, o segundo momento com apresentações de alguns estudos de casos de projetos de Educação Ambiental e Sala Verde. O terceiro momento socializou informações sobre a plataforma MonitoraEA, possibilitando o preenchimento de alguns indicadores.

Resultados

Durante a preparação da oficina, cada coordenadora da atividade elaborou a lista de convidados que fariam parte da mesma, buscando contemplar participantes que pudessem contribuir com a posterior difusão da Plataforma MonitoraEA. Dessa forma, foram convidadas 27 pessoas, sendo, representantes da coordenação da Universidade Aberta de Meio Ambiente e Cidadania Sustentável (UNAMACS), vinculada à Secretária de Meio Ambiente de Feira de Santana; participante da equipe de Educação Ambiental e mestrandos da UEFS; dos cursos de Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente e do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais; coordenação e discentes da Sala Verde do Instituto de Biologia da UFBA; discentes da disciplina Atividade Curricular na Comunidade Programa Social de Educação, Vocação e Divulgação Científica (ACCS/UFBA); docentes da Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB); coordenações das Salas Verde dos municípios de Salvador, São Francisco do Conde, de Candeias, de Santo Amaro; além de representantes da Secretaria de Serviços Públicos/Gerência de Educação Ambiental de São Francisco do Conde (SESCOP), Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária e Epidemiológica de São Francisco do Conde (SESAU) e da Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca de São Francisco do Conde (SEMAP).

Após as apresentações dos participantes, nas quais cada um expôs o seu entendimento sobre política pública no âmbito da



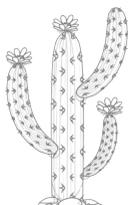
Educação Ambiental, seguiram-se as seguintes apresentações:

i) Sala Verde da UFBA, na qual a professora Rejane Lira, coordenadora da Sala, fez um breve histórico das atividades desenvolvidas, com destaque para atividades de educomunicação, com oferta de oficina de vídeos, produção de jornal, rádio e TV para o público jovem, focada na importância da inter-relação entre Educação e Comunicação, visando à cidadania, como apregoa Kaplún (2002) e Freire (1997). Os vídeos produzidos estão disponíveis no blog (salaverdeufba.wordpress.com).

ii) A professora Joselisa Chaves, apresentou ações realizadas pela UEFS e seus desafios e convidou a mestranda Fernanda Cristina Miranda para expor pesquisa de sua dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), intitulado “Desafios nas Ações Ambientais na Universidade: o Caso da Equipe de Educação Ambiental da UEFS-BA” (MIRANDA et al., 2018). Também de Feira de Santana foram apresentadas as ações de educação ambiental promovidas pela Universidade Aberta de Meio Ambiente e Cidadania Sustentável – (UNAMACS), pela coordenadora Érica Teles Cordeiro Mineiro.

iii) Apresentação das atividades da Sala Verde de São Francisco do Conde, pela coordenadora Angélica Paixão. Apesar do pouco tempo de existência da Sala, já ocorreram oficinas de reaproveitamento de resíduos, formação de professores da rede municipal com atividades teóricas, práticas e de campo. Destacase o projeto Hortas Escolares e visitas ao Centro Ambiental, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do município. Além da parceria com outras instituições como Fundação Vovó do Mangue para a promoção do curso de multiplicadores em Educação Ambiental; articulação para participação dos estudantes da rede municipal na V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, dentre outras atividades.

iv) A Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), representada pelo professor Pedro Acosta Leyva, apresentou as atividades desenvolvidas pela instituição



no campo da segurança alimentar, tão importante para os países africanos que integram o corpo de estudantes africanos, como também para diversas regiões brasileiras. Os grupos de pesquisa têm se dedicado a compreender as dinâmicas ambientais de uso dos recursos naturais em suas várias dimensões.

Após as apresentações houve espaço para debate, o que permitiu estreitar os vínculos entre as instituições participantes. No período vespertino, após exibição do vídeo institucional da ANPPEA, os participantes da oficina, reunidos em grupos, fizeram leitura comentada do artigo “Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental”, de Raymundo; Branco; Biasoli (2018). Logo depois, foi possível realizar o exercício de preenchimento de dados no formulário da Plataforma MonitoraEA, possibilitando, dessa forma, a difusão do Sistema MonitoraEA.

Considerações

Como resultado principal da oficina verificou-se que nenhum dos municípios presentes possuía política de Educação Ambiental institucionalizada, sendo unânime a decisão de cada participante de buscar meios para efetivação dessa política pública junto ao poder público de suas localidades. Concluiu-se muito produtiva a dinâmica realizada na Oficina Formativa para Socialização dos Indicadores da Plataforma MonitoraEA em São Francisco do Conde, pois sementes foram lançadas e poderão frutificar em resultados que fortaleçam ainda mais a Educação Ambiental no Brasil.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

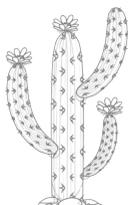
KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. (el comunicador popular). La Habana : Editorial Caminos, 2002. 240 p



RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Serviço de Informação e Documentação (SESID) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, São José dos Campos, 2019. Disponível em: < <http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>> . Acesso em 24/09/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, 2018, p.337-358.

RIBEIRO, Fernanda Cristina Miranda; MATOS, Zana Maria Rodrigues de; LIMA, Carlos César Uchôa; CHAVES, Joselisa Maria. Desafios das ações ambientais na universidade: o caso da equipe de educação ambiental da UEFS-BA. In: **Anais do III Seminário Nacional de Integração da Rede PROFCIAMB**. São Carlos: EESC-USP, 2018. v. 1. p. 1-10.





A Educação Ambiental na APA Joanes Ipitanga à luz de Indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA

Maria Cristina Nascimento Vieira
Adalcira Santos Bezerra
Maria Aparecida Meirelles
Maria do Rosário Maciel
Matilde Pereira Gonçalves

Introdução

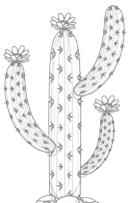
O ponto de partida para a construção deste texto está apoiado na Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA)¹, instância constituída em 2015, com o intuito de desenvolver, entre outras coisas, uma ferramenta virtual que reúna o conjunto dessas políticas. Assim, a Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental, a MonitoraEA, vem a ser esse recurso.

Destarte, para o alcance do proposto, a MonitoraEA objetiva o cadastramento, a sistematização, o acompanhamento e a avaliação baseados em oito dimensões articuladas de indicadores ²(RAYMUNDO et al. 2018, 2019), construídas como fruto de diálogos junto à diversidade de atores, formuladores da política e da sociedade civil de cinco regiões do País, atuantes no campo da Educação Ambiental. Cabe ressaltar a conexão necessária realizada entre as dimensões construídas e os princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Este texto apresenta um resumo da etapa formativa

1 Objetivos: contribuir para o fortalecimento de políticas públicas de EA; propiciar estratégias de sinergia entre a diversidade de atores; produzir conhecimentos diversos.

2 São elas: dimensão diagnóstica, dimensão da participação e construção coletiva, dimensão da formação dialógica, dimensão da subjetividade, dimensão da intervenção socioambiental, dimensão da complexidade, dimensão da comunicação e dimensão institucional (RAYMUNDO et al., 2017).



complementar de 16 horas, vivenciada pelo Grupo de Trabalho constituído na Oficina de Indicadores de Educação Ambiental – Região Nordeste, realizada pela ANPPEA no município de Mata de São João, Bahia, no período de 25 a 27 de março de 2019, para 63 representantes do poder público federal, estadual e municipal, da sociedade civil e do setor privado.

Metodologia

Com fins de realizar uma mini oficina, como etapa complementar da Oficina da ANPPEA, o grupo definiu colocar em pauta o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Programa de Educação Ambiental do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes Ipitanga, por ser a única Unidade de Conservação (UC) do estado que dispõe deste instrumento pedagógico de gestão. Acrescenta-se que a Educação Ambiental implementada nessa UC está respaldada na Lei nº 12.056/2011 que instituiu a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEEA-BA) e no Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA). Isso, por entender a emergência da implementação da Educação Ambiental nos territórios das UC e em contraponto ao atual momento político da esfera federal, que está promovendo o desmonte das políticas socioambientais, atingindo em profundidade as instâncias de Educação Ambiental.

A gestão da APA Joanes-Ipitanga é de responsabilidade Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) por meio da Diretoria de Unidade de Conservação (DIRUC). A APA, criada pelo Decreto Estadual nº 7.596, de 5 de junho de 1999, encontra-se localizada na Região Metropolitana de Salvador³, delimitada com área total de 64.463 ha envolvendo oito municípios.

Com a finalidade de trabalhar os indicadores de Educação Ambiental com diversos executores de políticas públicas nessa área,

3 A APA está localizada na Região Metropolitana de Salvador, abrangendo os municípios de Camacari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passé, Salvador e Dias D'Ávila. A APA Joanes-Ipitanga tem uma área total de 64.463 ha.



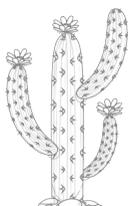
a mini oficina foi realizada no dia 03 de maio de 2019 na Faculdade UNIME, município de Lauro de Freitas. Esse momento contou com a participação de representantes do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga e poder público estadual e municipal, da sociedade civil e de empreendedores, constituindo um público interdisciplinar de 28 pessoas.

A dinâmica da mini oficina iniciou com uma rodada de apresentação dos participantes, da identificação das expectativas em relação aos trabalhos do dia, e do entendimento sobre o que é Educação Ambiental. Daí emergiu o consenso quanto à premência da Educação Ambiental como instrumento de gestão facilitador dos processos socioambientais no território. Os participantes expressaram o desejo de vivenciar processos participativos continuados e transformadores. Após a escuta dos participantes, o gestor da APA/Inema-BA apresentou o Programa de Educação Ambiental do Conselho Gestor com destaque para o PPP da APA Joanes-Ipitanga e sua interface com os indicadores de EA.

A oficina seguiu com a leitura e a reflexão sobre o texto “Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Construção à Luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental”, de Raymundo; Branco e Biasoli (2018), em torno das oito dimensões.

Posteriormente a essa atividade, iniciaram-se a apresentação e os comentários sobre o vídeo da ANPPEA, que mostra as etapas do processo metodológico de construção dos indicadores, os princípios e as características do trabalho de delineamento coletivo da Plataforma MonitoraEA. O vídeo se mostrou interessante para esclarecer e fundamentar os objetivos, metas e possíveis resultados a serem alcançados com essa plataforma.

Embasados na leitura do texto e do vídeo, os participantes foram instados à reflexão acerca das oito dimensões e o conjunto de indicadores construídos para cada uma delas. No diálogo que se seguiu destacaram-se os pontos convergentes com as políticas públicas realizadas. Contudo, a complexidade e a relevância da



metodologia suscitou no grupo o desejo de aprofundamento dos indicadores.

Resultados

Foram muitos os resultados imediatos, como a sinergia dos participantes com a proposta da oficina; o interesse em prosseguir com o processo formativo referente à metodologia do MonitoraEA, com esse grupo e ampliado com os demais membros do Conselho Gestor da APA; o desejo de articulação com fins de realizar projetos em comum; o interesse em fortalecer as ações socioambientais na APA, implantando as políticas de EA nos oito municípios da UC; o desejo de realização de parcerias com as instituições do Conselho Gestor; além da manifestação da satisfação em participar da mini oficina.

Considerações

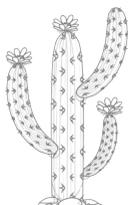
As trocas resultantes da aproximação com o tema e os documentos disponíveis na mini oficina aqueceram a discussão acerca da Educação Ambiental como política pública nos lócus de vida dos participantes. Contribuíram para o reaquecimento, o aprofundar das questões e para o fortalecimento da prática socioambiental e o atingimento de resultados. Além disso, foi destacada a necessidade e o desejo na continuidade do processo para o aprofundamento do tema com outros componentes do Conselho Gestor.

Referências

RAYMUNDO, M. H. H.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. R. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.



RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, 2018, p.337-358.





Relatos de Experiências sobre as Oficinas de Indicadores de Educação Ambiental no Estado da Paraíba

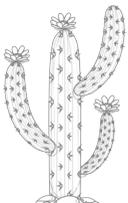
Terezinha Domiciano Dantas Martins
Vênia Camelo de Souza
Catarina de Medeiros Bandeira

Introdução

A Educação Ambiental constitui uma forma abrangente de educação e que propõe atingir todos os cidadãos por meio de um processo participativo permanente, que procura promover uma consciência crítica sobre a problemática ambiental. Nesse contexto, a temática se insere como ponto fundamental para que os recursos naturais sejam utilizados de forma sustentável, garantindo que estes possam ser usufruídos pelas gerações presentes e futuras, buscando mudanças de hábitos e atitudes, formando um equilíbrio entre a sociedade e a natureza e garantindo qualidade de vida sem desprezar o meio ambiente (ASANO e POLETTTO, 2017).

De acordo com a Agenda 2030, será meta garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (SILVA et al., 2017).

Portanto, objetiva-se relatar sucintamente o processo metodológico realizado pelo Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba (CCHSA/UFPB/Bananeiras/PB) como contribuição para as políticas públicas de Educação Ambiental na Paraíba, em cumprimento das atividades complementares da Oficina de Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de



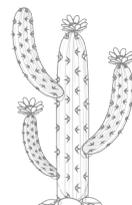
Educação Ambiental de Transição para Sociedades Sustentáveis - Nordeste, realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) em março de 2019 no município Mata São João, Bahia.

Metodologia

As atividades no CCHSA ocorreram por meio de oficinas, cujos relatos estão dispostos a seguir. O processo teve início durante o Workshop Política Nacional dos Resíduos Sólidos Urbanos e suas Implicações para os Municípios da Paraíba (Lei nº 12.305/2010), realizado em 11 de abril de 2019 no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias/CCHSA/UFPB, Campus III, Bananeiras, no qual as oficinas foram divulgadas. Sequencialmente foi criado um grupo com cerca de 40 pessoas de diversos municípios e instituições que relataram interesse em participar. Em seguida, foi elaborado convite com programação e enviado para todos os interessados. A primeira etapa para contextualização geral da temática ocorreu no mini auditório do CCHSA no dia 06 de maio de 2019, com duração de duas horas. A segunda etapa, para preenchimento do formulário de indicadores que vão integrar o banco de dados da Plataforma MonitoraEA, ocorreu na sala de informática do CCHSA no dia 13 de maio de 2019 e teve a duração de cinco horas.

Resultados

A primeira oficina realizada no CCHSA deu-se com a contextualização geral da temática, especificamente sobre a Oficina para Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental de Transição para Sociedades Sustentáveis. Na oportunidade foi relatada a vivência e a experiência adquiridas durante o evento, que ocorreu na Bahia, no âmbito das ações previstas pela ANPPEA. Na sequência, os participantes foram convidados a se apresentarem, identificando no painel a entidade que estavam representando. Estiveram presentes representantes da Direção, Assessoria de Extensão e Comissão de Meio Ambiente (CCHSA), da Secretaria de Educação

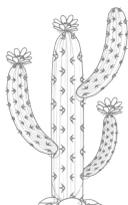


dos Municípios de Tacima e Solânea, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária (GETEC) e das Cooperativas de Catadores de Recicláveis dos municípios de Bananeiras e Solânea.

Foram discutidas as atuais dificuldades enfrentadas em relação à política pública nacional de Educação Ambiental, sobretudo no que se refere à falta de articulação entre os agentes envolvidos (escolas, secretarias de educação, governo do estado e governo federal), bem como em relação à escassez de cursos de capacitação voltados para a Educação Ambiental. Na oportunidade, a Prof^a Terezinha Domiciano frisou a importância da troca de experiências em Educação Ambiental entre as instituições de ensino, algo que também foi apontado pelo público presente, em especial pelas secretárias de educação dos municípios de Tacima e Solânea. Segundo o que foi colocado pelas secretárias, é de fundamental importância o maior intercâmbio das experiências vivenciadas em Educação Ambiental entre as prefeituras dos municípios da região, de forma a fortalecer as ações ambientais na região do Brejo Paraibano (da qual os referidos municípios e outras cidades circunvizinhas fazem parte). Convém ainda destacar que foi enfatizada a importância da região como um potencial ponto do turismo ecológico, sendo essa uma importante vocação econômica a ser potencializada. Nesse contexto, o desenvolvimento e a divulgação cada vez maior das ações de Educação Ambiental podem fortalecer a vocação para o turismo ecológico da referida região.

A segunda etapa da atividade complementar teve como foco principal o preenchimento do formulário de indicadores da Plataforma MonitoraEA (RAYMUNDO et al., 2019) e contou com a participação de representantes do CCHSA, da Secretaria de Educação dos Município de Tacima, da SEMA do município de Solânea, da SEMA do governo do Estado da Paraíba e da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA).

Os participantes procederam ao acesso ao link do formulário de indicadores e deu-se início ao seu preenchimento. Na sequência



da oficina foi apresentada cada uma das questões do formulário e os participantes iniciaram o preenchimento, mediante a explicação detalhada de cada item. As dúvidas foram elucidadas em conformidade com o avanço nas respostas ao formulário. Na ocasião, algumas ações desenvolvidas no CCHSA, a exemplo da Política de Educação Ambiental do campus, intitulada Plano de Gestão Logística Sustentável para o campus CCHSA/CAVN, estabelecida em 2015, o Plano de Consumo Consciente de Água e Energia, o Plano de Compras Sustentáveis e de “Educação Ambiental foram citadas como exemplos. De forma complementar, os representantes dos municípios mencionavam as ações desenvolvidas pelas diferentes secretarias (sobretudo as de educação e meio ambiente).

Na sequência das discussões evidenciou-se a importância das reuniões colegiadas ou que envolvam diferentes segmentos da sociedade, a fim de que se possa levantar as necessidades, demandas e anseios referentes às questões ambientais. Nesse aspecto, foi sugerida a inclusão de pautas relacionadas ao tema perante as assembleias e reuniões públicas, a exemplo das realizadas nas câmaras de vereadores, espaço importante para o debate das políticas ambientais dos municípios. No fim das discussões tornou-se perceptível a preocupação dos participantes da oficina em criarem (nos casos onde não existe) ou de oficializarem os Conselhos de Meio Ambiente ou Conselhos Municipais de Educação Ambiental (nos casos em que já existe, mas de maneira informal) nos respectivos municípios, o que consideramos ter sido um avanço promovido pela realização da oficina.

Ao término, foram cadastradas a Política Pública de Educação Ambiental do CCHSA (Plano de política de gestão sustentável do CCHSA) e da Prefeitura Municipal de Solânea, além de se ter dado um prazo maior para o cadastro da SEMA do Estado da Paraíba.

Considerações finais

Pelas observações feitas percebeu-se que os municípios da região já vêm desenvolvendo ações relacionadas à Educação Ambiental. O que faltava era a oficialização dessas atividades, o que



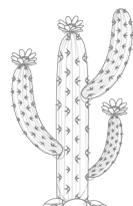
só evidenciou a importância do preenchimento do formulário de indicadores para um melhor registro e divulgação das ações em EA em âmbitos estadual e nacional, tendo em vista que as informações serão disponibilizadas numa plataforma para ampla consulta dos órgãos governamentais, de entidades públicas e privadas e da sociedade civil como um todo.

Referências

ASANO, J. G. P.; POLETTTO, R. de S. Educação ambiental: em busca de uma sociedade sustentável e os desafios enfrentados nas escolas. **Revista Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 14, n. 1, 2017.

SILVA, A. C. D. da.; MONTEIRO NETO, J. L. L.; SCHNEIDER, R. J.; MAFRA, R. N. B. Aplicação da educação ambiental em escola pública de Boa Vista, Roraima. **Bol. Mus. Int. de Roraima**. v 11, n.1, 2017, p. 15-20.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.





Oficina de Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Experiência no Pantanal, Mato Grosso do Sul

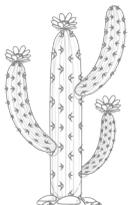
Cláudio Soares de Sousa
Fátima Ale El Seher
Grasiela Edith de Oliveira Porfirio
Juliana de Siqueira Gusmão Pereira da Rosa
Wanda Faleiro

Introdução

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi (ex-União Soviética) no fim da década de 1970, representou um marco global no processo de criação de uma nova consciência sobre o valor da natureza e a produção do conhecimento de forma interdisciplinar (JACOBI, 2003). A partir de então, diversos países do mundo vêm desenvolvendo suas políticas de Educação Ambiental em âmbitos governamental e não governamental, considerando os diversos segmentos sociais e de níveis de formação (JACOBI, 2003).

No Brasil, embora as discussões acerca dos problemas socioambientais tenham surgido já na década de 1970 foi somente em 1999 que a Política Nacional de Educação Ambiental foi criada (Lei nº 9795/1999). Contudo, a ausência de um sistema de monitoramento e de avaliação das políticas públicas nessa esfera dificultava o enfrentamento coletivo dos problemas socioambientais no país (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018).

Frente à necessidade dos desafios, estratégias e propostas que pudessem contribuir para melhorar o déficit na formação de políticas públicas, de modo geral, diversos atores realizaram de 2014 a 2015 um intenso trabalho de diagnóstico participativo da situação no Brasil que culminou no lançamento da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), em agosto de 2015.



De 2016 a 2018, também num processo participativo, foram criadas as oito dimensões articuladas de indicadores, com lançamento oficial em 06/12/2018. Os indicadores serão a base para o banco de dados que alimentará a Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Com a criação das oito dimensões e dos 27 indicadores para avaliação das políticas públicas de Educação Ambiental, o desafio colocado nas 16h à distância foi o estímulo para o preenchimento do formulário de indicadores da Plataforma MonitoraEA pelos diversos atores da Educação Ambiental no Brasil.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência da elaboração da Oficina de Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental na região de Corumbá, bem como a criação do Coletivo de Educadores Ambientais do Pantanal.

Metodologia

Foi realizada uma Oficina em Corumbá com os seguintes objetivos: (i) apresentar as oito dimensões e os 27 indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental da ANPPEA, e (ii) socializar e motivar o preenchimento de políticas públicas de EA na plataforma MonitoraEA.

A metodologia adotada baseou-se na elaboração de um Plano de Ação. A partir das respostas às diversas perguntas propostas pela ANPPEA, o grupo se organizou, por meio de um coletivo, para a realização da oficina, conduzida na cidade de Corumbá. Foram enviados convites por e-mail para instituições que atuam em Corumbá, Ladário, região pantaneira e transfronteiriça. Após o aceite dos mesmos, foi enviado um e-mail oficial com material informativo para leitura prévia por parte dos participantes.

Resultados

Uma das primeiras ações, e também resultado da oficina promovida pela ANPPEA na região Centro-Oeste, foi a proposta,



formulada pelos participantes que atuam em Corumbá, de criação de um coletivo. Denominado Coletivo de Educadores Ambientais do Pantanal, atualmente este grupo encontra-se em fase de elaboração do seu estatuto, para formalização junto aos órgãos envolvidos. O grupo conta, no momento, com cinco membros que possuem um longo histórico de atuação no cenário da Educação Ambiental na cidade de Corumbá, no Pantanal e região.

A oficina da região de Corumbá foi realizada pelo Coletivo de Educadores Ambientais do Pantanal, pela Fundação de Meio Ambiente do Pantanal (órgão ambiental do governo municipal de Corumbá), pelo Instituto Uniom e pelo grupo Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN). Realizada no dia 27 de junho de 2019 na sede do Sindicato Rural da cidade, a Oficina de Corumbá teve carga horária de três horas de duração, contando com a participação de 33 pessoas e 25 instituições de diversos setores da sociedade.

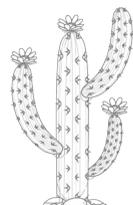
Considerações

Após a divulgação das dimensões, dos indicadores e da plataforma MonitoraEA, o Coletivo pretende realizar um segundo momento, em conjunto com os demais atores locais, para preenchimento do formulário de indicadores das políticas públicas de EA realizadas, e, dessa forma, contribuir com o processo de fortalecimento da Educação Ambiental no Pantanal e no Brasil.

Referências

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa**, 2018, p. 337-358.





Oficina de Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental - Coletivo Educador do CONISUL

Edina Brindaroli
Miléia Martins Piassa Dondoni
José Aparecido Teodoro de Menezes
Carla Cabral Magalhães
Marcelo Gonçalves Ramos
Marcos Coelho Cardoso

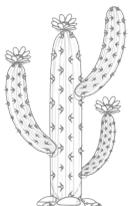
Introdução

A Oficina sobre os Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas da Educação Ambiental, aplicada junto ao Coletivo Educador do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul do Mato Grosso do Sul (CONISUL), coletivo este chamado pela sigla CECO, foi realizada no município de Amanbai no mês de junho de 2019. Essa oficina caracterizou-se como atividade complementar de 16 horas da Oficina de Indicadores realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) na região Centro-Oeste nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2019 em Campo Grande.

Este texto tem o objetivo de relatar de forma resumida as atividades realizadas pelo grupo do CONISUL para a socialização das dimensões e dos indicadores construídos coletivamente pela ANPPEA, além dos aspectos da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental, a MonitoraEA.

Metodologia

Foram dezesseis horas efetivamente cumpridas, sendo quatro horas utilizadas para a oficina voltada aos professores do Coletivo



Educador Municipal (CEM) em Amambai, que é um dos 14 municípios do Consórcio. Outras doze horas foram aplicadas na observação e visita técnica em escolas e na estrutura da Secretaria de Educação, além da observação pós-oficina em uma área indígena, atentando-se para as ações diversas de Educação Ambiental que são desenvolvidas nos espaços mencionados.

O primeiro encontro da oficina organizada pelo CONISUL se deu no dia 13 de junho de 2019 no Auditório da Secretaria Municipal de Educação de Amambai, junto a 21 participantes do Coletivo Educador do CONISUL (CECO) e seus articulistas. O público específico da Oficina era formado pelos Professores do CEM.

A oficina buscou facilitar a compreensão dos indicadores, utilizando-se do material da ANPPEA reproduzido para os participantes, bem como de apresentação de slides com a exposição oral dos conceitos referentes à Educação Ambiental, observando-se um caminho para o cadastro de políticas públicas na Plataforma MonitoraEA.

Foi trabalhada a Carta da Terra e a importância da ANPPEA, de suas oito dimensões e 27 indicadores para o monitoramento e a avaliação da Educação Ambiental (RAYMUNDO et al., 2019), verificando-se quais eram as políticas públicas a serem observadas e cadastradas na Plataforma MonitoraEA.

A partir disso foram buscadas as práticas e seus atores nas áreas de atuação do CECO para compreender como proceder em relação ao monitoramento e ao diagnóstico frente ao conhecimento exposto sobre os indicadores da ANPPEA. O intuito era apresentar os indicadores, proporcionando o seu conhecimento e as indagações que destes suscitam, no sentido de que os participantes pudessem verificar quais práticas e políticas já estavam efetivadas e o que poderia ser realizado para atender às necessidades das populações em novas proposituras para ações e políticas públicas futuras.

Após a apresentação oral, os participantes foram divididos em dois grupos para identificar e responder o formulário de



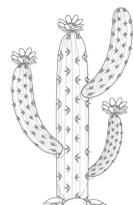
indicadores. Cada grupo apresentou uma política pública em vigor ou em aplicação, observando-se a necessidade de um mapeamento mais conciso naquilo que lhe constitui a prática e o efetivo conceito de Educação Ambiental. As reflexões realizadas pelos grupos foram grafadas em cartaz dentro dos critérios de articulação, para que não se perdesse a essência daquilo que já se identificava como necessidade em cada comunidade.

Resultados e considerações

Foram diretamente mobilizadas 21 pessoas, representantes de instituições públicas e privadas. Considera-se que os objetivos foram atendidos ao propiciar espaços de discussão e informação, que ajudam na compreensão sobre os indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental. Além disso, houve o compromisso em dar seguimento às ações de formação junto aos demais municípios que compõem o consórcio. De forma geral, avalia-se que o resultado da oficina foi satisfatório, sendo que a partir dela verificou-se que os professores ampliaram seus conhecimentos e se sensibilizaram para a importância das práticas sustentáveis dentro das comunidades em que estão inseridos. Optou-se por aguardar esses multiplicadores e seus resultados para assim que possível realizar o cadastramento na plataforma MonitoraEA. Tivemos uma amostragem do entusiasmo do grupo e também a resposta positiva à temática apresentada.

Referências

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.





Oficina de Monitoramento: Olhares sobre as Políticas Públicas de Educação Ambiental em Dourados - MS

Shirley da Silva Matias

Introdução

A Oficina de Monitoramento realizada em Dourados, Mato Grosso do Sul, ocorreu no prédio da Coordenadoria Regional de Educação/CRE 5, mediante uma parceria com esta instituição. Essa oficina faz parte da segunda etapa (16h à distância) da formação realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) no mês de maio de 2019 em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Participaram da oficina em Dourados um total 15 inscritos, representantes de vários setores da sociedade civil, entre eles pequenos agricultores, representantes de assentamentos, de aldeias indígenas, de associação de produtores orgânicos, além de profissionais liberais, professores das redes municipal, estadual e federal, acadêmicos do curso de Gestão Ambiental, integrantes do Instituto de Meio Ambiente de Dourados e de organizações não governamentais (ONGs).

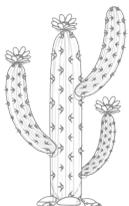
Objetivos das atividades realizadas

Apresentar os indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental e divulgar o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do rio Ivinhema.

Metodologia

As atividades foram desenvolvidas em duas etapas: iniciamos na sexta-feira à noite com a apresentação do nosso grupo de trabalho, seguido das informações referentes aos objetivos da oficina, à ANPPEA e aos indicadores de políticas públicas de Educação

> sumário



Ambiental. Logo depois foi realizada uma breve apresentação sobre o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, com os temas: para que serve um Comitê de Bacia? Quais são os atores que fazem parte do CBH? Quem pode participar? Finalizando com um convite para que todos participassem das reuniões públicas e se inscrevessem para se tornarem membros. As atividades foram encerradas com a apresentação dos participantes, seguida de um coffee-break e da troca de diálogos entre eles.

No dia seguinte, manhã de sábado, a oficina teve continuidade com a discussão em grupo sobre os indicadores e, por fim, com as apresentações dos trabalhos em grupos.

Resultados e discussões

Os grupos de trabalho formados pelos participantes expuseram as suas indagações, reflexões e angústias durante todo o processo de finalização das atividades (Figura 2). Ao final, ficou a sugestão de continuidade e formação de uma rede de educadores ambientais na cidade de Dourados para dar continuidade nas discussões realizadas durante a oficina.

Considerações finais

A replicação da Oficina de Monitoramento em Políticas Públicas de Educação Ambiental foi de extrema importância para que pudéssemos sentir e avaliar o quanto a Educação Ambiental ainda precisa avançar em nossa cidade. Por meio das apresentações e da roda de conversa com os grupos foi possível perceber a angústia presente na fala de cada um deles, enriquecida pela troca de experiências entre os atores de diferentes espaços da sociedade. Entendemos que apesar dos inúmeros trabalhos realizados, cada qual na sua especificidade, a falta de diretrizes ou de indicadores até o momento era um obstáculo a ser superado. A partir dessa oficina e, especialmente, da estruturação da Plataforma MonitoraEA acreditamos que um grande passo vem sendo dado em defesa da Educação Ambiental.



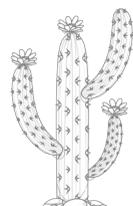
A realização da oficina em Dourados possibilitou, também, a divulgação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Ivinhema, atividade esta que é também uma demanda do Programa de Nacional de Fortalecimento dos Comitês (PROCOMITÊS). Como esperado, os participantes não conheciam o Comitê e a oficina permitiu articular novas ações, bem como, fortalecer o CBH com atores da Educação Ambiental na bacia do rio Ivinhema.

Referências

ANA – **Agência Nacional das Águas**. Disponível em <<https://www.ana.gov.br/programas-e-projetos/procomites>>. Acesso em 30/07/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro; BIASOLI, Semíramis. **Indicadores de políticas públicas de educação ambiental**: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358 2018.





Desdobramentos da Oficina de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental no Âmbito da Comissão Interinstitucional de EA do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS)

Simone Mamede

Maristela Benites

José Flavio Rodrigues Siqueira

Marcos Vinícius Campelo Junior

Auristela Silva dos Santos

Heloísa Pincela Vasconcelos

Sara de Souza Maciel Nogueira

Sandra Batistoti

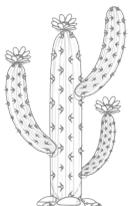
Synara Olendzki Broch

Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen

Dilan Hugo

A Oficina de Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas em Educação Ambiental da Região Centro-Oeste realizou-se entre 20 e 22 de maio de 2019 em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS). A mesma reuniu educadores ambientais de diversos municípios do estado e do Distrito Federal, tendo como alguns dos objetivos o estímulo e a orientação para execução de ações de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental, utilizando um conjunto de 27 indicadores lançados pela Articulação Nacional de Políticas Públicas em Educação Ambiental (ANPPEA).

A partir dessa fase da formação, que envolveu conceitos teóricos e ações práticas sobre indicadores e fomento de políticas públicas multicêntricas, integrantes da CIEA se mobilizaram em um Grupo de Trabalho (GT) para desenvolver a segunda fase prevista da Oficina da ANPPEA, sob a responsabilidade dos participantes da mesma. O GT criado envolveu representantes do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL), da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), do Instituto Mamede de Pesquisa



Ambiental e Ecoturismo (IMPAE), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), por meio do Museu das Culturas Dom Bosco.

A própria mobilização desse GT já se considera um importante resultado após a primeira fase da oficina. O objetivo do GT foi dialogar e compreender, com mais profundidade, o arcabouço desse processo, a sua aplicabilidade no estado, no contexto de suas singularidades socioambientais, e articular as estratégias de multiplicação da oficina a fim de qualificar as ações, projetos e políticas públicas de EA. Além disso, buscou oportunizar a formação dos membros da CIEA que não estiveram presentes na Oficina da ANPPEA. O grupo teve três momentos consecutivos de encontro: duas reuniões para diálogo (22 de maio e 10 de junho), articulações e preenchimento dos 27 indicadores, e um encontro (23 de julho) considerado como ação piloto (experimental) de multiplicação da oficina junto aos demais integrantes da CIEA.

Nas reuniões o grupo dialogou sobre as oito dimensões de indicadores, sendo elas: diagnóstica, participação e construção coletiva, formação dialógica, subjetividade, intervenção socioambiental, complexidade, comunicação e institucional (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Tais diálogos permitiram uma visão integrada, participativa e sistêmica sobre as políticas públicas de Educação Ambiental como compromisso e objetivo comum e que deve ser exercida de forma contínua e conectada, envolvendo todos os atores sociais na condição de protagonistas.

Os indicadores possibilitam o acompanhamento dos processos e resultados das políticas públicas de EA por meio de análises integradas promovidas pelos diversos atores que atuam na área socioambiental. As reuniões do GT propiciaram o preenchimento dos indicadores das políticas públicas em Educação Ambiental do estado e a submissão do formulário de indicadores à plataforma digital de monitoramento de indicadores dessas políticas públicas.

O impacto da oficina e da adoção dos indicadores poderá também ser avaliado na aplicabilidade junto ao Sistema Estadual de

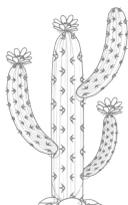


Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS), instrumento da Política Estadual de Educação Ambiental no Mato Grosso do Sul (PEEA/MS), cuja plataforma presta-se ao cadastro de projetos de Educação Ambiental no estado e também como cardápio de ações que podem ser desenvolvidas. Os indicadores poderão subsidiar e oferecer mais consistência aos projetos propostos, permitindo maior qualificação das propostas e contribuindo para que os seus autores vislumbrem o horizonte das ações pretendidas, aonde se quer chegar, contribuindo efetivamente para a transição de territórios sustentáveis.

Posterior às duas reuniões do GT foi realizada a primeira atividade de disseminação/multiplicação da oficina de indicadores tendo como público preferencial outros integrantes da CIEA. Ressalta-se que a CIEA passa por um momento de transição e de formatação na composição de seus membros e tais oficinas atingiram tanto atuais integrantes como futuros membros, uma vez que estes foram contemplados, seja na primeira fase (oficina de indicadores) ou segunda fase (oficina piloto - experimental). Apesar do baixo número de instituições participantes nesse encontro piloto de multiplicação da oficina, foi possível compreender melhor esse processo e pontuar seus desafios e potencialidades. As potencialidades, conforme mencionado acima, são claras e os desafios encontram-se na aplicação prática dos conceitos teóricos e na própria tessitura de processos participativos, quais sejam: continuidade dos processos, desprendimento dos membros, comprometimento, simultaneidade de compromissos e mobilização contínua.

Vale ressaltar que a CIEA vive um processo dinâmico e contínuo de formação e que essa atividade de multiplicação da oficina de indicadores foi a primeira de outras que ainda virão com o compromisso de fortalecer as ações socioambientais e os elos de uma rede de educadores que é tecida desde a formação dessa unidade federativa.

Entre os desafios estão, ainda, a manutenção do espírito de coletividade, das articulações e mobilizações que assegurem,



de fato, a implantação e o exercício de políticas públicas com abordagens multicêntricas, que reconheçam e considerem todos os atores sociais/políticos como protagonistas na implantação de políticas públicas, independentemente de seu vínculo institucional. Continuamos o desafio de exercer a cidadania plena e o espírito de corresponsabilidade pela construção de territórios sustentáveis.

Referências

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. **Indicadores de políticas públicas em educação ambiental**: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018. Disponível em <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/>. Acesso em 25/07/2019.



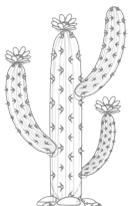


Articula SP: o Estado de São Paulo, a Participação e o Controle Social nas Políticas Públicas de Educação Ambiental

Adriana Neves
 Aline Fernanda Santos Guarizo
 Clayton Belchior
 Cynthia Ranieri
 Isis Akemi Morimoto
 Juliana Coutinho
 Jéssica Nogueira Marques
 Maria Paula Pires de Oliveira
 Michele Cristina Martins
 Patricia Martin Alves
 Rodrigo Machado

A Educação Ambiental (EA) no Estado de São Paulo constitui um campo diversificado e complexo, possuindo agentes sociais diversos e presentes em segmentos da sociedade civil, em instituições vinculadas ao setor privado e ao poder público. Infere-se, portanto, que inúmeras Políticas Públicas de Educação Ambiental (PPEA) são formuladas, implementadas e, de alguma forma, acompanhadas e avaliadas cotidianamente, pressupondo a existência de agentes sociais refletindo, debatendo e fazendo a EA – ora em redes, ora de maneira dispersa e desarticulada.

No estado também há um instrumento de PPEA, a Lei nº 12.780 (SÃO PAULO, 2007), que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA). Há ainda um órgão na estrutura governamental respondendo pela PEEA, a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA). Contudo, inexistia um espaço articulando pública e institucionalmente, em um órgão de Estado, representantes do campo da EA na sociedade civil e em instituições governamentais. Faltava uma Comissão Interinstitucional de EA (CIEA-SP), que foi finalmente criada 11 anos após a instituição da PEEA-SP com o Decreto n.º 63.456 (SÃO PAULO, 2018).



Essa é a perspectiva proposta para este resumo expandido: a incorporação, pelo Estado (sociedade e órgãos governamentais), das dimensões e dos indicadores de avaliação de PPEA como parâmetros de participação social e controle político do Estado, a princípio no âmbito da EA, mas tendo no horizonte o conjunto de políticas públicas.

Objetivo

O objetivo deste texto é relatar o conjunto de experiências vivenciadas pelos representantes do Estado de São Paulo no processo de incorporação da Plataforma de Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. Os procedimentos realizados para este relato foram: i) revisão de documento usado como relatório das oficinas realizadas; e ii) articulação de perspectivas com base na observação participante dos membros do Grupo de São Paulo.

Resultados

Na formação de formadores realizada pela ANPPEA em Vitória, Espírito Santo, foi possível que nove educadores representassem o Estado de São Paulo. O encontro desses educadores da sociedade civil, de redes de EA, de Instituição de Ensino Superior, de organizações vinculadas ao setor privado e ao poder público estadual revelou-se profícuo em termos de articulação interinstitucional, complementaridade de perspectivas e fortalecimento de compromissos com as dimensões das políticas públicas: das instituições, dos processos, dos conteúdos (FREY, 2000) e aquela que mais demanda uma EA assumidamente política (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL..., 1992; SORRENTINO et al., 2005), em perspectiva crítica, emancipatória e transformadora, a dimensão da política do cotidiano (BIASOLI, 2015).

Esses compromissos se materializaram em intervenções educacionais (GUIMARÃES, 2005) realizadas conjuntamente e já



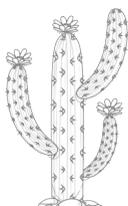
apoiadas pelas diferentes instituições de origem dos representantes autodenominados como ‘Grupo de São Paulo’. As intervenções ocorreram com objetivo de comunicar e compartilhar tanto as noções sobre políticas públicas, quanto as dimensões e respectivos indicadores construídos em âmbito nacional por várias mãos ao longo de três anos e organizadas pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA).

Houve quatro intervenções. A primeira na CIEA-SP, em junho de 2019. Na ocasião foi comunicado que a PPEA a ser cadastrada na plataforma MonitoraEA seria o Circulando a EA no Estado de São Paulo, iniciativa da CEA e da CIEA para subsidiar os trabalhos da Comissão. Foi também proposta e encaminhada uma futura oficina sobre os indicadores para seus membros.

A segunda intervenção, uma oficina realizada na sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na capital paulista em julho do mesmo ano, contou com 42 participantes. O público foi composto por representantes da CIEA, coletivos educadores, coletivos jovens, salas verdes, unidades de conservação, comitês de bacias hidrográficas, escolas, ONG, instituições de educação superior, movimentos sociais, governo e setor privado.

No mesmo mês de julho, realizou-se a terceira intervenção, no Município de Suzano, com 63 presentes. Essa oficina foi destinada às pessoas diretamente envolvidas em formulação e execução de políticas públicas de EA. Para sua realização houve uma articulação entre o Fundo Brasileiro de EA (FunBEA), a Secretaria Executiva da ANPPEA, a Rede Paulista de Educação Ambiental, a Rede de Educadores Ambientais Populares de Suzano, o Instituto Ecofuturo e a Prefeitura Municipal de Suzano.

A quarta intervenção educacional partiu daquela exposição inicial aos membros da CIEA e foi realizada em agosto de 2019. A oficina sobre a plataforma, suas dimensões e respectivos indicadores teve a presença de 25 pessoas. Seu objetivo foi contribuir com a definição de uma agenda da Comissão de EA em São Paulo. Para tanto, um dos encaminhamentos foi incorporação mais ampla das



dimensões e dos indicadores tanto para que os membros da CIEA possam cadastrar outras PPEA do estado, como para que sirvam de parâmetros no desenvolvimento do Programa Estadual de Educação Ambiental.

Em comum a todas as oficinas, os procedimentos e as técnicas utilizados buscaram fazer emergir dos participantes suas perspectivas e concepções sobre temas como meio ambiente, políticas públicas, EA, programas e ações. Tratou-se da forma encontrada pelo grupo de São Paulo para pôr em diálogo as concepções que fundamentam as dimensões e os indicadores da Plataforma MonitoraEA e aquelas dos presentes. Na sequência desse diálogo e do alinhamento de concepções, a condução das oficinas seguia ao contato, reflexão e discussão, também em grupos menores, sobre cada dimensão e respectivos indicadores.

Considerações do grupo sobre as experiências relatadas

As intervenções tiveram como finalidade aproveitar o impulso da oficina sobre a Plataforma MonitoraEA para oportunamente criar situações educadoras, ao mesmo tempo em que propiciaram alinhamento e articulação entre diferentes segmentos, territórios e respectivos agentes sociais. Foram encontros que, na medida em que compartilhavam as concepções de EA e de políticas públicas consolidadas nas dimensões e indicadores de avaliação de PPEA, também proporcionaram reencontros e reforço do compromisso político com a EA no estado, tão importantes em tempos em que se fazem necessários avanços e fortalecimento dos campos educacional e ambiental.



Referências

BIASOLI, Semíramis Albuquerque. **Institucionalização de políticas públicas de educação ambiental:** subsídios para a defesa de uma política do cotidiano. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília, IPEA, n.21, p.211-259, jun. 2000.

GUIMARÃES, Mauro. Intervenção educacional. In: FERRARO JR. Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos:** formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas em educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa:** Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018. Disponível em <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/>. Acesso em 25/07/2019.

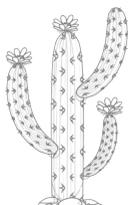
RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa:** Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018.

SÃO PAULO (Estado). **DECRETO nº 63.456, de 05/06/2018.** Regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20180606&Caderno=-DOE-I&NumeroPagina=3>>. Acesso em 19/08/2019.

SÃO PAULO (Estado). **LEI nº 12.780, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007.** Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html>>. Acesso em 19/08/2019.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JR., Luiz Antônio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em 19/08/2019.





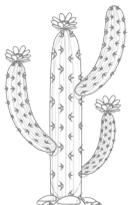
Indicadores da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental: uma Experiência na Cidade de Leopoldina do Estado de Minas Gerais

Débora Valentim Junqueira Duarte

Introdução

No dia 05 de julho de 2019, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Leopoldina (ACIL), em Leopoldina, Minas Gerais, no horário de 14h às 17h, foi realizada a oficina de apresentação dos indicadores da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental. Buscou-se promover maior conexão entre os parceiros envolvidos com Educação Ambiental inseridos na área de atuação da Minasvida, uma organização não governamental.

Os envolvidos neste processo foram os representantes das seguintes instituições: Secretaria Municipal de Educação de Leopoldina, representada por Marilsa Aparecida Ferreira Duarte Bella; Secretaria Regional de Educação, representada por Iris Dalva Guedes Meirelles e Sirley Carvalho da Silva Lacerda; Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Leopoldina, representada por Érica Pereira Bedim; Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Cataguases, representada por Jamaica dos Reis Vilela, Luciana Ribeiro Pinto e Anluizi Cejara da Costa; Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), representada por Marcela Barroso Domingues Klimex; Faculdade Presidente Antonio Carlos (FUPAC), representada pelo prof. Felipe Eugênio Parizzi; Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) foi representada por Wiviany Meireles de Rezende, Paulo Henrique Gomes de Oliveira e Marco Luiz Teixeira; representantes do Coletivo Local de Meio Ambiente (Colmeia): Cristina Salgado Junqueira e



Guilherme Moreira; Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), representada por Giovani Resende; Associação Comercial e Industrial de Leopoldina (Acil) representada por Lílian Monica Abrão Viana; Escola Municipal Botelho Reis representada pela prof^a Genilda Almeida Izabel; Escola Estadual Luiz Salgado Lima, representada por Mônica Campos; Escola Municipal Ribeiro Junqueira, representada por Tércia Vargas dos Santos; e a equipe Minasvida, composta pelas integrantes Débora Valentim Duarte, Hanna Farjado Ramos, Lina Farage Martins e Kerlen Teixeira do Rego Martins Ferreira. Totalizando 15 instituições e 23 pessoas.

O presente resumo tem por objetivo relatar a Oficina de Leopoldina e seus resultados, caracterizando-se na etapa de 16 horas da Oficina de Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) em Vitória, Espírito Santo no mês de maio de 2019.

Metodologia

A divulgação da oficina ocorreu por e-mails, contatos telefônicos e reuniões com as Superintendências Regionais de Ensino (SER) de Leopoldina e Secretarias Municipais de Educação de Leopoldina. No dia 05 de julho, ao chegarem, os participantes foram convidados a tomarem um café e, posteriormente, encaminhados ao credenciamento para assinatura da lista de presença e entrega dos materiais (bloco de anotações, caneta e folha com as dimensões e indicadores). A oficina foi mediada por Débora Valentim Duarte, presidente da ONG Minasvida, que desejou a todos uma ótima oficina e, em seguida, iniciou uma dinâmica de apresentação, solicitando para cada participante utilizar uma folha de jornal e transformar em qualquer outra coisa. O material produzido foi trocado entre os participantes e os mesmos deveriam se conhecer e apresentar um ao outro com uma palavra.

Após estas atividades de aquecimento e integração houve a introdução ao tema, partindo de uma contextualização geral e discussão sobre os conceitos de políticas públicas. Em seguida houve



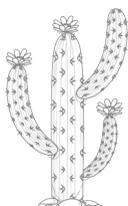
foram apresentados os aspectos gerais da plataforma MonitoraEA, utilizando-se o vídeo da ANPPEA, que conta a metodologia de construção das oito dimensões e dos 27 indicadores de políticas públicas de Educação Ambiental. No segundo momento da oficina formaram-se grupos para discutir os indicadores e, posteriormente, foi realizada a plenária para socialização dos resultados. Para finalizar as atividades, a mediadora da oficina incentivou a criação de uma Comissão Municipal de Educação Ambiental para fortalecimento das ações relacionadas à Educação Ambiental. O encerramento ocorreu com palavras finais de todos os participantes e uma avaliação sobre a oficina.

Resultados

Após o levantamento e a análise de todos os indicadores, observou-se uma satisfação sobre os temas e o interesse em cadastrar as políticas e projetos das respectivas instituições na plataforma e, também, a facilidade em ter uma ferramenta para nortear as ações de Educação Ambiental. A totalidade dos participantes avaliou como excelente a participação na oficina e também a contribuição dos indicadores para a prática de atuação com Educação Ambiental em suas instituições.

Considerações

Observou-se, nesta primeira oficina, que as instituições e seus representantes ficaram bastante motivados com os indicadores. Houve muita discussão relevante sobre o assunto. Apesar das dificuldades de trabalhar com Educação Ambiental em suas instituições e sem saber se efetivamente estão contribuindo para as transformações necessárias, os indicadores vieram facilitar as ações e os caminhos que cada instituição deverá seguir ou melhorar. Quanto às questões metodológicas, observou-se a satisfação de todos, mas precisando de um maior tempo para aprofundar a discussão sobre os indicadores e suas relações associadas ao município, para assim, formar uma comissão municipal de educação ambiental.



Referências

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro; BIASOLI, Semíramis. **Indicadores de políticas públicas de educação ambiental:** construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental:** processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.





Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro

Jacqueline Guerreiro Aguiar

Ana Maria Ferreira Lopes

Vera Martins

Luis César Modesto do Rosário

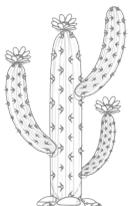
Markus Budzynkz Steplan

Bruno Waldman

Introdução

O artigo apresenta as atividades relacionadas às 16 horas na dimensão à distância da Oficina de Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental de Transição para Sociedades Sustentáveis, realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) na região Sudeste, do Grupo de Articulação do RJ. Alguns integrantes do grupo participam da Facilitação da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e de redes de sua malha, como a Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (REARJ), Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas (REAPOP) e Rede de Educação Ambiental do Médio Paraíba do Sul (REAMPS). A REBEA, a REARJ e as redes de suas malhas estão envolvidas há bastante tempo com processos, notadamente participativos, de construção e enraizamento de políticas públicas de Educação Ambiental. Nesse sentido, a oficina teve importância no fortalecimento de diversas ações efetivadas pela REBEA e pela REARJ.

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão da administração do Estado do Rio de Janeiro, vem construindo normativas, tendo em vista o recém-aprovado Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro. A presença de representante



do INEA na Oficina da ANPPEA foi importante para a qualificação dessas normativas. No que tange à representação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio das Flores, sua presença na Oficina previsivelmente alavancará o processo de construção de políticas públicas no município, bem como o Plano de Educação Ambiental do Comitê de Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul.

Objetivos

O grupo de articuladores do Rio de Janeiro organizou e desenvolveu as atividades a partir de três matrizes de ações: reuniões da equipe de articuladores; atividades de mobilização; atividades de capacitação. Tais ações tiveram como objetivos principais: mobilização de educadores ambientais nos territórios; fortalecimento de processos de enraizamento da Educação Ambiental nos territórios; sensibilização para construção de processos participativos e consolidação de políticas públicas de Educação Ambiental no RJ, além do avanço nos diálogos entre a REARJ e o Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental.

Metodologia

Na primeira reunião da equipe de articuladores do Rio de Janeiro, durante a oficina de Vitória, em maio de 2018, foram construídas as estratégias para as matrizes de ações a serem realizadas em seus territórios. Após a oficina houve três reuniões da equipe de articuladores do Rio de Janeiro: a) 17 de junho, das 9h às 11h, no Auditório do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ); b) 1 de julho, das 13h às 18h, na Universidade do Ambiente/INEA (onde a equipe preencheu coletivamente o formulário de indicadores impresso); c) 22 de julho, das 10h às 11h30, no Auditório do SENGE-RJ.

As atividades de mobilização tiveram como eixos metodológicos:

- Sensibilização de sujeitos sociais para a importância de in-



dicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental na construção e implementação de políticas públicas de Educação Ambiental;

- Apresentação e reflexão acerca dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental da ANPPEA (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI; 2018; RAYMUNDO et al., 2019).

Foram realizadas as seguintes atividades de mobilização:

Apresentação – 31 de maio, às 14h – Audiência pública na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro acerca dos programas da Secretaria de Meio Ambiente.

Oficina – 17 de junho, de 11h às 13h, no auditório do SENGE-RJ, para integrantes de redes de Educação Ambiental da malha da REARJ, integrantes de CBH do RJ, integrantes da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (APEDEMA-RJ) e de ONGs ambientais, COPPE-UFRJ e SENGE-RJ.

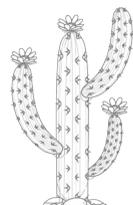
Oficina – 25 de junho, das 09h às 13h, Oficina de Formação de Gestores Públicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Reunião – 5 de julho, das 10h às 13h, Espaço Plínio, Reunião do Elo RJ da REAPOP.

Oficina – 22 de julho, das 11h30 às 13h30 no Auditório do SENGE-RJ para integrantes de redes de Educação Ambiental da malha da REARJ, integrantes de Comitês de Bacias Hidrográficas do RJ, do SENGE-RJ e integrantes da APEDEMA-RJ.

As atividades de capacitação foram organizadas tendo como objetivos principais:

- Formação de gestores e educadores ambientais nas temáticas de políticas públicas de Educação Ambiental, tendo como foco as metodologias participativas na construção dessas políticas e dos indicadores de monitoramento e avaliação;



- Reflexão acerca do panorama da Educação Ambiental no Rio de Janeiro, tendo como foco as políticas públicas de Educação Ambiental;
- Reflexão acerca das redes de Educação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro.

Foram realizadas as seguintes atividades de capacitação:

- Curso - 10 de junho, das 10h às 12h – Curso de Educação Ambiental no contexto do VII ECOB-RJ, Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do RJ para integrantes dos nove CBHs do RJ e do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP). A matriz de indicadores da ANPPEA foi apresentada como forma de estimular os Comitês de Bacias a elaborarem seus Planos de Educação Ambiental, tendo como um dos instrumentos a Matriz de Indicadores de Monitoramento.
- Curso – 18 de junho, das 18h às 21h – Curso de Educação Ambiental, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Considerações finais

Dentre os resultados que o grupo de articuladores do RJ alcançou foi o cadastro do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro para compor o banco de dados da Plataforma MonitoraEA.

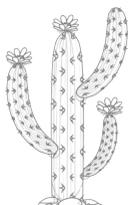
As ações realizadas vêm congregando educadores ambientais, coletivos e redes de educação ambiental do RJ, fortalecendo várias iniciativas e os Diálogos Inter Redes nos territórios. Algumas ações de mobilização e capacitação já estão agendadas a convite, por exemplo, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio das Flores, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé e do Comitê do Baixo Paraíba do Sul.



Referências

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.



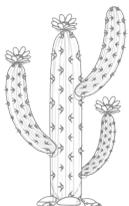


Socialização dos Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais

Maria Aparecida Salles Franco
Débora Valentim Duarte

Introdução

A Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) realizou em Vitória, Espírito Santo, no Espaço Baleia Jubarte, uma oficina durante os dias 28, 29 e 30 de maio de 2019, totalizando 20 horas com objetivos de capacitar os participantes, representantes de várias entidades de todas as unidades federativas da Região Sudeste, para a utilização da plataforma MonitoraEA. A plataforma é formada pelos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental (RAYMUNDO et al., 2019). A segunda etapa dessa oficina compreendeu 16 horas de atividades organizadas e desenvolvidas pelos próprios participantes em seus respectivos territórios. Portanto, o que se apresenta neste resumo é o relato da oficina junto à diversas instituições que compõem a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais (CIEA ZM MG), buscando promover uma breve apresentação desta ferramenta aos seus membros. Isso vem ao encontro de uma demanda antiga do grupo, que é a padronização de indicadores que avaliem as ações de EA desenvolvidas com o mesmo padrão desde 2006 em todos os municípios da Zona da Mata mineira.

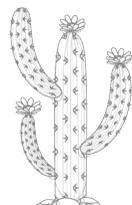


Como as atividades da Oficina foram desenvolvidas

A atividade foi desenvolvida durante a 2ª Reunião Ordinária de 2019 da CIEA ZM ocorrida no Centro de Visitantes do Parque Estadual de Ibitipoca, município de Lima Duarte no dia 27 de junho de 2019. Primeiramente as duas representantes da ONG Minasvida e Univértix e membros da CIEA ZM MG, agradeceram a oportunidade e explicaram a satisfação por terem sido selecionadas e terem podido participar de um momento tão importante, como a Oficina de Indicadores em Vitória, onde finalmente foi apresentada uma metodologia de avaliação das políticas públicas de Educação Ambiental existentes. Em seguida apresentaram, com a utilização do PowerPoint e do filme MonitoraEA, o processo de formulação dos 27 indicadores avaliativos da força, da objetividade, do engajamento, do empoderamento e da capilaridade das ações de EA na comunidade, bem como a organização, a estrutura e a sustentabilidade das entidades executoras. Também foi apresentada a plataforma MonitoraEA e seus vinte sete indicadores, bem como a importância desta ferramenta na evolução e eficácia das ações de EA no Brasil; da pesquisa neste banco de dados georreferenciados, proporcionando uma visão espacializada das forças e fraquezas das ações de EA no território brasileiro. Ao final do tempo foi disponibilizado espaço para os participantes tirarem dúvidas e fazerem as contribuições que achassem conveniente. Alguns perguntaram e foram adequadamente respondidos: a partir de quando esta plataforma estaria disponibilizada para inclusão de outros programas ou projetos? Quem poderia realizar a inclusão dos dados na plataforma e se seria possível marcar para antes da data de abertura uma oficina da ANPPEA para o grupo da CIEA ZM MG.

Resultados imediatos

A breve apresentação envolveu 28 pessoas, sendo duas visitantes e 26 membros da CIEA ZM MG: Instituto Estadual de Florestas (IEF) - Gerência do Parque Estadual do Ibitipoca; ONG PREÁ, de Juiz de Fora; Secretaria Municipal de Educação de Ubá;



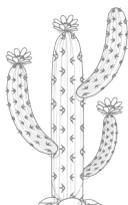
Secretaria Municipal de Educação de Fervedouro; ONG PROECO Ambiental; Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do Piranga; Prefeitura Municipal de Leopoldina; IEF- Sudeste Rio Pomba; IEF- MG; Universidade Federal de Juiz de Fora; ONG Minas Vida; Germinar Consultoria em Educação e Projetos Ambientais; Faculdade UNIVERTIX Matipó; Superintendência Regional de Ensino de Leopoldina; ONG Amigos do Meio Ambiente de Manhuaçu e região (AMA); Prefeitura Municipal de Luisburgo; CBH Manhuaçu; Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória; Secretaria de Educação de Espera Feliz; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Tombos. Com a socialização da MonitoraEA foi possível promover diálogos, reflexões e motivar os participantes para outras etapas de aprofundamento.

Algumas considerações

Todos saíram na expectativa de um novo momento para que possam receber a oficina para maior domínio do uso da plataforma MonitoraEA. Já que não houve tempo hábil para marcar a oficina dentro do cronograma estipulado pela ANPPEA, ficou combinado o encaminhamento dos documentos fornecidos pela ANPPEA, por meio da CIEA ZM para serem lidos por todos e o agendamento de uma oficina em data futura, de preferência com a presença da Maria Henriqueta Andrade Raymundo, coordenadora das oficinas ANPPEA. Foi unânime o reconhecimento desta ferramenta de monitoramento de Educação Ambiental para a consolidação da eficácia da EA.

Referências

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental**: processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.





Educação Ambiental no Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da Região Hidrográfica 03 de Santa Catarina a partir dos Indicadores da ANPPEA

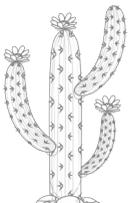
Adalberto Marcon
Andrea Marafon
Ênio Sonogo

Introdução

Este texto tem por finalidade apresentar as atividades desenvolvidas e seus respectivos resultados no cumprimento das 16 horas à distância como etapa complementar da Oficina de Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental de Transição para Sociedades Sustentáveis, realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) na Região Sul.

As atividades complementares da Oficina da ANPPEA tinham por finalidade compartilhar, por meio de uma oficina, reunião ou outra modalidade, as oito dimensões e os 27 indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental, além de cadastrar uma política pública específica de Educação Ambiental no formulário on-line para fazer parte do banco de dados piloto da Plataforma MonitoraEA.

Desse modo, apresentam-se aqui as ações desenvolvidas junto ao Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da Região Hidrográfica 03 de Santa Catarina (GTEA_RH03) com objetivos de socializar a MonitoraEA, que tem como base os indicadores, em busca de fortalecer a Educação Ambiental na gestão dos recursos naturais em Santa Catarina.



Objetivos

- Apresentação do Projeto Norteador de Educação Socioambiental e a Sustentabilidade no âmbito do GTEA_RH03;
- Socialização das oito dimensões e dos 27 indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental;
- Cadastramento da política pública de EA no formulário de indicadores da ANPPEA, a ser inserida no banco de dados piloto da Plataforma MonitoraEA.

Metodologia

No dia 19 de junho de 2019 foi realizada uma reunião na Gerência de Educação do Estado de Santa Catarina, no município de Videira, envolvendo os integrantes do Comitê Coordenador do GTEA_RH03, que reuniu seis pessoas oriundas das cidades de Caçador, Videira, Joaçaba e Arroio Trinta. A reunião foi mediada pelo primeiro autor deste resumo, que previamente encaminhou todos os materiais disponibilizados pela ANPPEA para que os participantes chegassem mais bem preparados para participar da referida reunião.

A reunião teve início com a apresentação do Projeto Norteador de Educação Socioambiental e a Sustentabilidade no Âmbito do GTEA_RH03. Na sequência foram apresentadas as oito dimensões e os 27 indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental (RAYMUNDO et al., 2019) sendo analisados e discutidos em seus detalhes.

Posteriormente, com o uso das tecnologias da informação, como webcam, correio eletrônico e WhatsApp, foram socializadas as informações referentes aos questionamentos e ao cadastramento da política pública que desenvolvemos no âmbito do GTEA_RH03, de acordo com o projeto norteador de educação socioambiental e a sustentabilidade.

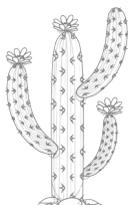


Resultados

Diante do conteúdo dos arquivos enviados, previamente e posteriormente à reunião, tornou-se possível esclarecer algumas dúvidas dos participantes, que propuseram compatibilizar as dificuldades encontradas após a reativação GTEA_RH03 no fim de 2017, quando foi constatada a inexistência de políticas públicas de Educação Ambiental em todos os municípios da região hidrográfica 03 de SC. Efetuadas as compatibilizações, os presentes na reunião do dia 19/06/2019 decidiram que em reuniões virtuais posteriores iriam finalizar a elaboração do Projeto Norteador de Educação Sócio-Ambiental e a Sustentabilidade no âmbito do GTEA_RH03, além de inseri-lo no banco de dados piloto da Plataforma MonitoraEA. Foram mais de 30 horas de atividade dedicadas, por todos, após a reunião do dia 19/06/2019, sendo possível dialogar, refletir, construir conhecimentos, além de concluir o projeto e cadastrar a política do GTEA_RH03 na plataforma.

Considerações

A possibilidade de discutir os indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental lançou luz sobre as políticas públicas de EA incipientes no âmbito dos municípios integrantes do GTEA_RH03, fortaleceu a finalização de um projeto que servirá de balizador para as ações de EA do GTEA_RH03, bem como sobre futuras ações e outros projetos que venham a ser propostos. Os indicadores caracterizam-se como importante instrumento de apoio a gestores e a todos os demais envolvidos na elaboração e na implementação das políticas públicas de EA, possibilitando acompanhar processos e resultados e dando maior visibilidade e efetividade às iniciativas propostas e desenvolvidas nesse sentido.



Referências

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental:** processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.





Políticas Públicas de Educação Ambiental da Teoria à Prática: um Relato de Experiência do Coletivo Educador de Foz do Iguaçu - Paraná

Ana Cristina Ferreira Neta

João Paulo Angeli

Luciana Mello Ribeiro

Roseli Bernardete Dahlem Pacheco

Roseli Barquez Alves de Assis

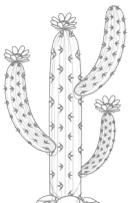
Rosani Borba

A escrita deste relato tem como objetivo a partilha de saberes e fazeres resultantes das experiências vivenciadas por integrantes do Coletivo Educador de Foz do Iguaçu-Paraná durante a formação em avaliação e monitoramento de políticas públicas promovido pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) em Foz do Iguaçu no mês de abril de 2019. Neste caso em específico trata-se de questões relativas às atividades complementares, de 16 horas à distância, para a socialização dos aprendizados teórico-metodológicos obtidos durante a formação presencial ocorrida em Foz do Iguaçu.

Para a compreensão desse percurso, dividiu-se esta escrita em três momentos: a) breve diálogo sobre aspectos do Coletivo Educador; b) documentos e conceitos orientadores dos saberes e fazeres da Educação Ambiental; c) resultados das experiências e autoavaliação do coletivo a partir dos indicadores da ANPPEA.

Falar de Coletivo Educador é falar de um organismo emergido a partir do contexto da Política Nacional de Educação Ambiental:

(...) conjunto de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e à diversidade de habitantes de um determinado território. O Coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do ProNEA e do ProFEA. O papel do Coletivo Educador é promover a articulação institucional e



de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental e o aprofundamento conceitual” (VIEZZER et al., 2007, p. 35).

No caso de Foz do Iguaçu, o Coletivo Educador é formado por representantes das mais diversas instituições de ensino, poder público, sociedade civil. As diretrizes que permeiam a Educação Ambiental estão relacionadas com diretrizes nacionais e internacionais, fruto de diversas conferências, com destaque para a Eco-92. Destaca-se que essa última foi um momento de extrema importância devido à criação de um documento produzido pela sociedade civil organizada, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que serve como norteador da prática do Coletivo Educador, processos estes que mais tarde culminaram na PNEA.

Atualmente, cada vez mais existe a necessidade de transparecer os impactos dos saberes e fazeres da Educação Ambiental, gerada a partir desse processo de políticas públicas de característica multicêntrica (RAYMUNDO et al., 2017), como a PNEA que é resultado de um histórico ambiental de participação social, eternizada nos documentos supracitados anteriormente. Entretanto, para a efetivação das práticas de EA previstas e regulamentadas em lei observa-se a necessidade de formação de redes que permitam o intercâmbio e a articulação de vários organismos, o que inclui os coletivos educadores. Tendo em vista a experiência local de Foz do Iguaçu, a proposta desses coletivos, prevista na PNEA, pode ser exitosa. No entanto é preciso enfatizar que o seu enraizamento depende muito do engajamento, mobilização e articulação das instituições nos seus respectivos territórios de atuação.

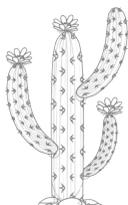
As experiências adquiridas durante essa formação permitiram momentos de reflexão quanto à trajetória do Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu, que apesar de ainda não estar atrelada a uma política pública municipal no âmbito formal, já apresenta construtos basilares concretos nesse percurso de mais de 10 anos de existência.



Assim, as dimensões propostas no formulário da ANPPEA (RAYMUNDO et al., 2019) nos permitiram um processo de autoavaliação da nossa prática cotidiana e do coletivo como estrutura educadora. A socialização da formação obtida se deu a partir da organização de quatro encontros e de roteiros relatados a seguir. O local escolhido para a realização das atividades foi o Centro de Educação Ambiental do Iguazu (CEAI), devido à sua infraestrutura e localização geográfica.

Dentre o público-alvo participante tivemos: membros do Coletivo Educador e convidados que atuam nas áreas ambientais ou que demonstraram interesse no tema. Os encontros tiveram por base a metodologia da formação da ANPPEA. No primeiro momento foi apresentado e debatido o vídeo do processo de construção dos Indicadores de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação Ambiental. No segundo momento, as instituições participantes receberam a orientação de preencher o formulário dos indicadores, considerando as ações que cada um deles desenvolve.

Os resultados observados pelo coletivo a partir das reflexões fomentadas pelas questões desde a formação até o preenchimento da plataforma EA. Dentre os resultados observa-se, em sua maioria, que as dimensões dos indicadores são percebidas na prática do Coletivo Educador, existindo a clara necessidade de melhoria e ampliação. Destaca-se mais especificamente o uso de multilinguagens na abordagem da EA, o processo de formação de educadores ambientais e o potencial de mobilização interinstituições. Essas conquistas vêm acompanhadas de muitos desafios, dentre as quais a manutenção e o aumento do engajamento das instituições nos projetos propostos, a regulamentação do PME, a previsão de programas e projetos com financiamento garantido e o fortalecimento das atividades de formação de educadores ambientais. Por fim, salientamos que esse processo de formação nos permitiu a renovação do ânimo, a partilha dos novos saberes, a reorganização dos dados internos a partir do 'olhar' multidisciplinar fornecido pelos indicadores, ampliando a nossa visão sobre a política pública de EA da teoria à prática.



Referências

BORBA, Rosani; BARQUEZ, Roseli; CERUTTI, Iracema Maria. Histórico e vivências de um coletivo educador: o caso de Foz do Iguaçu. In: RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos.

Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis? São Carlos (SP): Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B-lqR6O2ivgecWZyZjY3SU1yZHc/view>>. Acesso em 16/10/2018.

FERRARO Jr., Luiz Antônio; SORRENTINO, Marcos. Coletivo educadores. In: FERRARO Jr., Luiz Antônio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf>. Acesso em 17/10/2018.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental: processo de construção participativa e fichas metodológicas**. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A. ; BIASOLI, S. A. ; SORRENTINO, M. ; MARANHÃO, R. . Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental no Brasil. **Ambientalmente Sustentável**, v. 1, p. 25, 2017.

SORRENTINO, Marcos *et al.* Política pública nacional de educação ambiental não-formal no Brasil: gestão institucional, processos formativos e cooperação internacional. **4ª Conferência Internacional de Educação Ambiental**, Ahmedabad, Índia, 2007.

VIEZZER, Moema Libera; PLETSCHE, Rosane; DAHLEM, Roseli Bernadete; VITORASSI, Silvana; CASALE, Valéria. **Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade**. 1ª ed. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, Ministério do Meio Ambiente, 2007, 200p.





Oficina sobre Indicadores de Educação Ambiental e a Plataforma MonitoraEA junto à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim

Introdução

Quando eu decidi participar da oficina realizada pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) em Foz do Iguaçu (PR) sobre Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental para a Região Sul, eu imaginava poder ampliar e fortalecer contatos com os sujeitos da Educação Ambiental em Santa Catarina. Para minha surpresa, o número de representantes catarinenses foi bastante reduzido. Em verdade, de toda Grande Florianópolis e de suas numerosas instituições, o único participante era eu.

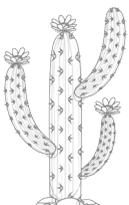
A Oficina de Foz do Iguaçu me deixou uma ótima impressão. Eu fiquei convencido das potencialidades da plataforma MonitoraEA, o que fez crescer em mim a vontade de compartilhar os conhecimentos com colegas catarinenses. Ainda em Foz do Iguaçu, fiz contato com Humberto Reolon, então presidente da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina (CIEA-SC). Esse diálogo abriu os caminhos para disseminar as informações obtidas entre os responsáveis por políticas públicas de Educação Ambiental em Santa Catarina por meio da oficina sobre indicadores de Educação Ambiental e plataforma MonitoraEA para a CIEA-SC.

Objetivos

A oficina teve por objetivo apresentar, para os membros da CIEA-SC, os indicadores de avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental formulados pela ANPPEA. Também visava

> sumário

439



colaborar para o preenchimento de informações sobre políticas públicas catarinenses no banco de dados piloto da plataforma MonitoraEA por meio de uma assessoria virtual.

Metodologia

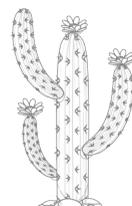
Para atingir os objetivos foram realizadas três etapas: a) envio prévio de informações aos representantes inscritos nos canais de comunicação da CIEA-SC, como o artigo de Raymundo; Branco; Biasoli (2018); b) realização de oficina presencial com membros da CIEA-SC, envolvendo exposição sobre a construção dos indicadores para avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental e uma etapa de discussão coletiva sobre as questões propostas para cada indicador; e c) assessoramento à distância para o preenchimento de informações nos formulários de indicadores da plataforma MonitoraEA.

Resultados

O primeiro movimento para a realização da atividade foi uma aproximação com o CIEA-SC. Registro que o então presidente Humberto Reolon e a pedagoga Maureen Gonçalves prontamente acolheram a ideia, providenciando o contato com todos os membros da CIEA-SC e agendando uma reunião com o propósito exclusivo de viabilizar a oficina. Os meios de comunicação da CIEA-SC também foram importantes para o envio dos materiais preparatórios.

A oficina de formação ocorreu no dia 07/06/2019, durante a 115ª Reunião Extraordinária da CIEA-SC. A ocasião também marcava a Semana do Meio Ambiente - 2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) Campus São José, local onde se realizou a oficina. Essa etapa presencial contou com 16 participantes, representando instituições atuantes na Educação Ambiental de Santa Catarina.

Apresentou-se o vídeo preparado pela ANPPEA e depois aspectos da construção dos indicadores. Discutiu-se a concepção de políticas públicas multicêntricas, o que causou debate trazendo



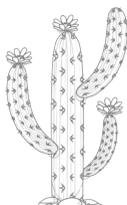
as concepções mais ligadas à ação estatal. Por fim, as dimensões e os indicadores propostos para avaliação por meio da plataforma MonitoraEA foram apresentados.

Após um breve intervalo, foram discutidas as questões que constam no formulário de prospecção da MonitoraEA. Esse momento foi importante para mostrar como os indicadores se concretizam em perguntas de simples compreensão, reforçando a importância da comunicabilidade no processo desenvolvido pela ANPPEA.

Por fim, estabeleceu-se um prazo de três semanas para o preenchimento das informações na plataforma. Nesse período, ofereceu-se assessoria remota aos responsáveis pelo preenchimento de informações. Porém, as dúvidas apresentadas não foram de grande complexidade, reiterando novamente a facilidade na compreensão do formulário dos indicadores.

Referência

RAYMUNDO, M. H. A; BRANCO; E. A; BIASOLI, S. **Indicadores de políticas públicas de educação ambiental**: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v.13 n. Especial. 2018.





Oficina de Apresentação e Aplicação dos Indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA com Base no Plano Regional de Educação Ambiental com Enfoque em Saneamento Básico

Sabrina Dinorá Santos do Amaral
Liceo Piovesan

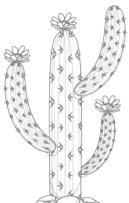
Introdução

O presente relato apresenta a experiência vivenciada com formuladores e executores do Plano Regional de Educação Ambiental, com enfoque em saneamento básico, na Oficina de Apresentação e Prática dos Indicadores de EA da ANPPEA, realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Taquara e pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, em parceria com as Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Objetivos

A partir da oficina, nosso objetivo geral foi aplicar os indicadores de EA, amparados em análises e reflexões coletivas de formuladores e executores da política pública, visando contribuir para o banco de dados da plataforma digital MonitoraEA.

Amparando nosso objetivo geral, buscamos com a oficina: divulgar as atividades desenvolvidas para a construção da plataforma; construir conhecimentos em monitoramento, avaliação e indicadores de políticas públicas de EA; coletar dados para o banco de dados da plataforma; pautar e orientar o diálogo com os envolvidos com a formulação e implementação da política; e motivar os envolvidos.



Metodologia

A abordagem metodológica da oficina consiste em duas etapas distintas, sendo elas, a roda conceitual e a aplicação reflexiva. Na roda conceitual, realizamos o alinhamento entre os participantes e o conteúdo da oficina. Apresentamos o histórico de construção dos indicadores, assim como os processos para se chegar à plataforma MonitoraEA (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018). Ainda nesta etapa, socializamos as escolhas conceituais que integram o processo, assim como informações sobre indicadores, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A segunda e última etapa da oficina foi a aplicação reflexiva. Por meio de dois grupos orientamos o debate sobre os 27 indicadores, divididos nas oito dimensões e o preenchimento do formulário frente ao Plano Regional de EA, com enfoque em saneamento básico.

Resultados

A Oficina de Apresentação e Aplicação dos Indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA com base no Plano Regional de Educação Ambiental com enfoque em Saneamento Básico ocorreu em 30 de maio de 2019 e contou com 19 participantes, dentre os quais interlocutores municipais de Educação Ambiental do Consórcio Público de Saneamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, o Secretário de Meio Ambiente, o Secretário de Educação e os coordenadores da Escola Ambiente da FACCAT.

Durante a roda, primeira etapa da oficina, os participantes apresentaram reflexões em relação ao monitoramento, avaliação e principalmente aos indicadores. Na perspectiva de Fernandes (2004) e Bellen (2006), indicadores são parâmetros quantitativos ou qualitativos. Jannuzzi (2001) salienta que indicadores são, geralmente, utilizados para avaliar o processo ou os resultados de uma proposta.

Essa etapa também possibilitou um amplo debate quanto às escolhas conceituais, no que diz respeito a políticas públicas



multicêntricas e multiescalares. O grupo afirmou ter dificuldade em identificar políticas públicas frente ao recorte realizado pela metodologia.

A etapa denominada ‘aplicação reflexiva’ ocorreu no turno da tarde, em que os participantes se dividiram em dois grupos e receberam cópia impressa dos arquivos contendo os 27 indicadores de políticas públicas de EA propostos pela ANPPEA e do Plano Regional. Logo, os grupos foram convidados a se dirigir ao laboratório de informática da Faculdade para realizarem o registro das reflexões frente aos indicadores. Os grupos solicitaram permanecer na sala de reuniões, justificando que o formato das bancadas do laboratório limitaria a reflexão coletiva.

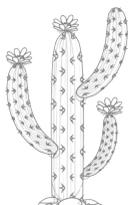
Nesse contexto, os grupos preencheram os formulários impressos com os indicadores e a coordenação de Educação Ambiental do Consórcio se responsabilizou por reproduzir no formulário on-line para cadastro na plataforma MonitoraEA.

Considerações

O grupo de interlocutores compõe uma rede local de Educação Ambiental, partindo do conceito de rede, com sua conectividade, suas dinâmicas, potencialidades e desafios descritos por Martinho (2004). Essa sinergia fica aparente na participação e na atenção dos presentes para o desenvolvimento da metodologia da oficina, gerando um ambiente de segurança e diálogo entre pares.

As reflexões tiveram inúmeros desdobramentos e em vários momentos os participantes verbalizaram a importância de retomar o tema, visando à melhor compreensão e à segurança na implementação da política.

Acreditamos que a permanência dos grupos na sala de reunião, solicitada pelos integrantes, trouxe qualidade ao debate e possibilitou a participação ativa de todos no preenchimento do formulário. Porém, a etapa de reprodução on-line não foi realizada durante a oficina e até o momento, tendo sido acordado o registro posterior, que ainda não ocorreu.



Sendo assim, entendemos que um dos principais objetivos da oficina não foi alcançado, o registro da política pública no banco de dados on-line. Porém, consideramos que a participação e a motivação do grupo na vivência do processo constitui um importante resultado e poderá motivar uma posterior inclusão dos dados na plataforma.

Referências

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FERNANDES, Djair Roberto. Uma contribuição sobre a construção de indicadores e sua importância para a gestão empresarial. **Revista FAE**. Curitiba/PR. V.7 N.1, 1-18, 2004.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

MARTINHO, Cássio. **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. WWF Brasil, 2004.

RAYMUNDO, M. H. A; BRANCO; E. A; BIASOLI, S. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v.13 n. Especial. 2018.





Oficina de Indicadores de Monitoramento em Educação Ambiental: Reflexões sobre as Dimensões Diagnóstica e da Participação e Construção Coletiva

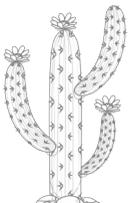
Solange Reiguel Vieira
Wanderléia Coelho
Maurielle Felix da Silva
Mariele B. Mucciatto Xavier
Thais Michele Fernandes
Fábio Adriano Almeida

Introdução

Ao longo dos últimos vinte anos, a Educação Ambiental (EA) constitui elemento estruturante da educação, que demarca um campo político de valores e práticas transformadoras e emancipatórias, capaz de promover a ética, a cidadania ambiental e a mobilização dos atores sociais, com vistas à sustentabilidade socioambiental (SORRENTINO et al., 2005). Está fundamentada como política pública na Lei nº 9.795/1999 e deve ser desenvolvida de forma articulada nos âmbitos formal e não formal.

Nesse processo, partimos do entendimento de política pública como um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação. Após formuladas, as políticas “desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 26).

Logo, a necessidade da avaliação da implementação dessas políticas públicas no Brasil resultou na demanda da criação de indicadores de avaliação, bem como de uma Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). Nesse sentido, foram construídos coletivamente um conjunto de indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas



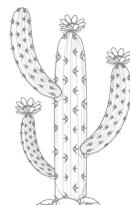
de EA fundamentados no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. A construção participativa de indicadores ocorreu a partir da Etapa Conceitual, com a definição dos indicadores e dimensões, oficinas, reuniões técnicas, validação por especialistas, lançamento e publicação das fichas metodológicas, seguida pela Etapa Formativa, com a realização de oficinas nas cinco regiões do Brasil (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI; 2018; RAYMUNDO et al., 2019).

Dessa forma, pretende-se por meio deste trabalho descrever um relato de experiência da oficina de disseminação do Sistema MonitoraEA, desenvolvida pelos participantes da formação sobre indicadores de políticas de Educação Ambiental da região Sul – Grupo Curitiba, com foco nas reflexões sobre os indicadores das dimensões Diagnóstica e da Participação e Construção Coletiva.

Metodologia

A oficina foi realizada no dia 28 de maio de 2019, na cidade de Curitiba, Paraná. Os sujeitos da ação foram participantes do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental do Ministério Público do Paraná (GTEA-MPPR), da região metropolitana de Curitiba, constituído por educadores ambientais vinculados às secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente, bem como por pesquisadores, pela Rede de Educação Ambiental (REA) Paraná e por funcionários de instituições públicas, especificamente dos seguintes municípios: Curitiba, Contenda, Lapa, Colombo, Pinhais, Fazenda Rio Grande, Balsa Nova, Itaperuçu, Campina Grande do Sul, Quitandinha, Araucária, Piraquara, Campo Largo e Almirante Tamandaré, totalizando 44 pessoas.

O GTEA tem por objetivo monitorar o processo de implementação da Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná e das Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com o mapeamento do poder público, privado, redes e sociedade, considerando as legislações vigentes.



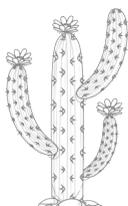
O processo formativo teve início com um café coletivo de acolhida e recepção para estabelecer relações e redes de contato. Posteriormente, uma breve apresentação dos participantes (nome, instituição, município e atividades que realiza). A abordagem teórico-metodológica foi realizada por meio da apresentação dos indicadores, da conceituação de políticas públicas e do ciclo de políticas. Refletiu-se sobre “o que são políticas públicas?”, a relevância e a necessidade da avaliação das Políticas Públicas de Educação Ambiental (PPEA) nestes 20 anos de história e o porquê do debate sobre políticas públicas pelos educadores ambientais diante do cenário nacional atual. Em seguida, exibiu-se o vídeo da ANPPEA sobre a construção dos indicadores e da plataforma brasileira de monitoramento da EA e contribuições para o fortalecimento das políticas de EA.

Na prática foram proporcionados diálogos por meio de dinâmica de grupos por dimensão de indicadores considerando as reflexões sobre: “Qual a sua compreensão e entendimento dessa dimensão na sua realidade?”, mediada pelos multiplicadores. Posteriormente houve a socialização dos registros e de uma palavra-chave das equipes, assim como a compreensão da inter-relação entre as dimensões dos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de EA.

Também foi realizada uma prática em grupos, de preenchimento do formulário dos 27 indicadores para o cadastro de uma PPEA. Para o cumprimento da atividade à distância ficou acordado o cadastro da política pública de EA, centrada na organização do Grupo de Trabalho de EA - GTEA, coordenado pelo MPPR. Posteriormente, os municípios da região metropolitana de Curitiba também cadastrarão suas políticas.

Resultados

Considerando o que são políticas públicas, os municípios não têm legislação municipal, mas executam a política pública de EA e, neste sentido, as dimensões contribuirão para a legitimação das políticas. O debate centrou-se na reflexão da importância do



diagnóstico como ponto de partida para o entendimento das necessidades de, primeiro, conhecer o contexto, os sujeitos e sua compreensão, que antecedem o planejamento e a ação educativo-ambiental.

O grupo da Dimensão Diagnóstica apresentou uma compreensão profunda do Indicador Diagnóstico: “Para a construção das políticas, entende-se como primordial o diagnóstico de como aquela instituição vem entendendo a EA, por quais caminhos percorreu e como tem realizado este trabalho. Ou seja, qual é o entendimento daquela comunidade sobre as questões socioambientais. O diagnóstico mostra como está a realidade, tal qual o diagnóstico médico. Então, é possível delinear a PPEA com base no diagnóstico realizado, que possibilitará o planejamento de ações, a partir da realidade pesquisada”.

Na Dimensão da Participação e Construção Coletiva, com os indicadores mobilização social e existência de espaço coletivo (colegiado) para construir, implementar, revisar a PPEA, o grupo considerou: “Entende-se que a construção de políticas públicas passa pela compreensão de como aquela comunidade se encontra em relação à EA. Faz-se necessário abordar as questões de EA daquela instituição com amorosidade, imbuídos de sincera preocupação com aquela comunidade, acolhendo suas dúvidas e dificuldades, para que se sinta pertencente àquele local. Além disso, fortalecer as ações com base nas normativas legais que estabelecem orientações de atitude e condutas referentes à EA”.

Considerações finais

Ao realizar a oficina e preencher o questionário nos demos conta de sua importância para uma autorreflexão de nossas práticas, contribuições e coerências com os objetivos e princípios que nos unem e movem na EA. Agradecemos a oportunidade de participar do processo de desenvolvimento dessa ferramenta que representa um avanço no campo das PPEA e ajudará no cultivo de uma sociedade mais justa e fraterna, comprometida com a vida.



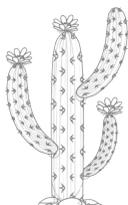
Referências

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro; BIASOLI, Semíramis. **Indicadores de políticas públicas de educação ambiental:** construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata Rozendo. **Caderno de indicadores de avaliação de políticas públicas de educação ambiental:** processo de construção participativa e fichas metodológicas. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos – SP: INPE, 2019. 48p. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57/doc/publicacao.pdf>>, acesso em 30/07/2019.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO-JÚNIOR, Luiz Antônio. A educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, mai./ago. 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.





POSFÁCIO

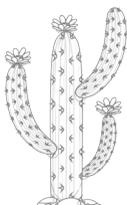
Bacurau e a Educação: Se For, Vá na Paz

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Este livro nos ofereceu um sistemático, competente e minucioso retrato das políticas públicas de Educação Ambiental (EA) no Brasil. O subtítulo é esperançoso: Transição para Sociedades Sustentáveis, mas o rumo das políticas para a educação, neste momento, nem tanto. O que se destaca é o progressivo enfraquecimento ou mesmo, em alguns casos, desaparecimento da EA dos instrumentos norteadores da política educacional, tais como a Política Nacional de Educação (PNE 2014 a 2014), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

As tentativas de desvinculação dos recursos do orçamento da União para a educação e a efetiva redução do orçamento das agências nacionais de pesquisa têm intensificado a crise da educação e da pesquisa públicas. Na esfera ambiental, assistimos perplexos à desqualificação de problemas como as mudanças climáticas, a perda progressiva da floresta amazônica, o aumento exponencial da liberação de agrotóxicos na produção de alimentos. Infelizmente, a disposição para um mundo plural está em declínio e, com ela, as educações como a EA, a educação para as diversidades de gênero, étnica e religiosa e, ainda, a educação popular freireana. Em termos psicanalíticos, vivemos um daqueles momentos históricos em que o frágil equilíbrio pulsional entre a disposição para a vida e os impulsos agressivos se descompensam em favor da pulsão de morte.

Nestas circunstâncias, a arte é uma voz potente, um espaço de resistência face à exaustão das esperanças. A arte socorre, reaviva, revive a imaginação, abre trilhas onde não existem caminhos. Por



isso, recorro aqui a uma obra de arte para pensar a educação e os dilemas do presente. Vou me valer do filme Bacurau para seguir adiante, numa trilha imaginativa.

Bacurau: um lugar onde ninguém é amigo do rei

Bacurau é lugar onde a educação importa. Situada no paralelo oposto ao de Passárgada, lá ninguém é amigo do rei. Todos foram esquecidos pelas autoridades e vivem por conta e risco, contando apenas uns com os outros. Assim como Passárgada, Bacurau não está no mapa. Mas, ao contrário da utópica terra plena, imaginada pelo poeta, Bacurau é a distópica terra seca, uma das tantas zonas de abandono que existem no Planeta, mas que ninguém vê.

Bacurau é também um pássaro noturno e “brabo” que ocorre no nordeste do Brasil. No filme, Bacurau dá nome à cidade onde figuram maus encontros, como os que ocorrem entre a população e o prefeito; ou ainda, entre os nativos e os estrangeiros que chegam para matar. Bacurau é uma distopia realista, que prende o espectador do início ao fim, com sua capacidade de condensar o mal-estar que vivemos. A comunidade de Bacurau, empobrecida, cansada e cercada pela brutalidade, mobiliza, de forma inusitada, uma força que não tem e, com isso, vira o jogo, que já parecia perdido.

Dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, a trama combina gêneros tão diferentes como o western norte-americano, o cinema novo brasileiro e o terror-violência no estilo Tarantino. O filme começou a ser produzido em 2009 e foi lançado em 2019. Bacurau foi aplaudido durante sete minutos no Festival de Cannes, em maio de 2019, no qual ganhou o prêmio do Júri. Sua primeira exibição no Brasil foi na abertura da 47ª edição do Festival de Gramado, em julho deste ano. Desde 29 de agosto, está em exibição comercial e continua recebendo aplausos ao final das sessões.

Trata-se de uma trama, ambientada no sertão de Pernambuco, numa pequena cidade isolada do Semiárido brasileiro. A narrativa começa com o enterro de dona Carmelita, aos 94 anos (interpretada



por Lia de Itamaracá). Os moradores desse pequeno povoado, perdido na aridez e no calor do sertão, vivem uma situação de stress hídrico. Bacurau só tem acesso à água por meio de um caminhão pipa que chega uma vez por semana. Todos os mananciais estão secos.

Esquecida pelas políticas públicas, a cidade recebe, vez ou outra, alimentos e medicamentos vencidos do candidato à reeleição para prefeito. Neste cenário pós-apocalíptico social e climático, os habitantes, que já lutam duramente pela sobrevivência diária, são surpreendidos por sucessivos e estranhos acontecimentos: mortes brutais, o desaparecimento da cidade do mapa, o corte de sinal de satélite, que os deixa sem comunicação, além de drones, que começam a seguir alguns moradores. A comunidade tenta entender o que está acontecendo, mas, sem sucesso, permanece refém do absurdo da situação. Até que, a partir de certo momento, seus habitantes organizam estratégias de proteção e defesa, desafiando todas as probabilidades.

Há muitas passagens no filme que são indexadoras de sentidos. Imagens icônicas, que se tornam citações dentro da narrativa, isto é, ganham autonomia e se destacam, ao mesmo tempo em que marcam a cadência da trama. Este é o caso, por exemplo, da placa de sinalização na estrada empoeirada, que aparece no início do filme, anunciando a aproximação da cidade, onde se lê: Bacurau, 17 km. Se for, vá na Paz. Outra cena exemplar é a do diálogo entre um casal de motociclistas, forasteiros do Sudeste, paramentados com capacetes, óculos, luvas e coloridos macacões esportivos, com a dona do bar local e uma criança.

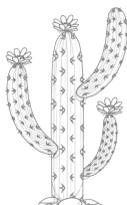
Entrando no bar, a mulher do Sudeste pede uma água e pergunta:

— Bacurau é o quê? O que significa?

— É um pássaro — responde a mulher local, que está atrás do balcão.

— Mas tá extinto, já, não?

— Aqui não. Mas aqui ele só sai de noite, ele é brabo.



— Quem nasce em Bacurau é o quê?

— Gente — responde o menino, que está num cantinho da loja.

Outro momento marcante é quando o professor Plínio (Wilson Rabelo), filho de Dona Carmelita, durante uma aula para as crianças de Bacurau, descobre que a cidade não está mais no mapa. Com auxílio de um GPS, o professor e as crianças a buscam na região e constatam que Bacurau não está mais lá, onde sempre esteve. Os municípios vizinhos permanecem, mas a cidade já não figura no mapa. Este apagamento prefigura a exposição ao aniquilamento que, para ser exercido sem limites ou constrangimentos de qualquer ordem, começa por tornar Bacurau um lugar inexistente, deixando sua gente à deriva e ao abandono, exposta a toda sorte de crueldades.

Bacurau, o homo sacer e a vida nua

Não tenho a pretensão de esgotar os múltiplos sentidos do filme. O que o torna particularmente impactante, em minha opinião, é a exposição, com as cores do regionalismo brasileiro, de um dispositivo exterminista que, infelizmente, não é exclusivamente um fenômeno local, mas está associado a uma tendência mundial; isto é, não se trata de um evento particular do sertão ou das áreas longínquas; também está presente na malha dos territórios centrais e urbanos. E isso fica registrado no filme por meio de um telejornal transmitido no canto de uma sala, em que se pode ouvir a notícia sobre uma execução coletiva, em praça pública, no Vale do Anhangabaú, no coração de São Paulo.

Bacurau é uma lição sobre como são produzidas zonas de exclusão e violência, que se tornam invisíveis, mesmo quando estão por toda parte. Esse dispositivo de aniquilação ou inclusão perversa é um tema que o filósofo italiano Giorgio Agamben analisou em sua obra *O homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Inspirado numa figura jurídica do direito romano, Agamben discute a criação de um espaço de exceção, definido pelo poder soberano, como uma zona de transição entre a vida biológica (Zoé) e a vida humana

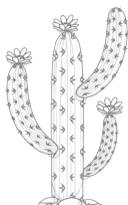


(Bios). Os indivíduos condenados por algum delito poderiam ser lançados a esta condição, que ele denominou ‘vida nua’. Uma vida que não era possível sacrificar ou executar como resultado da ação do Estado. Contudo, não seria condenado ou considerado assassino quem matasse aquela pessoa. Este sujeito, condenado a uma vida nua, o homo sacer, já não participava da condição de humanidade, podendo ser abatido, sem que seu algoz fosse objeto de uma punição.

Afinal, não é esta a metáfora poderosa que tanto nos impacta ao ver o filme? A condição humana sequestrada e uma população atacada como objeto de um jogo mortal, em que onde esta se reduz a corpos animados, sem resquício de humanidade, para seus algozes. Contudo, se para os algozes, os que nascem em Bacurau não são gente, a comunidade de Bacurau, se sabe gente e sua resposta vem dos recônditos da história e da cultura do lugar. Por mais árido e seco que seja, o Semiárido é rico em cultura e história de uma gente forte e resistente, que aprendeu a viver no limite.

Bacurau, não por acaso, tem um museu, onde as armas do cangaço são reativadas no enfrentamento dos forasteiros. Outro recurso da população atacada é seu pedido de ajuda a um grupo de condenados, um grupo armado e acantonado nas ruínas do leito seco do que já foi um açude. É de lá que surge uma figura andrógina, que combina Lampião com Mad Max. Uma liderança sanguinária que um dia foi criança em Bacurau. É o personagem Lunga (Silvero Pereira). E é a partir da constatação de Lunga que, num certo momento, declara: “estamos sendo atacados”, que a comunidade se organiza para enfrentar o impensável: um grupo de estrangeiros que comprara o acesso para alvejar os moradores de Bacurau, como animais de um parque temático.

O que não estava no pacote deste turismo macabro era a igualmente inimaginável resposta de reexistir. Como no conto de Conceição Evaristo intitulado A gente combinamos de não morrer, sobre a saga dos jovens negros nas periferias urbanas, a gente de Bacurau, cercada pela morte, evoca suas plantas de poder, seus antepassados e seus saberes do cangaço. Os moradores - exauridos,



sem água, depois de chorar os mortos que já tombaram na mira dos invasores - resistem. A gente de Bacurau sabe se esconder, esperar e aparecer no tempo certo, como os rios do sertão, que se escondem sob as terras de areia, e só ressurgem nos tempos de chuva.

E, assim, concluo este posfácio com as lições de Educação Ambiental que esta trilha narrativa nos oferece: Bacurau não é Passárgada. Lá vive gente. A educação importa. As aulas do professor Plínio continuam e nelas as crianças reinscrevem, diariamente, a sua cidade nos mapas que desenham. O pássaro noturno é brabo e insiste em não morrer, apesar de muitos acreditarem que já está extinto. Bacurau é o grito de guerra que ecoa do fundo da garganta, do fundo da terra, do fundo do inferno mais abissal. É um clamor da vida que quer viver, apesar do fim do mundo. Bacurau, o pássaro, deveria ser espécie-bandeira da educação, e Bacurau, o filme, o emblema distópico e realista das nossas lutas ambientais para adiar o fim do mundo.



Relação de autoras e autores

Adalberto Marcon

Professor e Biólogo, pós graduando em Gestão e Projetos. Mestre em Gestão e Auditorias Ambientais com Especialização em Mudanças Climáticas. Integrante do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da Região Hidrográfica 03 de Santa Catarina (GTEA_RH03).

Adalcira Santos Bezerra

Bióloga, Especialista em Educação Ambiental, Consultora Socioambiental. Articuladora do grupo de construção do museu virtual da caatinga. Representante na área de educação ambiental do Movimento Paulo Jackson, Ética e Cidadania. Salvador/BA.

Adriana Neves

Pedagoga, graduada em Ciências Biológicas (FFCL/USP/Ribeirão Preto) e mestre em Educação/Metodologia e Formação de Professores (UFSCAR). Atua com EA em UCs gerenciadas pela Fundação Florestal da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo. Mãe de 3 filhos.

Adriana Vieira dos Santos

Professora de Química do Instituto Federal da Bahia, campus Lauro de Freitas. Amante de tecnologias e de um bom café amargo. Administra páginas em redes sociais com a finalidade de popularizar as ciências e de divulgar a proteção ao ambiente como nosso grande patrimônio.

Adrielle de Fátima de Lima Barbosa

Pedagoga (UEPA). Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). Especialista em Educação Especial (ESAMAZ). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA) (UEPA).

Alexandre de Gusmão Pedrini

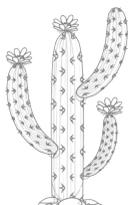
Biólogo com mestrado e doutorado pela UFRJ. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e credenciado no Mestrado Profissional em Formação em Ciências para Professores da UFRJ. Criador e Facilitador da Rede de Educação Ambiental Costeira e Marinha (REACOMar) e facilitador da REBEA.

Alexandro Fabiano da Silva

Especialista em Gestão de Convivência com o Semiárido e Graduado em Biologia.

Aline Fernanda Santos Guarizo

Bacharela em Gestão Ambiental (EACH/USP), Educadora Ambiental Popular, Agricultora e técnica em Olericultura Orgânica. Integrante da Secretaria Executiva da ANPPEA.



Amélia dos Santos Cerqueira

Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos na Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA; Mestre em Ecologia aplicada à Gestão Ambiental pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Graduada em Ciências Biológicas pela UFBA.

Ana Carolina Rubini Trovão

Doutoranda em Sociologia pela UFPR e socióloga da Empresa Paranaense de Saneamento

Ana Célia Baía Araújo

Graduação em Gestão Ambiental (IFRN) e Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN), pesquisadora do Observatório das Metrópoles (UFRN) e do LISAT (UFRN), atualmente é bolsista pelo convênio FUNDEP/IDEMA, trabalhando com planejamento e gestão ambiental.

Ana Cristina Ferreira Neta

Autora de livro didático, pesquisadora convidada do Observatório Educador Ambiental-Moema Viezzer. Graduada e mestre em Geografia UFCG e UFPB. Doutoranda em Geografia na Universidade Autónoma de Lisboa-UAL. Membro da Associação Portuguesa de Educação Ambiental-Aspea. Rede Lusófona de Educação Ambiental

Ana Maria Ferreira Lopes

Professora. Gestora Pública na Secretaria de Meio Ambiente de Rio das Flores. Integra o GT de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul.

Ana Rosa Ferreira Oliveira

Especialista em Ordenamento Territorial Urbano (UFPA). Engenheira Agrônoma (UFRA) e Bacharel em Administração com habilitação em Agronegócios (IESAM).

Andrea Tozzo Marafon

Licenciada em Ciências Biológicas e Mestre em Engenharia Ambiental. Docente da Uniarp-Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e Bióloga da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Caçador, SC. Integrante do GTEA_RH03 de Santa Catarina.

Angélica Santos da Paixão

Coordenadora da Sala Verde de São Francisco do Conde. Licenciada em Geografia e Mestre em Planejamento Ambiental (UCSAL), Especialista em Ecologia e Turismo (CEPON). Atua como Gerente de EA na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de São Francisco do Conde.



Antônio Fernando S. Guerra

Pós-Doutor em Educação Ambiental, Doutor em Engenharia de Produção - Mídia e Conhecimento; Mestre em Educação, Professor aposentado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Estudos, Ambientais e Sociedade (GEEAS).

Antônio Vitor Rosa

Geógrafo com mestrado e doutorado no campo da EA. Atua como educador ambiental do Depto. de Educação, Informação e Comunicação da FFCLRP-USP. Co-editor da revista Pesquisa em Educação Ambiental. Membro ativo da RUPEA, REPEA e REBEA. Participante de diferentes instâncias de controle social em EA.

Ariane Di Tullio

Bióloga, Doutora em Ciências, trabalhou como educadora ambiental na Secretaria Municipal de Educação de São Carlos (SP) durante 3 anos. Sócia-fundadora, pesquisadora e educadora ambiental na Fubá Educação Ambiental e Criatividade, empresa dedicada à pesquisa, formação e consultoria especializada na área de EA.

Armando Tafner Júnior

Economista, Militante e educador ambiental de Mato Grosso, Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Professor do departamento de Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT. Pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU).

Auristela Silva dos Santos

Possui graduação em Educação Artística - Bacharelado em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atualmente é fiscal ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), atuando no setor de educação ambiental.

Bruno Waldman

Turismólogo. MBA em Gestão Ambiental. Analista de Projetos. Técnico Socioambiental no Instituto Estadual do Ambiente do RJ.

Carla Cabral Magalhães

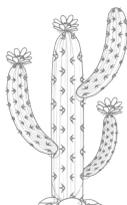
Engenheira Sanitarista e Ambiental. Usina Alcoolvale S/A Álcool e Açúcar.

Catarina de Medeiros Bandeira

Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialização em Gestão e Análise Ambiental, Mestrado e Doutorado em Agronomia pela UEPB. Professora Adjunta do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA) - Campus III da UEPB.

Clauber Alessandro Japiasu Campos

Bacharel em Administração.



Cláudio Soares de Sousa

Formado em Música pela ULM/SP Tom Jobim/EMESP. Permacultor, Educador Ambiental, Fundador e Diretor Presidente do Instituto Uniom - OSC de Educação Ambiental e Educação para Sustentabilidade – Corumbá/MS. Fundador e coordenador de programas de trilhas eco pedagógicas pela Skywalkers Trilhas e Caminhadas.

Clayton Belchior

33 anos. Militante por Direitos Humanos, músico, compositor e dinamizador sócio cultural. Educador Ambiental Popular Bioconstrutor. E Embaixador do Projeto “Construindo Una Eco-Aldeia” Aldeias Infantis SOS - Tenerife-Espanha, 2015.

Cynthia Ranieri

Formada em Biologia Marinha e Especialista em EA e Recursos Hídricos, trabalha com EA desde 1998 desenvolvendo atividades com comunidades de entorno de UCs, destacando programas de formação continuada, sensibilização junto a colônias de pescadores e comunidades ribeirinhas, formação de juventudes em Políticas Públicas para Conservação Marinha. Coordena a EA do Projeto Albatroz desde 2014.

Dajana Gabriella Nóbrega Santos da Silva

Mestranda em Ecologia Humana pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Engenheira de Pesca, Engenheira de Segurança do Trabalho, Especialista em Gestão Ambiental e Recursos Hídricos, Especialista em Políticas Públicas e Pós Graduada em Engenharia de Produção.

Daniel Fonseca de Andrade

Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas, Mestre e Doutor em Ciência Ambiental. Professor do Departamento de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Atua com EA e políticas públicas de EA. Coordena o LAPEAR, Laboratório de Ações e Pesquisas em Educação Ambiental da UNIRIO.

Débora Valentim Duarte Junqueira

Graduada em Administração pela Universidade Católica de Petrópolis. Mestre em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Professora Universitária, fundadora e presidente da ONG Minasvida na região da Zona da Mata Mineira.

Denis Rodrigo Oliveira Leal

Licenciado Pleno em Ciências Naturais com habilitação em Biologia.

Denise Cristina Torres Costa

Professora do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Pará, Coordenadora do Laboratório de Educação Ambiental, Mestre em Biologia Vegetal Tropical (UFRA), Especialista em Botânica (MPEG), Engenheira Agrônoma (UFRA).



Dilan Hugo

Biólogo. Professor de Ciências e Biologia. Membro da Comissão de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Educação de MS.

Diogo Lima Corrêa

Especialista em Gestão Educacional pela Faculdades Integradas de Cruzeiro (FIC); Licenciado Pleno em Pedagogia pela Faculdade Kurios e Graduação em Secretariado Executivo Bilingüe (UNAMA).

Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen

Educador ambiental, bacharel e licenciado em Geografia. Especialista em EA e Técnico em Museologia. Mestre em Ensino de Ciências com linha de pesquisa em Educação Ambiental. Atualmente é Coordenador geral do Museu das Culturas Dom Bosco - MCDB/UCDB e docente no curso de História da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

Doraci Marinho Souza Lopes

Técnica em Gestão do Meio Ambiente/Sociólogo- SEMAS/PA. Graduada e licenciada em Ciências Sociais/UFPA. Especialista em Educação Ambiental para Conservação dos Recursos Hídricos - ICED/UFPA. Coordenadora da CIEA- PA representante titular pela SEMAS.

Edina Brindarol

Bióloga. Especialista em Gestão Ambiental, Perícia e Auditoria Ambiental. Gerente Técnica de Meio Ambiente do CONISUL: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul do Mato Grosso do Sul.

Elana Gracielle Santos Almeida

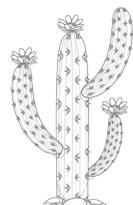
Mestre em Educação/ PPGED/UFPA. Especialista em Educação Ambiental/ NUMA/UFPA. Professora de Educação Básica da SEMEC/ Belem/PA. Pesquisadora Colaboradora do Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente/GEAM/NAEA/UFPA.

Eliane Renata Steuck

Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Estudos, Ambientais e Sociedade (GEEAS) e do Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP/FURG). Professora da rede pública municipal de ensino de Itajaí e Balneário Camboriú

Eliton Janio Araújo Ferreira

Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/UFPA), Especialista em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis (ICED/UFPA), Pedagogo e Tecnólogo em Gestão Ambiental.



Emilly Hanna Souza da Silva

Pedagoga, Mestra em Educação em Ciências e Matemáticas, Especialista em Educação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Especialista em Educação Especial com habilitação em Libras, Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Ênio Sonogo

Pós graduado em Contabilidade, Ex-professor de Auditoria, Contabilidade, Administração Financeira e Orçamentária da Unoesc de Videira e Joaçaba, Empresário e CEO da Plataforma de Internet www.tudoporaqui.com.br, Consultor Empresarial e membro do Comitê Gestor do Gtea_RH03 de Santa Catarina.

Evandro Albiach Branco

Arquiteto e Urbanista e Gestor Ambiental. Pesquisador do Centro de Ciência do Sistema Terrestre -CCST/INPE. Co-lider do LADIS - Laboratório de Análise e Desenvolvimento de Indicadores para a Sustentabilidade do CCST/INPE. Compõe a coordenação e a secretaria executiva da ANPPEA.

Fábio Adriano Almeida

Licenciado em Educação Física pela Unopar, Especialização em Educação Física Escolar, Educação e Gestão do Meio Ambiente. Trabalhou na Equipe de EA da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo do Paraná e atualmente é assessor na Secretaria de Estado da Saúde (SESA).

Fabio Fernandes Barbosa

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador e mestre em Ecologia e Biomonitoramento pela Universidade Federal da Bahia. Na docência, apresenta experiência na educação básica e no ensino superior (graduação e pós-graduação). Professor efetivo da rede estadual e atua, desde 2012, como coordenador de Educação Ambiental e Saúde da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Fábio José Silva e Silva

Bacharel em Administração (UNITINS) e Tecnólogo em Segurança do Trabalho (UNISA).

Fátima Ale El Seher

Graduada em Ciências Biológicas; especialista em Educação Ambiental e Escolas Sustentáveis pela UFMS; Mestre em Estudos Fronteiriços pela UFMS. Atualmente gestora de projetos na Fundação de Meio Ambiente do Pantanal e professora de Ciências na Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS.

Fidelis Paixão

Advogado, mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (NUMA UFPA), membro da Facilitação Nacional da REBEA.



Flávia Torreão Thiemann

Atua no campo da educação ambiental há 20 anos, tanto na área governamental como junto à comunidade e organizações não-governamentais. Doutora em Ciências e sócia-fundadora, pesquisadora e educadora ambiental na Fubá Educação Ambiental e Criatividade.

Fundo Brasileiro de Educação Ambiental

Um fundo privado de interesse público, criado em 2010 numa iniciativa de um grupo de profissionais de universidades como UFSCar, USP, UNICAMP; do MMA e MEC, assim como de educadoras/es ambientais atuantes em diferentes coletivos, especialmente na RUPEA (Rede Universitária de Programas de EA). Tem caráter participativo, democrático e descentralizado.

Gisely de Nazaré Freitas da Silva

Socióloga e Tecnóloga em Saneamento Ambiental com Especialização em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Professora e Consultora Ambiental.

Grasiela Edith de Oliveira Porfírio

Graduada em Ciências Biológicas e Mestre em Ecologia e Conservação pela UFMS. Doutora em Ecologia, Biodiversidade e Gestão de Ecossistemas pela Universidade de Aveiro Portugal. Pós-Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente professora visitante da pós-graduação em Recursos Naturais da UFMS.

Haydeé Márcia de Souza Marinho

Formada em Ciências Sociais/Antropologia pela UFPA, é Diretora de Gestão Socioeconômica da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, atua na execução de políticas públicas socioambientais, como a EA de base agroecológica e permacultura, junto a Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia, no Pará.

Helia Del Carmen Farias Espinoza

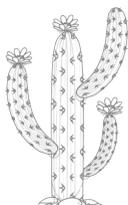
Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental, Especialista em Sensoriamento Remoto e SIG pelo INPE, graduada em Cartografia. Vice-presidente da CIEA/SC. Integrante Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Região hidrográfica RH07, do Conselho Municipal da Juventude (COMJUV) de Itajaí, do Grupo de Pesquisa Educação, Estudos, Ambientais e Sociedade (GEEAS) e Coordenadora do Portal de Educação Ambiental de SC.

Heloísa Pincela Vasconcelos

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atualmente é fiscal ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), atuando no setor de educação ambiental.

Herman de Oliveira

Doutor em Educação pelo PPGE/UFMT atua como Secretário Executivo do Formad (Fórum das ONGs de Mato Grosso) e em mapeamentos sociais pelo Instituto Caracol.



Hilma Alessandra Rodrigues do Couto

Mestre em Química (UFPA). Analista da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - Embrapa Amazônia Oriental. É membro Titular da CIEA- PA e membro Suplente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA do Município de Belém

Hiramisis Paiva de Paula

Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Doutora em Educação pela UFRN, trabalha no Idema desde 1980, tendo funções como Subcoordenadora de Gestão Ambiental, Superintendente do Parque Estadual Dunas do Natal, Subcoordenadora de Planejamento e EA, Supervisora do Programa de Preservação e Conservação da Natureza do RN, Coordenadora da CIEA/RN, Supervisora do NAGAM e, atualmente, Coordenadora de Gestão Ambiental.

Idalécio dos Santos

Professor das Redes Estadual e Municipal de Ensino; Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado da Bahia /UNEB - 2007; Especialista em Educação e Gestão Ambiental pela faculdade Vasco da Gama - 2011; Especialista em Gestão Escolar pela UNYAHNA-2013.

Idelvon da Silva Poubel

Geógrafo da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória – ES, Gerência de Educação Ambiental. Membro da Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental – CIMEA de Vitória – ES. Doutorando em Geografia/PPGG – UFES. Mestre em Educação/PPGE – UFES.

Inácio Werner

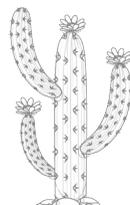
Cientista social, coordenador do Fórum de Direitos Humanos e da Terra, articulador político do Centro Burnier Fé e Justiça, militante a ativista das causas socioambientais.

Iracly Wanderley Filha

Licenciada em Geografia e mestre em Turismo (UFRN). Especialista em EA pelo Educa/Celler-Santa Catarina, Foi coordenadora de EA na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado de Rondônia (2008 a 2010). Atualmente está como supervisora do Núcleo de Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios (Nagam) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (Idema), sendo bolsista da Fundep no Idema desde 2012.

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Psicóloga na PUCSP com mestrado em psicologia da educação no IESAE/ RJ, doutorado em educação pela UFRGS, e pós-doutorado em antropologia pela Universidade de San Diego, Califórnia. Atualmente é professora titular na UNIFESP.



Isabelle Aparecida Dellela Blengini

Bióloga e Educadora Ambiental, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA-UFS), Especialista em Direito Ambiental. Sócia-fundadora da empresa Ecoformação.

Isis Akemi Morimoto

Graduada em Ecologia (UNESP/Rio Claro) e em Direito (UNISAL/Lorena). Doutora em Ciência Ambiental (PROCAM/USP) e Mestre em Recursos Florestais (ESALQ/USP). Analista Ambiental responsável pelo Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA em São Paulo - NEA/IBAMA/SP. Integra o Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca/Esalq/USP).

Ivanete Ferreira Alves Lopes

Pedagoga (UEPA). Licenciatura Plena em Educação Artística (UFA) e formação específica em Design de Interiores (UNAMA). Extensionista rural na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-PA) desde 2006.

Jacqueline Guerreiro Aguiar

Historiadora. Coordenadora do GT de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul. Integrante do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro. Facilitadora da REBEA, REARJ e REAPOP.

Jakeline Borges de Souza

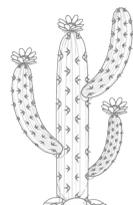
Bióloga, especialista em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas, Chefe de serviço na Coordenação de Gestão da Informação Ambiental do Ibama e Coordenadora do Comitê Intersetorial permanente de Educação Ambiental do Ibama (Cipea). Técnica Administrativa do Ibama.

Jamile Patrícia Barbosa Trindade

Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos na Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA, Brasil. Mestre em Ecologia aplicada à Gestão Ambiental e Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

José Janielson da Silva Sousa

Mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, Graduado em Administração pela Faculdade Adelar Rosado – FAR. É Atualmente, Articulador Nacional dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (AN-CJ/Nordeste), Facilitador da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA) na REBEA.



Jéssica Nogueira Marques

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Londrina, pós-graduada em EA com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis na Universidade da Integração Latinoamericana. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da USP, atuando no Núcleo de Organizações, Sociedade e Sustentabilidade.

João Paulo Angeli

Graduando em Antropologia, Educador Ambiental, mobilizador social, membro do Parlamento da Água e do Coletivo Jovem, Gestor do Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu.

Joisilene Jesus dos Santos

Subgerente de Educação Ambiental na Secretária de Educação de São Francisco do Conde. Licenciada e Bacharela em Ciências Biológicas (UFBA, 2018), Especialista em Docência no Ensino de Biologia (IBF, 2019).

Jorgilene Nazaré Pantoja de Lima Dantas

Especialista em Proteção e Segurança do meio Ambiente (UFPA), Especialista em Gestão dos Serviços de Saúde e Administração Hospitalar (UFPA), Graduada em Licenciatura Plena em Física (UFPA)

José Aparecido Teodoro de Menezes

Graduado em Administração, Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Mundo Novo-MS.

José Flavio Rodrigues Siqueira

Graduado em Ciências Biológicas pela UEMS/Coxim; Especialista em Educação Ambiental pelo SENAC/MS; Mestre em Educação pela UEMS/Campo Grande e Doutorando em Ensino de Ciências pela UFMS/Campo Grande.

José Maria Barbosa da Silva

Geógrafo, Analista Ambiental do IBAMA. Lotado no Núcleo de Educação Ambiental - NEA da Superintendência do IBAMA no Ceará.

Joselisa Maria Chaves

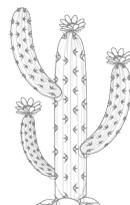
Professora Adjunta do Depto de Ciências Exatas (UEFS). Geóloga (UFBA), Especialista em Ensino de Geociências (ÚNICAMP), Mestre em Geologia (UFBA) e Doutora em Geologia (UnB). Atualmente coordena o Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) e atua no Mestrado Acadêmico em Modelagem (PPGM).

Joserlando Lacerda Rosa

Bacharel em Engenharia Sanitária ambiental, Engenheiro de segurança do trabalho e Graduando em Gestão ambiental.

Josmaria Lopes de Moraes

Doutora em Química (Universidade Federal do Paraná). Profa. Adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).



Juliana Coutinho

Diretora do Instituto Mata Atlântica. Mãe, bióloga e educadora, com especialização em Gerenciamento de Recursos Ambientais, Agricultura Biodinâmica e Pedagogia Waldorf. Atua há 15 anos no relacionamento e mobilização de comunidades no entorno de UCs e na promoção de produtos florestais.

Juliana de Siqueira Gusmão Pereira da Rosa

Bacharel em Direito pela Universidade Santa Úrsula - USU/RJ. Especialista em Direito Ambiental pela PUC-Rio de Janeiro. Analista Jurídico Municipal na Procuradoria-Geral do Município de Corumbá/MS. Foi Professora Voluntária na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS/CPAN e atualmente é Professora na Faculdade Salesiana de Santa Teresa - FSST em Corumbá/MS.

Juliana Sardinha Silvestre Donato

Gerente de EA da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória – ES. Coordenadora da Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental – CIMEA de Vitória – ES. Pedagoga. Especialista em Supervisão Escolar – Universidade Cândido Mendes – ES. Especialista em EA – Faculdades Integradas de Jacarepaguá – RJ.

Karina Jorge Dino

Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília, Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS/UnB, Especialista em Políticas Públicas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão NP3/CEAM/UnB, Analista Ambiental do ICMBio.

Liane Biehl Printes

Bióloga, M.Sc., Ph.D. (UFRGS, Universidade de Kent em Canterbury e Universidade de Reading, Inglaterra). É bióloga da Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade da UFSCar desde 2009. Atua em organizações da sociedade civil e integra o Conselho Gestor de Educação Ambiental de São Carlos.

Liceo Piovesan

Mestre em Educação (UNISINOS). Coordenador de EA na Escola Ambiente da FACCAT - Faculdades Integradas de Taquara.

Luciana Baleixo da Silva

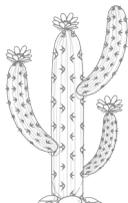
Licenciada Plena em Biologia, Especialista em Educação Ambiental Espaços Educadores Sustentáveis, Mestrado em Ensino de Ciências Ambientais-PROFCLAMB/GEOCIÊNCIAS.

Luis César Modesto do Rosário

Ambientalista. Gestor na Divisão de Ambiente da Petrobras no RJ. Facilitador da Rede de Educação Ambiental de São Gonçalo e da REARJ.

Luzia Cristina Izidia Arruda

Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano- UNAMA, Especialista em Gestão Escolar- UFPA, Especialista em Ensino de Ciências – UNAMA, Bióloga-PUCAMP, Professora da SEDUC/PA.



Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho

Agricultor; Membro da CIEA-Ba; Presidente do Comitê de Bacia do Salitre e Presidente da Associação Comunitária quilombola do Povoado de São Tomé-Campo Formoso- Bahia

Manoel Alessandro Machado de Araújo

Engenheiro Agrônomo e Professor de Disciplinas Profissionalizantes para o Ensino Médio. Analista Ambiental do Ibama. Especialização em Nutrição Mineral de Plantas. Experiência em Gestão de UCs, Licenciamento, Educação, Emergência e Fiscalização Ambiental.

Marcelo Gonçalves Ramos

Atuante em Movimentos Sociais, educador ambiental e influenciador digital.

Márcia Sueli Castelo Branco Bastos

Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) e Especialista em EA (PROFIMA), ambos pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA); Turismóloga. Técnica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (DPC/SEMAS/PA).

Marcos Coelho Cardoso

Escritor, Ator, Poeta, Educador Ambiental e Professor. Graduado em Letras (UFMS, 2004). Especialização: Educação Especial, Língua Portuguesa, Literatura e Artes. Formação em Água, Gênero e Educação Ambiental (UFMS).

Marcos Sorrentino

Ambientalista e professor sênior da ESALQ/USP, coordena o Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ/USP desde 1988. Compõe a coordenação e a secretaria executiva da ANPPEA. Foi Diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente de abril de 2003 a junho de 2008.

Marcos Vinícius Campelo Junior

Geógrafo e doutorando em Ensino de Ciências (UFMS), professor/técnico da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul; Presidente da Comissão Estadual de Educação Ambiental de MS (SED/MS); Membro da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS).

Maria Alice Cintra

Psicóloga (PUC-SP, 1975), com atuação em atividades na área educacional, em especial na Educação Ambiental; fundadora da ONG Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia (1982) e atualmente integra o Conselho Diretor da ONG.

Maria Aparecida Meirelles

Bióloga, Mestranda em ecologia aplicada a gestão ambiental e especialista em gerenciamento ambiental. Consultora na área de licenciamento ambiental, acompanhamento de condicionantes ambientais e demais serviços técnicos que envolvam os órgãos ambientais.



Maria Aparecida Salles Franco

Formada em Zootecnia pela UFRRJ. Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade e Especialista em Ciências do Ambiente pela UNEC Caratinga/MG; Pós-graduada em Ecoturismo, Interpretação e EA pela UFL. Foi professora Universitária por anos 15 anos. Atualmente é Educadora e Consultora Ambiental.

Maria Arlete Rosa

Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná.

Maria Cristina Nascimento Vieira

Pedagoga. Especialista em EA pela Universidade de Brasília. Pós-graduada em Gestão Pública, Design em Sustentabilidade Socioambiental e Mestra em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável. Colaboradora na construção de Políticas Públicas da Educação Ambiental, articuladora da ANPEEA. Foi Diretora de EA para a Sustentabilidade da Secretária de Meio Ambiente da Bahia.

Maria da Glória Gomes Cristino

Bacharel e licenciada em Química, mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É especialista em EA no Núcleo de Meio Ambiente e em Gestão Ambiental pelo Instituto de Geociências da UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa em ações Ambientais (GPAM).

Maria das Graças da Silva

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Professora do PPGED-UEPA, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA). É membro da CIEA- PA representando a Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Maria do Rosário Maciel

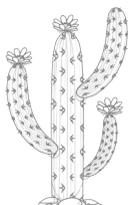
Educadora ambiental, coordenadora técnica no Instituto de Meio Ambiente - Bahia. Desde 2009 atua na gestão de UCs de uso sustentável na Chapada Diamantina – Bahia. Desenvolve projetos socioambientais junto às comunidades tradicionais do entorno e dentro das Arie Nascentes do Rio de Contas e APA Serra do Barbado. Articuladora do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas.

Maria Helena Filha

Relações Pública, especialista em Comunicação e Marketing Promocional. Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental e de Comunicação do IBAMA em Sergipe.

Maria Henriqueta Andrade Raymundo

Educadora Ambiental e militante socioambiental. Integrante da Oca/ESALQ/ USP, compõe a coordenação da Secretaria Executiva da ANPPEA. Pesquisadora-colaboradora do LADIS - Laboratório de Análise e Desenvolvimento de Indicadores para a Sustentabilidade do CCST/INPE. Atual presidenta do FunBEA. Consultora técnica. Elo da REPEA e REBEA.



Maria José Colaço Rocha

Pedagoga, Especialista em Educação Ambiental. Analista Ambiental do Ibama. Lotada no Núcleo de Educação Ambiental - NEA da Superintendência do Ibama no Ceará.

Maria Lindalva Oliveira Fernandes

Mestre em Gestão Pública pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (Portugal), Especialista em Educação Ambiental (UNINTER). Licenciada em Geografia (UFPA). Facilitadora das Redes Brasileira e Paraense de Educação Ambiental.

Maria Paula Pires de Oliveira

Doutoranda em Ciências Ambientais na UFSCar, pesquisa indicadores e resiliência socioecológica. Participou da elaboração do Plano Diretor de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré (CBH-TJ). Integra a Associação para Proteção Ambiental de São Carlos (APASC), a Câmara Técnica de EA do CBH-TJ e a CIEA-SP.

Mariele B Mucciato Xavier

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná; Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PRPPG-MADE) pela Universidade Federal do Paraná; Analista Ambiental do ICMBio.

Marilena Loureiro da Silva

Profa. Associada I do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará/UFPA. Profa. do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido/PPGDSTU/NAEA/UFPA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Meio Ambiente/GEAM/NAEA/UFPA

Marília Andrade Torales Campos

Professora associada da Universidade Federal do Paraná. Doutora em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Líder do Grupo de Pesquisa “Educação Ambiental e Cultura da Sustentabilidade” (GEACS).

Maristela Benites

Graduada em Ciências Biológicas e Mestre em Ecologia e Conservação. Sócio-diretora do Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo. Atua com EA, ecoturismo, ornitologia, estudos da biodiversidade e formação de pessoas na área ambiental. Facilitadora da REAMS e REACERRADO. Membro da CIEA-MS e REBEA.

Markus Budzynkz Steplan

Engenheiro Florestal. Apicultor. Agricultor Orgânico. Integra a APEDEMA-RJ. Facilitador da REARJ. Integra Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara, Piabanha, Médio Paraíba do Sul e Rio dois Rios.

Marlon Vieira Araujo Reis

Discente no Curso Bacharel Engenharia de Pesca na Universidade do Estado da Bahia- UNEB.



Matilde Pereira Gonçalves

Pedagoga, professora, educadora ambiental, pós graduada em Gestão Ambiental, conselheira da APA do Litoral Norte da Bahia -coordenadora da Câmara Técnica de EA, participa da CIEA - Bioma Mata Atlântica, representante no Conselho de Meio Ambiente no município de Ente Rios - Bahia. Desenvolve trabalhos de EA pela Associação de Moradores e Amigos de Massarandupió.

Maurielle Felix da Silva

Geógrafa e Licenciada pela Universidade Federal do Paraná, Mestra em Paisagem e Análise Ambiental (UFPR) e atua no Ministério Público Estadual do Paraná na área de Geoprocessamento desde 2016.

Michele Cristina Martins

Mãe de dois filhos, graduada em ciências biológicas. Desde 2001 atua em Programas de Educação Ambiental e atualmente, como analista de projetos do Instituto Ecofuturo, contribui com a gestão da Reserva Parque das Neblinas, sendo também responsável pelo uso público e EA do entorno da UC.

Michèle Sato

Doutora em ciências, coordenadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), professora da UFMT e facilitadora da Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA).

Miléia Martins Piassa Dondoni

Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar e Neuropedagogia, Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Amambai, Gestora Ambiental, Coletivo Educador de Amambai-MS.

Moema Viezzer

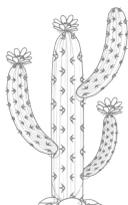
Socióloga, educadora popular, consultora socioambiental, Co-fundadora da Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe (REPEM), coordenadora da construção do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Rio92), autora de diversos livros e artigos.

Nayra Graziella Nóbrega Santos da Silva

Bacharel em Enfermagem pela Escola Superior de Saúde de Arcoverde, Pós Graduada em LIBRAS e Gestão de Saúde Pública. Especialista em Unidade de Terapia intensiva- UTI pelo Espaço enfermagem e Especialista em Ciências da Educação- FATIN.

Nilo Diniz

Sociólogo, mestre em jornalismo (UnB) e especialista em participação social (UFMG), psicoterapeuta junguiana, e psicossomática (FACIS/IJEP); ex-diretor do CONAMA e de EA do MMA; ex-assessor da Sen. Marina Silva, de m. ambiente da CUT e do International Council for Adult Education–ICAE, com Moema Viezzer (presidente de honra Paulo Freire); é fellow do Programa LEAD – Leadership on Environment And Development.



Patricia Martin Alves

Mestre em Ciências. Bacharel em Química e Especialista em Sistema de Gestão Integrada. Idealizadora do Projeto SustainABC, voltado às práticas de consumo consciente na região do Grande ABC/SP. Atualmente é facilitadora da REPEA e membra da CIEA/SP.

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim

Professor do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Geografia Humana pela USP. Coordenou a implementação do curso de Especialização em EA com ênfase na formação de professores no Câmpus São José em 2017. Em 2019, tornou-se membro do CIEA/SC.

Paulo Roberto Russo

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Analista Ambiental do ICMBio; Coordenador Geral de Gestão Socioambiental do ICMBio.

Pedro Victor Nóbrega dos Santos

Discente no Curso Bacharel em Direito na Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

Rachel Trajber

Doutora em Antropologia e Linguística pela Purdue University/UFSCar. Coordena o projeto Camaden Educação: rede de escolas e comunidades na prevenção de desastres, SJC/ SP. Trabalhou no MMA e foi Coordenadora-Geral de Educação Ambiental no MEC (2004-2011). Conselheira do FunBEA e participa da Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Rachel Trovarelli

Educadora e gestora ambiental (ESALQ-USP), doutoranda no Programa de Ecologia Aplicada (USP) na linha de pesquisa em educação. Integra a equipe da Oca (ESALQ-USP) desde 2010 e atualmente é coordenadora pedagógica do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Transição para Sociedades Sustentáveis.

Raquel Fabiane Mafra Orsi

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Estudos, Ambientais e Sociedade (GEEAS). Técnica na Gerência de Educação - Agência de Desenvolvimento Regional de Itajaí-SC. Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional - Itajaí (SC), Coordenadora do GTEA da Região Hidrográfica RH07/SC.

Rejane Costa dos Reis

Mestra em Educação- UFPA, Especialista em Educação Ambiental- NUMA/UFPA, Pedagoga- UFPA, Professora da Educação Especial- SEDUC/PA



Rejane Maria Lira da Silva

Professora Titular do Instituto de Biologia (UFBA). Bióloga (UFBA, 1990), Mestre em Saúde Coletiva (UFBA, 1996), Doutora em Ciências Médicas (UNICAMP, 2001), Pós-doutora (Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Lisboa, Portugal, 2008 e 2015; University of Melbourne, Austrália, 2016). Bolsista CNPq Produtividade em Pesquisa em Divulgação Científica.

Renata Rozendo Maranhão

Especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas onde atua na área de Capacitação do SINGREH. Atuou durante 15 anos no Departamento de Educação Ambiental do MMA como técnica temporária em políticas públicas, analista ambiental, gerente de projetos e diretora de educação ambiental. Mestre em Ciências Florestais, Especialista em Gestão Pública e Graduada em Engenharia Florestal.

Renato Almeida

Tutor do PET Mata Atlântica / UFRB; Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social - CCAAB/UFRB.

Renato Pêgas Paes da Cunha

Engenheiro pela PUC-RJ (1972) com especialização de Planejamento Energético e Gestão Ambiental. Fundador em 1982 e Coordenador do Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá.

Rodrigo Machado

Especialista Ambiental na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo. Atua com EA e participação social na formulação e gestão de políticas públicas. É mestre em Educação e doutorando em Ciência Ambiental pelo PROCAM-IEE/USP e integra o Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca/Esalq/USP).

Rosa Maria Alexandre da Silva

Pedagoga, Especialista em Gestão Pública e sociedade e formação de formadores em Economia Solidária- UFT.

Rosalvo de Oliveira Junior

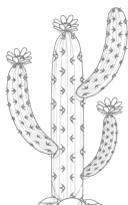
Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia; Graduação em Ciências do Mar (CIAGA- EFOMM) e em Engenharia Agrônômica (UnB); Mestrado em Desenvolvimento Sustentável (Unb-CDS).

Rosani Borba

Servidora pública municipal da educação de Foz do Iguaçu e Educadora Ambiental. Formada em Letras e mestre em Ensino-Unioeste. Sou parte integrante do Coletivo Educador de Foz do Iguaçu desde a sua criação em 2009.

Roseli Barquez Alves de Assis

Professora da Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu desde 1990, Mestre em Ciências da Educação, integrante da equipe de EA do Centro de Educação Ambiental do Iguaçu - CEAI, gestora de educação ambiental do Coletivo Educador Municipal.



Roseli Bernardete Dahlem Pacheco

Historiadora e turismóloga, mestre e doutora em Geografia, docente no Instituto Federal do Paraná-IFPR e coordenadora de projetos de extensão na área de educação ambiental.

Sabrina Dinorá Santos do Amaral

Doutora em Qualidade Ambiental (Universidade FEEVALE). Coordenadora de Educação Ambiental e Educação Científica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Taquara – RS.

Sandra Batistoti

Bacharelada em Gestão Ambiental, pela Universidade Estácio de Sá, Gestora de processo do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), atuando como responsável pelo Núcleo de Transporte do Imasul.

Sara de Souza Maciel Nogueira

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro de Ensino Superior Plínio Mendes dos Santos. Atualmente é Gerente de Desenvolvimento e Modernização do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul).

Semíramis Albuquerque Biasoli

Advogada, Especialista em EA, Doutora em Ciências pelo Programa Interunidades em Ecologia Aplicada da ESALQ/USP. Associada fundadora e Secretária-Executiva do FunBEA. Compõe a coordenação e a secretaria executiva da ANPPEA. Pesquisadora da Oca/ESALQ/USP. Membro da CIEA/SP.

Shirley da Silva Matias

Membro titular pela Sociedade Civil do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema pelo Mupan –Mulheres em Ação no Pantanal.

Silvana Neuza Pereira Canário

Consultora ambiental. Mestre em Ecologia aplicada à Gestão Ambiental pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; MBA em Perícia e Gestão Ambiental pelo Instituto de Pós Graduação- IPOG; Especialista em Sistemas de Gestão da Qualidade, Saúde e Meio Ambiente, pela Universidade Salvador- UNIFACS; e Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL.

Simone Mamede

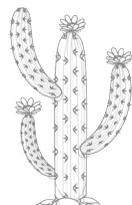
Graduada em Biologia e Turismo, especialista em Educação Ambiental e Ecoturismo. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Pesquisadora em biodiversidade. Facilitadora da REAMS e REACERRADO, Membro da CIEA-MS e REBEA.

Simone Maria de Figueiredo Souza Araújo

Graduação em Letras Vernáculas - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Pós - Graduação – Gestão Pública.

Sineide do Socorro Vasconcelos Wu

Técnica de Gestão Pública/Pedagoga SEMAS-PARÁ. Especialista em Gestão Ambiental NUMA/UFPA. Graduada em Geografia/IFPA.



Solange Reiguel Vieira

Professora de Educação Básica do Estado do Paraná. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Atua no Ensino de Geografia e Educação Ambiental.

Synara Olendzki Broch

Graduada em Engenharia Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Geografia, atua na área de Políticas Públicas, com ênfase em Planejamento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos, Planejamento e Gestão Ambiental, Recursos Hídricos Transfronteiriços e Educação Ambiental.

Tadeu Ribeiro

Formado em Comunicação Social habilitação em Audiovisual pela Universidade Estadual de Goiás. Participou do Coletivo Jovem de Meio Ambiente, Parlamento Nacional da Juventude pela Água e da REJUMA quando era jovem. É facilitador da REBEA representando a REIA-GO (Rede de Educação e Informação Ambiental do estado de Goiás)

Terezinha Domiciano Dantas Martins

Profa. Titular do Departamento de Ciência Animal do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba/Bananeiras, PB. Medicina Veterinária com Doutorado em Zootecnia. Possui experiência na realização de ações/mobilizações socioeducativas em relação à Educação Ambiental. Diretora do CCHSA.

Thais Michele Fernandes

Graduada em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Pós-Graduação em Educação Ambiental e Sustentabilidade pelo Centro Universitário Internacional. Atualmente é analista ambiental do IBAMA.

Valdinei Mendes da Silva

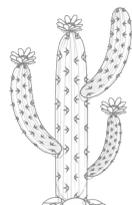
Doutor em Geociências pela UFPA (2012); Mestre em Engenharia Civil pela UFPA (2005). Engenheiro Sanitarista pela UFPA (2003). Especialista em Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo IFPA (2018). Professor do Instituto Federal do Pará - IFPA.

Vênia Camelo de Souza

Bióloga. Professora do Depto de Ciências Básicas e Sociais, Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias/Bananeiras-PB. Doutora em Agronomia (UFPB). Grupo de Pesquisa CNPq: ECOVAR (Ecologia da Produção Vegetal). Presidente da Comissão de Meio Ambiente do CCHSA/UFPB.

Vera Martins

Arquiteta. Agricultora Orgânica. Integra a ONG ACAMPAR Orgânicos. Integrante do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara e do Piabanha. Facilitadora da Rede Jatápis.



Wanda Faleiros

Graduada em Ciências. Mestre em Educação pela UFMS. Profa. aposentada pela UEMS, desde 2015. Atua em EA, Percepção e Gestão Ambiental. Membro da ONG Mulheres em Ação no Pantanal- MÚPAN ocupando atualmente o cargo de Suplente da Diretoria Técnico Científica.

Wanderléia Aparecida Coelho

Pedagoga e técnica da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), Assessoria de Educação Ambiental no Ministério Público do Paraná.

Zanna Maria Rodrigues de Matos

Coordenadora de Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA; Doutora em Educação Ambiental pela Universidade de Salamanca – Espanha e graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Viçosa-UFV.

